



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**FÁBIO PINHEIRO PACHECO**

**AFETIVIDADE E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS VIVIDAS POR MORADORES  
DE UMA COMUNIDADE AMEAÇADA DE DESAPROPRIAÇÃO EM FORTALEZA**

**FORTALEZA**

**2018**

FÁBIO PINHEIRO PACHECO

AFETIVIDADE E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS VIVIDAS POR MORADORES DE  
UMA COMUNIDADE AMEAÇADA DE DESAPROPRIAÇÃO EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social. Vulnerabilidades sociais e processos psicossociais.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Zulmira Áurea Cruz Bomfim

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P119a Pacheco, Fábio Pinheiro.

Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza / Fábio Pinheiro Pacheco. – 2018.

229 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

1. Afetividade. 2. Desapropriação. 3. Psicologia Social. I. Título.

CDD 150

---

FÁBIO PINHEIRO PACHECO

AFETIVIDADE E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS VIVIDAS POR MORADORES DE  
UMA COMUNIDADE AMEAÇADA DE DESAPROPRIAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social. Vulnerabilidades sociais e processos psicossociais.

Aprovada em: 28 / 05 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. KARLA PATRICIA MARTINS FERREIRA  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. FATIMA MARIA ARAUJO BERTINI  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Às moradoras da Vila Vicentina da Estância.

Também a mim.

## AGRADECIMENTOS

Às deusas, aos deuses e ao Universo; também à tendência atualizante e aos momentos de movimento – agradeço pelas possibilidades de construir um modo de viver.

À pessoa mais maravilhosa e iluminada do mundo, minha avó/mãe Maria das Graças, por tanto me amar e acreditar que também sou feito de amor.

À minha irmã Valentina, por toda paz, carinho e amor que sua inocência me transmite.

À minha mãe, Karina Pinheiro, pela vida, pelo amor, pelas lutas e pelos (des)encontros que nos unem.

Ao Higor Rodrigues, pelo incentivo, apoio e pela afetuosa-conflitante-dialética caminhada juntos.

A Danyelle Almeida, pela constante presença, carinho, amizade e laços de família que construímos.

Ao Layton Maia, às vezes só Leiton, pelas imensas contribuições e paciência, principalmente, no período de qualificação dessa pesquisa.

A Jamille Cavalcante, por dedicar um pouco de seu tempo e atenção às minhas demandas.

A Alana Gabriela pelo acolhimento, incentivo e pela abertura espiritual, permitindo que esse trabalho pudesse ser concluído.

À dona Lúcia Ferreira, pelo abrigo, conforto e risos espichados.

A Elívia Cidade, por proporcionar o primeiro momento de facilitação despretensiva que repercutiu tanto no meu “quefazer” na Psicologia.

A Camila Maia, pelo enorme incentivo, apoio, suporte e pela crença de que eu era capaz de ingressar na pós-graduação. Sem suas contribuições e revisões do projeto, ainda em fase de seleção, esse trabalho não teria sido desenvolvido.

Ao Thiago Monteiro pela disponibilidade atenciosa de escuta.

À mais maravilhosa orientadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará e mãe acadêmica Zulmira Bomfim. Agradeço pelo imenso acolhimento e suporte, principalmente por acreditar em meu crescimento não só no âmbito profissional, mas também pessoal.

Ao Canto, Caju e Lehab, pelo acompanhamento das atividades de Resistência da Vila Vicentina.

Aos queridos(as) Leonardo Félix, Renan Sidney e Carla Vieira, pelos grandes diálogos e encontros nessa caminhada de luta. Sem vocês esse trabalho não teria progredido!

A Aline Matos, pelas ótimas conversas, problematizações, reflexões, risos e compromissos com as causas que acreditamos.

A Mayara Justa, advogada do Escritório de Direitos Humanos do Frei Tito, pela disponibilidade de diálogo e suporte às/aos moradoras(es) da Vila.

Ao Locus, por ser o melhor laboratório da UFC, é claro! Lugar de afetos potencializadores e reflexões comprometidas com a transformação social e a emancipação humana. Aos seus maravilhosos membros, Arthur, Janaína, Jéssica, Bárbara, Daniel, Reginaldo, Mônica e Roberta.

A minha queridíssima Zelfa Feitosa. Amiga, agradeço muito por todos os encontros, palavras de apoio, sugestões, empurrões e arengas. Seu aparecimento nesses últimos anos trouxe-me mais leveza.

À pessoa mais amada e amorosa que conheci no Locus, Dalice Alexandre, primeira a me receber e me fazer sentir em casa. Sou extremamente grato aos nossos encontros de crescimento.

Ao Andersson Lima, nosso Andy, pelos muitos risos, compartilhamento de memes, brigas, fofocas, carinho e todo o resto dialético humanista existencial fenomenológico social ético e político levantado a partir da análise das categorias do mapation afetiveton histórico cultural comunista vegano [...] Finalmente, os refrescos. Ao futuro!

À grande companheira da minha turma de mestrado, Lílian Mendonça, pelos intensos (des)encontros, pelas intensas conversas, pelas intensas vivências, pela intensa amizade, pelas

intensas confusões, enfim, por toda a intensidade que vivemos e sobrevivemos nesse ciclo.  
Avante!

A Sílvia Heleny, por toda sua beleza, simplicidade, acolhimento, presença, amorosidade e altas habilidades fotográficas. Você deixa o Locus mais leve-lindo.

Aos membros da banca, Fátima Bertini, Karla Patrícia e James Moura, pelas reflexões e apontamentos que tornaram possível vislumbrar outras possibilidades para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Às moradoras e aos moradores da Vila Vicentina, pela vivência incomparável, pela abertura, pelos afetos, pela disponibilidade e pelo interesse em construir essa pesquisa. Em especial, agradeço àquelas(es) que diretamente se doaram na construção das informações: Gordinha, Cida, Aline, Zil, J., Maria, Cláudia, Capitã, Margarida, Luciana, Sorrisão, Vêi, Filho, Eunice, Zezé, Marília e Patrícia. A pesquisa é de vocês!

A Fátima Moura, pelo imenso carinho, pela confiança e pelos encontros carismáticos cheios de risos e bombons.

À angústia e às outras dores, pelos ensinamentos. Também à palavra “abuso” que tanto tem me feito refletir e progredir.

A mim mesmo, por começar a me permitir a aceitar que sou merecedor.

*Ad infinitum.*



Há um vilarejo ali  
Onde Areja um vento bom  
Na varanda, quem descansa  
Vê o horizonte deitar no chão

Pra acalmar o coração  
Lá o mundo tem razão  
Terra de heróis, lares de mãe  
Paraiso se mudou para lá

Por cima das casas, cal  
Frutas em qualquer quintal  
Peitos fartos, filhos fortes  
Sonho semeando o mundo real

Toda gente cabe lá  
Palestina, Shangri-lá

Lá o tempo espera  
Lá é primavera  
Portas e janelas ficam sempre abertas  
Pra sorte entrar  
Em todas as mesas, pão

Flores enfeitando  
Os caminhos, os vestidos, os destinos  
E essa canção  
Tem um verdadeiro amor  
Para quando você for  
(Vilarejo – Marisa Monte)

## RESUMO

A construção do espaço urbano de Fortaleza é marcada por processos de segregação socioespacial, expressando-se também pelos casos de desapropriações/remoções de comunidades pobres localizadas, principalmente, em lugares que atraem a especulação imobiliária. As medidas de desapropriação/remoção tendem, normalmente, a considerar como relevantes as análises dos impactos na vida dos moradores relacionadas aos aspectos jurídicos e estruturais das casas, sem considerar as implicações afetivas e psicossociais das pessoas com o seu lugar de moradia. Tendo isso em vista, o objetivo geral do trabalho consistiu em analisar os afetos e as suas implicações psicossociais envolvidas no processo de remoção/desapropriação de uma comunidade. Para seu alcance, buscou-se I) descrever sobre o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza, a partir do caso da Vila Vicentina da Estância; II) compreender a afetividade presente na relação pessoa-comunidade; e III) analisar as implicações psicossociais decorrentes dos conflitos advindos do processo de desapropriação. Com base na Psicologia Social e na Psicologia Comunitária latino-americana de base Histórico-Cultural, e suporte da Psicologia Ambiental de vertente transacionalista, a pesquisa foi orientada pelo compromisso ético e político para com a realidade dos moradores da comunidade estudada, com a perspectiva de construção de conhecimento socialmente relevante. Ancorada na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa-ação-participante, o pesquisador se inseriu no cotidiano da comunidade durante o processo de desapropriação/remoção, caracterizando este como um momento contínuo em que os moradores se sentem ameaçados pela efetivação da remoção. Para a construção do *corpus*, utilizou-se como ferramentas principais I) Diário de Campo; II) Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, com entrevista acoplada; e III) Círculo de Cultura. A análise de conteúdo foi utilizada no tratamento e na interpretação das informações. Dentre os resultados, a imagem afetiva de contrastes se destacou no mapeamento afetivo, expressando indicadores de pertencimento e de agradabilidade decorrente de vivência duradoura com a comunidade (plano de fundo emocional) que contrasta com indicadores afetivos de insegurança e de destruição, emergentes não da vivência em si com a comunidade, mas das ameaças externas de remoção (plano de frente emocional). Em consequência dessa configuração emocional, os moradores se organizaram em movimento de resistência, composto, em sua maioria, por mulheres acima de 50 anos, que realizam diversas atividades comunitárias, revelando um processo marcado por uma estima de lugar de implicação ativa e potencializadora.

**Palavras-chave:** Afetividade. Desapropriação. Psicologia Social.

## ABSTRACT

The construction of Fortaleza's urban space is marked by processes of socio-spatial segregation, also expressed by the cases of expropriations/removals of poor communities located mainly in places that draw estate speculation. Expropriation/removal decrees tend to consider the impacts on the life of the residents as relevant analyzes concerning to the legal and structural aspects of the houses, without considering the affective and psychosocial implications from the people regarding their place of residence. Therefore, this research aim was to analyze the feelings and emotions involved in the expropriation/removal process of communities and their psychosocial implications. In order to reach it, we sought to I) describe the socio-spatial segregation process in the city of Fortaleza, based on the Vila Vicentina da Estância case; II) understand the affectivity present in the person-community relationship; and III) Analyse the psychosocial implications of that conflict in the daily life of the residents. Based on Social Psychology and Community Psychology from Latin America within a Historical-Cultural base, and support from Environmental Psychology from a transactionalist perspective, the research was guided by the ethical and political commitment to the reality of the studied community residents, with the perspective of construction of socially relevant knowledge. Anchored in the qualitative approach, through participatory action research, the researcher inserted himself into the daily life of the community during the expropriation/removal process, characterizing this as a continuous moment in which the residents feel threatened by the effective removal. For the *corpus* construction, it was used as main tools I) Diário de Campo; II) Affective Maps Generator Instrument, with coupled interview; and III) Culture Circle. Content analysis was used in the treatment and in the interpretation of the collected information. Among the results, the affective image of contrasts was highlighted in the affective mapping, expressing indicators of belonging and pleasantness resulted from a long lived experience with the community (emotional background) that contrasts with insecurity and destruction affective indicators, emerged not from the experience in itself with the community, but from external threats of removal (emotional front plane). As a consequence of this emotional configuration, the residents organized themselves in a resistance movement, composed mostly of women over 50 years old, who perform several community activities, revealing a process marked by an esteem for the place of active and potentiation implication.

**Keywords:** Affectivity. Expropriation. Social Psychology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização da Vila Vicentina.....	33
Figura 2	- Demolição de casas 1 .....	34
Figura 3	– Demolição de casas 2.....	34
Figura 4	– Quintal da Vila.....	112
Figura 5	– Interior da Capela.....	112
Figura 6	– Índice de Envelhecimento 2000-2030.....	175
Figura 7	– Mutirão de limpeza da Vila (Foto II).....	178
Figura 8	– Mutirão de limpeza da Vila (Foto II).....	178
Figura 9	– Capas de materiais com registos das histórias da Vila.....	180
Figura 10	– Festa Junina na Vila.....	181
Figura 11	– Folder de Divulgação Oficina de Bordado.....	181
Figura 12	- Folder de Divulgação da VI Assembleia Popular.....	182

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1	- Especificidades sociodemográficas dos participantes da pesquisa.....	54
Quadro 2	- Quadro categorial dos mapas afetivos.....	62
Quadro 3	- Metáforas sobre a Vila Vicentina da Estância.....	109
Quadro 4	- Atrativos presentes na comunidade e seu entorno.....	113
Quadro 5	- (De)Composição das imagens de Contrastes.....	119
Quadro 6	- Expressões dos Contrastes de Pertencimento x Insegurança.....	120
Quadro 7	- Relações contrastantes de vizinhança em contexto de remoção.....	123
Quadro 8	- Expressões dos Contrastes de Agradabilidade x Destruição.....	124
Quadro 9	- Sentidos contrastantes construídos a partir dos Mapas Afetivos.....	130
Quadro 10	- Estima de Lugar a partir das análises qualitativa e quantitativa.....	132
Quadro 11	- Itens indicadores de Contrastes com base na EEL.....	134
Quadro 12	- Informações sobre escolaridade, profissão e renda dos moradores de Vila...	138
Quadro 13	- Segunda origem da história dos moradores com a Vila.....	139
Quadro 14	- Terceira origem da história dos moradores com a Vila.....	140
Quadro 15	- Síntese dos elementos observados como alegre e tristes no atual contexto...	149
Quadro 16	- Síntese das emoções e sentimentos no atual contexto.....	149
Quadro 17	- O que na Vila Alegre.....	150
Quadro 18	- O que na Vila Entristece.....	151
Quadro 19	- Relações comunitárias atuais na Vila.....	152
Quadro 20	- Percepções de mudanças no cotidiano em decorrência das ameaças de desapropriação.....	154
Quadro 21	- Identificação dos autores das memórias-histórias por cor.....	159
Quadro 22	- Participação na Resistência e Estima de Lugar.....	184

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAJU	Centro de Assessoria Jurídica Universitária
Canto	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
DC	Diário de Campo
IGMA	Instrumento Gerador de Mapas Afetivos
LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação
Locus	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SSVP	Sociedade São Vicente de Paula
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A RESISTÊNCIA NA METRÓPOLE: A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>A produção do espaço urbano e a segregação socioespacial em Fortaleza.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2</b>	<b>A Vila Vicentina da Estância .....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>DELINEAMENTO E CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>Inserção na comunidade e delineamento da pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimentos e percurso metodológicos.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.1</b>	<i>Participantes.....</i>	<b>43</b>
<b>3.2.2</b>	<i>Círculo de Cultura.....</i>	<b>55</b>
<b>3.2.3</b>	<i>Instrumento Gerador de Mapas Afetivos.....</i>	<b>57</b>
<b>3.2.4</b>	<i>Entrevistas.....</i>	<b>67</b>
<b>3.2.5</b>	<i>Procedimentos de análise e interpretação do corpus.....</i>	<b>69</b>
<b>3.3</b>	<b>Aspectos éticos.....</b>	<b>71</b>
<b>3.4</b>	<b>Construção e partilha de conhecimentos.....</b>	<b>72</b>
<b>4</b>	<b>DESVELANDOS OS <i>A PRIORIS</i>: POSTURAS TEÓRICAS.....</b>	<b>78</b>
<b>4.1</b>	<b>Posturas teóricas.....</b>	<b>82</b>
<b>4.2</b>	<b>O colorido afetivo desse estudo.....</b>	<b>87</b>
<b>4.2.1</b>	<i>Baruch de Espinosa.....</i>	<b>89</b>
<b>4.2.1</b>	<i>Lev Vigotski.....</i>	<b>94</b>
<b>4.2.3</b>	<i>Agnes Heller.....</i>	<b>98</b>
<b>4.3</b>	<b>Síntese do encontro das posturas teóricas: a afetividade e as implicações psicossociais.....</b>	<b>104</b>
<b>5</b>	<b>O ANTES E O AGORA: MAPEAMENTO AFETIVO DO ENCONTRO ENTRE A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E SUAS MORADORAS.....</b>	<b>108</b>
<b>5.1</b>	<b>A Vila Vicentina é como.... (Mapeamento afetivo).....</b>	<b>108</b>
<b>5.1.1</b>	<i>Agradabilidade.....</i>	<b>111</b>
<b>5.1.2</b>	<i>Pertencimento.....</i>	<b>113</b>
<b>5.1.3</b>	<i>Contrastes.....</i>	<b>115</b>

<b>6</b>	<b>A COMUNIDADE AMEAÇADA DE DESAPROPRIAÇÃO: AFETOS E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>6.1</b>	<b>Comunidade e (des)apropriação: implicações afetivas e psicossociais.....</b>	<b>137</b>
<b>6.2</b>	<b>Memória e História: preservações socioespaciais.....</b>	<b>156</b>
<b>6.3</b>	<b>(Ident)idades: participação, conscientização e resistência.....</b>	<b>174</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>192</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>208</b>
	<b>APÊNDICE B - MAPAS AFETIVOS DA VILA VICENTINA.....</b>	<b>210</b>
	<b>ANEXO A – INSTRUMENTO GERADOR DE MAPAS AFETIVOS.....</b>	<b>222</b>
	<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>227</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A história dessa dissertação tem várias origens. Começou na minha infância, com minha comunidade. Começou de um encontro dentro da universidade, a partir de um sentimento de compreensão acompanhado de compromisso. Começou pelos passeios aos lugares da cidade: encantos, impactos, indignações e implicações. São muitos os seus pontos origem, com seus muitos modos de concebê-la, mas todos conectados pelo que se vê pelo colorido emocional psicossocial: afetividade.

As origens dessa dissertação também são simples – talvez haja beleza nesse trabalho não pela erudição das palavras, mas pelas histórias que o deram vida. Assim, busquei escrever essa dissertação, além da singularidade, pessoalidade e implicação pelo que conto, com palavras simples, com menos erudição possível e com a tentativa de equilibrar o texto entre o linguajar acadêmico e a fala cotidiana (o que pode, em alguns momentos, parecer confuso por se tratar, ainda, como eu disse, de uma tentativa). Essa iniciativa decorre de observações realizadas em eventos populares dos quais participei, nos quais, embora a perspectiva dos agentes facilitadores fosse dialogar com os moradores sobre temáticas relevantes às suas lutas, o excesso de jargões, conceitos teóricos e técnicos em suas falas dificultava o entendimento por parte dos moradores – levando os profissionais, em certos momentos, a apontar a “aparente falta de interesse” dos participantes. Mas como implicar-se por algo que parece não ter sentido? Com isso, pretendo escrever, nas partes possíveis, de modo simples para que pessoas simples possam me entender, pois é para elas que escrevo, principalmente.

Durante a graduação, estudei diversas disciplinas cujas temáticas – Psicologia do Desenvolvimento, Avaliação Psicológica, Teorias da Personalidade, etc. - não pareciam abordar a realidade que eu conhecia e vivia no mundo. Esse afastamento me trouxe certos desconfortos com a formação, como se faltassem implicações pessoais minhas para com o curso, do mesmo modo como este parecia não se implicar com aquilo que eu vivia. Somente em meu sexto semestre de curso entrei em contato com um “quefazer” (MARTÍN-BARÓ, 2011) mais próximo daquilo que conhecera nos meus primeiros anos de vida, por meio das aulas da disciplina de Psicologia Comunitária.

Nessa disciplina, conheci estudos voltados para a compreensão e transformação da vida de pessoas em condições adversas, em situações de vulnerabilidades sociais tais quais eu via pela cidade, tais quais eu vi em minha infância no interior do Ceará. Muitas das categorias de estudo da Psicologia Comunitária abordadas em aulas me despertaram maior interesse pelo fato de eu também, assim como muitos dos indivíduos estudados, ter vindo de uma comunidade,

um distrito pequeno chamado Uruquê, da cidade de Quixeramobim, localizado no sertão-central do Ceará.

Quando criança, costumava brincar ao ar livre, correr pelas matas, caçar, pescar, etc., vivências cujas lembranças constituem partes agradáveis da infância em relação ao ambiente físico da comunidade. No entanto, ao mesmo tempo em que me lembro das boas vivências que lá tive, recordo também das muitas vezes em que desejei partir de Uruquê, como se eu odiasse aquele lugar - sem saber dizer o porquê de me sentir tão hostilizado e oprimido em um lugar onde cultivava tão boas memórias.

Estudando Psicologia Comunitária pude, de certo modo, compreender melhor a relação de amor e ódio, os desejos de ficar e de partir em relação à minha comunidade. Observei que, dentre os fatores que me faziam desejar ir embora daquele lugar, não era a comunidade enquanto espaço físico, mas as redes sociopolíticas de opressão em torno dela. Afastava-me da minha comunidade em decorrência dos afetos despotencializadores<sup>1</sup> forjados pelas condições de pobreza, de opressão e pelas poucas oportunidades de mudança de vida que enxergava, naquela época, como sendo incapaz ou impossível de transformação.

Eu não compreendia esse sentimento ambíguo até estudar Psicologia Comunitária. Foi a partir da minha curiosidade, motivada pela minha própria vivência, que fui aprofundando os estudos acerca de como os moradores de comunidades a compreendem e a sua relevância no modo de viver, até que cheguei ao estudo do conceito de sentido de comunidade. Questionava-me como poderia existir esse tal sentimento de pertença pela comunidade se eu mesmo não sentia isso em relação à minha. O que despertava esse sentimento de pertença? O que fazia com que o indivíduo não se sentisse pertencente à comunidade? Obviamente, eu buscava deslindar meus próprios caminhos enquanto ex-morador de uma comunidade, lugar onde cresci e construí histórias, porém não conseguia enxergá-la enquanto lugar de moradia - sentia-me protegido, identificava-me com ela, mas não desejava morar porque sentia que lá os dias seriam mais longos até que eu alcançasse os sonhos.

Hoje em dia, eu compreendo que o sentimento de pertença está dentro de algo maior, como é a afetividade. Esta, inclusive, comporta diversos sentimentos e emoções, por vezes contraditórios, que apontam para as nossas implicações com a forma de se relacionar com as pessoas, a comunidade, a cidade, a sociedade, com a vida. Nesta minha busca por respostas, até compreendi que poderia continuar pertencente à minha comunidade, porque ainda sou filho de Karina, neto da dona Graça do seu Pinheirinho.

---

<sup>1</sup> São considerados aqueles sentimentos e emoções que nos entristecem, fazendo com que não nos impliquemos positivamente para com algo, ao mesmo em que nos deixa vulneráveis à servidão e à escravidão (SAWAIA, 2009).

A partir daí, meu interesse voltou-se, então, para a defesa dos moradores que desejam permanecer em suas comunidades e que delas são ameaçados de serem removidos. Interessei-me pelas questões de remoção/desapropriação a partir de uma avaliação, no formato de seminário, para a disciplina de Psicologia Comunitária. Dentre as temáticas propostas pela professora Elívia Cidade para a composição de seminários, muitas estavam voltadas para à discussão de marcos teóricos e metodológicos, que, embora fossem elaborados a partir de problemas concretos no momento em foram que desenvolvidos, eu enxergava como abstratos se não fossem relacionados aos emergentes problemas da cidade de Fortaleza.

Propus, então, para a minha equipe de seminário que estudássemos o sentimento de pertença de moradores de comunidades ameaçadas de remoção pelas obras da Copa do Mundo de 2014. Estávamos em 2013 e desde 2011 assistíamos muitos atos e mobilizações para evitar que essas remoções fossem efetivadas - não só em Fortaleza, mas em todo o país. Neste contexto, fazia-me sentido abordar os processos de remoções, as vinculações afetivas das pessoas com a comunidade-cidade e o compromisso do psicólogo frente a essas problemáticas.

Pesquisamos sobre as comunidades ameaçadas e aquelas parcialmente removidas, tentando compreender quais eram os motivos das remoções. Apresentamos o seminário utilizando imagens e vídeos feitos por moradores dessas comunidades, disponibilizados publicamente no *Youtube*, dos quais recortamos falas que caracterizavam o sentimento de pertença. Ao mesmo tempo, discutimos sobre o que achávamos serem as posturas ético-políticas fundamentais na atuação do psicólogo frente ao problema; posicionamentos que fomos descobrindo a partir da leitura, inicialmente, de Ignacio Martín-Baró, Cezar Wagner e Sílvia Lane.

A disciplina chegou ao fim, mas meu interesse em querer contribuir para se pensar esse problema, de modo mais amplo, permaneceu. Permaneceu também porque os problemas de desapropriações e remoções de comunidades pobres de Fortaleza nunca acabaram, são históricos e contínuos. Então senti que deveria ver de que outro modo eu poderia contribuir para a reflexão sobre o problema.

Em 2015, elaborei a primeira versão de um projeto de pesquisa para submetê-lo à seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Após aprovação nas fases iniciais, já na etapa de entrevista, as professoras Verônica Ximenes e Zulmira Bomfim me perguntaram qual a relação entre desapropriações de comunidades, Psicologia Social e Comunitária e compromisso ético-político. Acredito que tal pergunta tenha sido para me estimular a desenvolver a problemática diante do processo avaliativo, mas até hoje retorno a ela sempre que me pergunto o que estou fazendo como

pesquisador, por que e para quem. Com isso, busco costurar teórico-metodologicamente as atividades que fui observando, a partir da inserção na comunidade, justificando e posicionando a minha formação enquanto psicólogo, aprendiz de pesquisador e cidadão implicado com a realidade social, cultural e histórica da cidade - atribuindo sentido ao que construo a partir do encontro com a realidade que conheço.

Na origem dessa dissertação, tem, então, um fundo afetivo voltado para o pensar, questionar, dialogar, refletir, mobilizar e atuar – ânsia por transformação – sobre as problemáticas sociais presentes na construção do espaço urbano de Fortaleza. Com base na vertente da Psicologia Social latino-americana de base histórico-cultural (LANE, 1989; 1996; SAWAIA, 2011), acredito que é de fundamental importância que a *práxis* do psicólogo seja ética e politicamente comprometida frente às diversas formas de opressão decorrentes das desigualdades sociais. Neste sentido, enxergo que não se pode fechar os olhos para a realidade vivenciada por moradores pobres diante da dialética inclusão-exclusão (SAWAIA, 2011) na cidade que constroem – sendo os processos de despejo, de desapropriação, de remoção de comunidades pobres, enfim, de conflitos fundiários, alguns dos principais modos de segregação socioespacial em Fortaleza.

Nesta pesquisa de mestrado, os conflitos fundiários e os casos de desapropriações e remoções de comunidades pobres são apontados como atos concretos de uma construção excludente da cidade. Só nos últimos oito anos, pesquisas apontam que mais de 20 mil famílias foram removidas de suas comunidades em Fortaleza, sendo esperado que esse número aumente significativamente em decorrência das mais de 840 comunidades em condições precárias de moradia (OBSERVATÓRIO..., 2017). A exemplo, cito os casos das seguintes comunidades.

Em 2010, Cid Gomes, o então governador do Ceará, assinou o Decreto número 30.2063, declarando “de utilidade pública, para fins de desapropriação” uma área de 381.592,87 m<sup>2</sup> ao longo do trecho ramal da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e suas margens. As desapropriações destinavam-se à implantação do Projeto do Veículo Leve Sobre Trilho (VLT) em uma área, entre os bairros da Parangaba e do Mucuripe, onde se encontra a Comunidade dos Trilhos, que se trata da união de 22 comunidades. Mesmo com manifestações sociais em prol da permanência dos moradores, as obras foram iniciadas, principalmente, em decorrência das exigências de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Em 2014, a comunidade Alto da Paz foi removida violentamente para dar lugar à construção de apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida. As obras para o projeto encontram-se paradas e os moradores ainda relatam que a prefeitura não tem cumprido seus compromissos de pagar aluguel social às famílias despejadas. A comunidade do Serviluz passou

por ameaças de remoção em decorrência da construção do projeto Aldeia da Praia, que consistia numa série de intervenções, como construção de uma praça, um terminal marítimo, alargamento de vias, dentre outras; sem o objetivo de atender às demandas dos moradores da comunidade, ali instalada há mais de cinquenta anos e ainda sem acesso a saneamento básico.

A comunidade do Poço da Draga, localizada na Praia de Iracema, teme passar por processo de remoção, em virtude da construção do Acquário Oceânico pelo Governo Estadual do Ceará. Ainda que a remoção não seja diretamente em decorrência da obra, aumento do valor dos aluguéis, devido à supervalorização da área com a construção do equipamento urbano, pode ocasionar a saída dos moradores da comunidade. Em maio de 2017, mais de 700 famílias foram removidas violentamente pela polícia de um terreno no bairro Serrinha (FAMÍLIAS..., 2017). A Vila Vicentina da Estância, localizada no bairro Dionísio Torres, vem sofrendo ameaça de desapropriação, conforme os moradores, há mais de 20 anos. No entanto, as ações de retirada começaram a serem efetivadas mais fortemente em 2016 (CASAS..., 2016).

Essas comunidades estão localizadas nos arredores de bairros de Fortaleza qualificadas como nobres, atraindo os interesses da especulação imobiliária. Ainda, nos mesmos espaços, há populações de classes mais favorecidas economicamente que foram poupadas das remoções. Assim, tem-se que, historicamente, o desenvolvimento e o reordenamento do espaço urbano de Fortaleza estão entrelaçados às medidas que, além de não atenderem às necessidades da população mais pobre, causam exclusão, negação de direitos e, conseqüentemente, sofrimentos, ocorrendo por meio de realizações de obras, sejam pelo setor público ou privado, que ocasionam remoções de comunidades pobres.

Salienta-se que, quando uma remoção acontece, nem sempre os moradores são notificados previamente, como informam vídeos produzidos por eles mesmos e disponibilizados em redes sociais<sup>2</sup>. Em alguns casos, os gestores das remoções até buscam minimizar os impactos das desapropriações, por meio da disponibilização de uma casa – normalmente em conjunto habitacional – e/ou com uma indenização em dinheiro para que os moradores possam construir suas vidas em outros lugares. Porém, não consideram como relevante a análise dos impactos psicossociais que um processo de remoção pode causar na construção sóciohistórica e afetiva da relação do morador com a comunidade e com a cidade.

Para pensar essa pesquisa, alguns questionamentos foram levantados sobre o papel da Psicologia frente à construção do espaço urbano. Assim como me foi perguntado no processo de seleção do mestrado, o que a Psicologia tem a ver com a construção socioespacial da cidade?

---

<sup>2</sup> A produção mídia independente (vídeos, fotos, notícias em páginas online) tem sido bastante utilizada como estratégia para visibilizar as lutas e construir resistências das comunidades.

Qual a relação entre a Psicologia Social e as remoções de comunidades pobres? É possível pensar uma atuação do psicólogo frente à uma questão aparentemente relacionada apenas aos aspectos estruturais da cidade?

Não busquei no estudo dar respostas definitivas para essa complexa problemática. Para cada resposta, tantos outros questionamentos surgiram, principalmente em relação ao “quefazer” da Psicologia enquanto ciência e profissão, pois há uma pluralidade de olhares e posturas que definem como a Psicologia se constrói nos seus variados lugares de atuação. No que tange à perspectiva aqui adotada, busco em autores como Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró, Bader Sawaia, dentre outros, por acreditar em uma Psicologia socialmente engajada e comprometida com a transformação das desigualdades sociais sofridas pelas maiorias populares, em um sentido de conscientização, nos moldes freirianos, a libertação dos povos latino-americanos oprimidos. Neste sentido, acredita-se que, por meio do posicionamento ético-político da Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental frente às questões levantadas, há a possibilidade de se pensar a problemática além de seus aspectos puramente físico-estruturais e desenvolver uma atuação transformadora do espaço urbano, compreendendo este como um espaço físico, social, econômico, político e psicológico.

A respeito da problemática de remoção e desapropriação de comunidades pobres em Fortaleza, diversos são os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses encontradas nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Direito, Geografia e Jornalismo, podendo citar Brasil (2016), Fernandes (2016), Oliveira (2013), Góis (2013) e Justa (2012) – trabalhos que abordam, inclusive, algumas das comunidades citadas anteriormente. Na psicologia, porém, não foram encontrados muitos trabalhos recentes sobre as comunidades de Fortaleza nesse contexto, embora seja possível apontar estudos na área a respeito dos processos de desapropriação em outras cidades.

Arcaro e Gonçalves (2012), por exemplo, estudaram duas comunidades em processo de desapropriação em Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com moradores de Areia Branca e Rio do Salto que resistiam à remoção de suas casas para a construção de uma barragem. A pesquisa foi desenvolvida a luz teórica da Psicologia Ambiental e da Geografia Cultural, possibilitando a compreensão do processo de ruptura da identidade de lugar dos moradores. No Ceará, Siebra, Bomfim e Matos (2006) estudaram, ancoradas na Psicologia Ambiental, o processo de transposição dos moradores da cidade de Jaguaribara para a cidade planejada Nova Jaguaribara para dar espaço para a construção do Açude Castanhão. As autoras chegaram à conclusão de que a mudança, para os moradores, proporcionou melhores condições objetivas de vida a partir da estruturação física da cidade, no entanto, representou impactos

significativos nas condições subjetivas dos moradores, uma vez que eles perderam muitas de suas vivências simbólicas com a cidade anterior, repercutindo na identidade pessoal e coletiva.

Bertini (2014), em sua tese de doutorado, também estudou o referido processo de transposição, enfocando a dinâmica socioafetiva e os impactos psicossociais do processo de remoção urbana. A pesquisa foi realizada anos após a transposição, com os moradores já realocados na cidade de Nova Jaguaribara. Fundamentando-se na Psicologia Social de base Histórico-Cultural e na filosofia de Espinosa, a autora chegou a conceitos teóricos que possibilitam a análise de como os moradores foram afetados pela remoção e quais os impactos psicossociais desse processo.

Com base nos estudos citados e a partir da inserção na comunidade em que desenvolvo a pesquisa, tateei a construção dessa dissertação. Considerando as contribuições de Siebra, Bomfim e Matos (2006) e Bertini (2014), meu enfoque volta-se para a compreensão dos aspectos afetivos da vivência dos moradores com a comunidade, buscando compreender quais as implicações psicossociais decorrentes desse envolvimento afetivo. No entanto, a pesquisa seguiu um rumo diferente da desenvolvida pelas autoras, pois construí esse estudo durante o processo de desapropriação, em meio aos conflitos e às incertezas vividas pelos moradores no que tange à permanência na comunidade. Neste sentido, a pesquisa se aproxima do estudo de Arcaro e Gonçalves (2012), construído durante o conflito fundiário. Contudo, diferencia-se deste em decorrência da perspectiva participativa nas questões da comunidade em que fui me inserindo. Em campo, meu compromisso com sua dinâmica me levou a adotar uma postura mais ativa, de construção de conhecimento dialogado ao mesmo tempo em que também fui sendo solicitado a ajudar nas suas demandas, ao ajudar e apoiar a construção dos seus eventos de visibilidade e resistência.

A pesquisa foi desenvolvida em torno da pergunta principal “Quais os afetos e as suas implicações psicossociais vividas por moradores de comunidades ameaçadas de desapropriação/remoção?”. Inicialmente, essa pergunta de partida consistia em “Quais os impactos psicossociais vividos por moradores de comunidades em processo de desapropriação?”. Como impacto, acreditava que muitas das vivências dos moradores ameaçados de perder seu lar consistiam em adoecimento, deterioração das identidades pessoais e coletivas, rompimento de vínculos comunitários, dificuldades de acesso aos bens e serviços da cidade, etc. Em campo, observei que, ao se considerar os sentimentos e as emoções (afetividade) em detrimento dos impactos, há maior abrangência na compreensão sobre o fenômeno estudado, uma vez que a afetividade envolve tanto os sentimentos que entristecem como também os que alegram, e a conseqüente forma como estes potencializam ou

despotencializam a vivência da pessoa (SAWAIA, 2009; BOMFIM, 2010). Na Vila Vicentina, onde desenvolvi a pesquisa, observei que, assim como há impactos negativos na vida dos moradores que os fazem sentir medo, insegurança, adoecimento e até mesmo desistirem da comunidade e aceitar as negociações de transferência, há também emoções e sentimentos que os mobilizam para a construção de lutas coletivas por permanência na comunidade. Essa alteração na pesquisa a partir do campo também dialoga com a perspectiva teórica adotada, em que ser afetado por determinado evento também reflete formas de se implicar com ele (HELLER, 2004).

A partir das transformações que foram ocorrendo em campo<sup>3</sup>, cheguei ao que aqui concebo como resultado da pesquisa. Desse modo, o objetivo do trabalho consistiu em analisar os afetos e as suas implicações psicossociais envolvidas no processo de remoção/desapropriação de uma comunidade. Em específico, a) Descrever sobre o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza, a partir do caso da Vila Vicentina; b) Compreender a afetividade presente na relação pessoa-comunidade; e c) Analisar as implicações psicossociais decorrentes dos conflitos advindos do processo de desapropriação.

Considero importante salientar o que entendo a respeito de “processo de desapropriação/remoção” presente na pergunta principal e nos objetivos. Conforme apontado anteriormente, há pesquisas que foram realizadas quando as cidades/comunidades já haviam sido removidas; e outras que, embora os pesquisadores tivessem se inserido durante o conflito, não se posicionaram de modo ativo. Considerando o avanço dessas pesquisas, mas adotando uma postura participativa, concebo o “processo de desapropriação” como o momento em que a comunidade estudada vivencia o conflito. Ou seja, concebo o processo como o conjunto de eventos vivenciados pelos moradores não apenas após a remoção, mas, principalmente, durante as ameaças e a possível efetivação das remoções/desapropriações.

A compreensão de tais aspectos nos auxilia a problematizar o processo de construção do espaço urbano da cidade, assim como auxilia no desenvolvimento de alternativas viáveis à remoção; ou na construção de alternativas que diminuam o impacto nos casos em que não há possibilidade de permanência. Ademais, estudar a construção socioafetiva e o simbolismo do espaço para as pessoas, além de possibilitar a explicação de processos psicológicos da relação pessoa-ambiente, é útil para desenvolvimento de intervenções com sujeitos em grupos sociais e para a criação e a gestão do ambiente (POL; VALERA, 1999).

---

<sup>3</sup> Apresentei um trabalho nos Encontros Universitários da UFC apontando as transformações que foram ocorrendo no decorrer da pesquisa, intitulado “Os caminhos da pesquisa a partir da vivência em campo” (PACHECO; BOMFIM, 2017).



A apresentação dos resultados pesquisa se apresenta em cinco capítulos, que visam à exposição e discussão do desenvolvimento de sua construção. O primeiro, orientando pelo primeiro objetivo específico da pesquisa, apresento como o espaço urbano de Fortaleza vem sendo construído ao longo dos anos, demarcando os processos de remoção/desapropriação como medidas excludentes, utilizando o caso da comunidade Vila Vicentina da Estância como foco para a análise da problemática. No segundo capítulo, referente aos aspectos metodológicos, discorro sobre o processo de inserção na comunidade e como, a partir da participação nas atividades da comunidade, a pesquisa foi se delineando. Apresento também os principais métodos de construção de *corpus* e de análise das informações, tais como o Diário de Campo, Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), Entrevista, Círculo de Cultura e Análise de Conteúdo.

O terceiro capítulo diz respeito às posturas teóricas adotadas na pesquisa. Neste capítulo, apresento o engajamento ético e político da Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental como forma de construção de conhecimento relevante aos problemas sociais emergentes da cidade. Apresento como a afetividade se constitui como a categoria principal do estudo, abordando como a Psicologia Social (com as leituras das autoras Sílvia Lane, Bader Sawaia e Zulmira Bomfim) concebe as emoções e os sentimentos a partir das contribuições teóricas de Baruch de Espinosa, Lev Vigotski<sup>4</sup> e Agnes Heller. O quarto capítulo se orienta pelo segundo objetivo específico da dissertação. A partir dos resultados do IGMA, apresento o mapeamento afetivo da Vila Vicentina, abordando como se configuraram as principais imagens afetivas no contexto da comunidade ameaçada de remoção.

O quinto capítulo foi construído com base no terceiro objetivo específico, buscando compreender as implicações afetivas e psicossociais envolvidas no processo de desapropriação/remoção. Nele, busquei explicar como ocorrem a transformação de um espaço físico em uma comunidade, como o resgate da memória e da história dos moradores com a comunidade pode se configurar como um forte instrumento de resistência e como o desenvolvimento e a participação em atividades comunitárias repercutem no processo de conscientização e mobilização dos moradores frente aos problemas da comunidade. Por fim, nas considerações finais, aponto as contribuições teóricas dessa dissertação a partir de uma história/vivência da minha aprendizagem de “tonar-se pesquisador no campo de estudo”.

---

<sup>4</sup> No decorrer da dissertação, a grafia do nome do autor aparecerá de diferentes formas em decorrência do modo como o nome do autor aparece nas publicações de suas obras. Dentre as variações, tem-se Vygotski, Vigotski e Vygotsky.

## **2 A RESISTÊNCIA NA METRÓPOLE: A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA**

Este capítulo busca atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Discorre sobre a construção do espaço urbano da cidade de Fortaleza, demarcando os processos de segregação socioespacial decorrentes de processos de remoção/desapropriação e, em alguns casos, da própria estruturação das políticas públicas voltadas para as questões de moradia. Apresento, também, como a Vila Vicentina da Estância – enquanto uma comunidade ameaçada de remoção – se configura nesse contexto, representando as contradições da organização do espaço urbano e das próprias políticas públicas frente aos processos de segregação socioespacial.

### **2.1 A produção do espaço urbano e a segregação socioespacial em Fortaleza**

Historicamente, a expansão de Fortaleza decorreu de um processo de urbanização e metropolização entrelaçado às desigualdades econômicas e sociais, no qual uma parcela da população tomou posse da cidade enquanto mercadoria e outra de forma “ilegal”, construindo comunidades próximas ao centro e na faixa litorânea (DIAS, 2010). Pode-se apontar como um dos fatores para esse processo o aumento do número de migração do interior do Estado para a Capital, em decorrência das secas que acarretavam impossibilidades de permanência da população no interior.

Durante o século XX, a construção do espaço urbano no país, foi marcada tanto pela desigualdade de acesso à terra como também pela valoração desigual das áreas de seu território (BRASIL, 2016). Para a autora, dois fatores foram condicionantes nesses acontecimentos, a saber, a I) terra enquanto mercadoria de alto preço e como propriedade privada; e II) a falta de planejamento do espaço urbano de modo integrado que pudesse atender às cidades e aqueles que nela moram. Como resultado, observou-se um processo de exclusão da população em ter acesso à moradia digna e aos serviços de oferecidos pela cidade (BRASIL, 2016).

Desde 1813, Fortaleza apresenta assentamentos informais, identificados na primeira planta da cidade, Planta Silva Paulet (BRASIL, 2016). No entanto as áreas, localizadas nas proximidades do porto do Mucuripe, não foram alvo de propostas de transformação. A expansão do espaço urbano esteve desacompanhada da elaboração de políticas públicas e habitacionais eficientes que visassem atender essa população pobre em situação de moradia

precária. Brasil (2016) aponta que os planos que chegaram a ser pensados nos séculos XIX e XX apresentavam apenas propostas higienizadoras e de embelezamento, sendo por volta de 1960 que começaram a surgir propostas habitacionais estatais mais concretas, por meio dos financiamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensão e pela Fundação da Casa Popular.

Essas políticas possibilitaram a construção de conjuntos habitacionais em todo o país com o intuito de atender às classes de baixa renda. No entanto, essas medidas não poderiam resolver o problema da habitação no país. Embora os financiamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensão objetivassem alcançar às classes de baixa renda, observava-se a criação de categorias privilegiadas, excluindo outros setores sociais, como trabalhadores informais urbanos e trabalhadores rurais (BONDUKI, 1998). Em relação à distribuição dos benefícios da Fundação da Casa Popular, Bonduki (1998) aponta que se tornou um prêmio de loteria ser contemplado pelo programa, uma vez que este apresentava uma seleção duvidosa de beneficiados, limitações ao acesso e um elevado teto para o financiamento, restringindo o acesso apenas para famílias da classe média.

Em relação à construção dos conjuntos em Fortaleza, estes foram construídos em terrenos distantes do centro da cidade, cujos preços eram mais baixos. Evidenciou-se mais um momento de exclusão social, pois as pessoas, que já moravam em condições precárias, passaram a morar distantes do centro da cidade, onde se concentravam os locais de trabalho e outros equipamentos urbanos.

No período da Ditadura Militar, na década de 1970, houve uma grande produção habitacional, por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), com o intuito de solucionar o déficit habitacional do país (BRASIL, 2016). Em Fortaleza, esse processo foi efetivado por meio da Companhia Estadual de Habitação do Ceará (COHAB-CE), construindo grandes conjuntos habitacionais que ocuparam parte da Região Metropolitana de Fortaleza – levando em consideração a disponibilidade dos terrenos e os devidos preços.

Neste período, ainda que houvesse a iniciativa de resolver os problemas habitacionais, as medidas apresentavam caráter segregacionista, de periferização, apresentando baixa qualidade urbanística e arquitetônica (BRASIL, 2016). Essa construção dos conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza, no entanto, representou uma lógica perversa, uma vez que sequer considerou os assentamentos precários que a cidade já tinha. Ao contrário, a construção das habitações e a inserção dos moradores neles foi ao encontro com as práticas de remoções de comunidades de diversas áreas de Fortaleza (BRASIL, 2016).

Segundo Freitas e Pequeno (2015), nas décadas de 1970 e 1980, as metrópoles das

idades brasileiras se caracterizavam pela existência de periferias nas regiões periféricas, cuja população vivia em situações muito inferiores àquelas pessoas que moravam nos bairros centrais, caracterizando o modelo de socioespacial centro-periferia. Neste período, a política habitacional existente era do Banco Nacional de Habitação, considerada como um dos grandes fatores para tal forma de segregação socioespacial, além de expandir o tecido urbano ao ponto de gerar altos custos para a gestão do território.

No período de redemocratização do país, em 1990, foi desenvolvido o Programa de Ação Imediata para a Habitação como tentativa de incluir o mercado imobiliário privado na produção de Habitação de Interesse Social. Novamente, os conjuntos habitacionais em Fortaleza continuaram sendo construídos em zonas periféricas. No entanto, Freitas e Pequeno (2015) apontam que esse processo de segregação centro-periferia começa a enfraquecer, decorrendo, principalmente de dois fatores. O primeiro diz respeito a uma maior diversificação social nas periferias, que até então somente eram habitadas por setores das classes mais pobres – as classes mais ricas, por exemplo, passam a morar em condomínios fechados nessas áreas. O segundo está relacionado a difusão da pobreza por todo o resto do espaço urbano, havendo uma explosão populacional que repercute no aumento das áreas de favelas – há ocupações em áreas acessíveis, mas com condições impróprias para moradia, como zonas alagadas, encostas, morros, etc.

Nesta mesma época, aconteceram algumas intervenções em favelas, proporcionadas pelo programa Habitar Brasil, cuja proposta era de urbanizar os espaços de favela (BRASIL, 2016). Em Fortaleza, o programa ficou restrito a poucas favelas e a escolha destas estava aquém das necessidades das comunidades em maior situação de precarização. Brasil (2016) destaca que as iniciativas estavam voltadas para os interesses do mercado imobiliário e para o embelezamento da cidade, a fim de construir uma cidade turística.

Na década de 2000, houve um aumento da produção habitacional, uma vez que as mudanças no cenário macroeconômico do Brasil transformou as formas como a cidade é produzida, a partir das alterações nas políticas federais, como Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), Sistema Nacional de Habitação (Lei nº 11.124 de 2005) e mesmo o programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado em 2009 (FREITAS; PEQUENO, 2015). Mesmo com essas alterações, com políticas que visam o atendimento às parcelas pobres da cidade, os interesses do mercado imobiliário acabaram prevalecendo (FREITAS; PEQUENO, 2015).

Com o Governo do Partido dos Trabalhadores, há uma estruturação do Ministério das Cidades e a instituição Conselho das Cidades (2003), levando a construção, em 2004, da Política Nacional de Habitação (PNH), “[...] que têm como principal meta garantir à população,

especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna” (BRASIL, 2010, p.139), com objetivos e diretrizes voltados para “[...] suprir o vazio institucional e estabelecer as condições para se enfrentar o déficit habitacional (BRASIL, 2010, p.140). Dentre os eixos de atuação dessa política, Freitas e Pequeno (2009) destacam o eixo de habitação de mercado, cujo principal objetivo voltava-se para estimulação do mercado imobiliário privado em atuar na produção habitacional voltada para as classes mais pobres, a fim de que diminuísse a elitização da produção imobiliária das décadas passadas.

No que tange ao desenvolvimento dessa política na região Metropolitana de Fortaleza, o aumento de incentivos à produção habitacional não foi suficiente em combater os processos de exclusão socioespacial (FREITAS; PEQUENO, 2015). Conforme os autores, a falta de alternativas que pudessem resolver a carência habitacional também da classe média acabava por inflacionar os preços para as classes baixas, potencializando o processo de gentrificação<sup>5</sup>.

Com o Programa Minha Casa, Minha Vida (2009), foi observado, por exemplo, a falta de alternativa em construir moradia para as faixas de baixa renda em bairros com infraestrutura adequada, principalmente porque os terrenos com os serviços mínimos requeridos pelo programa situavam-se em áreas supervalorizadas da cidade, cujos preços extrapolavam o valor de 45 mil reais previsto pelo programa (FREITAS; PEQUENO, 2015). Uma das alternativas para o andamento do programa, observadas pelas análises de Freitas e Pequeno (2015), foi destinar a moradia para as classes mais baixas nas áreas periféricas da cidade, rebaixando os padrões de serviços urbanos para essa faixa de renda.

Até os dias atuais, observa-se o aumento da quantidade de família atendidas por programas de garantia de moradia. No entanto, as medidas ainda se restringem à construção de conjuntos habitacionais e aos poucos processos de urbanização de favelas. Destaca-se, também, que os conjuntos continuam sendo construídos na periferia em detrimento do centro.

Desse modo, aponta-se que a estruturação do espaço urbano de Fortaleza, assim

---

<sup>5</sup> O termo gentrificação tem origem em 1964 com a socióloga britânica Ruth Glass. Com base na palavra francesa *gentrifier* (relacionado à origem nobre, gentil), a autora cria a palavra *gentrification* para caracterizar os fenômenos sociais nos quais, por conta do mercado imobiliário, a parte pobre de moradores tradicionais de uma determinada área é substituída por uma nova classe rica em decorrência das transformações, por exemplo, de revitalização da área (RANGEL, 2015). Esse processo acontece, por exemplo, quando determinada área começa a ser revitalizada, começa a receber um status de área nobre, atrai os interesses do setor imobiliário e, então, o valor do custo de vida na região se eleva, fazendo com que os moradores mais pobres acabem por não conseguir manter a vida no local. Como se pode observar, o processo envolve tanto uma mudança física no local como também uma mudança nas relações de classe, ocasionando um processo de segregação socioespacial.

Fonte: RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos Naui**. v.1, n.7, jul-dez, 2015.

como do restante do país, é carregada de contradições. O espaço configura-se segregado, havendo bairros bem estruturados, com elevado desenvolvimento infraestrutural, social e econômico; e, nas adjacências, favelas em situações precárias. A expansão desordenada da cidade se dá desacompanhada de políticas urbanas habitacionais, expressando-se na construção de um espaço marcado de disparidades estruturais entre os bairros adjacentes.

Maricato (2013) afirma que a cidade é um patrimônio construído histórica e socialmente, no entanto, a sua apropriação, por parte das pessoas que nela vivem, ocorre de modo desigual, sendo a renda imobiliária e/ou a localização (cujo preço é calculado a partir da avaliação de seus atributos) os causadores desse problema. Maricato (2015) também aponta a globalização como um fator de impacto negativo para as cidades de países periféricos, como Fortaleza. Conforme a autora, em decorrência da globalização da política urbana do capitalismo nos países capitalistas periféricos, padrões de urbanismo modernista foram introduzidos a uma parte das cidades, enquanto aos arredores há ocupações ilegais, promovidas por favelas, cortiços e loteamentos clandestinos, formando “ilhas de primeiro mundo” (MARICATO, 2015).

Desse modo, percebe-se que a construção do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, marcado pelo encontro de diversos interesses e visões. Ou seja, “a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo” (MARICATO, 2015, p.83). A esse respeito, Harvey (2013, p.30) aponta que

A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes que se chocam. Mas a diferença também pode resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos.

Nota-se que as intervenções urbanísticas realizadas pelo Poder Público acentuam esse caráter segregacionista do desenvolvimento urbano. Na elaboração de projetos urbanos, a parcela pobre das comunidades torna-se o alvo para as intervenções, no entanto não são esperadas melhorias estruturais como de saneamento básico ou de revitalização dos espaços públicos. Essa parcela da população, na verdade, torna-se o alvo de desapropriações para que espaço urbano se torne mais agradável para a parte economicamente favorecida da população, gerando, assim, valorização da terra urbana que outrora era habitada por moradores de comunidades pobres. A reestruturação e embelezamento da cidade fundamentam-se em uma higienização social que realiza obras de reordenamento urbano com o foco na retirada das populações de menor renda de suas comunidades para que novos equipamentos urbanos de

melhores aspectos paisagísticos substituam o feio cenário de pobreza, diminuindo os contrastes visuais, configurando-se, muitas vezes, como um processo de gentrificação.

No processo de gentrificação, o embelezamento do espaço urbano acontece à custa da remoção de comunidades pobres situadas em áreas de interesse das minorias sociais de maior poder aquisitivo. As comunidades são afastadas dos lugares de origem, intensificando a segregação socioespacial/residencial na cidade e os impactos psicossociais decorrentes da exclusão, uma vez que os moradores de comunidades, já em situações precárias, passam a morar em outras regiões, também precárias, e passam a ter outros problemas para enfrentar, como a distância entre a nova moradia e o local de trabalho, a escola, os serviços de saúde, equipamentos de lazer dentre outros.

Corrêa (2013) destaca que o caráter fragmentado do espaço urbano se constitui por áreas distintas entre si no que diz respeito à gênese e à dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas. Aponta como um dos fatores geradores dessa fragmentação urbana a segregação residencial, definida como um processo no qual as classes sociais ou suas frações constituem o conteúdo essencial, mas não exclusivo, das áreas segregadas. Dessa forma, as classes sociais se concentram em determinadas áreas da cidade, gerando espaços parcialmente homogêneos em seu interior, mas profundamente heterogêneos entre si. É o que se observa, por exemplo, em Fortaleza onde um punhado de bairros com áreas de solo urbano mais valorizado<sup>6</sup> concentra as moradias e os serviços voltados para as populações de maior renda, concentrando, ainda, diversos equipamentos urbanos, em contraste com bairros periféricos, onde as populações de menor renda convivem, muitas vezes, com a ausência do acesso a serviços e direitos básicos.

Importa, ainda, destacar a parcialidade do caráter homogêneo dos espaços urbanos que compõem os fragmentos de cidade mencionados por Corrêa (2013). Muitas vezes, observa-se a convivência de populações de maior e de menor renda em determinadas áreas, geralmente bem servidas de infraestrutura e serviços urbanos. Tal convivência, no entanto, nem sempre – ou quase nunca – ocorre de forma harmoniosa, sendo na realidade permeada de tensões e tentativas de expulsão das populações pobres que ocupam áreas valorizadas da cidade para que o mercado possa tomar posse delas por completo, acentuando o caráter segregacionista da dinâmica urbana. Para Corrêa (2013), a política de classe geradora dessa segregação é imposta de maneira explícita, tendo a expulsão à força de populações pobres de áreas valorizadas ou com potencial de valorização pelo mercado um dos meios mais conhecidos de reverter os

---

<sup>6</sup> Segundo Villaça (1998, p.151), “os preços do solo é que são frutos da segregação”.

padrões espaciais das áreas segregadas. Para tanto, muitas vezes são utilizados grandes projetos ou obras públicas cujo investimento será plenamente apropriado pelo mercado.

O caráter de convivência conflituosa entre classes em determinadas áreas do espaço urbano decorre de características particulares do modo de desenvolvimento das cidades brasileiras. Corrêa (2013) aponta três modelos explicativos para compreender a espacialização do processo de segregação, a saber, o modelo Kohl-Sjoberg, o modelo Burgess e modelo Hoyt.

No primeiro modelo, Kohl-Sjoberh, há um padrão de espacialidade centro-periferia, no qual a elite ocupa o centro, enquanto as classes pobres ocupam as periferias destituídas de infraestrutura urbana. O modelo Burgess define uma configuração em que as elites passam a ocupar áreas distantes do centro, ao passo que as áreas centrais, marcadas por habitações precárias e altas densidades, passariam a ser ocupadas pelas massas trabalhadoras. Isso se daria em razão de uma combinação de fatores envolvendo a propriedade da terra e dos imóveis e sua valorização, a ação de agente modeladores do espaço urbano e suas expectativas em face de processos de desvalorização/valorização do núcleo central de negócios da cidade.

O modelo Hoyt, por fim, explica que a expansão espacial da cidade e a segregação residencial se fazem ao longo de setores, e não de acordo com zonas concêntricas. Setores enfatizados por suas características de amenidades naturais ou que fossem socialmente produzidas. Os setores de alto status social acompanham eixos de circulação rápida, dotados de amenidades, livres de problemas ambientais e sem barreiras que impeçam a expansão urbana, acompanhando também a expansão de atividades comerciais e de escritório.

As cidades latino-americanas apresentam características dos três modelos, configurando-se uma espacialidade complexa. Nesses locais, a segregação residencial apresenta-se poligenética e complexa, exibindo configurações espaciais com distintas temporalidades coexistindo no mesmo espaço no presente. Esses modelos “[...] podem aparecer de modo combinado, ora sendo mais significativo, ora outro se destacando em termo de ocorrência espacial” (CORRÊA, 2013, p.49).

Nesta perspectiva, aponta-se que estruturação do espaço urbano de Fortaleza é carregada de contradições, configurando-se segregada, havendo bairros bem estruturados, com elevado índice de desenvolvimento estrutural, social e econômico; e, nas adjacências, favelas em situações precárias. Ademais, tanto a estruturação como a expansão da cidade se dão de modo desordenado sem o acompanhamento de políticas urbanas habitacionais eficazes.

No desenvolvimento dessa pesquisa, foram considerados as ações de desapropriações e remoções de comunidade como uma das grandes medidas que promovem a segregação socioespacial na cidade, como demonstrados os exemplos na introdução desse



estudo. Pesquisas realizadas pelo Observatório das Remoções apontam que, entre 2009 a setembro de 2017, estima-se que mais 28 mil famílias tenham sido ameaçadas ou removidas de suas casas na Região Metropolitana de Fortaleza. Desse número, em torno de 23 mil seriam de Fortaleza (MAIS DE..., 2017). Desses casos, 53% aconteceram sem ordem judicial ou administrativa e em 61% foi relatado ação violenta durante a ação de remoção.

Nesse estudo, o objetivo principal não é só compreender objetivamente como de são os processos de desapropriação ou remoção<sup>7</sup> dos moradores de suas comunidades. Cabe salientar, inclusive, que desapropriação, no estudo, não é compreendida somente em sua conceituação jurídica, mas também em seu aspecto sociopsicológico. No primeiro caso, concebe-se a desapropriação como um procedimento pelo qual o Poder Público, ou terceiros mediante acordo com a Lei, retira a posse do dono de determinada propriedade sob a justificativa de necessidade, utilidade pública ou interesse social, dividido o processo em duas fases: I) declaratória, em que há uma declaração de utilidade pública ou interesse social em determinada área; e II) executória, relacionada à execução no plano concreto voltado para a efetivação da retirada dos moradores da área, por meio de ações administrativas ou judiciais<sup>8</sup>.

Com base na Psicologia Ambiental, a desapropriação passa, também, a ser compreendida como um processo ou meio de fazer com que os moradores não mais sintam que esses espaços lhes são pertencentes, agindo alheios a eles (POL, 1996). Neste último caso, observa-se que a estrutura social atual busca, por meio das relações de poder, fazer com que poucos espaços sejam apropriados por parte de todos, diminuindo as implicações e mobilizações de luta dos moradores para com os seus lugares.

Tendo isso em vista, tomei a comunidade Vila Vicentina da Estância, ameaçada de remoção, como expressão de como se configuram as expressões de segregações socioespaciais. A partir dessa comunidade, busquei compreender os sentimentos e as emoções, bem como as implicações psicossociais, vividas por moradores que vivem sob ameaças de remoção/desapropriação. A seguir, apresento o atual contexto em que a comunidade se insere.

---

<sup>7</sup> Por não ficar restrito às concepções jurídicas, “remoção” e “desapropriação” são palavras utilizadas no decorrer do texto como sinônimos para se referir aos atos físicos e sociopsicológicos de retirada dos moradores de suas casas e consequente despersonalização da relação morador-comunidade.

<sup>8</sup> ABAGGE, Yasmine de Resende. Breves comentários sobre o instituto da Desapropriação. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&%20artigo\\_id=2582](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigo_id=2582). Acesso em 16 de maio de 2018.

## 2.2 A Vila Vicentina da Estância

A Vila Vicentina da Estância, também conhecida como Vila Cinzenta, remonta da primeira metade do século XX, tendo sua história ligada ao desenvolvimento do próprio bairro onde está situada, Dionísio Torres<sup>9</sup>, e a consequente expansão do espaço urbano de Fortaleza. Conforme Duarte Junior *et al.* (2017), a Vila Vicentina está localizada em uma área que originalmente pertenceu a Gonçalo Baptista Vieira, o Barão de Aquiraz, posteriormente adquirida pelo farmacêutico Dionísio de Oliveira Torres, em meados de 1906.

Em 1938, o farmacêutico doou parte das terras para a entidade religiosa Sociedade São Vicente de Paula (SSVP) a fim de que fosse construída habitação de cunho social. Até então, a região ainda era marcada pela grande quantidade de áreas verdes, sem a presença de edificações e/ou equipamentos urbanos. Tais aspectos históricos podem ser observados a partir da leitura do cordel “A História da Vila Cinzenta”, escrito pela moradora Maria Onira de Albuquerque, no dia 07 de abril de 1970<sup>10</sup>.

1	4
Num recanto de minha cidade Num bairro pouco além Quase desconhecido por todos Porém pertencia a alguém.	Aqui, vou descrever Os frutos da mais bela ação Tornando curioso a todos E causando admiração.
2	5
Era de um homem bastante rico Cheio de vida e fulgor Era amigo da pobreza Poís assim o demonstrou	No mundo em que vivemos Diante de tanta pobreza Sempre aparece alguém Dotado de nobreza.
3	6
Doando êle êste recanto Para um grande senhor Passando por tinta e papel Com todo carinho e amor.	Falo de uma sociedade De um órgão beneficente Aqui deixo frisado o nome Dos confrades de São Vicente. Que transformaram aquêle recanto No mais belo ambiente.

Fonte: Albuquerque (1980).

Atualmente, o bairro Dionísio Torres integra a área da Secretaria Executiva

<sup>9</sup> Conforme a Lei nº 3.500 de 09 de dezembro de 1967, sancionada pelo prefeito José Walter Barbosa Cavalcante e secretário municipal de Administração Milton Pinheiro, o bairro que antes se chamava de Estância passa a ser denominado de Dionísio Torres, em homenagem A Dionísio de Oliveira Torres.

<sup>10</sup> Maria Albuquerque morreu há alguns anos, mas deixou essa valiosa descrição histórica da Vila, por meio da arte, que foi resgatada pelas lideranças da comunidade.

Regional II da Prefeitura Municipal de Fortaleza, onde também estão localizados alguns dos bairros mais ricos da cidade, tais como Aldeota, Cocó e Joaquim Távora. A população do bairro está em torno de 15.600 habitantes, cuja renda média é de 2.700,05 reais (IPECE, 2012). Estruturalmente, dispõe de rede de abastecimento de água, de saneamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação, além da presença de equipamentos e serviços públicos nas proximidades, como unidades básicas de saúde e ampla possibilidade de acesso aos transportes públicos.

Dentro do bairro, a Vila é delimitada pela Avenida Antônio Sales e pelas ruas Tibúrcio Cavalcante, Nunes Valente e Dom Expedito Lopes (Ver Figura 1). A comunidade era composta por 42 casas pequenas de paredes conjugadas, com frentes para a rua e fundos para um grande quintal comunitário. Atualmente, conta com 34 casas, pois oito foram demolidas em outubro de 2016.

Figura 1 – Localização da Vila Vicentina



Fonte: Duarte Junior *et al.* (2017).

Os moradores relatam que sofrem há anos as ameaças de remoção, no entanto as ações mais efetivas para a retirada começaram em 2016, por meio de assédio moral, pressão psicológica e a efetivação de demolição de casas (CASAS..., 2016). O conflito se inicia quando a SSVP, alegando necessidades financeiras, vende o terreno da Vila para uma construtora de imóveis. Parte do conflito também se dá por não haver “um documento hábil de que a posse do imóvel fosse deles [SSVP]”, que possa “comprovar a propriedade, porque o registro do imóvel está no nome de Dionísio Torres doando para a sociedade São Vicente de Paula”, como relata Mayara Justa (MAIS..., 2018). Sem esse título de propriedade, não é possível a negociação da

área, assim como a instituição não pode reivindicar a posse do terreno da Vila.

Em entrevista concedida ao Observatório das Remoções (APÓS..., 2018), a advogada que acompanha o caso, Mayra Justa, relata que, naquele ano, um representante da construtora BSPAR pressionava os moradores para que aceitassem as negociações (um apartamento na cidade de Maracanaú ou uma quantia de 50 mil reais). Nessa ocasião, os moradores ficaram com medo de que a comunidade fosse vendida e eles não mais tivessem local para morar, então alguns aceitaram as ofertas e outros buscaram apoio no Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar.

As casas negociadas foram demolidas no dia 28 de outubro de 2016, a partir de uma ordem judicial de reintegração de posse (Ver Figuras 2 e 3). Neste dia, pela manhã, chegou à comunidade um oficial de justiça, juntamente com policiais militares e trabalhadores para realizar o processo de reintegração, bem como demolir as casas. Na ocasião, três casas foram completamente demolidas e outras cinco foram destelhadas.

Figura 2 – Demolição de casas 1



Fonte: Diário do Nordeste (2006).

Figura 3 – Demolição de casas 2



Fonte: O Povo (2016)

Com o alvoroço, a advogada Mayara Justa somente conseguiu, ao final do dia, suspender parcialmente a ordem de demolição das casas, com a determinação judicial de que qualquer ação de demolição resultaria uma multa de 100 mil reais por dia (MAIS..., 2018). Sobre a suspensão da demolição das casas, por porte do juiz José Cavalcante Júnior, as advogadas da SSVP apontaram que essa decisão foi em decorrência de “uma mídia sensacionalista e descompromissada com a verdade dos fatos”, levando o juiz a agir sob pressão de “[...] ativistas de boutique e políticos que se aproveitam da repercussão da causa para granjear popularidade” (FORTALEZA, 2017, p.6).

Como as casas são germinadas, a demolição ocorrida trouxe problemas para as demais casas, comprometendo as estruturas com infiltrações, rachaduras, etc., além de, no âmbito psicológico, deixar os moradores inseguros não só quanto a retirada da comunidade, mas também quanto a possibilidade de as casas acabarem desabando.

Frente à iminência de demolição de toda a comunidade, a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) recebeu três pedidos de tombamento da Vila, solicitados, individualmente, pelos os vereadores João Alfredo (Partido Socialismo e Liberdade) e Guilherme Sampaio (Partido dos Trabalhadores) e o pelo professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará Romeu Duarte, sendo o pedido deste último atendido. Com isso, a Vila Vicentina recebeu o tombamento provisório, por um período de seis meses, para que estudos fossem realizados a respeito de sua relevância patrimonial, histórica e cultural para a cidade.

No período de fevereiro a maio, uma equipe, sob coordenação do professor Romeu Duarte, realizou levantamentos históricos, arquitetônicos, etc. sobre a Vila, gerando um relatório denominado Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE (DUARTE *et al.*, 2017). Este estudo foi entregue à Secultfor, onde uma equipe técnica da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural da secretaria deve analisá-lo, juntamente com a realização de outros estudos, a fim de elaborar a instrução de tombamento da comunidade. Após essa análise, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) emitirá um parecer, aprovando ou não o tombamento definitivo, devendo ser sancionado pelo prefeito Roberto Cláudio e pelo secretário municipal de Cultura da cidade.

Desde agosto de 2016, a comunidade vem recebendo apoio de diversos setores sociais, tais como dos advogados do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, pesquisadores do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) da Universidade Federal do Ceará, atores de movimentos sociais e alunos de graduação e pós-graduação de diversos cursos (Direito, Arquitetura, Psicologia, Publicidade, etc.) universidades. Ademais, para conseguir visibilidade e enfrentar as pressões, os moradores se organizaram em um movimento denominado Resistência Vila Vicentina, que realiza diversas atividades na comunidade (como oficinas, palestras, jogos, exposições, etc.) com o objetivo de atrair apoiadores. Após a realização dessas atividades, os moradores publicam fotos em uma página no Facebook, que recebe o mesmo nome do movimento de resistência, para aumentar as repercussões.

Importante pontuar nem todos os moradores fazem parte da Resistência, sendo este também um processo conflituoso dentro da comunidade. Dentre as famílias que moram na comunidade, vinte e uma desejam negociar as moradias e outras quinze resistem pela permanência. Estes últimos moradores, com os quais essa pesquisa foi realizada, afirmam que aqueles moradores que desejam sair, em muitos casos, parecem aceitar as negociações “com medo de sair sem nada da Vila”. No entanto, as negociações com a imobiliária parecem incertas,

uma vez que esta somente concretiza a negociação se todos os moradores aceitarem sair da comunidade.

A partir de entrevistas realizadas com os moradores da comunidade e a advogada Mayara Justa, Rocha (2017) compreende que o dilema principal entre os moradores que querem negociar suas casas se dá sob pressão que os torna polarizados entre o sair da comunidade “com alguma coisa” ou resistir contra “pessoas poderosas” e sair “sem nada”. Tal fato acirra ainda mais os conflitos internos dentro da comunidade.

Outro ponto de destaque sobre o caso da Vila diz respeito à sua localização em uma área compreendida como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS foram criadas em 1980 como estratégia para viabilizar a regularização fundiária de assentamentos precários, sendo um instrumento nacionalmente previsto no Estatuto da Cidade, conforme a Lei nº 10.257/2001. No Plano Diretor de Fortaleza (FORTALEZA, 2009, s/p.), são conceituadas como

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo.

As ZEIS podem se configurar de três modos distintos, a saber, ZEIS do Tipo I, que são caracterizadas pelas áreas compostas por assentamentos irregulares, precários urbanística e habitacionalmente, construídos por ocupação desordenada, tanto em áreas públicas como privadas, por parte da população de baixa renda. As do Tipo II são compostas áreas parcialmente urbanizadas, onde há loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais (públicos ou privados), habitados por pessoas de baixa renda. As ZEIS do tipo III são compostas por aquelas áreas que apresentam boa infraestrutura, no entanto não há nos terrenos edificações ou imóveis inutilizados/subutilizados, devendo ser utilizadas para a implementação de construções habitacionais de interesse social (FORTALEZA, 2009).

Brasil (2016) apontam que essas áreas dão a oportunidade de efetivar avanços nos direitos relacionados à moradia para as classes mais pobres, previstos na Constituição e no Estatuto da Cidade. Principalmente porque as ZEIS têm como premissa prioritária a regularização fundiária, a fim de buscar diminuir as desigualdades socioespaciais das cidades brasileiras.

Em relação à Vila Vicentina, esta é chamada pelo Plano Diretor de ZEIS Dionísio Torres, que abarca todo o quadrilátero que a comunidade ocupa (FORTALEZA, 2009). Na Lei,

a Vila é concebida como ZEIS do tipo 1, por se tratar de uma comunidade de assentamento precário. Inicialmente, os moradores não sabiam que moravam em uma zona especial. A partir da atuação do LEHAB, os moradores tiveram conhecimento e passaram a se mobilizar, participando do movimento Frente de Luta por Moradia, que possibilitou que a comunidade entrasse para as dez ZEIS prioritárias no processo de implementação previsto no Plano Diretor, discutidas durante o ano de 2017<sup>11</sup> (APÓS..., 2018). Atualmente, a mobilização tem sido feita para efetivar o processo de regularização das ZEIS que, juntamente com a possibilidade de aprovação do tombamento, garantirá que a comunidade não seja removida.

No capítulo seguinte, apresento o processo de delineamento dessa pesquisa. O objetivo principal consiste em descrever como a vivência nas atividades desenvolvidas na comunidade foi transformando tanto os instrumentais de pesquisa como o meu modo de enxergar a produção de conhecimento, alterando o curso de desenvolvimento desse trabalho.

---

<sup>11</sup> As ZEIS prioritárias são: Bom Jardim, Mucuripe, Lagamar, Moura Brasil, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro, Serviluz e Dionísio Torres (Vila Vicentina).

### 3 DELINEAMENTO E CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Montero (2006, p.36) afirma que “[...] o método deve responder às práxis na vida cotidiana”, considerando que os problemas estudados partem de uma realidade concreta. No desenvolvimento de uma pesquisa, embora o percurso metodológico seja de extrema importância, deve-se atentar para não o supervalorizar (MINAYO, 1994)<sup>12</sup>.

As pesquisas, geralmente, “[...] são frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas raízes e seus objetivos” (MINAYO, 1994 p.18). O método, por conseguinte, deve acompanhar a dinâmica do meio em que a pesquisa se insere (MONTERO, 2006; VIGOTSKI, 1996). O objeto das ciências sociais se configura como histórico, uma vez que as organizações humanas estão em um espaço cuja formação é, imprescindivelmente, social (MINAYO, 1994). Portanto, toda questão social carrega consigo “a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade”, estando relacionada a interesses e condições históricas e sociais; e o método não é alheio a isso.

Tenho em mente que o método é limitado e que não se produz uma pesquisa somente para a sua aplicação. Mas então, por que precisamos de um método? Montero (2006) responde afirmando que precisamos de modos e caminhos sistemáticos que sejam compatíveis e verificáveis na produção do conhecimento, assegurando respeito, confiabilidade e legitimidade sobre o conhecimento produzido. Se de um lado temos que o endeuamento de um método restringe a pesquisa a uma mera reprodução formal de modos que levam às respostas estereotipadas, de outro, sem sua coerente construção, obtemos conclusões ilusórias e especulações abstratas (MINAYO, 1994).

Na Psicologia Comunitária, os métodos seguem o objeto de estudo, não os compreendendo como independentes ou determinantes da investigação (MONTERO, 2004). Neste sentido, em todo o desenvolvimento da pesquisa, deve-se manifestar o caráter participativo, tanto nas discussões como na reflexão sobre os resultados obtidos para que as decisões sejam tomadas coletivamente. O método, nesse caso, é ativo e orientado para a transformação social de modo a responder às exigências e às demandas da comunidade, não se restringindo a uma mera aplicação pontual de técnicas (MONTERO, 2006).

Tendo isso em vista, no percurso metodológico desta pesquisa, o campo de estudo

---

<sup>12</sup> Em sentido semelhante, Zulmira Bomfim afirmou em um encontro de orientação com seus pós-graduandos (12 de julho de 2017) que, nas pesquisas desenvolvidas no Locus, não devemos conceber o projeto em sua única forma, sua estrutura, mas no sentido em que ele tem em conjunto com a implicação social e base teórica que é social, além de considerar a afetividade que a pesquisa desperta.



se sobressaiu aos métodos utilizados. Busquei respeitar os movimentos e as necessidades da comunidade, adequando os métodos aos ritmos e às demandas dos moradores. Nessa perspectiva, fundamentei-me nas concepções participativas dos métodos de pesquisa trabalhadas no livro “Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria” (MONTERO, 2006), que dialogam com a postura que adotei nessa investigação. Tal obra traz uma compilação crítica sobre os métodos desenvolvidos na Psicologia Comunitária, efetivando uma contribuição enriquecedora sobre o método científico na contemporaneidade, além de uma reflexão psicossocial sobre a comunidade, compreendendo-a como um “[...] território de ação do psicólogo voltado para a emancipação individual e a felicidade pública”<sup>13</sup> (SAWAIA, 2006, p.16, tradução nossa).

Diante disso, o desenvolvimento dessa pesquisa se deu ancorado, predominantemente, em uma perspectiva qualitativa. Conforme Minayo (1994, p.15), “[...] o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”, sendo a preocupação das pesquisas orientadas por essa abordagem responder às questões particulares em um nível de realidade que, muitas vezes, não pode ser alcançado pela perspectiva quantitativa.

No entanto, cabe salientar que, embora a relação entre a abordagem qualitativa e “o mundo dos significados e relações humanas” seja considerada mais profunda do que na perspectiva quantitativa, os métodos não são excludentes ou opostos, mas, antes, se complementam de modo a abranger a realidade e a romper dicotomias (MINAYO, 1994). Com o pluralismo metodológico, principalmente da Psicologia Comunitária (MONTERO, 2006), não se exclui a utilização dos métodos quantitativos e tradicionais, mas estes só são utilizados quando a situação e o fenômeno investigado têm abertura, tornam-se necessários.

Ademais, a utilização de ambas as abordagens pode configurar-se como parte do processo de triangulação, contribuindo para o fortalecimento dos critérios de confiança dos resultados obtidos (MONTERO). Nesta pesquisa, por exemplo, um dos métodos de construção e interpretação do *corpus*, o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (BOMFIM, 2010) (descrito nos procedimentos metodológicos), é composto por uma parte qualitativa e outra quantitativa - embora possam ser aplicadas separadamente -, em conjunto, dão maior validade e complementaridade aos dados obtidos separadamente - fato evidenciado em pesquisas de outros autores utilizando o instrumento (CABRAL, 2015; BOMFIM *et al.* 2014).

Creswell (2010) aponta, entre as características da pesquisa qualitativa, a sua realização em ambiente natural em que ocorre determinado fenômeno. O pesquisador atua

---

<sup>13</sup> “[...] territorio de acción del psicólogo volcado hacia la emancipación individual y la felicidad pública” (SAWAIA, 2006, p.16).

como instrumento fundamental, utilizando-se de diversas fontes para a construção do *corpus* de pesquisa. Tais dados, analisados de modo indutivo, possibilitam a descrição, compreensão e explicação de fenômenos da realidade social dos seres humanos, tais como significados, motivos, aspirações, valores etc. (MINAYO, 1994).

Por essa perspectiva, o desenvolvimento da pesquisa qualitativa desenha um projeto flexível, que se modifica conforme a dinâmica psicossocial do campo de estudo (CRESWELL, 2010). Tal característica reflete a implicação do pesquisador com a comunidade pesquisada – que também é pesquisadora (MONTERO, 2006).

A esse respeito, coloca-se em evidência os pressupostos da Psicologia Social de base Histórico-Cultural na América Latina, que, conforme salientam as posturas teóricas desta pesquisa, defendem a impossibilidade da construção de conhecimento neutro, sem a implicação do pesquisador. Colocar-se neutro frente aos problemas de desigualdade social, de exclusão e de violência, é tomar uma postura ideologizante, o que impossibilita a transformação social (LANE; 1989; MARTÍN-BARÓ, 2011).

No caso desta pesquisa, como poderia ser neutro quando me inseri na casa das pessoas e acompanhei seus relatos marcados pelo sofrimento decorrente das injustiças sociais? Como poderia me manter neutro quando, ao estudar tais fenômenos, também procurei respostas às minhas próprias vivências na comunidade em que vivi? Minha postura é, evidentemente, comprometida com a transformação das condições adversas, inserindo-me na comunidade com o desejo de contribuir com a luta. Neste ponto, retorno à pergunta que fiz anteriormente: “Mas então, por que precisamos de um método?”. Penso que é para também não ser enclausurado por meus próprios vieses, para que o conhecimento produzido não seja qualificado como grito solitário, mas o entoar de uma voz coletiva (com o tal respaldo acadêmico).

Em Psicologia Comunitária, o trabalho não é produto apenas de desejos e inquietações teórico-metodológicas, ou de políticas e posturas éticas do pesquisador, mas surge a partir da imbricação entre os interesses científicos e os interesses da comunidade, com o intuito de resolver os problemas desta (MONTERO, 2006). Nessa perspectiva, adotei o caráter participativo nas técnicas empregadas, considerando o pluralismo metodológico, no sentido que, lado a lado, encontram-se os métodos participativos e os métodos tradicionais de pesquisa e intervenção social (MONTERO, 2006).

A seguir, apresento as ferramentas que auxiliaram na construção e na análise do *corpus* desta pesquisa. A proposta foi formulada a partir da minha inserção em campo, colocando-me de frente com as (in)adequações e, ao mesmo tempo, apresentando-me outros papéis a desempenhar e caminhos possíveis, mais congruentes com a especificidade dos

trabalhos desenvolvidos na Vila.

### 3.1 Inserção na comunidade e delineamento da pesquisa

Ao delimitar o campo de estudo, deve-se considerar que todo trabalho psicossocial na comunidade se inicia a partir do processo de familiarização dos agentes externos a comunidade com os agentes internos a ela (moradores) (MONTERO, 2006). A familiarização permite que os pesquisadores entrem em contato com a vivência comunitária, sensibilizando-os às problemáticas desta; constituindo-se como um passo necessário para estabelecer confiança entre os moradores e os agentes externos. Neste sentido, a familiarização com a comunidade pode ser compreendida como um

[...] processo de carácter sociocognoscitivo no qual os agentes externos e internos iniciam ou aprofundam seu conhecimento mútuo, captando e apreendendo aspectos da cultura de cada grupo, uma vez que encontram pontos comuns de referência, avaliam os interesses que movem cada grupo, desenvolvem formas de comunicação, descobrem peculiaridades linguísticas e começam a desenvolver um projeto compartilhado. É, além de tudo, um processo que introduz os agentes externos ao conhecimento da comunidade [...] (MONTERO, 2006, p.78, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Antes de ingressar na comunidade, Montero (2006) aponta a importância de se obter o máximo de informações possível, por exemplo, a partir de registros públicos, como dados demográficos, matérias de jornais, etc. Em minha inserção na Vila, tive conhecimento da luta dos moradores, inicialmente, a partir de postagens no *Facebook* de militantes e páginas que defendem o direito à moradia. No mesmo dia em que ocorreram as demolições de algumas casas, assim como nos dias posteriores, diversos jornais publicaram matérias sobre o caso da Vila. A este respeito, cabe ressaltar que, embora se tenha conhecimento prévio sobre a comunidade, o processo de familiarização em si não é produzido previamente, mas somente a partir do contato direto (MONTERO, 2006).

Minha primeira visita à Vila Vicentina ocorreu no dia 02 de novembro de 2016, na ocasião de um evento na própria comunidade chamado “Apoio à resistência da Vila Vicentina” ou “Primeira Plenária de Apoiadores”. A organização desse evento decorreu da necessidade

---

<sup>14</sup> [...] proceso de carácter sociocognoscitivo en el cual los agentes externos e internos inician o profundizan su conocimiento mutuo captando y aprehendiendo aspectos de la cultura de cada grupo, a la vez que encuentran puntos de referencia comunes, evalúan los intereses que mueven a cada grupo, desarrollan formas de comunicación, descubren peculiaridades lingüísticas y comienzan a desarrollar un proyecto compartido. Es además un proceso que introduce a los agentes externos en el conocimiento de la comunidad [...] (MONTERO, 2006, p.78).

emergente de construir estratégias de resistências frente ao conflito da Vila com a Sociedade São Vicente de Paula (SSVP), buscando o apoio de outros órgãos e atores sociais para contribuir nessa luta.

Montero (2006) aponta a necessidade de que os moradores saibam quem são os agentes externos, quais são seus interesses ao estarem ali. Na plenária dos apoiadores, foi solicitado que todas aquelas pessoas de fora da Vila se apresentassem e, caso desejassem, falassem como poderiam ajudar na causa. No decorrer da inserção, ficou mais perceptivo que o “saber quem são os agentes externos” implica em comprometer-se ativamente com a luta dos moradores, participando das atividades. Embora, muitas vezes os moradores não se lembrassem dos nomes, eles sempre referiam àqueles que normalmente frequentavam a Vila e participavam das atividades, dando características físicas para que essas pessoas fossem reconhecidas pelos demais.

O processo de inserção na comunidade não se dá rapidamente. Na minha experiência com a Vila, corroborando com os apontamentos de Montero (2006), observei que foi somente a partir do contato constante e profundo com os moradores que, de fato, eu passei a me sentir inserido na comunidade, participando ativamente de atividades de visibilização e mobilização.

Ainda sobre os primeiros momentos de inserção, os núcleos e laboratórios *Centro de Assessoria Jurídica Universitária* (Caju), *Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo* (Canto) e o *Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental* (Locus) - ao qual estou vinculado - se organizaram para propor atividades de apoio aos moradores. Quando nos apresentamos, deixamos explícito o motivo pelo qual estávamos ali: éramos da universidade e tínhamos interesse em contribuir com a luta dos moradores e não somente “capturar” um conhecimento sobre o momento e transformar em uma produção acadêmica estática. Estávamos ali porque nos preocupávamos com a situação à qual os moradores estavam expostos.

Tal revelação - pouquíssima neutra, como se pode observar - foi de fundamental importância para que fôssemos recebidos e incluídos dentro do movimento de resistência. Esse modo de se apresentar reafirma a importância de o pesquisador evidenciar que “[...] se estamos ali, é porque nos preocupa, e se nos preocupa, é porque temos uma opinião e uma posição a respeito desse assunto” (MONTERO, 2006, p.87, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Com a presença frequente, os moradores passaram a nos enxergar não somente como agentes externos, mas também uma espécie de “apoiadores fiéis” - como alguns me

---

<sup>15</sup> “[...] si estamos allí es porque nos preocupa, y si nos preocupa es porque tenemos una opinión y una posición respecto de ese asunto” (MONTERO, 2006, p.87).

chamaram algumas vezes na Vila. Essa relação de confiança me foi de fundamental importância no processo de inserção, na participação das atividades desenvolvidas pelos moradores e na construção de informações para essa dissertação. A exemplo, cito o momento de levantamento de dados para a *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE* (DUARTE Jr. *et al.*, 2017). Muitos dos alunos do curso de Arquitetura<sup>16</sup> que participaram deste processo, inicialmente, não conheciam a Vila e, nos primeiros momentos do levantamento de dados, chegaram às casas dos moradores com suas trenas e máquinas fotográficas realizando as atividades de modo bastante pragmático. Como muitos não participaram de atividades anteriores, alguns moradores desconfiavam do que os alunos estavam fazendo, sentindo-se inseguros e, por vezes, invadidos com a presença dos mesmos.

Em uma dessas visitas do Ateliê de Tombamento, que objetivava a realização de entrevistas com os moradores, uma das figuras de liderança da Vila ligou-me e perguntou se eu poderia estar presente, pois eles não se sentiam à vontade com as perguntas e o jeito de falar de alguns dos estudantes. De certo modo, observei que tal desconfiança se devia ao medo de falar alguma informação que pudesse prejudicar o andamento da luta judicial, e, como não se sentiam completamente seguros com os estudantes, receavam que esses pudessem “traí-los”. Neste dia, Leonardo Félix, membro do Canto, e eu acompanhamos todas as entrevistas, e chegamos a facilitar um Círculo de Cultura com oito moradores, fazendo algumas perguntas relacionadas à construção da Vila, às regras de moradia, aos costumes e às histórias de cada morador com o lugar.

Foi a partir daí que me inseri na equipe do Ateliê de Tombamento da Vila Vicentina, por demanda dos próprios moradores que, por confiarem na minha presença, começaram a me requisitar no levantamento de dados. O mesmo aconteceu com a socióloga Aline Matos, doutoranda em Sociologia na UFC, que, por conta de sua forte inserção na Vila, também foi incluída pelos moradores na construção da referida colaboração técnica. No final do processo, Aline e eu escrevemos um capítulo acerca dos aspectos afetivos e psicossociais dos moradores com a Vila (DUARTE Jr. *et al.*, 2017) entregue à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) no dia 23 de maio de 2017<sup>17</sup>.

Ainda sobre a inserção, foi de fundamental importância o contato com figuras

---

<sup>16</sup> Os alunos de Arquitetura estavam sob orientação do professor Romeu Duarte, vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFC Romeu Duarte, organizados em uma denominada de Ateliê de Tombamento. O objetivo principal do ateliê consistia em fazer um levantamento de dados arquitetônicos, históricos, sociais, etc. para a elaboração de um relatório técnico a ser entregue a Secretaria de Cultura de Fortaleza a fim de contribuir com dados no processo de tombamento da Vila Vicentina.

<sup>17</sup> Discutirei mais sobre o processo de tombamento da Vila Vicentina no quinto capítulo dessa dissertação.

de liderança dentro da comunidade, uma vez que elas auxiliam no levantamento de informações e ajudam ao pesquisador a entrar em contato direto com o cotidiano estudado (MONTERO, 2006). Na Vila Vicentina, a primeira pessoa com quem entramos em contato, após a plenária dos apoiadores, foi uma senhora considerada a principal liderança do Movimento de Resistência Vila Vicentina. Apresentamos-lhe as nossas propostas e ela nos informou também o que vinha sendo organizado pelos moradores e quais as demandas mais urgentes da Vila. A partir dessa liderança, fomos introduzidos aos demais moradores, de modo a sermos conhecidos e reconhecidos como apoiadores da luta.

Com o tempo, foi necessário conhecer a percepção da comunidade por meio de outros moradores, usualmente não considerados como figuras de liderança. Observei que havia, muitas vezes, conflitos entre os modos como as atividades eram organizadas e como as pessoas se sentiam em relação aos papéis que elas ocupavam na Resistência Vila Vicentina. Conhecer a percepção de outros moradores mostrou-me a importância de não enxergar a comunidade somente por um modo de olhar, mas a partir de uma pluralidade de lentes que apreendem vivências diferentes, mostrando movimentos de teses e antíteses.

Freitas (1998) aponta que a inserção na comunidade estabelece uma relação entre dois polos, em que de um lado há a figura do profissional, instruído com seu arcabouço teórico-metodológico fundamentado em uma visão de homem e de mundo; e, de outro, a comunidade em seu contexto sócio-político-geográfico em determinado tempo histórico (FREITAS, 1998). Com isso, ao longo dos anos, apareceram diferentes motivos pelos quais os profissionais podem interessar-se por comunidades.

Conforme a autora, houve uma época em que os profissionais abandonaram seus instrumentos teórico-metodológicos, assumindo uma postura de militância e participação política para transformação do contexto de bairros pobres; em outros momentos, há a inserção desses profissionais com o intuito de fazer caridade, muitas vezes executando ações que adequavam a comunidade às demandas da sociedade ou diminuía a percepção dos problemas e sofrimentos. Havia também inserções guiadas pela curiosidade científica de saber como vivem as populações mais desfavorecidas, aplicando diversos métodos de coleta de dados para apreender esse modo de vida estranho às universidades. E, ainda, uma inserção pautada no compromisso social de transformação da realidade de pobreza a fim de construir conhecimento socialmente relevante, com propostas de ações pautadas em acordos recíprocos junto à população (FREITAS, 1998).

Tais inserções podem partir de objetivos definidos *a priori* ou *a posteriori* (FREITAS, 1998). No primeiro caso, o próprio psicólogo define as preocupações norteadoras

de seu trabalho na comunidade. Sua tarefa é desenvolvida com menor dificuldade e com menos incertezas em identificar os fenômenos psicossociais e os instrumentos a serem utilizados nas intervenções. O psicólogo mantém o controle da situação, por trazer seu conhecimento e técnicas imutáveis e incontestáveis. Conseqüentemente, tal postura repercute no fortalecimento de uma postura passiva e conformista da população, transformando-a em mera receptora da benfeitoria de serviços oferecidos pelos profissionais.

Os objetivos definidos *a posteriori*, por outro lado, são pensados conjuntamente com a população a partir da inserção e das observações das necessidades levantadas. Neste caso, o psicólogo pode, após conhecer a realidade da comunidade, decidir intervir do jeito que lhe couber ou optar por discutir os dados levantados junto à população para traçar planos coletivamente. Esta perspectiva aumenta a incerteza sobre o que se pode fazer dentro da comunidade, conseqüentemente, podendo gerar desconhecimento sobre as necessidades das pessoas nos primeiros momentos de inserção. No entanto, a partir de uma inserção mais profunda, é possível delimitar melhor quais os fenômenos que podem ser alvos do desenvolvimento de intervenções, definindo os objetivos, as metas e os instrumentais de intervenção. Ao primar pela participação da comunidade, o pesquisador estimula o caráter ativo dos moradores, que começam a se enxergar como capazes de transformar a realidade em que vivem.

Em relação à Vila Vicentina, efetivamente só foi possível levantar suas demandas a partir da familiarização. Inicialmente, quando nós, membros dos laboratórios Caju, Canto e Locus, reunimo-nos para pensarmos o caso da Vila, fizemos uma lista de possíveis necessidades observadas na comunidade após a demolição de algumas casas - desde a retirada dos entulhos até a organização de atividades de apoio, como um “café com memórias” para ouvir as histórias dos moradores com o lugar. No entanto, essas necessidades eram as que nós observávamos de fora, talvez pautados naquilo que nossas capacidades, *a priori*, poderiam perceber e executar. Entretanto, quando entramos em contato com os moradores, principalmente por meio das lideranças, compreendemos que existiam outras problemáticas que nem sempre se encontravam com aquelas que achávamos pertinentes.

Os moradores compartilharam que precisam mais de atividades voltadas para atrair mais apoiadores para a luta. A preocupação sobre os entulhos, a precária situação das casas ao lado das que foram demolidas, etc. não eram o foco, naquele momento, para os moradores, pois estes consideravam mais importante o reconhecimento de si, pela mídia e outros setores da sociedade, como pessoas injustiçadas que lutavam para permanecer em suas casas. Atendendo a essas necessidades, foram construídas oficinas de cartazes, fanzines sobre a vida dos

moradores na Vila, situando a problemática, etc.<sup>18</sup>.

É extremamente interessante pensar a esse respeito de como o pesquisador, ao adentrar na comunidade, pode observar que, nem sempre, as necessidades que ele enxerga como fundamentais são reconhecidas como pertinentes para os moradores. A esse respeito, Montero (2006) aponta a existência de *necessidades normativas*, definidas a partir da percepção do pesquisador, e *necessidades sentidas*, percebidas e vividas pelos moradores. No nosso processo de inserção, foi fundamental considerar como mais importante, inicialmente, as necessidades dos moradores para, no decorrer do processo, podermos também trabalhar com as outras necessidades que havíamos observado - perspectiva também abordada por Montero (2006).

Desse modo, compreendi que o processo de inserção e familiarização profunda com o campo possibilita enxergar que nem sempre as necessidades que observamos são, de fato, as necessidades vividas pelos moradores. Torna-se fundamental conhecer profundamente a comunidade com os olhos de cada morador para que, conjuntamente, seja possível levantar as principais urgências a serem atendidas a curto e a longo prazo. É relevante acrescentar, neste caso, a perspectiva de Montero (2006) sobre a importância de se pensar o processo de levantamento de necessidades também como um processo de levantamento das capacidades individuais e grupais, bem como dos recursos existentes dentro da comunidade, para que sejam elaboradas estratégias de enfrentamento e resolução dos problemas.

Nos primeiros meses de inserção, aconteciam atividades todos os finais de semana, gerando grande mobilização tanto dos moradores como de apoiadores que ficavam sabendo das movimentações por meio das divulgações em redes sociais. Nos últimos meses, o número de atividades na Vila reduziu, bem como a presença de apoiadores externos. Por outro lado, tem aumentado a participação da Vila em outros movimentos sociais, como eventos relacionados ao direito à cidade, união com demais comunidades que passam por problemas similares, etc.

Até defesa da dissertação, posso dividir minha presença na Vila em três etapas distintas e imbricadas. A primeira, aproximadamente de novembro de 2016 até abril de 2018, diz respeito à inserção na comunidade e à participação nas primeiras atividades de visibilidade da Resistência Vila Vicentina. Em um segundo momento, de fevereiro de 2017 até maio do mesmo ano, minha participação se voltou para o Ateliê de Tombamento da Vila, ajudando no levantamento de dados sobre os aspectos históricos, sociais, simbólicos e afetivos dos moradores.

O terceiro momento de presença na Vila esteve voltado para a construção de

---

<sup>18</sup> Todas as percepções acerca das atividades em que participei foram registradas em Diário de Campo e serviram como material vivencial para a construção da dissertação.



informações para essa pesquisa, a partir de métodos mais tradicionais como a realização da oficina de mapas afetivos, na qual apliquei o IGMA. Nesta etapa, a partir da análise das informações das etapas anteriores até essa, escrevi essa dissertação. Penso que a duração desse processo de construção de dissertação começou desde a primeira visita, no dia 02 de novembro de 2016, em agosto de 2017 apresentei o projeto de pesquisa que seria apresentado na qualificação, em dezembro realizei as oficinas e entrevistas e o encerramento formal está previsto para o dia 28 de maio de 2018.

Em um quarto momento, ainda incerto por se tratar de um acompanhamento que se iniciou em 2017 e permanece até o atual momento, observo que há a necessidade de retomar as atividades de visibilidade da Vila, que diminuíram consideravelmente nos últimos meses. Penso que essas atividades, inclusive, podem ser necessárias para tensionar a Secultfor na avaliação do processo de tombamento da comunidade que, desde a entrega da contribuição técnica em maio de 2017, não deu retornos. Além disso, tenho acompanhado os moradores nos encontros com outras comunidades - como nas assembleias populares da cidade, que iniciaram pelas discussões em torno das questões de moradia e de direito à cidade<sup>19</sup>. Esse momento de participação, embora tenha iniciado durante vínculo com a pós-graduação, deixará de ser configurado como pesquisador para ser como apoiador da Resistência Vila Vicentina. É possível, ainda, enxergar a possibilidade de um quinto momento de participação no Movimento de Resistência Vila Vicentina em que, caso se obtenha um parecer favorável da Secultfor, o objetivo seja lutar para que os moradores tenham o direito à escritura das casas.

No que tange a duração da minha presença na Vila, concordo com as palavras de Freitas (1998) ao dizer que, muitas vezes, não se tem tempo determinado para acabar o processo de inserção e as intervenções dentro de uma comunidade, ficando a cargo da avaliação dos próprios moradores anunciarem quando essa presença não é mais necessária. Ainda a este respeito, é importante salientar que, embora a minha pesquisa de mestrado sido concluída, saliento que existe de minha parte um comprometimento pessoal que não pode ser rompido por conta da formalidade da duração da pesquisa. Desse modo, mesmo após conclusão do mestrado, continuo implicado no movimento, como ator social, enquanto for necessário.

Com a inserção na comunidade de estudo, a pesquisa passou por alterações teóricas

---

<sup>19</sup> As assembleias populares surgiram com o intuito de unificar as lutas, compartilhar experiências e construir atividades de resistências e enfrentamentos com as comunidades dentro das próprias comunidades. A primeira aconteceu na Vila Vicentina no dia 03 de junho de 2017; a segunda aconteceu no Mucuripe no dia 29 de julho; a terceira, no Bom jardim, no dia 26 de agosto; a quarta assembleia foi no Pici, no dia 30 de setembro; a quinta aconteceu no dia 28 de outubro na Ocupação Gregório Bezerra; a sexta no Conjunto Palmeiras, no dia 02 de dezembro; a sétima assembleia foi no Lagamar, no dia 07 de abril de 2018; oitava, no Conjunto Habitacional Aldaci Barbosa, no Bairro de Fátima, dia 05 de maio de 2018.

e metodológicas para a construção do seu *corpus*. A observação dessas alterações na pesquisa me levou a escrever um trabalho no qual escrevi sobre as principais mudanças na pesquisa quando o pesquisado se abre para as vivências em campo e segue os ritmos da comunidade, ressaltando a importância do respeito à dinâmica sociohistórica do evento estudado para a produção de conhecimento (PACHECO; BOMFIM, 2017b).

Para isso, o projeto inicial de mestrado, anterior à inserção na comunidade, foi comparado com o projeto de qualificação, estruturado a partir da vivência em campo e apresentado para a Vila. Nesse processo, observei, dentre as principais mudanças, que era mais adequado estudar as implicações psicossociais do que os impactos, pois no mesmo evento existem afetos que despotencializam e afetos que potencializam a vivência na comunidade, denotando diversos modos de sentir, pensar e agir para com a situação. Com essa perspectiva, passei a enfatizar a afetividade como categoria de análise, mudando parcialmente os objetivos da pesquisa, ampliando a análise para todas as formas como os moradores poderiam ser afetados com a problemática.

Outro ponto fundamental de destaque diz respeito a minha postura dentro da comunidade. Observei que minha presença dentro da Vila estava sendo orientada para outros rumos que me pareciam além da observação e levantamento de dados para a construção da minha pesquisa. Acredito que a mudança de papel dentro da Vila, tornando-me mais ativo, estava presente desde o momento de apresentação dos laboratórios e núcleos, em que nos colocamos a serviço de contribuir com aquilo que fosse da necessidade dos moradores, ajudando no levantamento de necessidades e contribuindo para o desenvolvimento das atividades.

Claro que, inicialmente, nas reuniões entre os laboratórios, havíamos pensado previamente em atividades que fossem “úteis” ou “que saberíamos desenvolver” a partir do nosso próprio levantamento de necessidades. Entretanto, nossas propostas começaram a ser transformadas conforme os moradores pensavam no que poderia ser feito - normalmente, planejamento de atividades voltadas para dar visibilidade à Vila. Com o tempo, os próprios moradores começaram a me convidar para participar dos eventos da comunidade, de modo a eu estar presente e a contribuir na estruturação das atividades, divulgação e ajuda na facilitação de alguns momentos.

Como apontado anteriormente, foi a partir dessa inserção profunda e da relação próxima com os moradores que, na execução da elaboração do documento de Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE (DUARTE *et al.*, 2017), começaram a me inserir no Ateliê de Tombamento. Em algumas ocasiões, fui

chamado pelas lideranças para estar presente no momento em que fossem realizadas as entrevistas com os moradores, pois, segundo estes, sentiam-se mais à vontade para falar caso eu estivesse presente. Enxergo nessa participação um movimento bastante ativo de minha parte dentro da Vila, em consonância com as necessidades sentidas pelos moradores, construindo conhecimentos de modo compartilhado e voltados para o desenvolvimento de ações concretas para a proteção da comunidade – momentos que me foram extremamente caros, tanto pela vivência como pela satisfação em observar a enorme contribuição documental que esse processo forneceu a minha pesquisa.

A partir das relações e dos rumos que a inserção tomou, comecei a me questionar que tipo de participação eu estava efetivando na Vila. Comecei a buscar teoricamente perspectivas que pudessem auxiliar na compreensão do meu papel e na estruturação do que eu poderia ou não fazer como pesquisador. Foi, então, que me aproximei da Pesquisa-Ação-Participante, a qual apresentei na qualificação<sup>20</sup>, em 27 de setembro de 2017, como uma possibilidade teórico-metodológica para explicar minha postura dentro da comunidade. Pela proposta de construção de conhecimento junto aos moradores e, com eles e demais comunidades, devido à partilha de tais resultados (nas assembleias populares pelo Direito à Moradia que vêm acontecendo, por exemplo), à participação e apoio no desenvolvimento das atividades na Vila, à contribuição no levantamento de dados e socialização dos mesmos na elaboração do documento de tombamento, à proposta dialógica de pesquisa que se adapta ao processo da Vila, e devido, principalmente, à participação ativa dos moradores na pesquisa e ao engajamento político que estava adotando, eu enxergava forte aproximação com a pesquisa-ação-participativa.

Esta perspectiva é uma proposta de pesquisa e de ação transformadora, configurando-se como uma pesquisa engajada que, metodologicamente, está direcionada para o compromisso social do pesquisador e para a inclusão dos participantes da pesquisa na construção do conhecimento (GÓIS, 2008). A Pesquisa-ação-participante objetiva a aproximação do pesquisador e dos moradores no processo de identificação dos problemas da comunidade e na definição de estratégias para resolver os mesmos, integrando o saber técnico-científico com o saber popular oriundo da experiência na comunidade (GÓIS, 2008).

Falar da pesquisa-ação-participativa, para Montero (2006), é remontar as

---

<sup>20</sup> Antes da qualificação, o projeto de pesquisa foi apresentado para alguns moradores da comunidade, para explicar os objetivos da pesquisa, como ela poderia acontecer e no que poderia ajudar em relação à problemática da Vila. Deixei uma cópia do projeto com uma liderança, bem como alguns termos de compromisso ético, para que eles tivessem todas as informações em mãos e pudéssemos falar sobre a pesquisa posteriormente.

transformações nas ciências sociais, principalmente na América Latina no decorrer da década de 1970 do século passado. Conforme a autora, essa perspectiva metodológica se inicia a partir dos postulados de Kurt Lewin, que enxerga a necessidade de uma postura mais ativa por parte do pesquisador, almejando a construção de uma ciência transformadora que não separasse a teoria da prática, culminando na denominação “pesquisa-ação”. Aqui, no contexto latino-americano, essa perspectiva acaba por ganhar outras características, como o caráter participativo, a ação transformadora e o engajamento político por parte dos pesquisadores, sendo denominada “pesquisa-ação-participativa”. Nesse sentido, Góis (2008, p.157) afirma que a “pesquisa-ação-participante vai além da pesquisa-ação por se revestir de compromisso político e ser uma pesquisa socialmente engajada, voltada para o fortalecimento da luta popular”.

Embora a construção do método possa ser atribuída a diversos autores, assim como a diversas regiões geográficas, Montero (2006) aponta que Orlando Fals Borda já se utilizava da perspectiva de pesquisa-ação-participativa, alterando os pressupostos de Kurt Lewin, desde a década de 1950, no entanto, continuava a chamar de pesquisa-ação. Já na década de 1980, Orlando Fals Borda considerava alguns princípios fundamentais para a pesquisa-ação-participativa, a saber: I) novo paradigma de conhecimento; II) devolução da informação para as pessoas em uma linguagem acessível; III) popularização das técnicas de investigação, incorporando os moradores; IV) integração das informações de base intelectual orgânico; e VI) diálogo, ação e reflexão. Nesta perspectiva, Fals Borda incluía, simultaneamente, a alfabetização, a construção da pesquisa científica e a ação política. Tais perspectivas dialogavam com o que na época era conhecido como “sociologia militante” e a Educação Popular de Paulo Freire (MONTERO, 2006). Destarte, a pesquisa-ação-participativa é um método socialmente comprometido na produzir conhecimento, almejando transformar positivamente a situação estudada.

A abertura às mudanças no rumo da pesquisa trouxe inquietações e angústias, haja vista a insegurança em alterar um projeto *a priori* bem estruturado. Por outro lado, acredito que, ao atender às tais transformações, consegui reafirmar a construção de conhecimento ancorado no compromisso ético-político acima de qualquer enquadre teórico-metodológico apriorístico sobre a vida, respeitando as especificidades históricas e sociais do campo (PACHECO; BOMFIM, 2017b).

Para o registro das interações na Vila Vicentina, utilizei as ferramentas de anotações de campo e do diário de campo. Ambas as técnicas auxiliam no registro de observações e vivências que chamem a atenção do pesquisador por seu caráter psicossocial e que, de alguma

forma, têm relação com a investigação (MONTERO, 2006). As anotações de campo, geralmente, são observações registradas rápida e abreviadamente, durante a permanência em campo, muitas vezes com o intuito de fazer com que o pesquisador lembre mais tarde sobre determinado tópico abordado no campo. Já o diário de campo caracteriza-se pela extensão escrita de forma detalhada e aprofundada sobre as informações que podem se combinar com métodos de análise e interpretação (MONTERO, 2006).

Medrado, Spink e Mélo (2014) afirmam que, em qualquer modalidade, o diário de campo é uma prática discursiva, uma “[...] linguagem em ação, cujos contextos de produção definem o gênero de linguagem a que pertencem e lhes dá conotações específicas” (p.276). Para os autores, o diário de campo é atuante, pois é a partir do diálogo do pesquisador com essa ferramenta que a pesquisa começa a ter fluidez, comunicando suas impressões, relatos e dúvidas. Desse modo, as anotações e o diário de campo constituem-se como participantes da pesquisa, pondo em discussão as inquietações, as hipóteses, as afecções e os caminhos possíveis da investigação.

Por seu caráter processual, deve-se considerar o diário de campo como “[...] um produto inacabado, ou melhor, sem fim<sup>21</sup>” (MONTERO, 2006, p.311, tradução nossa). Afastando as anotações e o diário de campo da concepção de que são “arquivos-mortos”, deve-se transformá-los em companheiros com os quais compartilhamos “dos deslumbramentos às decepções; das desconfianças aos questionamentos à incerteza que mobiliza” (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014, p.290).

Além das anotações e do diário de campo, tornam-se relevantes os documentos secundários, compreendidos como documentos escritos (públicos ou privados) com informações sobre a situação do problema estudado, tais como informes, cartas, jornais, fotografias, atas de reuniões, registros fotográficos, vídeos (MONTERO, 2006). Os documentos secundários originam dados relevantes sobre a história e a cultura da comunidade, bem como sobre a sua organização sociopolítica.

A este respeito, sinto que os documentos secundários obtidos a partir da minha participação no Ateliê de Tombamento da Vila, por exemplo, foi extremamente importante para o entendimento físico, social, histórico e afetivo da comunidade. O olhar interdisciplinar dos campos da Arquitetura, Direito, Sociologia e Psicologia sobre cada documento encontrado possibilitou apreender a construção da Vila a partir de múltiplos fatores, proporcionando uma visão macro e microssocial.

---

<sup>21</sup> “[...] un producto inacabado o mejor dicho, sin final” (MONTERO, 2006, p.311).

Durante todo o acompanhamento da comunidade, escrevi impressões e informações obtidas durante as visitas à Vila Vicentina. Para a sistematização dos dados, registrei as anotações em um texto corrido digitalizado (diário de campo digital), a fim de que facilitasse o processo de leitura, a articulação com a perspectiva teórico-metodológica adotada e a visualização de novos rumos para a pesquisa. As informações foram digitadas em um arquivo em formato “.docx”, com especificações de fonte *Times New Roman*, tamanho 12 e espaçamento 1,5 entre as linhas. Para cada visita, escrevi um novo tópico no arquivo, com um cabeçalho identificando a data da interação, a temática principal da visita e os envolvidos; posteriormente, descrevo as principais observações e reflexões.

A escrita do diário de campo me possibilitou a adequação da pesquisa à dinâmica da Vila, pois os registros contribuíram para “[...] manter ativo o caráter complexo e a riqueza situacional da investigação”<sup>22</sup> (MONTERO, 2006, p. 307, tradução nossa). Conforme abordado anteriormente, foi a partir da inserção em campo e do registo desse processo que a pesquisa foi sendo melhor delineada, possibilitando a readequação dos métodos e reposicionamento da lente teórica. A seguir, apresento os procedimentos metodológicos da pesquisa depois de todas as transformações em campo.

### 3.2 Procedimentos e percurso metodológicos

A pesquisa foi realizada com 17 (14 mulheres e 03 homens) moradores da Vila Vicentina da Estância, seguindo os princípios éticos de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, conforme a Resolução número 466 de dezembro de 2012 e Resolução número 510 de abril de 2016. Os 17 moradores participaram de uma oficina, onde foi aplicado o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos juntamente com uma entrevista. Dentre esses moradores, oito já haviam participando de um Círculo de Cultura para o levantamento de dados para a construção da *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE* (DUARTE Jr. et al., 2017), cujo processo foi facilitado por Leonardo Félix, membro do Canto, Daniel Átila, membro do Ateliê de tombamento da Vila Vicentina, e por mim. Essas informações tratadas por meio da Análise de Conteúdo (a parte qualitativa do IGMA, as entrevistas e o Círculo de Cultura) e por uma análise estatística complementar (parte quantitativa dos mapas afetivos). A seguir apresento as especificidades

---

<sup>22</sup> “[...] a mantener activo el carácter complejo y la riqueza situacional de la investigación” (MONTERO, 2006, p. 307).

dos métodos empregados e como foram empregados na comunidade.

### 3.2.1 Participantes

Montero (2006) afirma que o caráter participativo é evidente no campo metodológico da psicologia comunitária. Para a autora, toda investigação e/ou intervenção comunitária pressupõe um contato direto e estável entre os moradores da comunidade (agentes internos) e os profissionais (agentes externos). Acredito que essa denominação de “agentes” coloca em evidência o caráter participativo e ativo do processo, em que cada um atua do seu modo, seja com o conhecimento de dentro da comunidade, de quem vive e melhor compreende determinada realidade; seja com um conhecimento teórico-metodológico que auxilie na compreensão de vivências a fim e potencializar a vida na comunidade.

No cotidiano da Vila, não temos nos denominado agentes externos ou internos. Os moradores costumam chamar de “apoiadores” as pessoas de fora da comunidade que aparecem para oferecer alguma espécie de ajuda. Essa forma de referir-se aos agentes externos apareceu desde a Primeira Plenária de Apoiadores da Vila Vicentina, no dia 02 de novembro de 2016. Em decorrência do significado e sentido atribuído pela própria comunidade, a pesquisa substituiu os termos de “agente externos” por “apoiadores” e “agentes internos” por “moradores da resistência”, ou, simplesmente, “moradores”.

A relação entre os agentes internos e externos deve ser pautada na horizontalidade, com base no intercâmbio de saberes e no diálogo (MONTERO, 2006). O estabelecimento dessa relação não acontece de uma hora para outra ou com encontros esporádicos, mas a partir de uma interação prolongada, de contato direto e íntimo com a comunidade. No caso da Vila, foi necessária, inicialmente, a participação semanal nas atividades desenvolvidas para que eu fosse identificado pelo meu próprio nome ou como um “apoiador fiel”, como também me chamam. Tem-se, então, que o processo de reconhecimento como participante da pesquisa e intervenção dentro da comunidade dá-se a partir de visitas frequentes, por uma postura assídua e comprometida com as atividades.

A partir desses contatos, o pesquisador pode também observar quais são as figuras de liderança, as pessoas que pouco participam das atividades comunitárias e aquelas que participam, mas não opinam sobre elas. Esse conhecimento possibilita ao pesquisador compreender as diversas formas de se relacionar dentro da comunidade, os diferentes modos de pensar, sentir e agir que operam ali a fim de que seja facilitado o desenvolvimento de projetos de intervenção.

Ao identificar as implicações psicossociais dos participantes (apoiadores e moradores da resistência) com a comunidade, o pesquisador pode selecionar aqueles que melhor podem fornecer informações para a pesquisa. Deste modo, ele passa a compreender, ainda, que o mais importante não é a elevada quantidade de pessoas para obter informações, mas a quantidade e qualidade de informações obtidas (MONTERO, 2006).

Tendo isso em vista, a pesquisa foi realizada com 17 moradores da comunidade, sendo 14 mulheres e 3 homens, com idades entre 25 a 81 anos. Inicialmente, os próprios moradores haviam se reunido, após a apresentação do projeto de pesquisa na Vila, e decidiu que seriam 15 moradores a participar da pesquisa, sendo um morador representando cada casa. No entanto, nos dias que foram realizadas as atividades, dois casais de moradores quiseram participar, totalizando 17 participantes. No Quadro 1, apresento as especificidades sociodemográficas dos participantes.

Quadro 1 - Especificidades sociodemográficas dos participantes da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	Sexo	Idade	Membros da casa	Renda familiar	Escolaridade	Profissão	tempo de moradia (anos)
Capitã da Vila	F	59	1	Até 1 salário	Médio Completo	Aposentada	22
Zezé	F	81	2	De 1 até 3 salários	Fundamental Completo	Dona de casa	43
Gordinha da Vila	F	62	3	De 1 até 3 salários	Fundamental Completo	Dona de casa	39
Luciana	F	55	1	Até 1 salário	Médio Completo	Doméstica	25
Margarida	F	58	3	De 1 até 3 salários	Fundamental Incompleto	Cozinheira	40
Cláudia	F	62	2	Até 1 salário	Médio Incompleto	Vendedora de Cosméticos	38
Aline	F	25	3	De 1 até 3 salários	Superior Completo	Dona de casa	1
Patrícia	F	67	2	De 1 até 3 salários	Fundamental Incompleto	Vendedora de Cosméticos	38
J.	M	67	2	Até 1 salário	Fundamental Incompleto	Eletricista	22
Véi	M	68	4	Até 1 salário	Fundamental Completo	Aposentado	43
Eunice	F	81	1	De 1 até 3 salários	Fundamental Incompleto	Dona de casa	44
Cida	F	44	4	De 1 até 3 salários	Fundamental Completo	Serviços Gerais	17
Maria	F	57	1	Até 1 salário	Fundamental Incompleto	Autônoma	40
Zil	F	49	3	De 1 até 3 salários	Superior Incompleto	Dona de casa	42
Marília	F	75	3	Até 1 salário	Médio Completo	Dona de casa	mais de 40



<b>Sorrisão</b>	F	37	2	Até 1 salário	Médio Completo	Caixa	18
<b>Filho</b>	M	37	4	De 1 até 3 salários	Pós-graduação	Professor	37

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No Quadro 1, aparecem os nomes dos moradores que participaram na construção dessa pesquisa. No entanto, são nomes fictícios escolhidos pelos próprios moradores na oficina de construção de mapas afetivos. O intuito de utilizar um nome para o morador decorre da minha intenção de transformar esse trabalho na construção de uma história coletiva, onde os vários personagens têm nome, não um número de identificação, singularidade e foram de extrema importância nesse percurso de produzir conhecimento e, conseqüentemente, me ajudar no alcance da titulação de mestre. Durante toda a pesquisa, quando me refiro à informações específicas, eu apresento de qual morador(a) saiu a informação.

Além dos moradores da comunidade, acho também importante apontar que tive ajuda de apoiadores externos na construção dessa pesquisa. Como abordei anteriormente, em meu processo de inserção na comunidade, contei com o apoio dos membros dos laboratórios e núcleos Canto e Caju. Posteriormente, na participação e no desenvolvimento de atividades para a pesquisa, tive grande suporte de Aline Matos Rocha, Renan Sidney e Leonardo Félix. É uma pesquisa de muitos braços, pernas, cabeças e afetos.

### 3.2.2 Círculo de Cultura

O primeiro processo realizado com os moradores para o levantamento de informações de modo mais sistematizado se deu com a proposta do Círculo de Cultura, ou Círculos de Encontro, pela proposta de Góis (2008). Esse processo aconteceu ainda quando a equipe do Ateliê de Tombamento da Vila Vicentina, orientado pelo professor Romeu Duarte Júnior do Departamento de Arquitetura da UFC, precisava de informações a respeito dos aspectos históricos da comunidade para a construção da *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE* (DUARTE Jr. et al., 2017). Participaram oito moradores, que também participaram, posteriormente, da aplicação do IGMA, sendo eles Cláudia, Gordinha, Luciana, Filho, Margarida, Capitã, Zil e J (nomes fictícios que os moradores se auto denominaram para serem conhecidos na pesquisa).

O grupo popular é básico no trabalho comunitário, consistindo em um dos principais espaços para integração e transformação do indivíduo (GÓIS, 2008; 2012). Nele, são

desenvolvidos diversos tipos de atividades comunitárias com o intuito de fomentar o desenvolvimento dos potenciais humanos e o desenvolvimento saudável da vida comunitária (GÓIS, 2008). Neste contexto, a proposta de Círculos de Encontro (GÓIS, 2008) surgiu em 1982 como um grupo popular com o objetivo de facilitar o processo de conscientização. Embora Góis tenha adotado essa nomenclatura e eu adote a perspectiva deste autor para a compreensão do processo grupal na Vila, preferi, no decorrer do trabalho, utilizar a nomenclatura de Círculo de Cultura de Paulo Freire – principalmente por denotar certo aspecto de levantamento social e cultural logo pelo nome do método, além de ser mais conhecido dentro do meio acadêmico.

No círculo, as pessoas lidam com as condições psicossociais de suas vidas e de toda a comunidade; e buscam alternativas para a transformação delas, por meio de trabalhos voltados para o diálogo libertador, o discurso reflexivo, a compreensão da história e o drama coletivo e individual, a integração grupal, a circulação de ideias e informações, a desinibição, as angústias e o companheirismo, a expressão corporal, o apoio sócio emocional, a expectativa de futuro, etc. (GÓIS, 2012). Esses aspectos foram bastante observados no grupo realizado na Vila Vicentina, em que os moradores não só resgataram os aspectos históricos da comunidade, mas uma construção afetiva relacionada às suas próprias vivências com a mesma, ressaltando as relações de vizinhança, as crenças, as emoções e os sentimentos em relação ao atual contexto de ameaças, etc.

Tendo isso em vista, quando fui analisar as informações do grupo, percebi que era possível construir um texto histórico e afetivo sobre a comunidade a partir da junção das memórias relatadas pelos próprios moradores. Lembrei, então, do método Narrativa Socioafetiva Urbana (BERTINI, 2014). Conforme a autora, esse método busca construir um cenário narrativo capaz de apreender os afetos vividos pelos moradores com o seu lugar. Ou seja, a partir da narrativa, é possível apreender os afetos do fenômeno estudado em sua totalidade, sem que o relato seja particularizado (BERTINI, 2014). No entanto, ao escrever o texto narrativo sobre a comunidade, acabei seguindo um caminho diferente ao da referida autora, uma vez que o método criado por Bertini (2014) busca explicitar os afetos, enquanto o texto narrativo elaborado por mim enfatizou as memórias e o caráter histórico da comunidade. Ademais, os autores utilizados para fundamentar as análises também são diferentes, já que Bertini (2014) toma como base Walter Benjamin e eu busquei suporte teórico em Lev Vigotski.

Assim, a análise do grupo se iniciou com inspiração no método Narrativa Socioafetiva Urbana (BERTINI, 2014), mas voltou-se para a análise da construção histórica da comunidade a partir das memórias dos moradores, com de leitura teórica fundamentada no processo de atribuição de significado e sentido das palavras (VYGOTSKY, 2001), configurando

uma Narrativa Histórico-Comunitária<sup>23</sup>.

Esse grupo também foi importante para que eu pudesse readaptar os demais instrumentos que iria adotar na pesquisa. Por exemplo, na diminuição das perguntas no processo de entrevista - que passou a fazer parte do IGMA, como veremos adiante -, pois o grupo já havia levantado muitas das informações necessárias para compreender a história da comunidade e as relações entre os moradores.

### 3.2.3 Instrumento Gerador de Mapas Afetivos

Como método participativo que possibilitou contato próximo com os afetos dos moradores em relação à Vila e, conseqüentemente, a construção do *corpus*, utilizei o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Este consiste em um método qualitativo, com análise quantitativa complementar, de coleta e análise de dados que utiliza como síntese interpretativa a comparação entre imagens e linguagens obtidas por meio de desenhos, metáforas e escores da Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014). O resultado é a construção de mapas afetivos que expressam os sentimentos e as emoções (afetividade), bem como a implicação psicossocial do indivíduo em relação a um determinado ambiente de sua realidade.

O instrumento foi desenvolvido por Zulmira Bomfim em sua tese de doutorado, sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, principalmente no que tange à validade da Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014). Este instrumento, conforme a autora, permite o acesso às afecções dos sujeitos em relação ao ambiente que vivem e/ou frequentam, rompendo a dicotomia dos métodos tradicionais de pesquisa, que privilegiam os aspectos cognitivos.

Em seus estudos, Bomfim (2010) observou que os sentimentos e as emoções do habitante em relação à cidade eram difíceis de serem investigados. Os métodos existentes à época apresentavam dificuldades na forma de operacionalizar a apreensão dos afetos em decorrência destes, muitas vezes, não serem identificados e nomeados com facilidade. Com isso, era considerado intangível apreender as sensações, os sentimentos e as emoções, enquanto parte de uma linguagem interior do indivíduo para com o ambiente, de modo a torná-los expressão exterior. A compreensão de tal fenômeno tornava-se, então, arriscada, correndo-se o risco, inclusive, de conceber a afetividade através de lentes racionais. Com efeito, apreender a afetividade do indivíduo com o ambiente configurava-se um grande desafio metodológico

---

<sup>23</sup> Sugestão de nomenclatura dada por Dr<sup>a</sup>. Karla Patrícia Martins Ferreira, membro da banca de defesa da Dissertação.

(BOMFIM, 2010).

Como proposta para superar tal limitação, Bomfim (2010) constrói um método capaz de captar os afetos por meio de desenhos e de metáforas, considerando-os como os principais recursos para a revelação daqueles. Para elaborá-lo, a pesquisadora recorreu às perspectivas teóricas da Psicologia Ambiental de base Transacionalista (MIRA, 1997; POL, 1996) e da Psicologia Social de vertente latino-americana de base Histórico-Cultural (LANE; CODO, 1989; SAWAIA, 2011). Da primeira, recorreu ao método de elaboração de Mapas Cognitivos de Kevin Lynch, cuja proposta é possibilitar que as pessoas externalizem, de modo observável, suas experiências com a cidade e os atributos de fenômenos do espaço urbano, expressando como elas adquirem, codificam, armazenam, recordam e decodificam essas informações (BOMFIM, 2008).

No entanto, o método de Kevin Lynch, como os demais métodos tradicionais, enfatiza a “[...] dimensão da estrutura e identidade dos mapas cognitivos, enquanto o significado, o componente simbólico prático ou emotivo elaborado pelo observador, não foi observado, apesar de ter sido considerado” (BOMFIM, 2008, p.256). Destarte, os mapas cognitivos restringem-se ao conhecimento cognitivo sobre a cidade, deixando de lado a dinâmica afetiva, presente das expressões gráficas, e a constituição simbólica dos espaços construídos pelas pessoas (BOMFIM, 2010).

Buscando superar a forte perspectiva cognitiva dicotômica presentes nos desenhos, Bomfim (2010) fundamenta-se em Lev Vigotski, pelo qual extrai a ideia primordial de que os afetos estão na base da linguagem, como o subtexto da expressão do indivíduo que pode ser revelado a partir de recursos imagéticos e da escrita do habitante sobre o ambiente. O subtexto é compreendido por Vigotski (2001) como um pensamento oculto por trás das palavras, já que estas não são capazes de transcrever diretamente todo o pensamento. O pensamento, por sua vez, é gerado pela motivação, pois **“por detrás de todos os pensamentos há uma tendência volitivo-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro por que da análise do pensamento”** (VIGOTSKI, 2001, p.479, grifo nosso). Assim, a autora concebe os desenhos e as metáforas como

[...] recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento. O desenho é a criação de uma situação de aquecimento para a expressão de emoções e sentimentos e a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho. As metáforas são recursos de síntese, aglutinadores da relação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos (BOMFIM, 2010, p.137).

Neste sentido, tem-se os sentimentos e as emoções como mediadores da identidade dos indivíduos, construída a partir das afecções das experiências cotidianas do indivíduo nas interações com as outras pessoas e com o ambiente (BOMFIM, 2010). Compreender a imagem da cidade por meio da afetividade do indivíduo, portanto, possibilita a apreensão das formas como essas pessoas conhecem, agem e se implicam com o ambiente. A afetividade, ainda, supera a dicotomia entre micro e macrossocial, re-estabelecendo a relação dialética entre interno e externo, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, etc. (BOMFIM, 2010).

Bomfim (2010) fundamenta-se também em Baruch de Espinosa para compreender como esse o sujeito é afetado pelo ambiente, pois, conforme as ideias do filósofo, o conhecimento sobre o mundo decorre da razão e de como o corpo é afetado por outros corpos. A afecção, então, torna-se uma categoria de ação-mediadora e de transformação da consciência humana, podendo ser essa afecção potencializadora ou despotencializadora (BOMFIM, 2010). As afecções potencializadoras aumentam o poder de ação das pessoas, elevam o *conatus* como força de existir e perseverar no seu próprio ser; já as afecções despotencializadoras, configuram-se como força de padecimento, em que diminui a força do indivíduo, levando-o a passividade (SAWAIA, 2009).

Com tais aportes, o instrumento desenvolvido por Bomfim (2010) busca integrar os componentes cognitivos e afetivos, por considerar o indivíduo em sua integralidade, considerando a sua experiência com o ambiente de modo completa e complexa. Ou seja, o método proposto, coerente com as ideias de Espinosa e de Vigotski, rompe com os clássicos métodos pautados no cartesianismo, que distinguem afeto e cognição. Disto isso, compreende-se o ambiente não somente em seus aspectos materiais, concreto e tangível, mas também como um território emocional dotado de sentido.

A aplicação do IGMA resulta na elaboração de mapas afetivos, “[...] reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade” (BOMFIM, 2010, p.222). Por meio deles, pode-se apreender os afetos vividos e expressa a síntese do encontro do indivíduo com o lugar, seja ele a casa, o bairro, a cidade, etc. Os mapas afetivos até podem ser gerados dos mapas cognitivos (BOMFIM, 2010), porém não é a orientação estrutural ou localização geográfica o seu maior objetivo. Ao contrário, os mapas afetivos objetivam alcançar as estratégias de ação e os graus de apropriação do espaço (POL, 1996) pelos sujeitos, o apego ao lugar (GIULIANI, 2004) e a identidade social urbana (POL; VALERA, 1996) decorrente dessa interação; além de apreender o nível de implicação do indivíduo com o lugar.

Metodologicamente, o IGMA é composto por quatro principais componentes e etapas, a saber, o desenho do ambiente pesquisado, o inquérito acerca do desenho, a aplicação

da Escala de Estima de Lugar e o questionário de perfil socioeconômico (BOMFIM *et al.*, 2014). Na parte qualitativa, o indivíduo é estimulado para que construa um desenho representacional do ambiente estudado, sendo realizado, em seguida, um inquérito, perguntando-lhe sobre o significado de seu desenho, os sentimentos referentes a ele e as qualidades relacionadas ao ambiente desenhado. Na parte quantitativa, ou psicométrica, o indivíduo é convidado a responder uma escala *Likert* de cinco pontos, Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014), com a qual é possível calcular a estima do indivíduo em relação ao lugar. A seguir, tem-se a descrição dos itens do instrumento:

- a) **Desenho** - considerado o primeiro passo deflagrador do processo representacional imagético do indivíduo com o ambiente. O objetivo principal dos desenhos consiste em facilitar, enquanto signo mediador, que o indivíduo entre em contato com as suas emoções e seus sentimentos. É importante salientar que é o próprio respondente quem elabora o desenho, assim como o interpreta.
- b) **Significado** - neste ponto, o respondente conta ao investigador aquilo que quis representar por meio do desenho. Assim como na interpretação do desenho, é o significado atribuído pelo respondente que se sobressairá na análise.
- c) **Sentimentos** - solicita-se que o respondente descreva aqueles sentimentos que são aflorados durante a composição do desenho. Esse processo possibilita a elaboração e expressão dos afetos subjacentes na composição do desenho, sendo este último o estímulo que remete o respondente à sua representação do ambiente.
- d) **Palavras-síntese** - busca-se, por meio deste item, a explicitação, a precisão e a saturação dos sentimentos levantados a partir das respostas anteriores. Para isso, solicita-se que o indivíduo diga, seguindo a ordem, de 1 (uma) a 6 (seis) palavras que expressem sentimentos, qualidades, substantivos, etc.
- e) **O que pensa do ambiente** - por meio deste item são levantadas as informações que ainda não foram emitidas até o momento. Neste ponto, “o sujeito pode falar algo mais do que realmente pensa sobre a cidade e tornar aparente o que é figura na conjuntura das significações de seus sentimentos” (BOMFIM, 2010, p. 144).
- f) **Comparação** - este momento é crucial para a análise qualitativa do instrumento, uma vez que possibilita a elaboração de metáforas - “[...] um recurso linguístico que, com base em uma linguagem figurada, desvela o afeto pela imagem” (BOMFIM, 2008, p.256) -, que sintetizam a forma como o indivíduo compreende e comunica a sua relação com o ambiente. Aqui, pede-se que o respondente compare o ambiente de estudo com algo, convidando-o a criar imagens do ambiente por meio da sua “[...]”

capacidade de fazer analogia e figurar o sentimento pela escrita” (BOMFIM, 2010, p.146).

- g) **Caminhos percorridos** - neste item, o respondente descreve dois caminhos que normalmente faz até se chegar ao ambiente estudado. A resposta possibilita visualizar as trajetórias do indivíduo, permitindo o acesso às suas atividades cotidianas e o mapeamento de outros lugares que dialogam com o ambiente estudado.
- h) **Participação em associação** - pergunta-se se o respondente participa de alguma associação formal ou informal com fins culturais, solidária, reivindicatória, etc. Este item – na análise qualitativa - conjectura como a participação do indivíduo em movimento social ou em associações influencia na forma como ele sente e age com o ambiente.
- i) **Participação eventual em movimentos sociais** - pergunta-se se o indivíduo participa ou já participou de ações sociais de cunho reivindicatório ou solidário. Assim como o item anterior, constitui um forte elemento para compreender como a participação em movimentos sociais ou em associações influencia no modo como a pessoa sente o ambiente e está implicado com ele.
- j) **Escala de Estima de Lugar** - é solicitado ao indivíduo que responda a uma escala do tipo Likert com cinco graus de concordância (discordo totalmente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente). Originalmente, os itens da escala eram construídos a partir das imagens de Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, Contraste e de outras imagens observadas no pré-teste sugerido pela autora, compondo uma escala de 0 a 10 pontos (BOMFIM, 2010). Posteriormente, com o estudo de validação da Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014), esta passou a ser composta por 41 afirmativas, com as quais é possível calcular se a estima de lugar é potencializadora ou despotencializadora.
- k) **Características sociodemográficas** - neste ponto, são levantadas informações sobre a idade, sexo, cidade e estado, origem, escolaridade, tempo de residência e renda familiar do respondente. Essas informações ajudam na identificação e codificação dos dados referentes ao mapa afetivo.

Para a análise dos dados, Bomfim (2010) utiliza-se da análise de conteúdo categorial, seguindo as fases de a) *pré-análise*, em que os dados brutos obtidos pelo instrumento são digitados e, em cima deles, é feita uma leitura exaustiva; b) *codificação do material*, por meio da fragmentação do texto, buscando organizá-lo em seguida conforme as presenças, ausências e repetições a fim de catalogar os dados brutos em unidades úteis; e c) *categorização*,

em que as unidades são classificadas, por meio da saturação dos conteúdos, possibilitando a “[...] visualização dos dados em um quadro que apresenta as seguintes dimensões: identificação do respondente; estrutura do desenho; significado; qualidade; sentimento; metáfora e o sentido.” (BOMFIM, 2010, p. 151), conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 - Quadro categorial dos mapas afetivos

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b>	<b>Sexo:</b>	<b>Idade:</b>	
<b>Escolaridade:</b>	<b>Tempo de residência:</b>		
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Explicação do respondente sobre o desenho.	Atributos do desenho e da cidade, apontados pelo respondente.	Expressão afetiva do respondente ao desenho e à cidade.	Comparação da comunidade cidade com algo pelo respondente, que tem como função a elaboração de metáforas.
Espaço para colar o desenho realizado pelo participante da pesquisa		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidade e sentimentos).		Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidade e sentimentos)	
<b>Escala Estima de Lugar (EDL):</b> Resultado quantitativo levantado pela escala.		<b>Imagem:</b> Imagem afetiva resultante da análise qualitativa.	

Fonte: Elaborado por Bomfim (2010), com reorganização da colocação dos itens pelo autor dessa dissertação.

A última coluna do quadro representa a análise do subtexto, do sentido e do motivo subjacente às respostas do respondente (BOMFIM, 2010). Conforme a autora, nessa dimensão, busca-se visualizar os aspectos essenciais e individualizar o sentido geral, “[...] construindo uma explicação ou definição da imagem apontada pelo respondente a partir da metáfora, de forma a articular a imagem da metáfora com o sentimento e a qualidade atribuída pelo respondente do desenho” (BOMFIM, 2010, p.152). A este processo de articulação dos elementos levantados nos itens do instrumento, Bomfim (2003) denominou de construção de mapas afetivos.

O instrumento categoriza os dados obtidos em cinco imagens principais, a saber, Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contrastes. Além destes, é possível encontrar outras imagens afetivas, por conta do caráter de abertura do instrumento à dinâmica



singular do ambiente pesquisado e a sua adaptabilidade ao contexto sócio histórico.

A imagem de *Agradabilidade* remete aos sentimentos de vinculação com o lugar em consequência às suas qualidades ambientais, construídas ou naturais, as quais são sentidas como agradáveis pelos indivíduos, produzindo sentimentos de prazer. A imagem de *Pertencimento* diz respeito aos pensamentos, às ações e aos sentimentos que denotam a identificação da pessoa com os lugares.

Na imagem de *Destruição*, evidenciam-se experiências em que o ambiente é tido como degradado, malcuidado e destruído. A imagem de *Insegurança* denota algo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança e ameaça. A imagem de *Contraste* compõe-se de sentimentos, emoções e palavras contraditórias, ambíguas, expressando vivências positivas e negativas, atribuídas simultaneamente ao ambiente.

A combinação entre essas imagens configura a estima de lugar (BOMFIM, 2010). Esta categoria deflagra a síntese do encontro do indivíduo com o ambiente, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito. A construção da estima do lugar surge a partir da imbricação dos aportes teóricos das psicologias ambiental e social, em suas vertentes que enfatizam os aspectos psicossociais e histórico-culturais (BOMFIM, 2010).

Com base na perspectiva psicossocial, a estima apresenta-se como uma imagem do ambiente construída por meio dos significados subjetivos e coletivos, concebida, pela Psicologia Ambiental, como uma “[...] forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído” (BOMFIM, 2010, p.218). Destarte, compreende-se que o modo como as pessoas são afetadas no ambiente produzem imagens que são apreendidas pela estima - esta, por conseguinte, “[...] fornece elementos para a formação de campos representacionais como dimensão das representações sociais” (BOMFIM, 2010, p.218).

Como categoria social, a estima de lugar estrutura-se como um modo de pensar socialmente construído em paralelo com as dimensões de simbolismo do espaço, identidade social urbana e de uma afetividade do lugar. Ou seja, na Psicologia Ambiental, configura-se como “[...] expressão das dimensões afetiva, de atração do lugar e de autoestima”, sendo “[...] indicadora de um processo de apropriação dos habitantes, de identificação e de ação-transformação” (BOMFIM, 2010, p.218).

Com base em Agnes Heller, Bomfim (2010) aponta que a estima de lugar pode ser explicada, também, a partir dos sentimentos orientativos. Segundo estes, as disposições positivas e negativas atuam como guia revelador dos gostos e das ações (HELLER, 2004) do

indivíduo de uma determinada sociedade, expressando a forma como estes estabelecem relações com um determinado estrato social, com a comunidade, a cidade e a sociedade - tendo essa relação de conhecimento interiorizada a partir da vivência.

Retornando à análise das imagens obtidas pelos mapas afetivos, tem-se que a Agradabilidade e o Pertencimento configuram uma estima de lugar potencializadora da relação pessoa-ambiente, aumentando a potência de ação do indivíduo, podendo denotar maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito. Já as imagens de Destruição e Insegurança refletem uma estima de lugar despotencializadora, gerando uma potência de padecimento no indivíduo, em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente e à servidão (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014).

Assim, as vivências despotencializadoras do indivíduo (medo, insegurança, frustração, raiva, etc.) para com o lugar diminuem o potencial de ação destes para com o ambiente. Em consequência, tem-se também uma diminuição da sua implicação com o ambiente. Por outro lado, as vivências positivas (agradabilidade, alegria, identificação, prazer, etc.) promovem ações de cuidado, de preservação e participação dos indivíduos, aumentando sua potência de ação e, conseqüentemente, sua implicação para com o ambiente - os indivíduos percebem que a relação deles com o ambiente não é somente instrumental, dada pelas possibilidades de sua estrutura física, agindo de modo estático a ele, mas há também uma relação simbólica que medeia as (re)construções da identidade pessoal e coletiva. Há, assim, um forte sentimento de se sentir cidadão (BOMFIM, 2010).

Cabe salientar que as duas formas de estima de lugar coexistem no mesmo ambiente, principalmente quando é considerada a complexidade das grandes cidades. Neste sentido, tem-se uma categoria transversal de análise, Contraste (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014). Esta imagem denota que os indivíduos no ambiente podem afetar-se dubiamente na relação, sentindo ao mesmo tempo, por exemplo, pertencente ao lugar, mas com medo de usufruí-lo em decorrência da insegurança. Ressalta-se que, enquanto categoria transversal, a imagem de Contraste pode direcionar-se tanto para uma estima potencializadora como despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014).

É interessante pensar também que a imagem de contraste possibilita a compreensão dos elementos desarmônicos na relação pessoa-ambiente, uma vez que a dialética tanto apresenta aqueles elementos que fortalece a vivência do sujeito com o ambiente como aqueles que enfraquecem. Assim, olhando-se para os dois polos, pode-se elaborar determinadas intervenções para que as boas experiências sejam potencializadas, enquanto busca-se compreender como são construídas político e psicossocialmente as experiências negativas, a

fim de que estas sejam também resolvidas.

Quanto à análise psicométrica do instrumento, tem-se que a estima de lugar é apreendida por meio da Escala de Estima de Lugar, também podendo apresentar-se como potencializadora ou despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014). Nos estudos de validade da escala, foi observado que os itens relacionados aos indicadores de Agradabilidade e de Pertencimento, por suas similaridades, foram agrupados em um mesmo fator (Fator I - Estima de lugar potencializadora); enquanto os itens referentes aos indicadores de Destruição e de Insegurança foram agrupados em um segundo fator (Fator II - Estima de lugar despotencializadora).

Operacionalmente, a estima é calculada pela subtração da soma dos escores individuais do Fator I a soma dos escores individuais do Fator II. Ou seja, a estima de lugar é obtida por (BOMFIM *et al.*, 2014):

$$e = \text{Fator I} - \text{Fator II}$$

A estima potencializadora é determinada, na escala, quando o respondente obtém um escore final positivo, ou seja, apresenta elevados graus de concordância nos itens relacionados às imagens de Agradabilidade e de Pertencimento (Fator I). Por outro lado, a estima de lugar despotencializadora é determinada quando o escore final do respondente tem um valor negativo, menor que zero, denotando um grau elevado de concordância com os itens dos indicadores de Destruição e de Insegurança (Fator II) (BOMFIM *et al.*, 2014).

A concentração do número próximo ao zero denota a imagem Contraste entre as estimas, demonstrando que, mesmo nas análises quantitativas, há a presença dialética do modo como o indivíduo pode ser afetado (BOMFIM *et al.*, 2014). No estudo de validade, não foi possível quantificar satisfatoriamente o coeficiente indicador do Contraste para saber que estima prevalece sobre a outra (potencializadora ou despotencializadora). Neste ponto, salienta-se o retorno aos dados qualitativos para que seja possível observar para qual direção o Contraste aponta e quais são os elementos/fatores que conduziram à vivência dúbia.

Com isso, os elementos de Contraste podem ser trabalhados por meio de ações que estimulem a potência de ação, transformando os sentimentos que aprisionam - que levam à potência de padecimento - em sentimentos alegres, positivos - potência de ação. Ou seja, pode-se observar que, mesmo em sentimentos ambíguos, ambivalentes, pode-se criar intervenções junto ao indivíduo para o aumento da sua potência de ação e, conseqüentemente, aumentar a implicação psicossocial necessária para o enfrentamento de problemas.

Em síntese, por sua capacidade de acesso à afetividade dos indivíduos em relação ao ambiente, o IGMA torna-se um recurso indicado para a elaboração de intervenções psicossociais (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al*, 2014). O instrumento proporciona a aproximação dos afetos às experiências da vida cotidiana em relação às questões urbanas, bem como aos ambientes microssociais, em que são apreendidas as identificações do *self* do indivíduo com o ambiente. Conforme Bomfim, “[...] o mais importante deste recurso é a possibilidade de construção da afetividade como dimensão psicossocial” (BOMFIM, 2010, p.221).

O IGMA foi aplicado em 17 moradores<sup>24</sup> da Vila Vicentina, em dois momentos. Inicialmente, foi realizada uma oficina da capela da comunidade, onde 13 moradores participaram. Como os eles já haviam se organizado, anteriormente em reunião, para serem 15 a participar da pesquisa – um(a) morador(a) representando cada família/casa -, observei que faltaram três participantes (na oficina estavam 13, mas 2 eram da mesma casa/família). Esses moradores informaram, posteriormente que não puderam participar no dia da oficina por conta de outros compromissos, mas que eu fosse outro dia na casa deles, pois desejavam participar. Uma semana depois, retornei à comunidade para completar a aplicação do IGMA. Nesse dia, quatro moradoras participaram, sendo três representantes das casas que não puderam comparecer anteriormente.

No primeiro momento, por conta da grande maioria ser idosa – alguns com dificuldades de leitura, não conseguiam enxergar, etc. -, todas as aplicações dos mapas foram acompanhadas por mim, que tive suporte dos membros do Canto Renan Sidney e Leonardo Félix, e da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, Aline Matos. Em ambos os dias de aplicação, os moradores ficaram surpresos com a proposta, ao saberem que iriam desenhar depois de tantos anos sem fazer uma atividade assim. Não tiveram dificuldades quanto ao desenho, no entanto, em sua maioria, pediram para que nós escrevêssemos as suas respostas nas questões IGMA (significado, metáfora, sentimentos, etc.).

Na parte da escala, os moradores tiveram, inicialmente, dificuldade para compreender a orientação de como respondê-la, pois não compreendiam como pontuar conforme o grau de concordância com os itens. Então nós lemos todos os itens para os moradores e repetíamos sempre as numerações relacionadas ao nível de concordância (por exemplo, “A senhora considera a Vila Vicentina como algo seu? A nota um diz que a senhora discorda totalmente; a nota dois diz que a senhora discorda, mas não muito disso; a nota três

---

<sup>24</sup> Todos os moradores eram maiores de 18 anos, moravam na Vila há mais de um ano e participava da Resistência Vila Vicentina.

diz que o senhor nem discorda nem concorda....”). Interessante pontuar que, quando líamos os itens para os moradores, eles primeiro contavam alguma história ou fato relacionado ao item e então atribuíam um valor para o mesmo.

### 3.2.4 Entrevistas

Junto aos itens do IGMA, adicionei algumas perguntas de modo a realizar uma entrevista. A escolha pela entrevista como método se deu por estar adequada para a análise do sentido que os atores sociais constroem sobre suas vivências, assim como acerca dos acontecimentos sobre os quais são convidados a falar, expressando, neste processo, seu sistema de valores, seus modos de compreender e interpretar a situação, as crenças e referências normativas, etc. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

O método de entrevista tem sido caracterizado por seu contato direto entre pesquisador e pesquisado, havendo pouca diretividade por parte do primeiro. Neste encontro, o pesquisador facilita o processo de expressão do entrevistado, permitindo que este possa falar cada vez mais de modo autêntico e com profundidade (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Como um processo dialógico, a entrevista pressupõe uma negociação de pontos de vista e versões sobre determinados assuntos e acontecimentos, posicionando os entrevistados durante a interação com o entrevistador (ARAGAKI *et al.*, 2014). Nesse processo, é importante respeitar o fluxo discursivo dos entrevistados, proporcionando um clima agradável no processo, confirmando a valorização e o interesse pela fala do entrevistado; conseqüentemente, o tema estudado é ampliado e aprofundado por esse (ARAGAKI *et al.*, 2014).

Durante a realização de trabalhos comunitários, a entrevista é frequentemente utilizada para que sejam levantadas informações sobre a história do lugar e para produzir também opiniões sobre o modo de vida da comunidade ou de uma pessoa em particular (MONTERO, 2006.). Em uma perspectiva participativa, a finalidade da entrevista consiste em proporcionar o conhecimento sobre as opiniões e ideias de pessoas que vivem na comunidade, discutindo sobre um tema em comum (MONTERO, 2006). Como todas as aplicações do IGMA foram acompanhadas, as perguntas serviram como roteiro semiestruturado, pois no decorrer das respostas dos moradores pude fazer outras perguntas.

Foram feitas quatro perguntas principais, a saber, 1) “Como você chegou (período em que começou a morar) à Vila Vicentina?”, com o objetivo de traçar as origens da relação das moradoras com a comunidade, vendo os fatores que as trouxeram. 2) “Na Vila Vicentina, o que te alegra e o que te entristece?” A partir dessa pergunta, busquei compreender quais os

elementos potencializadores e despotencializadores dentro da comunidade, sem que direcionasse, inicialmente, para o contexto das ameaças – embora, nas respostas, os sentimentos e as emoções por conta do contexto de ameaças já se manifestavam mesmo quando não havia estímulo explícito para falar sobre. 3) “Como você se sente no atual momento da Vila Vicentina?”. Com essa pergunta procurei mapear as percepções que os moradores têm de si mesmo diante das ameaças, como observam as suas posturas, quais aspectos observam em si que decorrem da mudança de contexto, etc. Por fim, 4) “Como a ameaça de desapropriação afetou o seu dia a dia?” Com esta pergunta, o intuito foi de fazer comparativos sobre como era a vida na comunidade antes em relação a como os moradores vivem atualmente, a fim de, com um estímulo mais explícito, estruturar as transformações ocorridas no cotidiano das moradoras.

O entrevistador deve evitar acrescentar suas percepções acerca do que se está perguntando para que não induza ou influencie as respostas dos entrevistados. No entanto, é importante destacar que o processo de entrevista, no contexto da pesquisa social, não consiste apenas em um processo de coleta de dados de mão única, mas em uma interação de trocas de ideias e de significados entre pesquisador e pesquisado, explorando as realidades e percepções sobre o fenômeno estudado e, conseqüentemente, construindo o conhecimento em conjunto (GASKELL, 2002).

Aragaki *et al.* (2014) aponta ser relevante considerar o local e o contexto histórico e social onde as entrevistas são realizadas, uma vez que estes contribuem na produção discursiva e de sentidos. Deve-se estar atento ao fato de que todos os locais e situações nas quais as entrevistas são realizadas contribuem para o modo como o entrevistado se expressa. Desse modo, considerar a contextualização do lugar de fala e o contexto histórico e cultural em que a entrevista aconteceu acrescenta elementos fundamentais no processo de análise do fenômeno estudado. Sobre este ponto, achei bastante interessante o modo como os moradores davam as informações. Como todas as entrevistas foram realizadas nos espaços da comunidade, sempre que os moradores falavam de determinado assunto, apontavam para o lugar que tivesse alguma relação com o abordado. Ou mesmo me levavam para ver as casas, as mudanças que fizeram, mostrar as fotos dos filhos, ver as rachaduras da casa resultantes da demolição da casa vizinha, etc. Parecia como se eles estivessem desejando que eu visse com meus próprios olhos a veracidade dos seus relatos e que compartilhasse com eles os sentimentos e as emoções que os relatos traziam.

Quanto à seleção dos participantes, Gaskell (2002) aponta que o número de entrevistados é necessariamente pequeno, devendo o pesquisador usar a sua imaginação ao selecionar os respondentes. Por outro lado, Montero (2006) indica que a entrevista,

preferencialmente, deve ser realizada com pessoas que conhecem os feitos comuns da comunidade e que nela tenham protagonizado algo. Ressalta, no entanto, que os demais moradores não devem ser deixados de lado no processo de escuta. Em ambos os casos, a escolha dos entrevistados e os procedimentos devem ser explicados detalhadamente e justificados. No caso da Vila, os entrevistados foram aqueles que participaram das oficinas de mapas afetivos, moradores que compõe a Movimento de Resistência Vila Vicentina. Interessante pontuar, que, ao realizar as perguntas juntamente com o IGMA, os moradores pensaram sobre vários aspectos relacionados ao processo que estão vivenciando, que reflete a característica de intervenção do instrumento, possibilitando que os moradores tomem consciência da sua dinâmica com o entorno (BOMFIM *et al.*, 2014).

De modo geral, utilizei a entrevista como possibilidade para apreender, principalmente, os afetos dos moradores em relação a sua vivência na comunidade ameaçada de desapropriação. Com a análise das mesmas, percebi que as entrevistas incrementaram as percepções acerca dos dados obtidos no IGMA, dando maior compreensão sobre os sentimentos e as emoções dos moradores da Vila, além de potencializar o caráter de produção de informações e de intervenção do IGMA.

As entrevistas não foram gravadas, uma vez que as perguntas estavam anexadas ao IGMA. No entanto, as respostas dos moradores foram escritas por mim, Leonardo, Renan e Aline, tentando escrever tal qual a moradora falava, quando ela mesma não queria escrever. Depois líamos o que a moradora havia falado, para que pudesse acrescentar, retirar ou modificar o que disse. Para o processo de análise do *corpus*, todas as entrevistas foram digitadas.

### **3.2.5 Procedimentos de análise e interpretação do *corpus***

A análise de dados em pesquisas qualitativas pode acontecer paralelamente à construção do *corpus* (MONTERO, 2006). Com efeito, os dados podem ser explorados por uma variedade de perspectivas, obtendo-se maiores aproveitamento, ao mesmo passo em que o contínuo processo de análise permite, simultaneamente, a construção de propostas de intervenção.

Com os relatos levantados pelo Instrumento Gerador de Mapas Afetivos e pelas entrevistas e pelo círculo de cultura, foi realizada uma análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas e/ou procedimentos sistemáticos de análise da comunicação. Por meio dela, o pesquisador obtém determinados indicadores com os quais pode fazer inferências de conhecimentos sobre conteúdos presentes, explícita e implicitamente, na produção e recepção

da comunicação do fenômeno estudado (BARDIN, 1977). Por seu modo sistemático e metódico, proporciona determinada distância entre as interpretações espontâneas imanentes dos dados e as próprias do pesquisador, evitando vieses e distorções nas análises e interpretações (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

Este método tem ocupado espaço cada vez maior na investigação social (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Conforme Bardin (1977, p.30), “[...] desde que se começou a lidar com comunicações que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, parecendo útil o recurso da análise de conteúdo”. Tal relevância do método decorre de sua capacidade de sistematização que permite aos pesquisadores, de modo conciliável, a possibilidade de se analisar os dados de pesquisas satisfazendo o rigor metodológico sem perder a profundidade e a complexidade do fenômeno estudado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

Os métodos da análise de conteúdo visam à superação da incerteza, proporcionando um conhecimento válido e generalizável sobre o fenômeno estudado; e ao enriquecimento da leitura, aumentando a produtividade e pertinência do assunto (BARDIN, 1977). Com isso, possui duas funções, a saber, a *heurística*, em que se enriquece a tendência exploratória (“para ver no que dá”); e *administradora*, como um método sistemático para testar hipóteses e conferir informação (“para servir de prova”). Essas duas funções, na prática, podem ou não se dissociar, assim como podem coexistir de maneira a complementar uma a outra.

As fases do processo de análise podem ser organizadas em três principais polos cronológicos (BARDIN, 1977). Inicialmente, tem-se a 1) *pré-análise*, consistindo na organização inicial dos dados, objetivando operacionalizar e sistematizar as primeiras ideias. Em seguida, busca-se a 2) *exploração do material*, compreendida como a análise propriamente dita, em que, a partir da aplicação sistemática das decisões tomadas anteriormente, o pesquisador realiza operações de codificação, decomposição ou enumeração dos dados. Por fim, procede-se o 3) *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação*, em que os resultados brutos são tratados de modo a serem significativos e válidos, estabelecendo quadros, diagramas, figuras e modelos que forneçam as informações principais levantadas nas análises.

A interpretação é concebida como um processo imaginativo ligado à reflexão (MONTERO, 2006). Nesse processo, as saturações, os padrões dos discursos (predominantes ou dissidentes) devem ser o ponto de partida e o de chegada da interpretação, pois “[...] a função de interpretar é responder à pergunta ou perguntas de investigação, explicar e compreender o fenômeno analisado [...]”<sup>25</sup> (MONTERO, 2006, p.70). Como se pode observar, o pesquisador

---

<sup>25</sup> “[...] la función de interpretar es responder a la pregunta o preguntas de investigación, explicar y comprender el fenómeno analizado [...]” (MONTERO, 2006, p.70).



efetua uma leitura mais aprofundada da comunicação, não se limitando ao conteúdo dito, mas a “[...] outros significantes de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.” (BARDIN, 1977, p.43), procurando “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais debruça” (p.45). Nesta perspectiva, penso que a análise de conteúdo permitiu a apreensão dos sentimentos e das emoções presentes no subtexto da comunicação (VIGOTSKI, 2001) dos moradores a respeito do modo como vivenciam a ameaça de desapropriação, bem como estruturar quais as implicações psicossociais dos moradores diante do contexto que estão vivendo, como apresentarei adiante na pesquisa.

Quando consideramos os sentimentos e as emoções como “mais uma mediação, integradas com a linguagem e o pensamento, na comunicação com nossos pares”, podemos analisar o conteúdo ideológico no discurso das pessoas (LANE, 2000, p.14). Desse modo, a análise de conteúdo possibilitou a explicitação dos aspectos emocionais que vim estudando, identificando as formas afetivas de como os moradores compreendem a ameaça de remoção e como esses afetos estão implicados (HELLER, 2004) em relação à problemática. Com efeito, a partir das ferramentas de construção do *corpus* e dos procedimentos da análise de conteúdo, fui incluindo na minha identidade de pesquisador um direcionamento para um “arqueólogo das emoções”<sup>26</sup>.

### 3.3 Aspectos éticos

A pesquisa foi desenvolvida atendendo aos princípios éticos de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, conforme a Resolução número 466 de dezembro de 2012 e Resolução número 510 de abril de 2016, conforme aprovação do comitê de ética<sup>27</sup>. Todos os moradores da Vila que participaram da pesquisa, quando submetido aos métodos de levantamento de informações, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que versa a proposta da pesquisa, os possíveis riscos e prejuízos psicossociais e os seus direitos enquanto participantes. O modelo de TCLE apresentado aos participantes da pesquisa encontra-se nos apêndices dessa dissertação.

Ademais, essa pesquisa adotou como horizonte ético a participação e a construção de conhecimentos conjuntos com os moradores. Deste modo, busquei, durante o desenvolvimento do estudo, compartilhar os achados entre os moradores e os apoiadores a fim de que eles pudessem também contribuir com o direcionamento das ações visando à construção de uma

---

<sup>26</sup> Referência ao livro Arqueologia das emoções (LANE; ARAÚJO, 1999).

<sup>27</sup> Nos Anexos dessa dissertação, encontra-se o parecer substanciado aprovado pelo comitê de ética e pesquisa.

*práxis* relevante para a atual configuração da comunidade. Reitero, também, que o meu compromisso ético-político com os moradores não esteve (não está) limitado ao desenvolvimento da pesquisa, uma vez que vislumbro, mesmo após o encerramento institucional da pesquisa, permanecer presente enquanto for de interesse dos moradores da Resistência Vila Vicentina.

### 3.4 Construção e partilha de conhecimentos

A devolutiva dos conhecimentos produzidos é um processo contínuo com a comunidade, em que os dados levantados são utilizados como forma de produção de atividades e ações para a transformação ou resolução de suas problemáticas (MONTERO, 2006). Na Vila Vicentina, observei que o próprio desenvolvimento das atividades, em parte, decorria das discussões das necessidades levantadas pelos moradores junto aos apoiadores.

Por exemplo, quando se percebeu que, normalmente, somente as mulheres participavam de determinados eventos, e que já estavam sobrecarregadas, elas levaram o problema para a reunião interna a fim de que fosse possível encontrar um meio de agregar também a participação masculina. Depois, elas abordaram novamente junto aos apoiadores a necessidade de se pensar em atividades que também estivessem “voltadas para os homens”, pois muitos deles “ainda eram machistas e não queriam fazer as atividades para as mulheres, como o bordado”<sup>28</sup>. Como resultado, foram pensados momentos de jogos de bila e de vôlei, nos quais foi possível observar maior participação dos homens. Esse fato pareceu uma observação simples, mas o modo como ocorreu o diálogo na troca de informações trouxe à tona a forma de se pensar a organização e o papel dos moradores dentro no movimento de Resistência Vila Vicentina, aspectos que repercutem no processo de conscientização dos moradores<sup>29</sup>.

No que tange à produção de conhecimento científico, normalmente sistematizado e escrito, o processo de devolutiva deve-se orientar em uma perspectiva ético e social, uma vez que o compartilhamento dos resultados levantados a partir da vivência na comunidade entre pesquisadores (agentes externos ou apoiadores) e moradores (agentes internos) configura-se para além de um “[...] ato de colher dados [...] possibilitando o olhar crítico, o exercício da cidadania e a corresponsabilização pelo desenvolvimento e transformação da realidade social”

---

<sup>28</sup> Junção de falas das moradoras da Vila proferidas em uma oficina de bordado.

<sup>29</sup> Veremos mais adiante como o modo de participar de atividades comunitárias está relacionado a uma elevada estima de lugar, que denota maior abertura às transformações da consciência e um posicionamento mais ativo da pessoa.

(XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016, p.174). O processo de socialização dos dados e as possíveis interpretações realizadas em conjunto com aqueles que melhor conhecem a realidade ampliam

[...] a leitura preferida sobre quais são os produtos oriundos de uma investigação que se ancora em uma nova proposta de fazer ciência, capaz de afirmar a retroalimentação permanente entre pesquisar e intervir na realidade social e de integrar a sociedade civil como um todo no conhecimento sobre as condições de vida entre as questões psicológicas das populações pobres das zonas urbanas e rurais (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016, p.176-177).

Na presente pesquisa, além do processo de devolutiva para o desenvolvimento de novas atividades, busquei ampliar aos resultados para outros setores sociais, como espaços acadêmicos que não só a universidade à qual estou vinculado como pós-graduando, mas para movimentos sociais, organizações voltadas para a defesa do Direito à cidade e à moradia, etc. O intuito é, ao adentrar nesses setores, tensionar a reflexão sobre a forma como o conhecimento acadêmico é produzido e difundido, para quem ele é direcionado e qual a relevância social frente às problemáticas emergentes da cidade.

Durante a graduação, percebi que, além de observar um movimento em que boa parte do saber é construído apartado das condições concretas em que vivem as maiorias populares oprimidas, há também aqueles alunos que rechaçam todo conhecimento científico, como se a universidade não tivesse comprometimento ético algum e não fosse capaz de produzir conhecimento relevante que atenda às populações. Logo, seria impossível produzir “conhecimento socialmente relevante dentro da universidade”. A este respeito, gostaria de apresentar parte do que escrevi em meu Diário de Campo a partir de um dos encontros que tive com estudantes de núcleos e laboratórios que se organizaram para contribuir com a luta da Vila Vicentina:

“Este foi o primeiro encontro dos núcleos (Locus, Canto, Najuc e Caju). O encontro aconteceu na sala do Caju na faculdade de Direito, uma sala pequena, amontoadas de cartazes e papéis e por cima dos poucos móveis. Havia cinco representantes do Canto, três do Locus, quatro do Caju e duas do Najuc. Com exceção de mim, que sou do programa de pós-graduação em Psicologia, todos os outros eram estudantes da graduação, em seus primeiros semestres de curso.

“Neste encontro, tínhamos por objetivo da reunião pensar no que poderíamos fazer para contribuir com a luta dos moradores da Vila Vicentina para permanecerem no local onde moram. Foi um encontro bastante caloroso, em que, inicialmente, apresentamo-nos como se, a

partir dali, tornássemos confidentes de algo maior, amigos de longas datas; e falamos de nossas implicações com as questões sociais da cidade, principalmente relacionadas às questões de moradia; e ainda nos divertimos com as observações astrológicas relacionadas ao signo de cada um!

“Muito empolgados, discutimos algumas propostas do que poderia ser feito na Vila, com base nas informações que tínhamos sobre o caso e nas atividades já em andamento no lugar. Os alunos da Arquitetura sentiram interesse em saber como era exatamente que funcionava a metodologia dos Mapas Afetivos. Após receberem uma breve explicação, apontaram que “faziam errado, então” e que não compreendiam muito bem como eram as relações afetivas dos moradores com a comunidade. Discutimos outras possibilidades, [...] uma proposta de Café com Memórias e a construção de zines. Em toda a discussão sobre as atividades que poderiam ocorrer, apontamos que o mais importante seria o fato de estarmos indo com o papel de facilitar, de deixar que os moradores escolhessem o que queriam realizar e como nós, estudantes, nos colocaríamos apenas para ajudá-los.

“Todos concordávamos que nosso objetivo maior não era de transformar a Vila em um estudo de caso acadêmico, mas de estar junto aos moradores vivenciando aquela realidade de modo a compreendê-la para oferecer algum suporte; para juntar as nossas forças às lutas que eles, os moradores, tinham pela frente. Enfim, a proposta era mais de uma inserção como indivíduo politicamente preocupado com as questões da cidade do que como ‘estudantes extensionistas e pesquisadores antiéticos’ que somente chegam a uma comunidade para coletar dados sem compromisso ético e político para com a vida dos moradores.

“Concordava, claro, como muito do que estava sendo dito [...] Por outro lado, além de me ver como cidadão engajado com as causas da cidade, também sou estudante de um programa de pós-graduação, também estou acrescentando à minha identidade o “ser pesquisador”. E eu também estava nesse encontro porque a situação também se configurava dentro do que venho pesquisando, conforme apontei para os outros estudantes. Assim, comecei a travar uma luta interna, com minhas indagações sobre a produção de conhecimento em meio ao academicismo e o compromisso social.

“Minhas inquietações aumentaram, principalmente, quando um dos rapazes do Caju apontou que não poderíamos “construir estudos lá, conhecimentos, porque o academicismo da universidade somente usa as comunidades sem preocupação política”. Em por parte, concordei com ele, entretanto, senti-me um pouco desconfortável com tal posicionamento. Afinal de contas, também sou um pesquisador! Ou tenho a pretensão de sê-lo. A partir daí, fiquei refletindo sobre a forma como venho concebendo a produção de conhecimento nesses últimos:

a minha proposta sempre se pautou na implicação social, orientando-se para a transformação da realidade de algum modo que pudesse ajudar minimamente na transformação das situações de opressão. Até porque eu mesmo vinha de uma realidade que necessitava de transformação! Eu via que podia fazer algo pela realidade que conhecia a partir daquilo que aprendia.

“Queria lhe falar que tenho essa visão de construção de conhecimento, que não tirei puramente da minha cabeça - até porque a imaginação e a criatividade, como já dizia Vigotski, vêm de vivências que temos no mundo concreto -, mas que, por incrível que pareça, está fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Social, que tanto vem me auxiliando a me desenvolver como pesquisador e, também, a entender as relações sociopolíticas e psicológicas presente na vida das pessoas – inclusive para compreender pontos da minha própria. E eu só soube sobre isso na UECE, quando alguém que, também acreditando em um conhecimento comprometido socialmente, me encantava com novas possibilidades de entender e mudar as coisas que estão postas como se fossem ‘assim mesmo porque Deus quer’.

“Não penso que o conhecimento que busco construir seja pautado nesse academicismo sem compromisso. Pelo contrário, penso que o conhecimento que busco construir é para, justamente, mostrar que a universidade pode e deve produzir conhecimento imbricado com a realidade, cumprindo seu papel social de transformação. Não acho que devemos abolir a construção do ‘conhecimento acadêmico’, não!

“Se não gostamos do que é produzido dentro da universidade, devemos questionar, mas de modo propositivo, apresentando elementos que fundamentem a transformação do modo como se apreende e se produz a leitura do mundo nesses lugares. Se a universidade não discute e não produz conhecimento com implicação social e política, por que nós mesmos, enquanto também membros de laboratórios de pesquisa e extensão, não construímos uma forma diferente de conhecer e transformar o mundo e a levamos para discutir dentro da universidade?!

“Devemos lembrar que o que circula dentro da universidade, infelizmente, segue os ‘moldes científicos de publicações’ (artigos, teses, dissertações, monografias, livros, etc.), por que não nos infiltramos nesses modelos – mesmo que pouquinho para não nos corromper – para fazer circular também o que pensamos, renovando essas fontes de informação? A nossa luta não deve virar apenas acúmulo de memórias individuais e/ou restritas à memória de determinados movimentos, coletivos, núcleos. Penso que, se construirmos documentos palpáveis, concretos, mesmo que ainda sejam nos ‘moldes científicos’, estamos plantando sementes de transformação dentro da universidade, apresentando outros conhecimentos, conhecimentos esses construídos a partir de implicações políticas e sociais para com a realidade: tal como aconteceu com a transformação de uma psicologia social acrítica para uma psicologia socialmente engajada –

Silvia Lane viu o que estava produzido, contestou, foi às comunidades pra conhecer, sistematizou o que viu, publicou suas inquietações e as defendeu como válidas, e hoje tem espelhado muito outros jovens que querem pesquisar comprometidamente.

“Inclusive, a produção ajuda a quem quer questionar o academicismo e a realidade social a não se sentir sozinho, como se estivesse começando do nada: basta lembrar de importantes nomes que nos ajudam a pensar a realidade da cidade de modo implicado, como o David Harvey, Henry Lefebvre, Ermínia Maricato, etc. Eles questionaram o modo como a construção da cidade é feita, e levaram isso para a universidade, difundiram e ampliaram suas contestações e ideias utilizando-se dos próprios ‘moldes acadêmicos’ (livros, artigos, discussões em palestras, etc.). E hoje nos embasamos neles para não sentirmos que lutamos sozinhos e também para não começarmos do nada, pois já existe uma história de contestações e lutas na qual devemos nos somar. Enfim, penso que é um pouco nesta direção que estou indo: produzindo conhecimento socialmente engajado - um conhecimento que espero que a comunidade em que eu desenvolva a pesquisa julgue como importante para fortalecer a sua luta - e que possa circular dentro da universidade e demais espaços, disponibilizando novos materiais para atualizar o que se lê por lá [...]” (DC, 2016, p.4-9).

Desse modo, penso que também é possível dar uma devolutiva sobre o que foi construído na Vila Vicentina a partir da publicação de artigos, trabalhos apresentados em eventos científicos, elaboração de cartilha sobre as implicações psicossociais do processo de conflito fundiário nos moradores, etc. A este respeito, aponto que alguns materiais já foram produzidos, tais como resumos apresentados em Congressos (PACHECO; GOMES; BOMFIM, 2016; PACHECO; BOMFIM, 2017a; PACHECO; BOMFIM, 2007b) e que ficarão publicados em anais, a elaboração da fanzine com os moradores que, até hoje, está sendo utilizada como meio de divulgação do que tem acontecido na Vila; e esta própria dissertação, que se construiu como um processo de discutir a problemática dentro da pós-graduação.

Acredito que esse movimento me fez refletir a busca por me aproximar, também, das discussões e produções acadêmicas fora dos muros da universidade, representando “a força motriz para o desenvolvimento de uma atuação que se propõe crítica, reflexiva e eticamente pautada no compromisso social e na desnaturalização dos fenômenos psicossociais, sobretudo aqueles relacionados à opressão e à estigmatização das populações” (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016, p.180). Penso, ainda, que uma pesquisa é tão mais difícil de ser desenvolvida quando não compartilhamos olhares nem trocamos palavras, quando nossa preocupação está mais voltada para a produção de um solitário – como uma busca de uma descoberta e aquisição de status por isso – do que para a vivência conjunta, plural e transformadora. É preciso afetar-

se potencializadamente pelos encontros, dançar junto nas lutas com quem também se implica ético-politicamente como a gente.

#### 4 DESVELANDOS OS *A PRIORIS*: POSTURAS TEÓRICAS

O desenvolvimento dessa pesquisa tem como plano de fundo também a construção de um pesquisador. Durante o primeiro ano do mestrado, principalmente, cursei diversas disciplinas voltadas para a construção do projeto atendendo às exigências da produção de conhecimento científico. Foram caras as contribuições das disciplinas e muito aprendi sobre a construção da problemática, delimitação do objeto de estudo, definição de objetivos e construção dos métodos para alcançá-los. No entanto, confesso que minha maior preocupação, com o tempo, foi a vida na comunidade de estudo.

Como delimitar uma realidade cujo tempo histórico é maior que minha existência? Como escolher uma comunidade para realizar o estudo quando tantas outras também estão sofrendo ameaças de remoção? O que eu tenho a dizer para as pessoas dessas comunidades que possa ajudá-las a alterar os rumos dos processos conflituosos? Fui me agarrando aos pressupostos teórico-metodológicos que eu tinha, lendo vorazmente teorias, conceitos e aplicações técnicas como se todas as minhas incapacidades de dar respostas pudessem ser resolvidas “de acordo com Fulano”, “seguindo os pressupostos de Sicrano” e “a partir das contribuições de Beltrano”. Antes mesmo de estar junto da comunidade, eu já buscava as lentes teóricas para conhecê-la! Quanto erro eu cometia por estar construindo *a priori* a leitura de uma realidade que eu sequer convivia - muito embora já tivesse visitado várias comunidades ameaçadas de remoção, faltava-me a vivência cotidiana e a conseqüente intimidade com as pessoas que lá moram.

Com a presença em eventos, como os Encontros de Comunidades<sup>30</sup> propostos pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), comecei a compreender tais erros a respeito de enxergar as comunidades com olhos de fora, de levar uma linguagem exterior. Em tais encontros, embora fossem abordadas questões extremamente pertinentes à vida dos moradores e aos conflitos nas comunidades (delimitações e regulamentações das Zonas Especiais de Interesse Social, Leis de Uso e Ocupação do Solo, a construção do Plano Diretor, etc.), algumas informações eram discutidas a partir do nosso olhar e com a nossa linguagem

---

<sup>30</sup> Encontro de Comunidades é uma proposta de atividade concebida pelo LEHAB com o objetivo de articular, dialogicamente, agentes de diversos movimentos e comunidades a fim de debater, disseminar informações e promover frentes de lutas relacionadas às questões relacionadas ao direito à cidade (PINHEIRO; LESSA; VERAS, 2017). Por meio das atividades junto a moradores de comunidades – desenvolvidas também, além dos membros do LEHAB, por professores, pesquisadores e estudantes –, almejava-se promover integração entre os movimentos sociais urbanos e apoiadores; cartografar Fortaleza a partir do olhar dos moradores; construir estratégias coletivas contra os modelos impostos à cidade pelas autoridades locais; capacitar e trocar informações sobre planejamento urbano e intervenções governamentais; etc. (PINHEIRO; LESSA; VERAS, 2017).



carregada, mesmo sem a intencionalidade, de muitos conceitos teóricos, termos técnicos e erudição.

Observei que os moradores, em certos momentos, ausentavam-se dos auditórios; despertando minha curiosidade ao ponto de eu também sair. Fora das salas, curioso, comecei a escutar falas soltas de “eles estão falando tudo isso, mas sabem que a gente não entende”, “pra gente o que importa é saber se vai ou não mexer na nossa casa”, “eles têm que falar dessas coisas é com o pessoal que mora na comunidade, que vive lá, e não aqui”, etc. Eu registrava algumas falas já imaginando como poderia traçar reflexões academicamente, como poderia relacioná-las com as categorias teóricas que vinha estudando - assim, continuava a me prender no que vejo como a segurança do conhecimento pronto, na proteção dos *a priori*s.

A academia, muitas vezes, se ocupa de observar o mundo e traduzi-lo em sua linguagem científica. Mas o que se perde nessa tradução? E por que o movimento é sempre traduzir o que vemos para a nossa própria língua e não traduzir o que temos para a língua dos lugares onde nós estamos entrando, onde o estrangeiro somos nós com nossos materiais de coleta e avaliação?

Com a inserção em campo, cada vez mais fui me questionando sobre a forma como construir esta pesquisa. Não gostaria de elaborar um produto somente para a academia, mas, principalmente, para aquelas pessoas que eu estou conhecendo. Gostaria de construir um trabalho a partir de momentos vividos com suas (in)certezas sobre os acontecimentos e todos os movimentos de dentro da comunidade. Para isso, comecei a pensar que eu tinha que fazer um caminho pautado no material cotidiano que vivia em campo, não se prendendo aos marcos teóricos e às categorias já estabelecidas.

Sinto também que a ciência na academia tem me colocado outras dúvidas: como se faz ciência e conhecimento partindo dos próprios sentimentos de indignação? Esse conhecimento não deveria ser mais neutro? A Psicologia é uma ciência neutra? Penso que, na psicologia, em todos os trabalhos que desenvolvemos, nós somos nossas próprias ferramentas - atuamos a partir de como o mundo nos chega e como respondemos a esse mundo. Na pesquisa, há a busca pelas delimitações, pelas definições apriorísticas de categorias, de olhares, de modos de apreender e fazer análise da vivência. Mas o quanto a gente perde por apreender a vida por modos em que neles a vida não cabe? O quanto do conhecimento só é construído com o que cabe em seus métodos e visto por essas lentes teóricas? E o resto? O que tem a dizer o resto da vivência que essas teorias e métodos não comportam?

Fui buscando construir essa pesquisa com poucos *a priori*s, mas me pareceu impossível, porque parcamente nos ensinaram a nos despir de nossas verdades para entrar no

que é estranho sem nossas lentes já com focos direcionados. A esse respeito, Cezar Wagner disse, uma banca de qualificação de doutorado, que tem a impressão de que os fenomenólogos conversaram com os budistas sobre a importância de nos libertarmos dos *a priori* para enxergarmos as coisas como elas são, mas que esse encontro acabou antes que conversassem como é possível operar este processo. “Até onde estamos aptos a escolher entre os marcos teóricos e os modos certos de fazer ciência ou estar ali para conhecer a realidade?”<sup>31</sup>

Freitas (1998) apresenta que, nos modos de inserção na comunidade, muitas vezes, o pesquisador tem alternativas diferentes de como enxergar e viver essa inserção: ou se opta por chegar à comunidade com todo o arcabouço aprendido em anos em salas de aulas ou se insere sem *a priori* para construir as ferramentas a partir do que a realidade da comunidade mostra. Que mundo de incerteza essa segunda opção coloca para o pesquisador! Em minhas reflexões, já consegui observar que, por menos *a priori* que se leve ao campo, ainda os levamos em nós. Nesse sentido, a pesquisa dificilmente poderia ter sido realizada com a ausência total de *a priori*, pois quando fui à Vila Vicentina, também levei minhas posturas ético-políticas.

Por optar pelo segundo caminho, vi que a construção de um pesquisador iniciante não é fácil. Tentei utilizar, sim, os conhecimentos teóricos acumulados em minha formação porque eles fazem parte da construção do Fábio enquanto acadêmico. No entanto, dentro da Vila Vicentina, tentei colocar esse conhecimento em segundo plano, tentando evitar que, antes que eu vivesse a realidade, já a enquadrasse em categorias; busquei “não estar para conhecer, mas estar para conviver”, como disse Cezar Wagner<sup>32</sup>.

Para minha experiência pessoal, a ênfase no movimento da comunidade foi engrandecedora, por seus (des)encantos com as histórias de vida de cada morador, pela participação em atividades que não faço cotidianamente, pela construção de vínculos para alcançar objetivos semelhantes, pela construção coletiva de resistências e lutas em prol de algo que acredito como mais justo e igualitário. Por outro lado, também receei estar indo a outro extremo, quando comecei a sentir a dificuldade no estabelecimento de categorias teóricas para o estudo - o solo não me parecia tão seguro para delinear o conhecimento científico.

Diferente do que ocorreu ao longo do primeiro ano de mestrado, em que acreditava conceber o projeto de modo fechado e referenciado aos moldes acadêmicos, o campo,

---

<sup>31</sup> Citação de Cezar Wagner de Lima Góis, na banca de qualificação do projeto intitulado “Diálogos sobre saúde e cultura: histórias de vida de lideranças indígenas” da aluna de doutorado Maria Zelfa de Sousa Feitosa, realizada no dia 21 de agosto de 2017, na Sala de Reuniões do Departamento de Psicologia da UFC. A banca foi composta também por Israel Rocha Brandão, Batista de Albuquerque Figueiredo, João Tadeu de Andrade e Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora).

<sup>32</sup> Na referida banca de qualificação.

inicialmente, me deu dificuldade em “encaixar” minhas observações nas categorias *comunidade* (GÓIS, 2005; SAWAIA, 2007), *apropriação do espaço* (POL, 1996), *sentimento de pertença comunitário* (MACMILLAN; CHAVIS, 1986), *apego ao lugar* (GIULIANI, 2004) dentre outras. Senti, à época, como se o peso enrijecido dos marcos teóricos atrapalhasse a produção do conhecimento. A direção, então, foi pensar em “menos *a priori* possíveis para ter um campo maior”, como afirmou Cezar<sup>33</sup>.

Por tais dificuldades, a apresentação do projeto de qualificação, no dia 27 de setembro de 2017, pareceu confusa e um tanto inquieta, tal como expressa a escrita do então projeto – tal como ainda pode parecer a escrita dessa dissertação: ora nos moldes acadêmicos, adequado cientificamente, ora um relato impreciso do que vivi. Tanto no projeto de qualificação, como nessa dissertação, busquei o equilíbrio por meio do esforço para apresentar não marcos teóricos rígidos, mas apresentar meu corpo teórico como postura de lidar com o mundo – que, em alguns momentos, é-me necessário para que eu não me perca. Destarte, os marcos teóricos, nesse estudo, aparecem mais como posturas pelas quais atuo no mundo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, as formas como a Vila Vicentina foi me afetado e os modos como vivi essas afecções direcionam a construção do estudo, respeitando o movimento e os interesses da comunidade em questão, em primeiro. Com efeito, foi um processo em constante metamorfose<sup>34</sup>, tanto por minhas inquietações como aprendiz de pesquisador, afetado pela temática por diversas formas, quanto à comunidade por sua constante reinvenção rumo à resistência.

A seguir, são apresentadas as posturas ético-políticas da Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental. O intuito é de apresentá-las não como marcos teóricos e categorias de análises definidas<sup>35</sup>, mas como posturas teóricas ao enfatizar o caráter de engajamento e compromisso ético e político no desenvolvimento de pesquisas e intervenções. Posteriormente, apresento como a afetividade, delineada dentro da Psicologia Social, dá suporte teórico-metodológico a essa pesquisa. Por fim, apresento como síntese teórica o encontro de todas essas posturas, denotando sua relevância para o estudo da temática da pesquisa.

---

<sup>33</sup> Citação na banca qualificação de Maria Zelfa de Sousa Feitosa.

<sup>34</sup> Levando isso em consideração, busquei diluir as categorias teóricas no decorrer de todo o trabalho, numa tentativa de separar a vivência em campo das leituras teóricas.

<sup>35</sup> Para aprofundamento histórico, teórico e metodológico dessas psicologias, o leitor pode recorrer aos livros *As raízes da Psicologia Social Moderna* (FARR, 1999); *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas* (ALVARO; GARRIDO, 2007); *Psicologia Social: o homem em movimento* (LANE; CODO, 1989); *Psicologia Social Comunitária* (CAMPOS, 2007), *Psicologia Social Contemporânea* (JACQUES, 1998) *Temas em Psicologia Ambiental* (CAVALCANTE; ELALI, 2011) e *Psicologia Ambiental* (ARAGONES; AMÉRIGO, 2010).

#### 4.1 Posturas teóricas

Martin-Baró (1996) defende que o psicólogo latino-americano assuma em sua *práxis* a perspectiva das maiorias populares oprimidas, optando por acompanhá-las em seu caminho em direção à libertação. Nesta perspectiva, o profissional nega a possibilidade de construção de uma atuação neutra, assumindo um compromisso ético no que tange à construção de um conhecimento socialmente relevante e uma atuação orientada para a transformação social.

Tal perspectiva contraria o *know-how*<sup>36</sup> da Psicologia Social tradicional importada de países europeus e estadunidenses. Historicamente, a ciência psicológica importada desses países não se adequou ao contexto latino-americano, incapaz de resolver os problemas sociais destes (MARTÍN-BARÓ, 2011). A mera reprodução nos países latino-americanos de conceitos e técnicas importadas proporcionava análises dos problemas sociais de modo descontextualizado, simplificado e superficial. Além disso, observava-se um caráter individualizante do social, levando a reprodução de práticas ideologizantes em um contexto já marcado pelas desigualdades sociais (LANE, 1989). A este respeito, Lane e Sawaia (2006, p.8) afirmam que

O saber humano não é universal nem eterno, e o homem é historicamente situado, bem como os problemas que o afligem. Portanto, a realidade psicossocial não pode ser compreendida por teorias importadas, seja dos Estados Unidos seja da Europa. É preciso conhecer quem é o homem que se constitui nas condições sócio-históricas da América Latina.

A contribuição da Psicologia enquanto ciência e *práxis* à história dos povos latino-americanos, até 1970-1980, era extremamente pobre (MARTÍN-BARÓ, 1996). Embora houvesse psicólogos preocupados com as questões sociais de subdesenvolvimento, de dependência e opressão, as materializações de ações mais concretas ficavam, frequentemente, a cargo do posicionamento político pessoal do profissional, “à margem da Psicologia, cujos esquemas eram inoperantes para responder às necessidades populares” (MARTÍN-BARÓ, 2011, p.181).

---

<sup>36</sup> Martín Baró (1998; 2011) faz crítica a nomenclatura “*know-how*” propondo o “que-hacer” para o contexto latino-americano. Quando o autor utiliza “*know-how*”, refere-se à busca da Psicologia no contexto latino-americano pelo *status* de ciência e a conseqüente relevância social que tem a Psicologia no norte-americano, principalmente. Ao propor “que-hacer”, opta-se por um posicionamento ético e político comprometido com as demandas do nosso contexto, ao quais a Psicologia deveria se adequar.

Contra-pondo-se à Psicologia Social acrítica e descontextualizada, psicólogos e pesquisadores da América Latina (re)construíram uma forma de Psicologia Social pautada na pluralidade teórico-metodológica de diferentes áreas do conhecimento, na complexificação das análises do contexto social e histórico e na prática interdisciplinar, maturando uma atuação baseada na preocupação ética em relação às questões sociais e políticas (LANE, 1989). Nesta perspectiva, assume-se uma visão de mundo e de homem como produto e produtor da história, com a impossibilidade da neutralidade na construção do saber e da atuação (LANE, 1989; 2007).

Como resposta às lacunas teórico-metodológicas, tornou-se necessária a revisão dos pressupostos básicos da concepção psicológica latino-americana (MARTÍN-BARÓ, 2011; LANE, 1989), que deveria ser feita por meio de uma *práxis* comprometida com os setores populares, distanciando-se de uma revisão puramente teórica. Tornou-se também necessária a redefinição da bagagem teórica, valendo-se das vidas dos próprios povos aos quais ela deveria atender com seus sofrimentos, aspirações e lutas (MARTÍN-BARÓ, 2011), configurando um novo “que-hacer”, nosso “que-fazer”.

Para isso, a própria psicologia precisava fazer seu caminho de libertação, rompendo com a sua própria escravidão (MARTÍN-BARÓ, 2011). As manifestações e (re)formulações feitas por psicólogos e pesquisadores latino-americanos, que recebiam influências dos pensamentos de esquerda marxista (MARTÍN-BARÓ, 1996, 2011; GÓIS, 2005; LANE, 1989), ganharam força, principalmente, no final da década de 1970 e meados de 1980, culminando em propostas concretas de uma psicologia social de base materialista-histórica voltada para trabalhos comunitários (LANE, 1989). A partir das concepções do materialismo histórico e da lógica dialética, foram encontrados os pressupostos necessários para a reconstrução de um conhecimento voltado para a realidade social e o cotidiano dos indivíduos (LANE, 1989). Um conhecimento que possibilitou a intervenção efetiva na rede de relações sociais em torno dos indivíduos.

É com base nessas transformações ético-políticas da psicologia social que pretendi desenvolver essa pesquisa. Além de recorrer às tradicionais categorias de análise (linguagem, afetividade, consciência, etc.) e aos métodos de atuação, assumo o mesmo compromisso ético desta psicologia em desenvolver uma *práxis* implicada com a transformação da problemática estudada. Como apontei anteriormente, foi o caráter contestador da psicologia social e da psicologia comunitária frente à realidade imposta que me fez compreender as redes sociopsicológicas e ideológicas que impediam que eu vivesse de modo congruente o encontro com a minha própria comunidade. Embora tenha desenvolvido o estudo como aprendiz de

pesquisador, acredito que a construção de um conhecimento problematizador, reflexivo, dialogado e compartilhado, entre comunidade e universidade, é gerador de diversas transformações, individuais e coletivas, que atuam na libertação dos atores envolvidos, tornando-os ativos em suas lutas.

Com as transformações ocorridas na Psicologia Social, o trabalho do psicólogo passou a ser desenvolvido, principalmente, em comunidades pobres (LANE, 2007), possibilitando o desenvolvimento da subdisciplina Psicologia (Social) Comunitária<sup>37</sup> (GÓIS, 2005; MONTERO, 2004; CAMPOS, 2007). Esta se fundamenta em uma práxis libertadora com o objetivo de propor autonomia aos moradores de comunidades, proporcionando a estes uma compreensão de que eles são responsáveis pela realidade histórica-social na qual vivem, e que são capazes de transformá-la (GÓIS, 2005; XIMENES; GÓIS, 2010). Compreende-se, então, a Psicologia Comunitária como uma área que estuda os significados e sentidos, bem como os sentimentos individuais e coletivos dos moradores da comunidade e como essa dinâmica reflete no psiquismo dos que ali moram (GÓIS, 2005).

Nesta perspectiva, busca-se o não ajustamento social do sujeito comunitário a uma ideologia que oprime e explora; nem o adequar às políticas públicas assistencialistas que reforçam o caráter de resignação e submissão<sup>38</sup> (GÓIS, 2008). O enfoque também não é na mudança instrumental do sujeito, mas em uma transformação pautada na reflexão, no diálogo e na solidariedade, enfatizando o caráter político e o compromisso social com os pobres; e a busca pela libertação por meio de uma *práxis* libertadora que visa à conquista, à superação e à conscientização (XIMENES; GÓIS, 2010). A transformação desse indivíduo mostra-se como fundamental para o fortalecimento da comunidade e para a luta da classe oprimida em direção à igualdade social.

A conceituação do que seria “comunidade” foi de extrema importância para as novas concepções teóricas da Psicologia Comunitária, embora sua definição ainda envolvesse diversos fatores que mudam de autor para autor (FREITAS, 2007). Para Góis (2008), por exemplo, a comunidade reflete a sociedade e a sua dinamicidade, configurando-se como “[...]”

---

<sup>37</sup>Montero (2004, p.35) aponta que a denominação de Psicologia Social Comunitária é fortemente utilizada nos países latino-americanos em decorrência de que, aqui, a Psicologia Comunitária surge como uma subdisciplina da Psicologia Social crítica, “[...] de donde se toman muchos de sus métodos, estrategias y técnicas, así como algunos conceptos y explicaciones teóricas iniciales”. Neste trabalho, embora estejamos falando desta subdisciplina, será utilizada uma conceituação mais genérica, “Psicologia Comunitária”.

<sup>38</sup> Conforme Góis (2003), o caráter do oprimido é um modo de sobrevivência que a classe oprimida encontrou, inconscientemente, para reduzir as angústias e o sofrimento decorrentes das condições opressoras na vida do indivíduo, tais como a miséria e a violência. No entanto, esse caráter reforça ainda mais a opressão, uma vez que surge da opressão e se torna a própria opressão. O autor ressalta que a estrutura do caráter do oprimido só pode ser eliminada pela atuação conjunta dos meios psicológicos, sociais e políticos.

um espaço de mediação entre as pessoas (e sua vida familiar), o município e a sociedade, além de ser um lugar de reconhecimento e de confirmação da identidade pessoal dos moradores” (GÓIS, 2005, p.62). A comunidade pode ser compreendida como um lugar de permanência estável e duradoura no qual os moradores estabelecem uma relação direta entre si, também se configurando como um espaço de conflitos e contradições (GÓIS, 2005, 2008).

Desse modo, a conceituação de comunidade não é apenas simbólica e política, mas histórica, cultural, psicológica e social, pois é construída ao longo do tempo e de forma contextualizada. É uma rede de interação sociopsicológica e de identidade social, caracterizando-se como um modo de vida social íntimo (GÓIS, 2005). Com efeito, compreender a Vila Vicentina enquanto uma comunidade<sup>39</sup> possibilita apreender nuances sobre o modo como os moradores vivenciam a problemática da remoção, além de implicar a compreensão de como a Vila reflete a organização do espaço socioespacial de Fortaleza.

Por fim, tive como suporte para o desenvolvido da pesquisa a Psicologia Ambiental. Esta é considerada, ainda, uma disciplina recente, em processo de desenvolvimento de seus aspectos teóricos e metodológicos, refletindo em sua própria definição, que é imprecisa e variante conforme os diversos enfoques teóricos (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2010). No entanto, há a prevalência de compreendê-la como o estudo das relações do ambiente físico com o comportamento humano.

Dentre as definições clássicas, Moser (1998) concebe a Psicologia Ambiental como a disciplina que estuda as inter-relações entre o indivíduo e o ambiente físico e social, enfatizando os processos afetivos e cognitivos que emergem da forma como as pessoas sentem, pensam e vivenciam o ambiente. Já Valera (1996, p.2) concebe a Psicologia Ambiental como uma “(...) disciplina que tem por objeto o estudo e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações, interações e transações entre as pessoas, grupos sociais ou comunidades e seus entornos sociofísicos”. Freire e Vieira (2006) apontam que a definição de Moser é restrita comparada à definição de Valera (1996), pois nesta há a ampliação da noção de interação das pessoas com o ambiente, englobando as características psicossociais dessa relação, o que leva Valera (1996) apontar uma extensa relação entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Social (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2010; FREIRE; VIEIRA; 2006).

No contexto norte-americano, a Psicologia Ambiental se desenvolve com o foco no indivíduo e na otimização da relação deste com o ambiente. Já em contexto europeu, “[...]”

---

<sup>39</sup> A seção 6.1 dessa dissertação (Comunidade e (des)apropriação: implicações afetivas e psicossociais) é voltada para o aprofundamento da construção de uma comunidade com base nos dados levantados na Vila Vicentina.

nasceu com forte vocação social, produto da crise social e habitacional do pós-guerra” (WIESENFELD, 2005. p.55). Em relação à América Latina, inicialmente, a Psicologia Ambiental estava fortemente influenciada pelas temáticas e enfoques do contexto norte-americano, caracterizando-se como “[...] à margem de sua pertinência em nossa região” (WIESENFELD, 2005. p.55). No Brasil, Maria do Carmo Guedes<sup>40</sup> é apontada como a pioneira na área, contribuindo no planejamento de cidades nos anos de 1960 com a perspectiva de transformar o Brasil no “país do Futuro” (TASSARA; RABINOVICH, 2003).

Embora essas contribuições sociais sejam relevantes, parecem restritas às modificações físicas do ambiente. Este, por seu turno, não é configurado somente por seus aspectos estruturais, mas a partir de características históricas, sociais e econômicas que vão qualificar a relação dialética do indivíduo com o meio - normalmente negligenciadas pela neutralidade da ciência positivista.

No entanto, salienta-se que, mesmo nas perspectivas tradicionais da Psicologia Ambiental, a Psicologia Social se faz presente, emprestando seus conceitos e metodologias - principalmente aqueles relacionados aos grupos (MOSER, 1998; VALERA, 1996). A aproximação se deve, também, pelo objeto de estudo (pessoa-ambiente) que não pode ser somente da Psicologia Ambiental tampouco apenas da Psicologia Social. Para ambas, “[...] tal objeto é a dimensão da transformação social da objetividade ambiental em subjetividade” (TASSARA; RABINOVICH, 2003, p.340).

Quanto à aproximação da Psicologia Ambiental com a Psicologia Social na América Latina e no Brasil, Moser (1998) afirma que não vê a Psicologia Ambiental desenvolvida neste contexto tal como é definida em países europeus. Principalmente porque a Psicologia Ambiental nos países latino-americanos está fortemente vinculada à Psicologia Comunitária, utilizando-se da pesquisa-ação como parte dos meios de atuação, o que, para ele, distancia-se da Psicologia Ambiental.

Ao refletirmos sobre o caráter ético-político com que temos conduzido nossas pesquisas no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus), marcadas pela preocupação de que o conhecimento produzido tenha relevância social, firmamos a íntima relação entre Psicologia Ambiental, Psicologia Social e Psicologia Comunitária. Deste modo, dificilmente fazemos uma Psicologia Ambiental tal como é concebida em outros países - ou

---

<sup>40</sup> Maria do Carmo Guedes também é uma importante autora relacionada aos movimentos de crítica à Psicologia Social importada dos países europeus e norte-americanos, sendo colaboradora de Silvia Lane na construção de uma Psicologia Social contextualizada e crítica.



mesmo por algumas vertentes no Brasil e na América Latina<sup>41</sup>. Não utilizamos uma Psicologia Ambiental tradicional de base positivista dos Estados Unidos nem puramente da Europa. Por tal posicionamento, construímos pesquisas com a imbricação da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, com um olhar socioambiental<sup>42</sup>, pelo qual compreendemos não só as influências físicas do ambiente no comportamento das pessoas, mas como essa relação pessoas-ambientes são configuradas psicológica, social e politicamente dentro de determinado contexto histórico e cultural.

## 4.2 O colorido afetivo desse estudo

“Somente quando os limites impostos ao corpo forem sentidos como afetos tristes e sua expansão for sentida como alegria, somente quando a ignorância for experimentada como tristeza e pensar livre como alegria, das paixões passa-se à ação” (SAWAIA, 2009, p.270).

Historicamente, as emoções foram relegadas ao plano da obscuridade, como aspectos que obscurecem a razão e impedem a construção do conhecimento (LANE, 2000; SAWAIA, 2011). Lane (2000) aponta que, de modo geral, ao começarmos a estudar os processos de consciência, da ideologia e das representações, por exemplo, voltamo-nos para a compreensão da linguagem e dos significados das palavras, restringindo-nos aos aspectos cognitivos. Assim, muitas vezes, a busca pela visão objetiva acaba por produzir resultados que mascaram as vivências afetivas das pessoas envolvidas, há uma busca por eliminar a afetividade de modo que só reste um documento reduzido a narração da história ou as enumerações da problemática sem referência aos aspectos motivacionais afetivos (MONTERO, 2004). Houve certo privilégio do âmbito cognitivo em nossa cultura que levou as emoções ao inconsciente, reprimindo-as a ponto de não serem reveladas. No entanto, tal restrição apenas proporcionou explicações pela metade sobre os fenômenos estudados (LANE, 2006).

Em contrapartida, ao propor reformulações nas categorias tradicionais que constituem o psiquismo (atividade, consciência e personalidade), Lane (2006) ressaltou a importância da participação dos aspectos emocionais. Para a autora, é necessário enxergar a necessidade de aprofundar os estudos voltados para a compreensão das emoções, sempre

---

<sup>41</sup> Wiesenfeld (2005) aponta que é possível encontrar diversas vertentes teóricas da Psicologia Ambiental nos países latino-americanos.

<sup>42</sup> Na subseção voltada para a discussão da síntese das posturas teóricas, apresento esse olhar desenvolvido no Locus, que se inicia no laboratório com a tese de doutorado de Bomfim (2003/2010.)

escondidas ou reprimidas, “porém essenciais na constituição da subjetividade” (LANE, 2000, p.14).

A partir dos resultados de pesquisas do grupo de Sílvia Lane, como os estudos de Bader Sawaia, foi observado que os aspectos emocionais aparecem nos discursos dos indivíduos, apontando para um movimento de transformação da consciência, possibilitando reflexão e ação (SAWAIA, 2006; LANE, 2006). A equipe começou a se questionar, inclusive, se o ato de esconder as emoções se configuravam como um processo ideológico, uma vez que,

Quando, durante uma entrevista, perguntávamos à pessoa para nos contar um fato relevante, ele/a o faria procurando ser objetivo, omitindo qualquer sentimento envolvido na situação. Parecia ser um comportamento ideológico, baseado na suposição de que o racional e o objetivo eram muito mais importantes do que a menção de emoções e sentimentos. (LANE, 2000, p.27).

Com base nessas observações, Lane (2006) constata a natureza mediacional das emoções na constituição do psiquismo. Dentro dos estudos das categorias tradicionais, as emoções passam a ser consideradas na análise das ações, da consciência e na identidade do indivíduo, constituindo-o como ser histórico e social por meio da linguagem. Assim, passou-se a compreender que

Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos atividade que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam (LANE, 2006, p.62).

Neste ponto, cabe salientar como se foi delineando a categoria Afetividade para estudos. Inicialmente, com base em Agnes Heller, Lane (2006) compreendia as emoções de modo diferenciado dos sentimentos, sendo as primeiras, dado seu caráter comunicativo, ou empírico, seriam sempre figuras; enquanto os sentimentos mais duradouros seriam ora figura ora fundo. Com a diferença das emoções e dos sentimentos, Lane (2006) passou a se questionar se a mediação se dava apenas com base nas emoções e se os sentimentos seriam uma categoria a mais nos estudos, denominando esses últimos como afetividade. Em estudos posteriores, Sawaia (2011) passa a compreender a afetividade como uma integração entre os sentimentos e as emoções. Com efeito, Sawaia (2011, p.100) define afetividade

[...] como a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer, que não se refere a objetos específicos. 2) emoção: fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta.

Corroborando com essa perspectiva, Montero (2004) afirma que os afetos, incluindo as emoções, são produções psicossociais. As emoções são caracterizadas como reações afetivas momentâneas, normalmente com grande intensidade e alguma manifestação biológica – que também são socialmente codificadas. Já os sentimentos são apontados como estados afetivos mais duradouros, podendo ser modificados com o tempo. A partir dessa integração, além do caráter mediacional na constituição do psiquismo (LANE, 2006), vemos a afetividade como uma capacidade de o indivíduo transformar seus instintos na consciência, atribuindo-os significados, mediando as afecções a partir dos signos socialmente construindo, podendo aumentar e diminuir a sua potência de ação e as suas implicações psicossociais no encontro com os outros e as coisas (SAWAIA, 2000).

Ao adotar a afetividade rompemos com a dicotomia presente no modelo mecanicista que separa em seus estudos o corpo da mente, o individual do coletivo, a subjetividade da objetividade etc.; e resgata-se, assim, a afetividade do plano da obscuridade no qual foi historicamente inserida, apontada como empecilho que obscurece a compreensão do ser humano (SAWAIA, 2011). Em contrapartida,

[...] uma vez olhada positivamente, a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza (SAWAIA, 2011, p.100).

Essa compreensão mais abrangente a respeito da afetividade se constitui a partir da influência de três grandes teóricos, a saber, Baruch de Espinosa, Lev Vigotski e Agnes Heller. Tais autores foram apropriados, principalmente, por Sawaia (2011), ajudando-a a compreender a afetividade também em seu caráter ético e político. A seguir, apresento<sup>43</sup> as principais ideias dos referidos teóricos sobre as emoções e os sentimentos de modo a possibilitar ao leitor o reconhecimento das bases que fundamentam a categoria afetividade dentro da Psicologia Social.

#### 4.2.1 Baruch de Espinosa

Espinosa não admitia a separação entre ciência e filosofia, considerando que a física

---

<sup>43</sup> Ressalto que não proponho analisar os fenômenos a respeito das emoções com base nas ideias originais desses autores, mas na leitura que a Psicologia Social – a partir de autores como Sílvia Lane, Bader Sawaia, Zulmira Bomfim, etc. – faz desses autores para a construção da categoria afetividade. Desse modo, não é meu intuito aprofundar teoricamente o desenvolvimento das teorias de Espinosa, Vigotski e Heller, mas localizar as contribuições indiretas dos autores para o estudo da afetividade na Psicologia Social.

tinha por base a metafísica. Considerado como racionalista, embora numa perspectiva diferente de René Descartes, Espinosa postulava que a razão – e não os experimentos dos empiristas – era capaz de nos mostrar a realidade suprema (SCRUTON, 2000; GLEIZER, 2005). A partir do método geométrico, de modo racional e objetivo, postulou que “[...] todas as verdades da razão ou são auto-evidentes ou são derivadas de verdades auto-evidentes, por meio das cadeias de argumentos dedutivos” (SCRUTON, 2000). Com o desenvolvimento de seu pensamento, Espinosa demonstrou como os afetos, outrora vistos como câncer da razão, faz parte do modo como os indivíduos pensam, julgam e agem no mundo, desenvolvendo, a partir disso, uma teoria de relações humanas ética com base na afetividade (GLEIZER, 2005).

Em sua obra *Ética*, Espinosa substitui a postura moralista pela do cientista natural, construindo uma ciência a partir da afetividade humana (GLEIZER, 2005). O filósofo concebe os afetos como aquilo que colore nossa existência, tendo suas causas e efeitos tão dignos de atenção que qualquer outra coisa natural. Gleizer (2005, p.10) afirma que a concepção de Espinosa nos traz que “[...] só o conhecimento verdadeiro das causas dos mecanismos afetivos, aos quais estamos submetidos, permite elaborar uma técnica realista para moderar as paixões e reduzir os efeitos naturalmente obsessivos, ambivalentes e alienantes”.

Para desenvolver seus pressupostos, Espinosa parte de que se deve conhecer as coisas verdadeiramente a partir de suas causas. Neste ponto, vemos a expressão de seu método sintético, em “[...] que progride do conhecimento da causa em direção ao conhecimento do efeito, é o verdadeiro método de invenção” (GLEIZER, 2005, p.15), demarcando uma diferenciação com o método analítico cartesiano. Com essa premissa, busca-se, então, compreender a causa primeira de todas as coisas, cuja compreensão nos levará a entender por que as coisas existem e como se compõe o mundo (SCRUTON, 2000). Ou seja, apreende-se que “[...] a realidade se divide entre as coisas que dependem de outras coisas, ou são explicadas por estas, e aquelas que não dependem de nada senão de si mesmas” (SCRUTON, 2000, p.12).

Para Espinosa, o universo não teria uma explicação, a não ser que houvesse uma coisa cuja natureza fosse simplesmente existir, como causa de si mesma – tendo sua explicação encontrada em si mesma. Essa coisa seria Deus<sup>44</sup>, concebido como substância. Por substância, Espinosa compreende aquilo “[...] que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado”

---

<sup>44</sup> Scruton (2000) aponta que grande parte da dificuldade de compreender a visão de mundo de Espinosa decorre da não compreensão das primeiras oito definições da primeira parte de *Ética*, referente a constituição de Deus. Deus em Espinosa não é o mesmo Deus transcendente da tradição judaico-cristã, mas um Deus imanente (GLEIZER, 2005).

(ESPINOSA, 2010, p.13). Deus não é transcendente, mas “[...] causa imanente, e não transitiva, de todas as coisas” (ESPINOSA, 2010, p.43), de modo que Deus e Natureza são uma única coisa.

Desse Deus, enquanto Natureza Naturante de todas as coisas, se extrai todas as outras coisas que existe no mundo, como Natureza Naturada<sup>45</sup>. Com isso, tem-se que Deus, enquanto a primeira coisa que existiu e de que coisa alguma depende, é livre, ou seja, “[...] existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e que por si só é determinada a agir”, em quanto a coisas que existe em Deus, e dele depende, “[...] é determinada por outra a existir e a operar de maneira definida e determinada” (ESPINOSA, 2010, p.13).

Enxergamos, logo no início de seu pensamento, que não há separação entre corpo e ideia<sup>46</sup>, pois tudo que no mundo existe é como parte da mesma substância. Assim, a matéria física e a ideia metafísica são manifestações de uma única substância, constituída por diversos atributos<sup>47</sup>. Dentre esses atributos, encontramos o pensamento, enquanto aquilo que chamamos de mente ou ideia; e a extensão, que denominamos de corpo, originados dos modos, que são “[...] as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido” (ESPINOSA, 2010, p.13). Com efeito, reafirmamos que corpo e mente são manifestação diferentes de uma mesma coisa.

Para Espinosa (2010), as coisas que estão sempre em movimento, seguindo a sua força, a sua potência de ação. Essas coisas transitam continuamente produzindo existência, buscando a sua expansão. A partir do encontro dos corpos, ocorrem as afecções que os transformam, podendo esses corpos serem afetados de muitas maneiras<sup>48</sup> (ESPINOSA, 2010). Nesse processo, a mente percebe tudo o que acontece no corpo, considerando presentes, ainda que não estejam, os corpos pelos quais o homem já foi afetado uma vez. Dá-se, então, que “[...] a mente humana percebe não apenas as afecções do corpo, mas também as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, 2010, p.115), não havendo vontade absoluta ou livre na mente, mas desejos determinados por uma causa infinitamente determinada.

---

<sup>45</sup> Espinosa (2010, p.41) compreende por Natureza Naturante a existência da própria substância, que é causa de si mesma e só dela mesma depende, ou seja “o que existe em si e é concebido por si, ou, por outras palavras, aqueles atributos da substância que exprimem uma essência eterna e infinita, isto é, Deus, considerado como causa livre”. Já Natureza Naturada é compreendida pelo filósofo como “tudo aquilo que resulta da necessidade da natureza de Deus, ou por outras palavras, de qualquer dos atributos de Deus, [...] coisas que existem em Deus e não poderiam existir nem ser concebidos sem Deus” (ESPINOSA, 2010, P.42).

<sup>46</sup> Espinosa (2010, p.79) concebe o corpo como uma expressão extensa do modo, definida e determinada de Deus. Já as ideias são um conceito da mente formulado porque a “mente é uma coisa pensante”.

<sup>47</sup> “Por atributo compreendo aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência” (ESPINOSA, 2010, p.13).

<sup>48</sup> Conforme Espinosa (2010, p.107) “[...] o corpo humano, com efeito, é afetado, de muitas maneiras, pelos corpos exteriores, e está arranjado de modo tal que afeta os corpos exteriores de muitas maneiras”.

Essas afecções nos corpos levam à origem dos afetos, pelos quais a “[...] potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, 2010, p.163). Quando compreendemos como causa adequada o feito percebido em nós nesse encontro, compreendemo-lo indistintamente pela própria causa; por outro lado, quando esse efeito não é compreendido por ele mesmo, há uma causa inadequada ou parcial<sup>49</sup>. Nesse sentido,

Digo que agimos quando, em nós ou fora de nós, sucede algo de que somos a causa adequada, isto é, quando de nossa natureza se segue, em nós ou fora de nós, algo que pode ser compreendido clara e distintamente por ela só. Digo, ao contrário, que padecemos quando, em nós, sucede algo, ou quando de nossa natureza se segue algo de que não somos causa senão parcial. (ESPINOSA, 2010, p.163).

Desse modo, vemos que nossa mente, conforme o corpo é afetado, tanto pode agir como pode padecer<sup>50</sup>. Quando não agimos com base em nossa própria razão e consciência, mas a partir da compreensão de ideias exteriores, imaginativas, confusas e distorcidas, somos, então, causa inadequada da ação, o que diminui nossa potência de ação, levando-nos à passividade. Por outro lado, quando nos guiamos por ideias a partir de uma compreensão clara e distinta das afecções, agimos de modo mais autônomo e com mais controle sobre a ação, assim, nossa potência de ação é aumentada, tornando-nos mais livres e ativos (ESPINOSA, 2010). É importante destacar que a mente, quer com ideias claras e distintas ou quer com ideias, confusas, continuará a “[...] esforça-se por perseverar em seu ser por uma duração indefinida, e está consciente desse seu esforço” (ESPINOSA, 2010, p.173).

Os afetos tanto podem aumentar nossa potência para ação como também a refrear. Com base nisso, o filósofo concebe três tipos elementares, ou primários, de afetos dos quais os demais derivam, a saber, desejo, alegria e tristeza. Espinosa (2010, p.173) firma que “[...] cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser”, compreendo que esse esforço, nosso *conatus*, somente pode ser destruído por uma causa exterior. Há formas distintas de compreender esse esforço: quando está relacionado apenas à mente, denominamos de vontade; quando se refere tanto à mente quanto ao corpo, é chamado de apetite. Já o “[...] desejo é o apetite ao lado da consciência desse fato, configurando como a “[...] verdadeira essência do homem” (SCRUTON, 2000 p.36). Scruton (2000) aponta que, quanto mais *conatus* uma coisa

---

<sup>49</sup> “Chamo de causa adequada aquela cujo efeito pode ser percebido clara e distintamente por ela mesma. Chamo de causa inadequada ou parcial, por outro lado, aquela cujo efeito não pode ser compreendido por ela só” (ESPINOSA, 2010, p.163).

<sup>50</sup> “A nossa mente, algumas vezes, age; outras, na verdade, padece. Mais especificamente, à medida que tem ideias adequadas, ela necessariamente age; à medida que tem ideias inadequadas. Ela necessariamente padece”. (ESPINOSA, 2010, p.165).

tem, tanto mais ela é autodependente, tanto mais ela é “em si” mesma. Quanto aos afetos de alegria e tristeza

Vemos, assim, que a mente pode padecer grandes mudanças, passando ora a uma perfeição maior, ora a uma menor, paixões essas que nos explicam os afetos da alegria e da tristeza. Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor (ESPINOSA, 2010, p.177).

Desse modo, compreendemos a alegria como tudo aquilo que aumenta a nossa potência de ação, que nos mobiliza para agirmos mais autônomos. Já a tristeza nos faz padecer, diminuindo nossa potência de ação, levando-nos à passividade. Cabe destacar que os afetos não são concebidos de modo moralizantes, dados como “bons” ou “maus” em si mesmos, mas a partir da forma como o indivíduo o percebe como útil a si. Como nos adverte Espinosa

Quanto ao bem e ao mal, também não designam nada de positivo a respeito das coisas, consideradas em si mesmas, e nada mais são do que modos do pensar ou de noções, que formamos por compararmos as coisas entre si. Com efeito, uma única e mesma coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo e ainda indiferente.

1. Por bem compreenderei aquilo que sabemos, com certeza, nos ser útil.
2. Por mal compreenderei, por sua vez, aquilo que sabemos, com certeza, nos impedir que desfrutemos de algum bem. (ESPINOSA, 2010, p.267)

Com base nisso, temos que as pessoas podem ser afetadas de muitas formas possíveis no contato uns com os outros, assim como as coisas que no mundo existem, por suas relações com os afetos humanos, também podem afetar no encontro com as pessoas. Nisso, temos que amamos as causas daquilo que nos alegra, que nos é útil, portanto bem; enquanto odiamos as causas daquilo que nos entristece, que nos impede de algum bem (ESPINOSA, 2010). Com base nisso, passamos a compreender como adequadas ou inadequadas as causas no nosso modo de pensar e agir.

Espinosa (2010) nos diz que “[...] entre as coisas singulares, nada que seja mais útil ao homem do que um homem”, sendo a conquista da felicidade o bem que se faz ao outro. Essa felicidade só é alcançada a partir do conhecimento verdadeiro das coisas, quando, por meio da razão, somos conscientes das causas de nossas alegrias e de nossas tristezas, conscientes daquilo que diminui e aquilo que aumenta nossa potência de ação. Somente o conhecimento racional pode nos levar a passar por tal caminho, uma vez que o avanço desse conhecimento substitui as nossas percepções distorcidas e inadequadas por ideias adequadas (ESPINOSA, 2010), até que, “[...] no limite, tudo o que pensarmos provirá de uma ideia adequada da essência de Deus” (SCRUTON, 2000, p.26).

No entanto, não há uma oposição entre a razão e a afetividade, uma vez que “[...]”

se o conhecimento intelectual pode interagir com as paixões, moderando-as e transformando nossa vida afetiva, é exatamente porque ele tem a mesma raiz que as paixões, a saber, o desejo” (GLEIZER, 2005, p. 51). Vemos, então, um amor intelectual por meio do qual compreendemos as coisas como necessárias por meio das ideias adequadas, aumentando nosso poder sobre elas de modo a sermos mais livres<sup>51</sup> – “[...] o homem livre é consciente das necessidades que o compõem” (SCRUTON, 2000, p.46). Desse modo, a afetividade humana nos dá a matéria-prima para a compreensão de uma vida ética, desvelando o que nos escraviza e o que nos liberta (GEIZER, 2005).

Sawaia (2009) afirma que Espinosa dá três contribuições importantes à Psicologia, a saber, I) a integração indissociável entre a mente e o corpo (perspectiva monista); II) a junção indissociável entre a razão e a emoção; e III) a compreensão inseparável entre afeto e ética. Tais contribuições são, principalmente, apreendidas por Lev Vigotski, com as quais estrutura sua Psicologia Histórico-Cultural.

#### 4.2.2 Lev Vigotski

Lane e Camargo (2006) apontam que as emoções se constituíram como a porta de entrada de Vigotski na Psicologia, a partir de seus estudos publicado na obra *Psicologia da Arte*. Somente a partir do início da década de 1930 que Vigotski volta seus estudos para a compreensão das emoções de modo mais sistemático, escrevendo um manuscrito que passa por diversas modificações<sup>52</sup> (VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Embora o autor não tenha chegado a concluir sua teoria das emoções (VIGOTSKI, 2004), há em toda a sua obra postulados acerca da importância das emoções na constituição do indivíduo, seja nas análises sobre a arte ou sobre os processos psicológicos da motivação, do pensamento, da linguagem e da criatividade (CAMARGO; LANE, 2006).

Quanto à sua teoria das emoções, o intuito do manuscrito era de apontar que, até então, as teorias existentes sobre as emoções eram mecanicistas e dualistas (VYGOTSKY, 2004; VAN DEER VER; VALSINER, 2014). Para desenvolver seu pensamento, Vigotski analisa as teorias das emoções de Willian James e Carl Lange. Para esses autores, as emoções surgiam conforme apresentávamos reações fisiológicas periféricas em decorrência da

---

<sup>51</sup> Em Espinosa, “a crença no livre-arbítrio é uma ilusão espontânea do conhecimento imaginativo característico da consciência imediata” (GLEIZER,2005, p.9). O autor aponta que as pessoas acreditam que são livres porque são conscientes de suas volições e apetites, no entanto ignoram as verdadeiras causas desses quereres. Desse modo, a ignorância das verdadeiras causas dos desejos engendra o livre-arbítrio.

<sup>52</sup> Van Der Veen e Valsiner (2014) aponta que, inicialmente, o manuscrito recebia o título de Espinosa e a sua teoria dos afetos. No entanto, após cinquenta anos da morte de Vigotski, foi publicado com o título *A teoria das emoções: uma investigação psicológica*.



percepção de estímulos; desse modo, ao entrarmos em contato com determinado estímulo, sentimos medo porque trememos, ficamos tristes porque choramos, etc. (VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Para Vygotsky (2004), essas teorias assemelhavam-se aos escritos sobre emoções de René Descartes em *As paixões da alma*, cujo pressuposto básico consistia na compreensão de que os processos corporais davam origem às emoções.

Essas explicações puramente biológicas não expressavam as especificidades das emoções, principalmente porque o estudo destas estava deslocado dos outros processos psicológicos (LANE; CAMARGO, 2006), ou seja, “os adeptos da teoria organicista esqueceram nada menos que o espírito humano”<sup>53</sup> (VYGOTSKY, 2004, p.214), por conta do método cartesiano. Neste sentido, não era possível explicar os sentimentos superiores, tais como a religiosidade, contemplação a arte, etc. As teorias até explicavam as emoções inferiores, tais como vivem os animais e os antepassados dos homens, mas não explicavam os processos superiores, mediados pelas relações socioculturais.

Contra-pondo-se ao modelo cartesiano, a fim de resolver o problema do dualismo, Vygotsky (1996) recorreu aos pressupostos filosóficos de Espinosa, que, embora fosse racionalista como Descartes, representava uma concepção monista de compreensão do homem (VYGOTSKY, 2004; VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Em sua compreensão monista, Espinosa compreendia o corpo e a alma como pertencentes a uma mesma substância, de modo que o que se passa na alma, se passa no corpo, sendo apontado por Vygotsky (2004, p.232), como alguém que “[...] lutou por uma explicação causal, determinista, natural e materialista das paixões humanas”. Desse modo, Espinosa conseguia explicar os afetos relacionando-os aos aspectos superiores humanos sem que deixar de lado a explicação causal (VYGOTSKY, 2004).

Para Vigotski (2001a; 2004, 2006), é impossível separar as emoções, sejam elas inferiores ou superiores, dos outros processos psicológicos, tais como a linguagem e o pensamento. Neste sentido, Lane e Camargo (2006) apontam que o estudo de Vigotski sobre as emoções se direcionava para uma compreensão de que não se poderia tomar as emoções isoladamente, mas somente a partir da relação com as demais funções psicológicas, “[...] formando um sistema funcional como um conjunto dinâmico” (p.132).

Assim, não se podia pensar, por exemplo, em uma separação entre o pensamento e a emoção, pois estas estão na gênese de todo pensamento (VYGOTSKY, 2001a). Sobre essa relação, o autor afirma que “[...] o pensamento não nasce de si mesmo, nem de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e

---

<sup>53</sup> “Los adeptos de la teoría organicista olvidaron nada menos que el espíritu humano” (VYGOTSKY, 2004, p.214).

nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções” (VYGOTSKY, 2001a, p. 343). Vemos que a motivação e a emoção estão na gênese do pensamento e da linguagem. Essa base configura-se como um subtexto, ou pensamento oculto por trás das palavras, que se revela na expressão do pensamento e da linguagem dos indivíduos. Assim, compreendemos que

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. **Por detrás de todos os pensamentos há uma tendência volitivo-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro por que da análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva** (VIGOTSKI, 2001a, p.479, grifo nosso).

Outra contribuição fundamental de Vigotski sobre as emoções diz respeito à sua relação com a imaginação e a liberdade humana (VIGOTSKI, 2006; SAWAIA, 2009). Sawaia (2009) aponta que a liberdade do homem enquanto espécie, para Vigotski, não se dá a partir da carga hereditária, mas pela liberdade dessas leis naturais. A liberdade humana surge “[...] na consciência do homem, estão estreitamente ligadas à imaginação” (VIGOTSKI, 2006, p. 438).

Para Vigotski (2006), toda tarefa criadora do homem está relacionada a uma atividade que gera algo novo com base naquilo que já existe no mundo concreto, sob determinadas circunstâncias e construções cerebrais e pela manifestação do sentimento que vivencia. É a partir dessa atividade criadora que o homem se transforma em um ser direcionado para o futuro, capaz de criar e modificar seu presente (VYGOSTKI, 2006). Cabe salientar que toda construção criativa do homem se pauta numa relação entre fantasia e realidade, em que todos os componentes da fantasia são extraídos da experiência anterior que o homem teve. Como afirma o autor (2006, p.17), “[...] a fantasia se constrói sempre com materiais tomados do mundo real”<sup>54</sup>. Ademais, “Por mais individual que pareça, toda criação inclui sempre em si um coeficiente social” (VYGOTSKY, 2006, p.38).

Vemos, então, que uma das principais leis a respeito do processo de imaginação consiste em compreender a atividade criadora com base em uma “relação direta com a riqueza e a diversidade da experiência acumulada pelo homem, porque esta experiência oferece o material com o qual os edifícios da fantasia são erguidos”<sup>55</sup> (VIGOTSKI, 2006, p.17). Desse modo, quanto mais o home tem experiência e se apropria das produções históricas e culturais do mundo, maior a quantidade de material que terá disponível para a sua imaginação. A

<sup>54</sup> “[...] la fantasía se construye siempre con materiales tomados del mundo real” (VIGOTSKI, 2006, p.17).

<sup>55</sup> “[...] relación directa con la riqueza y la diversidad de la experiencia acumulada por el hombre, porque esta experiencia ofrece el material con el que erige sus edificios la fantasía”(VIGOTSKI, 2006, p.17).

imaginação se constitui, portanto, como um elemento indispensável para todas as funções do cérebro humano (VIGOTSKI, 2006). A partir da apropriação, direta ou indireta de outras experiências, o homem é capaz de ampliar as suas próprias experiências, não se restringindo apenas ao que viveu pessoalmente.

Nesse ponto, tonar-se fundamental compreender a criatividade como processo de liberdade (VIGOTSKI, 2006; SAWAIA, 2009). Como aponta Vigotski (2006), as classes sociais mais privilegiadas, por exemplo, tendem a ter mais artistas, mais cientistas, porque elas têm mais acesso aos bens materiais e condições necessárias para construir as bases do processo criador. Desse modo, ao proporcionarmos, mediarmos, que qualquer classe se aproprie da carga histórica e cultural das sociedades, estamos possibilitando que o indivíduo supere os determinismos das funções elementares e possam criar, com seus conhecimentos e questionamentos, uma nova forma de organizar do mundo. Ao ampliar suas percepções, o homem se libertará não só do determinismo biológico, mas também dos determinismos sociais impostos por aqueles que mais tiveram condições materiais (SAWAIA, 2009).

Quanto ao papel das emoções nessa questão, Vigotski (2006) que esta tem uma relação recíproca com a imaginação. Segundo o autor,

Todas as formas de representação criativa contêm elementos afetivos. Isso significa que tudo o que constrói a fantasia influencia reciprocamente nossos sentimentos e, embora essa estrutura não concorde com a realidade, todos os sentimentos que ela provoca são reais, autenticamente vividos pelo homem que os experimenta<sup>56</sup> (VIGOTSKI, 2006, p.23, tradução nossa).

Desse modo, compreende-se que tanto os fatores intelectuais como emocionais movem o processo de criação humana. Essa, por sua vez, relaciona-se com os processos de emancipação manifestados em atos de transformação das estruturas sociais historicamente determinadas por aquelas classes que, a partir da apropriação dos meios de produção e do acesso privilegiado às produções culturais, acabam por subjugar as demais classes. Com efeito, o estudo das emoções relacionadas aos outros processos psicológicos traz importantes contribuições para a psicologia, principalmente a social, ao demarcar que

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e

---

<sup>56</sup> Todas las formas de la representación creadora encierran en sí elementos afectivos. Esto significa que todo lo que construya la fantasía influye recíprocamente en nuestros sentimientos, y aunque esa estructura no concuerde con la realidad, todos los sentimientos que provoque son reales, auténticamente vividos por el hombre que los experimenta (VIGOTSKI, 2006, p.23).

orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões. (VIGOTSKI, 2001, p. 139).

Com essa perspectiva, Sawaia (2000) compreende as preocupações de Vigotski em torno das emoções como uma forma de o autor provocar transformações ontológicas e epistemológicas na psicologia, superando as cisões provocadas pelas teorias até então dominantes. Para a autora, as obras de Vigotski colocam em cheque a problemática da dicotomia entre emoção e razão ao posicionar os sentimentos e as emoções, construções radicadas pelas vivências cotidianas (SAWAIA, 2011), como base de muitos dos processos psicológicos superiores, compreendendo-os em um conjunto integrado e dialético na configuração da consciência.

#### 4.2.3 Agnes Heller

Agnes Heller é uma filósofa húngara da escola de Budapeste, cujos postulados sobre as relações entre ética e vida social se fundamentam em uma compreensão neomarxista. Conforme Sawaia (2011), as reflexões da autora sobre as emoções e a ética, no âmbito psicológico, são de fundamental importância para o estudo da afetividade.

Em *La Teoria de los Sentimientos*, Heller (2004) discorre sobre a importância dos sentimentos na vida cotidiana das pessoas. O ponto de partida de sua análise centra-se na tese de que “Sentir significa estar implicado em algo” (p.15). Este algo pode se configurar como diversas coisas, seja uma outra pessoa, si mesmo, um conceito, um objeto, um sentimento ou até mesmo outra implicação. Ou seja, a implicação não está, necessariamente, relacionada a algo concreto, por podemos nos implicarmos, por exemplo, com a nossa própria angústia.

Heller (2004) qualifica as implicações como negativas ou positivas, podendo estas serem direta ou indireta. Quando a implicação se configura como *positiva e direta*, o ato em si gera o sentimento de satisfação. Por exemplo, quando estamos lendo um livro somente porque nos agrada a leitura. Quando é *positiva e indireta*, o ato nos leva a alcançar a satisfação em outra coisa. Neste caso, pode-se citar os momentos em que lemos determinadas obras porque teremos exames e, com bons resultados, recebemos aprovação.

A implicação *negativa e direta* está relacionada aquilo que não nos motiva ou não nos interessa, fazendo-nos sentir como se não fôssemos capazes de atingir determinado objetivo. Quando, por exemplo, um jovem, por não gosta de matemática, tem que resolver uma equação, mas se sente incapaz de encontrar a solução. Quando a implicação é *negativa e indireta*, o jovem não conseguirá a aprovação no exame porque não conseguirá encontrar a

solução para a equação matemática.

A classificação proposta por Heller (2004) não é estática, pois as formas como a pessoa está implicada pode ser resultado da combinação de diversos fatores. Por exemplo, uma pessoa pode se interessar por uma determinada língua estrangeira, no entanto, sentir que não é capaz de aprendê-la. Com isso, esta pessoa não se matricula em um curso de idiomas e, conseqüentemente, não alcança a realização de seu desejo.

Heller (2004) salienta que a implicação não é um fenômeno concomitante. Assim, não é necessário que todo sentimento, pensamento, fala, ação, reação esteja acompanhada de uma implicação; no entanto, a própria implicação é um fator constitutivo inerente da forma de atuar, pensar, sentir, etc., incluída tanto pela forma de agir como de reagir.

É importante salientar que nunca se pode chegar ao limite zero de uma implicação, o “não estar implicado”, mesmo quando se acredita que o indivíduo esteja indiferente a algo que não lhe tem sentido (HELLER, 2004). Esse limite inferior da implicação pode ser percebido, por exemplo, quando a informação não tem sentido para nós, ou quando “alguém diz algo que entra pelo ouvido e sai pelo outro”. A autora afirma que ainda nesses casos há uma implicação mínima (aparecendo até mesmo nas ações que são repetitivas, ações espontâneas ou reflexas). A esse respeito, Heller (2004) aponta que é possível para uma pessoa realizar atividade sem pensar nestas, mas pensando em outras nas quais está implicado. Com efeito, a implicação nesse caso se torna independente da atividade que está sendo realizada.

O outro polo da implicação é seu limite superior, determinado pelo organismo e as circunstâncias sociais. Neste sentido, se a intensidade de determinada implicação é capaz de perturbar a homeostase do indivíduo, tem-se um limite máximo, em que o próprio organismo sucumbe. Pode-se morrer de amor, de felicidade, de tristeza, etc. Essa implicação em grande intensidade também tem limite quanto ao seu tempo de duração, pois há um esgotamento das energias. Com o tempo, a sociedade regula a intensidade das expressões de sentimento e dos conteúdos também das implicações. Tais regulações vão configurar os ritos e costumes de determinadas sociedades (HELLER, 2004).

Os sentimentos são regulados a partir dos costumes e ritos de uma determinada cultura, na medida em que a expressão de sua intensidade seja considerada aceita, ou que eles, de modo geral, devam ser contidos. A esse exemplo, Heller (2004) cita o luto, em que as pessoas podem se entristecer pela perda de um ente querido, mas que, em determinadas circunstâncias, quando essa tristeza ameaça a desintegração da homeostase do organismo (a pessoa deixa de se alimentar, por exemplo), há um controle da sociedade ao concebê-lo algo que necessita de intervenção.

Heller (2004) aponta que também é parte da condição humano o fato de que nem sempre nossos sentimentos são transformados em ações. O homem é capaz de guardar para si seus sentimentos, sem que seja necessário transformá-los em ações. Com um exemplo de Aristóteles, Heller (2004) diz que o homem valente não se caracteriza como aquele que não tem medo, mas aquele que, mesmo com medo, age como se não o tivesse. Com isso, tem-se que nem sempre os sentimentos são acessados apenas pelas condutas dos seres humanos, como acreditavam os behavioristas.

Além da forma como se pode estar implicado, Heller (2004) discute os tipos de sentimentos que temos a partir de uma classificação antropológica, que engloba tanto os aspectos biosociais como os puramente sociais a respeito da constituição dos sentimentos. Em sua classificação, os sentimentos são divididos em I) sentimentos impulsivos, II) afetos, III) sentimentos orientativos, IV) emoções, V) sentimentos de caráter e personalidade, e VI) predisposições emocionais.

Os *sentimentos impulsivos* são sinais do nosso organismo que indicam que algo não está em ordem, alertando sobre uma possível ameaça na homeostase em nosso corpo, ou mesmo sinais de alerta de que temos necessidades que precisam ser satisfeitas. Esses impulsos são orientados para indivíduo social, configurando-se como indispensáveis para a preservação da raça. Dentre as especificidades dos sentimentos impulsivos, tem-se que a intensidade não diminui com os hábitos, nem se pode habituar-se a um objeto específico. A satisfação de um impulso específico não pode substituir a satisfação de outro. Como se pode exemplificar com a sede, que não pode ser satisfeita comendo ou dormindo. Ademais, todas as satisfações dos impulsos são determinadas socialmente.

Diferentemente dos sentimentos impulsivos, cujas funções tem origem na demolição dos instintos animais, os *afetos* têm suas funções originais na demolição das estimulações internas, nas reações instintivas a partir de estímulos externos, não se configurando como necessidades inevitáveis. Nesse caso, posso sentir fome, por exemplo, sem ver a comida (sentimentos impulsivos), mas não posso sentir curiosidade de experimentar determinada comida se algo não me despertar esse sentimento. Heller (2004) aponta que o papel dos afetos é de fundamental importância na homeostase social das pessoas, não os restringindo ao âmbito biológico. Neste sentido, os afetos são considerados construídos em determinadas épocas, podendo alguns sentimentos serem mais prevalentes em determinados períodos do que em outros.

Dentre outras características dos afetos, tem-se que eles são expressivos, ou seja, são comunicativos por meio da face, dos movimentos, da entonação da voz, etc. – sendo essa

expressão também fruto da construção sociocultural na qual o indivíduo está inserido. Os afetos são considerados contagiosos, diferentemente dos impulsos, podendo regular comportamentos grupais, como observados em manifestações, festas (rodas punks), linchamentos, etc.

Os *sentimentos orientativos* são aqueles “[...] sentimentos afirmativos ou negativos a respeito de qualquer aspecto da vida, incluindo a ação, o pensamento, o juízo, etc.”<sup>57</sup> (HELLER, 2004, p.108)”, apresentando como característica primordial a possibilidade de afirmarem ou negarem a realização/compreensão de algo. Não devem ser entendidos valorativamente como sentimentos “bons” ou “ruins”, assim como também não devem ser confundidos como sentimentos “alegres” (afirmativos) ou “tristes” (negativos), mas tomados como uma convicção ou não a respeito de algo que pode se tornar bom ou ruim, causador de alegria ou de tristeza – um sentimento negativo, por exemplo, pode ser fonte de alegria.

Tais sentimentos podem, previamente, nos informar corretamente sobre características de algo como também podem ocasionar informações equivocadas, dando impressões errôneas – que podem ser modificadas com o tempo. Como são puramente sociais, não nascemos com tais sentimentos, sendo as experiências no mundo que nos tornam capazes de nos orientarmos. Desse modo, quanto mais temos experiência, quanto mais complexa as relações sociais, mais comum é a orientação por meio dos sentimentos; por outro lado, quando menos experiências temos e mais controlada é a sociedade, menos as pessoas podem se guiar por tais sentimentos (HELLER, 2004).

Os *sentimentos cognoscivo-situacionais, ou emoções*, são desenvolvidos conforme as estruturas sociais. Heller (2004) aponta que, por tal motivo, nem todas as emoções estão dadas em uma determinada cultura, sendo impossível afirmar que determinadas emoções estiveram sempre presentes ou permanecerão no futuro. Embora não sejam elementos primordiais do funcionamento e manutenção no âmbito biológico do indivíduo, as emoções são indispensáveis para a estruturação da sociedade. De outro modo, não haveria existência social sem as emoções (HELLER, 2004).

Diferentemente dos afetos, que ocorrem por um estímulo específico, mas independente dele – pois é possível reconhecer e identificar o afeto sem saber qual estímulo o provocou –, as emoções não podem ser conhecidas ou interpretadas sem que também seja conhecida a sua situação de origem. As manifestações emocionais somente podem ser compreendidas com base no contexto em que elas aparecem, de modo que a expressão emocional é inseparável do que a causou e de onde ocorreu. Desse modo, por exemplo, não é

---

<sup>57</sup>[...] sentimientos afirmativos o negativos respecto de cualquier aspecto de la vida, incluyendo la acción, el pensamiento, el juicio, etc.” (HELLER, 2004, p.108).

possível que saibamos se determinada reação de surpresa é de felicidade ou de tristeza se não conhecemos o que a causou e em que contexto essa reação se manifestou.

Quanto ao caráter e à personalidade emocionais, Heller (2004) aponta que são hábitos sentimentais referentes às reações duradouras, mais ou menos rígidas, generalizadas e típicas no modo de sentir, pensar e agir das pessoas diante das situações. No entanto, há diferenças significativas quanto às especificidades de cada conceito. Heller afirma que o caráter emocional pode ser compreendido como uma categoria mais ampla, englobando, inclusive, a personalidade. Este caráter está relacionado ao “temperamento” do indivíduo, ou seja, características genéticas ou informações desprovidas de valor que foram fixadas no indivíduo antes mesmo da constituição moral de sua personalidade. A personalidade, por outro lado, está associada ao caráter mais valorativo, pelo qual a pessoa julga o que é bom ou mau, vergonhoso ou não, etc., conforme seu modo de pensar.

Por fim, *as predisposições emocionais* estão relacionadas às tendências que temos para sentir determinados sentimentos, com maior frequência e intensidade, em detrimento de outros. Como exemplo, é possível citar os indivíduos que têm a propensão a lidarem com as situações do cotidiano de modo mais otimista e alegre; ou as pessoas que são mais tristes e pessimistas. As predisposições emocionais podem ter diversas origens. Conforme Heller (2004), podem surgir como consequências dos padrões de sentir, pensar e agir mantidos ao longo da vida, ou ter origem na carga hereditária, ou nas experiências marcantes relacionadas à personalidade ou aparecerem a partir das experiências sociais. É importante destacar que as predisposições, embora apresentem caráter duradouro, são passíveis de transformação, como ocorrem nas mudanças da personalidade de uma pessoa quando acontece uma vivência traumática.

\*\*\*\*\*

Para Sawaia (2011, p.102), esses teóricos apresentam uma concepção positiva ao estudo das emoções, compreendendo-as “[...] como constitutiva do pensamento e da ação, coletivos ou individuais, bons ou ruins, e como processo imanente que se constitui e se atualiza com os ingredientes fornecidos pelas diferentes manifestações históricas”. Ademais, inspirada em Vigotski e Espinosa, a autora (2009, p.366) defende que as emoções e a criatividade “[...] são dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, [...] um meio de atuar no que há de mais singular da ação política emancipadora”.

A afetividade torna-se, portanto, um conceito que desestabiliza as concepções pré-estabelecidas, principalmente nas análises dos processos psicossociais de exclusão e



desigualdade social (SAWAIA, 2011). A esse respeito, Sawaia aponta que, muitas vezes, com medo de cair em psicologismos e redução do indivíduo a si mesmo, o psicólogo acaba por abandonar a compreensão do humano com suas alegrias, sofrimentos e sua individualidade, perdendo-o dentro de uma compreensão e atuação exclusivamente macro das determinações sociais (SAWAIA, 2009).

No entanto, para a autora, “[...] perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome” (SAWAIA, 2011, p.100). Com essa perspectiva, Sawaia (2011) busca recuperar as qualidades humanas perdidas nas análises econômicas e políticas, sem, contudo, perder o âmbito coletivo, pois “[...] é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (SAWAIA, 2011, p.101). Para superar essa dicotomia, a autora cunha o conceito de sofrimento ético-político<sup>58</sup>.

Esse sofrimento ético-político se constitui como uma dor mediada pelas injustiças sociais. Trata-se de um sofrimento decorrente de um encontro que demarca um processo de servidão, injustiça, mantendo as condições sociais de desigualdade social (SAWAIA, 2009). Ele “[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2011, p.104).

A superação desse sofrimento se dá a partir do alcance da felicidade, só que uma felicidade diferente de como é compreendida na sociedade contemporânea. A felicidade de que se fala é pública, ultrapassa as práticas individualistas, abrindo-as à humanidade. Para Sawaia (2011, p.107), essa felicidade pública somente “[...] é experienciada pelos que sentem a vitória como conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro, e não apenas de bens materiais circunscritos”. A felicidade pública se configura como um ato político, em que a sua busca revela também um processo de conscientização, resultado de uma decisão autônoma de não obedecer aos comandos exteriormente determinados (SAWAIA, 2009).

---

<sup>58</sup> Bertini (2014) aponta que, embora o termo “sofrimento ético-político” só apareça pela primeira vez em 1999, com a publicação do livro *Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*, Bader Sawaia já tecia reflexões sobre o conceito com a denominação de “sofrimento/mal-estar psicossocial” no livro *Novas Veredas da Psicologia Social*, publicado pela primeira vez em 1994.

### 4.3 Síntese do encontro das posturas teóricas: a afetividade e as implicações psicossociais

Bomfim (2010) aproxima a Psicologia Social de base histórico-cultural da Psicologia Ambiental de visão transacionalista para compreender o encontro do indivíduo com a cidade. A primeira perspectiva teórica pauta-se na concepção unificada da ciência psicológica desenvolvida por Vygotsky (1996) que rompe com as dicotomias do modelo cartesiano. Vygotsky (1996; 2007) propôs um método de ciência psicológica pautado no materialismo dialético, com base nas concepções marxistas, concebendo o psiquismo humano construído a partir da interação homem-mundo. Ao fundamentar-se na abordagem dialética, admite-se a influência da natureza sobre o homem, afirmando também que o homem age sobre a natureza e cria, por meio da reciprocidade das ações, novas condições naturais para sua existência (VYGOTSKY, 2007).

Quanto à Psicologia Ambiental transacionalista, esta não restringe “[...] a interação do indivíduo com o ambiente como um cenário em que um interfere no outro, mas põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, em que interagem fatores psicossociais, sociofísicos e histórico-culturais” (BOMFIM, 2008, p.254). Tal enfoque apresenta como unidade de análise as entidades holísticas que abrangem as pessoas, os processos psicossociais e os ambientes. Com efeito, tem-se que uma entidade apresenta uma relação dependente entre todos os outros elementos, em que a ênfase “[...] se põe sobre as relações mutáveis entre os aspectos do sistema global”<sup>59</sup> (MIRA, 1997, p.35, tradução nossa).

No contexto latino-americano, a relevância social de tais marcos teóricos deve direcionar-se para a superação da construção excludente dos espaços e lugares (TUAN, 1983) e dos sofrimentos advindos destes. Por exemplo, podemos apontar como a construção dos não-lugares (AUGÉ, 1995) nas cidades repercutem na organização sociofísica desta e na identidade das pessoas - destruição dos espaços de convivência e permanência para a construção de lugares de passagens despersonalizados pelos habitantes da cidade.

Para Tuan (1983), os lugares podem ser definidos a partir das pausas, ambientes onde as pessoas param e se estabelecem, enquanto os espaços são lugares de passagem. No entanto, esse “[...] espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983, p.6). Entrelaçado a esse processo, Augé (1995) enxerga ainda a existência dos não-lugares, que se configuram como espaços transitórios, apenas com as funções de deslocamento e de uso temporário. Tais espaços manifestam a atual

---

<sup>59</sup> “[...] se pone sobre las relaciones cambiantes entre aspectos del sistema global” (MIRA, 1997, p.35).

organização da sociedade, em que os espaços aparecem como descartáveis, impedindo que as pessoas se identifiquem e estabeleçam vínculos afetivos com eles. Desse modo, podemos compreender que

Os lugares são produções ideológicas. [...] Se deve entender a relação de apropriação/significação dos espaços e lugares não simplesmente como uma questão de ocupação física, mas sob o foco da produção de signos históricos e culturais. [...] Os lugares, espaços até mesmo os não-lugares são todos construídos ideologicamente e respondem, conseqüentemente, a interesses sociais dos grupos humanos que sustentam sua construção, manutenção, reprodução e transformação. (PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009, p.349).

Compreender como são construídos os espaços, os lugares e os não-lugares nos situa na teia de construção da cidade, possibilitando o reconhecimento de como é forjado nosso lugar físico e social dentro da cidade.

Também pensando a relevância social da construção da cidade e o lugar que nela ocupamos, citamos o estudo sobre a aglomeração residencial de Martín-Baró (1985), que critica os modelos sociológicos (de análise voltada para os fenômenos macrosociais) e os modelos psicológicos (orientados por uma perspectiva microsocia) de compreensão da problemática, propondo um modelo psicossocial. Dentre as principais reflexões críticas sobre os modelos, destacam-se a conceitualização do próprio espaço, que não deve ser compreendido por análises *a priori*, mas a partir da produção histórica de onde ele está situado; a adesão da concepção homeostática nos estudos, enquanto se observa que o fenômeno da aglomeração tem um caráter relacional que muda conforme o contexto; e a crescente tendência de subjetivação da problemática, deixando de lado os problemas de ordem histórica e de negação de espaço às pessoas pobres.

A partir de tais críticas, Martín-Baró (1985) propõe o modelo psicossocial, integrando tanto o modelo sociológico como o psicológico. Neste considera cinco aspectos importantes, a saber, a) compreensão das estruturas sócio-históricas que determinam a distribuição do espaço; b) as normas culturais que estabelecem o modo de realização das atividades diárias de cada grupo; c) as relações e diferenças entre as condições objetivas e as subjetivas da aglomeração; d) o caráter motivacional e suas condições da aglomeração; e e) os efeitos imediatos e mediatos da aglomeração nos indivíduos. Com efeito, o problema de aglomeração passa a ser compreendido enquanto fenômeno individual e social. Individual por considerar que qualquer experiência representa um processo subjetivo para as pessoas; social, porque a constituição das pessoas não é processo puramente individual, mas acontece em meio às interações sociais (MARTÍN-BARÓ, 1985).

O modelo psicossocial torna-se importante por integrar as análises macrossociais, referentes à constituição das estruturas sociais, e as microssociais, relacionadas às percepções e às consequências na vivência singular das pessoas. Essa mesma perspectiva é adotada por Sawaia (2011) ao apontar a necessidade de estudar os processos de inclusão e exclusão. Para a autora, não se pode perder o indivíduo no meio das análises macrossociais nem psicologizar as vivências de questões sociais, reduzindo-as ao nível individual subjetivo. O indivíduo experimenta subjetivamente vivências atravessadas por questões sociais, culturais e políticas, tendo suas dores mediadas pelas injustiças (SAWAIA, 2011).

Ainda a respeito da relevância social dos estudos e intervenções das posturas teóricas, Bomfim (2008, p.254) aponta que as psicologias social e ambiental têm gradativamente se inserido nos estudos sobre a “[...] compreensão do urbano, redimensionando questões econômicas, políticas, éticas e culturais, tanto no plano individual quanto no coletivo”. É destaque para a autora a dimensão ética que visa à igualdade de acesso dos moradores à cidade, para isso

Devolver a voz do cidadão, então, seria um caminho para o desenvolvimento de uma ética na cidade. A cidadania, qualidade de ser cidadão, relaciona-se diretamente ao território: espaço onde o indivíduo vive e constrói o seu modo de vida. O valor do indivíduo depende do lugar em que ele está (BOMFIM, 2010, p.47).

A compreensão ética da construção e do envolvimento do indivíduo com o ambiente é alcançada a partir da afetividade. Esta categoria parte da integração das emoções e dos sentimentos que afloram no modo como a pessoa é afetada no encontro com o outro (pessoa e/ou ambiente). Para Espinosa (2010), essas afecções podem aumentar ou diminuir nosso *conatus*, a força de perseverar no nosso próprio ser. É por meio das afecções que o filósofo compreende a política e a ética nas relações sociais, apontando as tristezas como afetos que diminuem a potencia do agir, levando à servidão, e as alegrias como afetos que libertam.

A afetividade aparece como categoria de análise e de compreensão tanto de aspectos relacionados às vinculações sujeito-comunidade como também de questões sociais e políticas que perpassam o contexto de segregação socioespacial concretizados por processos de remoção de comunidades. Com os suportes da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental, a afetividade se expressa como síntese do encontro entre o indivíduo e a comunidade/cidade (BOMFIM, 2010). Passa-se a compreender, então, que

A cidade não é um conjunto de ruas, edifícios e praças. É um símbolo complexo, que exprime a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado de existência

humana. [...] A cidade, a rua, o prédio, a porta representam modelos de subjetividade enquanto portadores de história, desejos, carência e conflitos. Cada cidade, bairro, rua, até mesmo cada casa, tem um clima que não advém, exclusivamente, do planejamento urbano e da geografia, mas do encontro de identidades em processo – identidades de homens e de espaços (SAWAIA, 1995, p.21).

Com base na compreensão dos afetos envolvidos na relação morador-comunidade, as psicologias Social/Comunitária e Ambiental poderão auxiliar na identificação dos afetos e na análise das implicações psicossociais decorridos dos processos de remoção/desapropriação. Ademais, a compreensão de tais afetos pode contribuir para o resgate histórico (MARTÍN-BARÓ, 1996) da vida dos moradores com a sua comunidade, repercutindo em um processo de conscientização sobre as desigualdades socioespaciais e, conseqüentemente, no fortalecimento de estratégias para enfrentá-las.

Assim, a afetividade demarca a forma como as pessoas e os ambientes são afetados em seus constantes e recíprocos encontros. Como afirma Heller (2004, p.21), “sentir significa estar implicado em algo”, sendo a implicação um fator construtivo inerente da forma de pensar, sentir e agir sobre determinada afecção. A apreensão destes afetos possibilita compreender de que forma estes, seja no plano de figura ou de fundo, atuam na consciência e na forma de agir das pessoas, expressando se estas estão escravizadas ou libertas – no caso de servidão, interessamos desvelar quais os afetos que aumentam a potência de padecimento da pessoa com o ambiente para que se possa intervir no sentido de aumentar a potência de ação e conseqüente enfrentamento da situação de opressão (SAWAIA, 2009).

## **5 O ANTES E O AGORA: MAPEAMENTO AFETIVO DO ENCONTRO ENTRE A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E SEUS MORADORES**

Esse capítulo busca atender ao segundo objetivo específico da dissertação, compreender a afetividade presente na relação pessoa-comunidade. Para isso, abordarei as relações afetivas do encontro entre a Vila Vicentina e seus moradores a partir do levantamento de informações do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Inicialmente, apresento as metáforas elaboradas pelos moradores; depois, a construção qualitativa das imagens afetivas (Agradabilidade, Pertencimento, Contrastes, Insegurança e Destruição); e, por fim, a análise da Escala de Estima de Lugar (EEL).

### **5.1 A Vila Vicentina é como.... (mapeamento afetivo)**

“Um pedacinho do céu, porque é muito bom. Pode ser que aqui tenha gente que queira se livrar das casas, mas eu gosto. Amo morar aqui” (Metáfora em Mapa Afetivo Zezé).

No IGMA, as metáforas surgem a partir da solicitação de que o respondente compare determinado lugar com algo. Bomfim (2010, p.146) aponta que este momento “[...] caracteriza-se por ser uma nova síntese de compreensão dos sentidos da comunicação complexa do afeto”. No instrumento, as metáforas aparecem como recursos imagéticos que fogem da lógica cognitiva e literal da comunicação, possibilitando a apreensão dos aspectos emotivos dos sujeitos a partir do sentido figurativo (BOMFIM, 2010). Como recursos de síntese, as metáforas “[...] são expressões do pensamento social” (p.219), comunicadas pelo próprio indivíduo que a produziu, dando elementos para a construção de uma análise afetiva do que está implicado na relação do indivíduo com a comunidade.

Conforme Bomfim (2010), do ponto de vista do rigor científico, muitas vezes as metáforas são consideradas como inconsequentes por, aparentemente, fugirem da conexão direta entre os fatos. No entanto, elas são eficazes na apreensão dos afetos, com alcances para além dos limites cognitivos. Por considerar os afetos na base do pensamento e da linguagem (VIGOTSKI, 2001a), a metáfora carrega a síntese do pensamento construído pelo significado coletivo e pelo sentido pessoal do sujeito. Com efeito, as metáforas e os sentimentos, paralelamente, cultivam a “[...] intimidade, refletem a experiência da vida e permitem o insight comunitário e contato com a coletividade” (BOMFIM, 2010, p.138).

Em relação a Vila Vicentina, as metáforas elaboradas pelos moradores podem ser agrupadas em três categorias, a saber: Família e Comunidade; Paraíso; e Incomparável. O Quadro 3 mostra todas as metáforas organizadas de acordo com as suas especificidades:

Quadro 3 - Metáforas sobre a Vila Vicentina da Estância

<b>METÁFORAS</b>	
<b>Família e comunidade e (7)</b>	<p>- “Com a vila na qual <b>nasci</b> e morei durante 37 anos e da qual só saí dela pela força das circunstâncias. Lá eu me sentia muito feliz, protegida, amparada” (Mapa afetivo de Capitã).</p> <p>- “Eu sinto como se aqui era como uma <b>família</b> completa. Porque quando a gente vai fazer uma festa, está todo mundo ali [...]” (Mapa afetivo de Cláudia).</p> <p>- “A Vila Vicentina se resume numa <b>casa grande</b>, onde existe <b>a união de várias famílias</b> num lugar só, que se compara a um lugar feliz” (Mapa afetivo de Filho).</p> <p>- “A cidade Boa Viagem onde <b>nasci</b>. Essa cidade é bem tranquila, me transmite muita paz” (Mapa afetivo de Gordinha)</p> <p>- A Vila Vicentina é uma <b>comunidade antiga</b>, uma <b>família</b> porque somos todos amigos” (Mapa afetivo de J.).</p> <p>- “Compara que a gente ia morar por tempo indeterminado, parece <b>uma comunidade</b>” (Mapa afetivo de Véi).</p> <p>- “Compararia com <b>uma família</b>, porque todos nós aqui ajudamos uns aos outros. Somos todos unidos, apesar das desavenças, lutamos por um objetivo só” (Mapa afetivo de Aline).</p>
<b>Paraíso (7)</b>	<p>- “<b>Paraíso, porque tem a localidade boa</b>, perto de tudo, perto do meu trabalho, supermercado, o colégio em que estudo” (Mapa afetivo de Luciana)</p> <p>- “Se torna o <b>paraíso</b>, porque é <b>tudo de bom</b>” (Mapa afetivo de Margarida)</p> <p>- “Às vezes eu uso essa palavra que aqui a gente tá no <b>céu</b>. Que a gente vive no céu em relação aos outros lugares que a gente costuma ver” (Mapa afetivo de Maria)</p> <p>- “Vila com um <b>pedacinho de céu</b>, pois creio que todos nós almejamos ir um dia e então residir aqui é essa maravilha” (Mapa afetivo de Zil)</p> <p>- “É um <b>paraíso</b>, porque eu gosto daqui. Cheguei aqui há 44 anos” (Mapa afetivo de Eunice)</p> <p>- “Com o <b>coração da Aldeota</b>, porque estamos <b>perto de tudo</b>, de médicos, farmácia, hapvida, mercantil, shoppings e dos nossos trabalhos” (Mapa afetivo de Patrícia).</p> <p>- “Um <b>pedacinho do céu</b>, porque é muito bom. Pode ser que aqui tenha gente que queira se livrar das casas, mas eu gosto. Amo morar aqui” (Mapa afetivo de Zezé).</p>
<b>Incomparável a outro lugar (3)</b>	<p>- “Acho que não comparo essa vila não. Acho que <b>não tem comparação</b> com outro lugar [...]” (Cida).</p> <p>- “<b>Não temos com o que comparar</b>, porque tenho certeza aqui em Fortaleza não existe outro lugar assim” (Mapa afetivo de Sorrisão)</p> <p>- “Eu acho bom, <b>não comparo com outro lugar</b> porque é um lugar bom” (Mapa afetivo de Marília).</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como mostra o Quadro, sete (7) das comparações realizadas dos moradores estão relacionadas ao pertencimento a uma comunidade e à construção de relações comunitárias e familiares. Esse aspecto revela que a visão dos moradores quanto ao lugar de moradia extrapola uma percepção individual, em que sua casa está apartada da de outros moradores; ao contrário, as metáforas denotam integração e partilha coletiva, que proporciona a construção de histórias, crenças e sentimentos de amparo e segurança. Tais aspectos ficam evidentes na comparação de Aline: “Compararia com **uma família**, porque todos nós aqui ajudamos uns aos outros. Somos todos unidos, apesar das desavenças, lutamos por um objetivo só” (Mapa Afetivo de Aline)

A segunda categorização está relacionada à percepção de que a Vila é um bom lugar de moradia por apresentar, além de espaços de convivência, a oportunidade de acesso a outros lugares e serviços. Com esse sentido, sete (07) moradoras compararam a Vila com o Paraíso, como mostra a metáfora de Luciana: “**Paraíso, porque tem a localidade boa**, perto de tudo, perto do meu trabalho, supermercado, o colégio em que estudo” (Mapa Afetivo de Luciana). Por sua localização, a comunidade tem acesso a diversos equipamentos e/ou serviços, público e privados, tais como postos de saúde, escolas, supermercados, transportes, praças, etc. Tais informações voltarão a ser discutidas posteriormente, com a apresentação da imagem de Agradabilidade.

No terceiro agrupamento, a Vila aparece como um lugar Incomparável a outros. Três (03) moradoras afirmam que a boa moradia na Vila não poderia igualar-se a de outros lugares, pois suas características são singulares, como aponta a metáfora de Sorrisão: “**Não temos com o que comparar**, porque tenho certeza aqui em Fortaleza não existe outro lugar assim” (Mapa Afetivo de Sorrisão).


A partir da metáfora, o pesquisador inicia a estruturação do sentido dos mapas afetivos, explicando os sentimentos do envolvimento do indivíduo com o seu lugar, construindo uma metaforização psicossocial (BOMFIM, 2010). Esta, por meio do reconhecimento do que é comum, também apreende a subjetividade individual. A construção do sentido do mapa afetivo e, conseqüentemente, a apreensão da estima de lugar, dá-se em conjunto com a análise das metáforas, dos significados, das qualidades, dos sentimentos expressos abertamente pelos indivíduos e da Escala de Estima de Lugar.

Com a análise de todo o IGMA, foi possível a construção de mapas afetivos das moradoras da Vila categorizando-os em três imagens, a saber, Contrastos (14), Pertencimento (2) e Agradabilidade (1). Apresentarei os resultados conforme a ordem crescente do aparecimento das imagens, discutindo as suas configurações no contexto em que se situa a comunidade.



### 5.1.1 Agradabilidade

Na Vila Vicentina, somente houve a ocorrência de um (01) mapa afetivo com a imagem de Agradabilidade. Esta categoria, conforme Bomfim (2010), refere-se a sentimentos de vinculação ao ambiente, decorrentes da percepção de qualidades ambientais, sejam construídas ou naturais, que produzem a sensação de prazer. A esse exemplo, pode-se citar as sensações de comodidade ou de beleza. Assim, a imagem afetiva de Agradabilidade revela os sentimentos e as qualidades percebidas como prazerosas pelos moradores de determinado lugar, como podem ser observadas no Mapa Afetivo de Luciana:

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Luciana		Sexo: F	Idade: 55 anos.
Escolaridade: Médio completo		Tempo de residência: 25 anos.	
SIGNIFICA DO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
A Vila.	Um bom lugar para se morar, não tem violência, as pessoas são amigas.	Paz, tranquilidade, me sinto bem aqui na vila, não sinto medo de morar aqui. Felicidade, segurança, medo de sair, gosto de morar, me sinto bem, amizade.	Paraíso, porque tem a localidade boa, perto de tudo, perto do meu trabalho, supermercado, o colégio em que estudo (Santo Inácio).
		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i>		<b>A Vila “Paraíso I”</b> é um lugar <b>agradável</b> que dispõe de facilidades de acessos a bens e serviços de cidade, onde os moradores estabelecem relações de amizade que repercutem em uma sensação de paz, tranquilidade e segurança, sentimento que aumentam uma <b>estima de lugar potencializadora</b> capaz de enfrentar as situações que ocasionam o medo.	
<b>Escala Estima de Lugar (EEL): 32</b>		<b>Imagem:</b> Agradabilidade	

Giuliani (2004) apontam que o apego ao lugar, elemento característico da imagem de Agradabilidade, tem um caráter funcional, por meio do qual o lugar onde se vive adquire um papel relevante de atração do indivíduo, encorajando ou inibindo-o em seus movimentos e interferindo no modo como as pessoas ali agem. Com base na organização espacial da Vila, torna-se mais evidente a visualização da comunidade como um lugar de agradável. Os

moradores dividem um grande quintal comunitário, arborizado, ventilado e com ambientes de uso coletivo, como o campinho de futebol e a pequena pracinha com churrasqueira. Em relação às casas, estas foram construídas de modo que os fundos de todas elas estão voltados para o grande quintal, circundando-o. Desse modo, todos os moradores podem acompanhar boa parte do cotidiano dos demais, a partir do momento em que as portas dos fundos são abertas. Cada morador pode observar quando outro senta no alpendre para conversar, lava roupas, cuida do jardim, brinca no campinho, etc. (Ver Figuras 4 e 5). Ademais, a comunidade também conta com uma pequena capela, onde é realizada, além dos eventos religiosos, as reuniões, as atividades e as festividades da Resistência Vila Vicentina.

Figura 4- Quintal da Vila



Fonte: tirada pelo próprio autor.

Figura 5 -- Interior da Capela



Fonte: tirada pelo próprio autor.

Cabe salientar, ainda, que a imagem de Agradabilidade também está relacionada às possibilidades de atração que os ambientes proporcionam quando “[...] estes são percebidos como capazes de suprir as necessidades funcionais dos sujeitos, como por exemplo, as oportunidades de trabalho, cultura, educação, interação, entre outros” (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018, p.460). Tais características foram marcantes no Mapa Afetivo de Luciana, expressas principalmente pela metáfora da respondente: “[Compararia a um] Paraíso, porque tem a localidade boa, perto de tudo, perto do meu trabalho, supermercado, o colégio em que estudo” (Mapa Afetivo de Luciana).

A partir do terceiro item componente do IGMA, relacionado aos lugares os moradores da Vila frequentam cotidianamente, foi possível levantar quais os atrativos percebidos por eles em relação à comunidade e ao seu entorno. No Quadro 4, são apresentados os principais atrativos, seguidos pela quantidade de vezes que foram citados:

Quadro 4 - Atrativos presentes na comunidade e seu entorno

Equipamentos Básicos	Equipamentos de Entretenimento
Supermercado (Mercantil): 14 Saúde (Unidade de saúde, médico, farmácia): 7 Trabalho: 4 Transporte: 4 Escola: 2	Igreja, capela e paróquia: 6 Espaços da Vila: 3 Praças: 3 Shoppings, lojinhas e galerias: 4 Academia: 2 Praia: 1

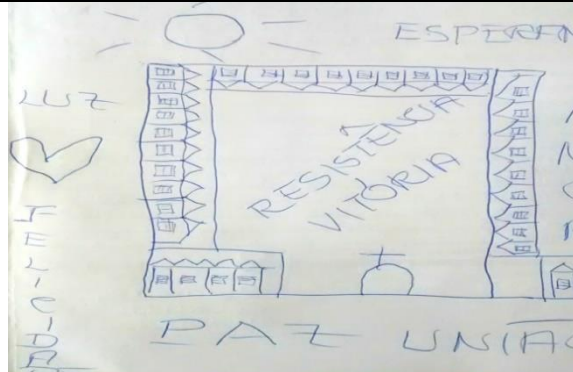
Fonte: elaborado pelo próprio autor.

O primeiro agrupamento, “Equipamentos Básicos”, corresponde aos lugares e/ou serviços, públicos ou privados, tais como postos de saúde, escola e transportes coletivos. No segundo agrupamento, “Equipamentos de Entretenimento”, são observados os lugares que os moradores mais frequentam no momento de lazer, tais como igrejas, shoppings, praças e espaços da própria comunidade. Tais atrativos fortalecem a vinculação dos moradores com a Vila, ao possibilitar o estreitamento das relações comunitárias com a convivência diária nos espaços compartilhados; e ao possibilitar que os moradores transitem pela cidade, tendo mais acesso aos serviços de saúde, educação, lazer, dentre outros, apropriando-se dela.

### 5.1.2 Pertencimento

Na Vila, duas (02) moradoras construíram mapas afetivos com imagens de Pertencimento, Capitã e Zezé. Nesta imagem, encontramos sentimentos, emoções e palavras que denotam a identificação indivíduo com o lugar, revelando aspectos da identidade, do apego e da amorosidade aos lugares e aos demais moradores; além de expressar relações familiares (BOMFIM, 2010). A partir do Mapa Afetivo da Capitã podemos observar mais concretamente esses elementos:

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Capitã		<b>Sexo:</b> F	
<b>Escolaridade:</b> Médio completo.		<b>Idade:</b> 59 anos.	
		<b>Tempo de residência:</b> 22 anos.	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Esse desenho que fiz representa todo o meu sentido de pertencimento a este local, expressando todas as formas de	Eu moro no céu aqui na terra. Morar na Vila, para mim, é o mesmo que ter ganho na Mega Sena sem que eu tenha recebido nenhum valor em dinheiro.	Força, fé, resistência, esperança, união, paz. Luz, vitória, céu, proteção, segurança, amizade.	Com a vila na qual nasci e morei durante 37 anos e da qual só saí dela pela força das circunstâncias. Lá eu me sentia muito feliz, protegida, amparada.


sentimento que possuo em relação a ele.			
		<b>SENTIDO:</b>  A Vila de “Infância” é um pedaço do céu na terra ao qual a moradora <b>pertence</b> , que proporciona sentimentos de união, paz e proteção. Apartir da configuração de uma <b>estima de lugar potencializadora</b> , <b>tem-se</b> a implicação engajada da moradora na construção de uma resistência a fim de alcançar a vitória pela permanência na comunidade.	
Estrutura: <i>Cognitivo.</i>			
<b>Escala Estima de Lugar (EEL): 45</b>		<b>Imagem:</b> Pertencimento	

A construção da imagem de Pertencimento está fortemente relacionada aos processos de apropriação do espaço (POL, 1996), construção de identidade de lugar (PROSHANSKY, 1978) e o sentimento de comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986), que atuam na construção de uma relação afetiva das pessoas com ambiente, auxiliando na definição da identidade pessoal e comunitária. O pertencimento e a identificação do morador com o lugar envolvem sentimentos, crenças e expectativas relacionadas ao compartilhamento de boas relações grupais (MCMILLAN; CHAVIS, 1986), como pode ser observado no Mapa Afetivo de Zezé: “Eu só penso no que é bom, não penso no que é ruim, não. Só quero é ficar em paz e pronto. Seguro, não tem confusão. Todo mundo é amigo, tem confiança. Boa, melhor lugar pra morar, calmo. Tive minhas filhas aqui, minha vida aqui” (Mapa Afetivo de Zezé).

Interessante pontuar que os maiores valores de estima de lugar potencializadora obtidos pela Escala de Estima de Lugar foram encontrados nos dois mapas supracitados, corroborando com os resultados de pesquisa anteriores, que demonstraram que um elevado sentimento de pertença se relaciona com uma elevada estima potencializadora (BOMFIM, 2010). No caso da Vila, o forte sentimento de pertencimento e sua consequente estima de lugar potencializadora favorecem o engajamento mais ativo por parte das moradoras no movimento de resistência, pois passam a acreditar que “ela [a Vila] não vai ser vendida, que vai ficar aqui para nós [moradores]” (Mapa Afetivo da Zezé), portanto lutam com “força”, “união”, resistência” para alcançar a “vitória” (Palavras retiradas do Mapa Afetivo da Capitã).

### 5.1.3 Contrastes

A imagem afetiva de Contrastes foi a que mais se destacou dentre os mapas dos moradores da Vila, aparecendo em 14 dos 17 mapas. Esta imagem é caracterizada por aquelas palavras que denotam sentimentos, emoções, percepções e vivências contraditórias, ambíguas, revelando uma polarização entre avaliações negativas e positivas em relação ao lugar (BOMFIM, 2010), como pode ser observado no Mapa Afetivo de Cida:

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Cida		Sexo: F	Idade: 44 anos.
Escolaridade: Fundamental completo.		Tempo de residência: 17 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Este desenho significa a minha moradia, nele representei toda a comunidade.	Penso que é um lugar muito bom para morar, seguro, todo mundo se conhece. Saio para trabalhar e passo deixar os meninos e não temos nenhum problema. É o melhor lugar do mundo.	Alegria porque continuamos, tristeza pelas casas derrubadas, medo pelas remoções, insegurança porque não está muito segura, forte pela ajuda das pessoas, receio. Felicidade, contente, esperança, medo.	Acho que não comparo essa vila não. Acho que não tem comparação com outro lugar, mesmo que me oferecessem para ir morar na Beira-Mar eu continuaria aqui.
		SENTIDO:	
		A Vila "Incomparável I" é uma comunidade de contrastes, onde, de um lado, a moradora vive momentos de medo, insegurança e tristeza ocasionados pelo receio de que a comunidade seja removida. Por outro lado, a felicidade e a confiança presentes nas relações com os vizinhos <b>potencializam sua estima de lugar</b> , fortalecendo sua implicação positiva para com a resistência.	
Estrutura: <i>Cognitivo</i> .			
Escala Estima de Lugar (EEL): 15		Imagem: Contrastes (Pertencimento x Insegurança)	

A partir dos estudos de Bomfim (2010), Alencar (2010), Bomfim *et al.*, (2014), Feitosa (2014) e Bomfim, Feitosa e Farias (2018) é possível compreender melhor as nuances da construção das imagens de Contrastes. As autoras apontam que compreensão sobre o papel dos contrastes nos mapas afetivos foram se transformando ao longo do desenvolvimento de pesquisas no Locus. Inicialmente, os Contrastes denotavam apenas sentimentos e emoções ambíguas, identificando uma estima de lugar despotencializadora (BOMFIM, 2010).

Em estudo realizado por Alencar (2010), sobre estima de lugar de adolescentes de três bairros e suas participações sociais, houve a prevalência de cerca de 57% dos mapas com

a categoria Contrastes. Na época, a imagem era considerada despotencializadora, no entanto, ao investigar mais profundamente, a autora percebeu o caráter dúbio da imagem. Para Alencar (2010), as predisposições que mais influenciaram para uma estima de lugar despotencializadora estavam ligadas às imagens afetivas de insegurança. Nesse caso, embora a imagem de Contrastes apresentasse sentimentos de pertença, as paisagens de medo, violência e drogadição se sobressaíam, repercutindo na despotencialização. A partir desse estudo, começou-se a se questionar a respeito das polaridades na imagem de Contrastes, observando de que modo estas tendiam para uma despotencialização.

Posteriormente, observou-se a possibilidade de implicação positiva dos moradores em relação aos seus ambientes, mesmo nas imagens de Contrastes com estima de lugar despotencializadora (FEITOSA, 2014). Os Contrastes, assim, apontavam para a coexistência de aspectos positivos nas pessoas, como a identificação com o lugar e a intenção de desenvolvimento de ações potencializadoras para melhorar as condições despotencializadoras do ambiente.

Com o processo de validação da Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014), constatou-se que a imagem de Contrastes tem tendência a ser transversal a todas as outras (Agradabilidade, Pertencimento, Destruição e Insegurança). Desse modo, os Contrastes podem ser tanto despotencializadores como potencializadores. O primeiro caso ocorre quando os sentimentos negativos culminam no aprisionamento e/ou na passividade das pessoas. No segundo caso, ao contrário, os sentimentos e as emoções despotencializadoras são utilizadas como incremento da potência de ação, assim, “[...] mesmo com sentimentos ambivalentes, [os Contrastes] levam a uma solução para o enfrentamento do problema”<sup>60</sup> (BOMFIM *et al.*, 2014, p.145, tradução nossa).

Recentemente, Bomfim, Feitosa e Farias (2018) apresentaram resultados para a compreensão da transversalidade da categoria Contrastes na análise de fenômenos psicossociais relacionados ao encontro do indivíduo com o lugar. A investigação foi realizada com estudantes de escolas públicas da rede estadual de ensino na cidade de Fortaleza, Ceará, com o título “Estima de Lugar e indicadores afetivos de Contrastes em jovens no contexto de vulnerabilidade social: uma forma de avaliação da potência de ação e da ética na cidade (2014-2015)”. Dentre os objetivos, buscava-se a compressão da imagem Contrastes relacionada ao sofrimento ético-político; avaliação dos contrastes como dimensões potencializadoras e despotencializadoras; e a identificação da presença de contrastes em ambientes urbanos.

---

<sup>60</sup> “[...] even with ambivalente feelings, leads to a solution to the problem faced [...]” (BOMFIM *et al.*, 2014, p.145).

Nesta pesquisa, após a descoberta de indicadores afetivos despotencializadores de composição da imagem de Contrastes (“bairro inseguro”, “educadores despotencializadores”, “precariedade na saúde” e “precariedade na estrutura do bairro”), Bomfim, Feitosa e Farias (2018) realizaram atividades de intervenção, por meio de grupos focais, oficinas de fanzines, oficinas de fotografia e trilhas urbanas. Com efeito, as imagens de Contrastes diminuíram, ao passo que as imagens de Pertencimento e Agradabilidade aumentaram – sendo observadas poucas imagens de Insegurança e Destruição. Tais resultados levaram as autoras a inferirem que as imagens de Contrastes são dialeticamente construídas em um processo em que é possível a movimentação dos afetos em direção de uma implicação de emancipação. Neste sentido, os indicadores negativos na imagem de Contrastes podem ser transformados a partir de investimentos em intervenções psicossociais que envolvam a apropriação do espaço e afetos de prazeres e de pertencimento ao lugar, culminando em uma estima de lugar potencializadora.

Em decorrência da prevalência da imagem de Contrastes nos mapas afetivos da Vila Vicentina, dediquei-me em uma busca mais minuciosa para compreender como essas imagens foram construídas. Com as análises, comecei a observar que todas as vivências potencializadoras que os moradores relatavam sobre a Vila tinham um caráter temporalmente mais duradouro, com referências aos momentos de chegada à vila, à construção da família, às relações cotidianas com os demais moradores ao longo dos anos, às transformações ocorridas na comunidade e nos arredores, etc. Por outro lado, observei que as experiências negativas relatadas - expressão de sentimentos, emoções e ações com base no medo, abandono, na insegurança e na percepção da comunidade como “feia” e “destruída” –, em sua maioria, estavam relacionadas às atuais situações de ameaça de remoção, potencializadas, principalmente, a partir da demolição de algumas casas da comunidade em outubro de 2016.

Tendo isso em vista, procurei decompor a imagem de Contrastes – e apresento a combinação entre as imagens afetivas para formá-la – a fim de promover uma análise mais profundada de como esses contrastes se revelam na Vila Vicentina. Para isso, recorri a Heller (2004) para explicar a possibilidade de uma mesma situação comportar elementos de imagens afetivas opostas. A autora afirma que “sentir significa estar implicado”, sendo essa implicação parte inerente do pensamento e da ação humana (HELLER, 2004, p.21). A implicação pode voltar-se tanto para si própria como também pode ser direcionada para algo (pessoa, objeto, sentimento, etc.) que a ocasionou, ou seja, o foco da consciência ou está na implicação em si ou em algo em que se está implicado.

Entrelaçado a isso, tem-se que, conforme o foco de nossa consciência se organiza, o sentimento (implicação) pode ocupar o lugar de figura ou de fundo (HELLER, 2004). Se a

tônica estiver na própria implicação, as emoções e os sentimentos estarão no centro da consciência, ocupando lugar de figura. Por outro lado, a tônica pode estar em algo em que se está implicado, assim, a própria implicação volta-se para o plano de fundo. Com base em Heller (2004), podemos apontar que os afetos mais circunstanciais concebem a figura, por evocar o foco de nossa consciência para o momento. Já os afetos mais duradouros configuram o fundo, podendo ou não ser o foco da consciência em determinados momentos. Cabe, ainda, salientar a indispensabilidade do papel do fundo para a organização da figura, uma vez que “[...] não há solução normal de problemas, seleção de meios, percepção nem pensamento sem uma implicação no plano de fundo”<sup>61</sup> (HELLER, 2004, p.26, tradução nossa).

Com essa perspectiva, nesse estudo, as imagens de Contrastes passaram a ser compreendidas por meio dos sentimentos e das emoções que estão no I) *plano de fundo (fundo)*, que diz respeito às vivência dos moradores com a comunidade que evocam afetos mais duradouros, ou seja, os afetos que se relacionam às vivências dos moradores com a Vila antes das ameaças de remoção; e os afetos de II) *plano de frente (figura)*, que, conforme as análises, decorrem do atual momento de ameaças de remoção, ou seja, caracteriza-se pelos sentimentos, pelas emoções, pelos pensamentos e pelas ações que se colocam como foco da consciência dos moradores no atual contexto.

Em síntese, os Contrastes, nesse estudo, constroem-se a partir dos afetos do plano de frente, enquanto expressão da atual situação da ameaça de remoção (atuando na construção, inclusive, de ações mais urgentes) que se contrapõem aos afetos mais duradouros na vivência com a comunidade, que caracterizam o plano de fundo. O Quadro 5 apresenta a (de)composição das imagens de Contrastes, seguida pela frequência com que apareceram nos mapas:

Quadro 5 - (De)Composição das imagens de Contrastes

<p><b>Decomposição dos Contrastes</b></p>	<p><b>Plano de Frente:</b> imagens afetivas decorrentes da atual vivência dos moradores em ameaças de remoção.  - Insegurança (09);  - Destruição (05).</p> <p><b>Plano de Fundo:</b> imagens afetivas construídas a partir da vivência duradoura dos moradores com a Vila, anterior às ameaças e derrubadas das casas.  - Pertencimento (09);  - Agradabilidade (05).</p>
---	--

<sup>61</sup> “[...] no hay solución normal de problemas, selección de medios, percepción ni pensamiento sin una implicación en el trasfondo” (HELLER, 2004, p.24).



<b>Combinação das imagens decompostas dos Contrastes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pertencimento x Insegurança (9);</li> <li>- Agradabilidade x Destruição (5).</li> </ul>
--	--

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como mostra o Quadro 5, a imagem de Insegurança é a que mais se destaca nos afetos presentes no plano de frente das atuais vivências dos moradores com a Vila; contrastando com a imagem de Pertencimento, que revela os afetos mais duradouros dos moradores com a comunidade e que, por conta das ameaças, podem se tornar menos explícitas. Após a decomposição, observei quais as combinações mais comuns entre as imagens afetivas dentro de cada mapa. Como também aparece no Quadro, os Contrastes construídos com as imagens de Pertencimento e Agradabilidade são mais frequentes, sendo 09 mapas dos 14. A seguir, faço a apresentação de alguns mapas que expressam as nuances da decomposição dos Contrastes e suas combinações.

#### a) Pertencimento x Insegurança

Com a decomposição das imagens de Contrastes, observamos que os afetos relacionados ao Pertencimento e à Insegurança são os que mais se destacam, aparecendo em 09 dos 14 mapas. A imagem de Insegurança é concebida como o inverso de Pertencimento (BOMFIM, 2010), expressando os sentimentos de medo, a insegurança e a ameaça, cujas vivências podem levar a uma certa ansiedade quanto à permanência do morador no lugar.

Além disso, a imagem afetiva de Insegurança não necessariamente está relacionada aos índices objetivos de insegurança e à violência do lugar, mas denotam também o que é inesperado e instável (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018). Tal aspecto foi observado a partir dos resultados dos mapas da Vila, os quais revelaram que a insegurança presente nos moradores (sendo os maiores itens de concordância no fator II de estima despotencializadora<sup>62</sup>) estão relacionados às sensações de surpresa, de estar alerta e de que qualquer coisa pode acontecer. No quadro 6, podemos observar algumas das expressões contrastantes de Pertencimento e Insegurança a partir das respostas dos moradores ao IGMA:

<sup>62</sup> Dados melhores discutidos mais a frente, na apresentação dos resultados da parte quantitativa do IGMA.


### Quadro 6 - Expressões dos Contrastes de Pertencimento x Insegurança

- “Alegria porque continuamos, tristeza pelas casas derrubadas, medo pelas remoções, insegurança porque não está muito segura, forte pela ajuda das pessoas, receio”. (Mapa afetivo de Cida)
- “O desenho significa a Vila Vicentina, onde existe diversos corações que são as pessoas que amam a Vila Vicentina. Do outro lado, as pessoas que amam o dinheiro. [...] Segurança ao saber que moro na Vila Vicentina, inseguro ao saber que existe força oculta agindo contra a tranquilidade de nossa moradia”. (Mapa afetivo de Filho)
- “O desenho da balança está entre o alto e o baixo, uma coisa que fica pelo meio. A gente tá aqui, a gente não sabe se vai ficar de verdade, como é que vai ser. Isso mexe muito com a cabeça da gente”. (Mapa afetivo de Maria)
- “Uma casa que eu moro há 43 anos. Sinto muito insatisfeito com essa situação de ameaça. Casa desmoranando a qualquer momento, suspeita de cair, boa moradia, amigos, inimigos, morar a vida toda”. (Mapa afetivo de Vêi)
- “É um coração, significa amor a Vila. Cheguei aqui há muitos anos. Muito amor. [...] Não sei do futuro, mas queria que fosse bom”. (Mapa afetivo de Marília)
- “Ameaçada, desprotegida, resistir, fé, lutar e vitória. Não quero sair por nada. Me sinto feliz, me sinto completa. A Vila é tudo, minha vida”. (Mapa afetivo de Aline)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Também podemos observar pelo Quadro 6 que a combinação dessas duas imagens pode demonstrar que os moradores costumavam visualizar a Vila como um ambiente que participa na construção de suas histórias, um lugar onde criaram seus filhos, com o qual se identificam e nele compartilham uma vida comunitária. Por outro lado, as ameaças de remoção têm interferido em suas vivências cotidianas, ocasionando incertezas, medos e angústias quanto à permanência na comunidade, como é observado no Mapa Afetivo de Cida:

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Cida	<b>Sexo:</b> F	<b>Idade:</b> 44 anos.	
<b>Escolaridade:</b> Fundamental completo.		<b>Tempo de residência:</b> 17 anos.	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Este desenho significa a minha moradia, nele representei toda a comunidade.	Penso que é um lugar muito bom para morar, seguro, todo mundo se conhece. Saio para trabalhar e passo deixar os meninos e não temos nenhum problema. É o melhor lugar do mundo.	Alegria porque continuamos, tristeza pelas casas derrubadas, medo pelas remoções, insegurança porque não está muito segura, forte pela ajuda das pessoas, receio. Felicidade, contente, esperança, medo.	Acho que não comparo essa vila não. Acho que não tem comparação com outro lugar, mesmo que me oferecessem para ir morar na Beira-Mar eu continuaria aqui.
<b>SENTIDO:</b>			

	<p>A Vila “Incomparável I” é uma comunidade de <b>contrastes</b>, onde, de um lado, a moradora vive momentos de medo, insegurança e tristeza ocasionados pelo receio de que a comunidade seja removida. Por outro lado, a felicidade e a confiança presentes nas relações com os vizinhos <b>potencializam sua estima de lugar</b>, fortalecendo sua implicação positiva para com a resistência.</p>
<p><b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo.</i></p>	
<p><b>Escala Estima de Lugar (EEL): 15</b></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>

A elevada associação entre as imagens de Pertencimento e Insegurança, embutidas em uma imagem de Contrastes, também foi encontrada em Feitosa (2014), ao realizar estudo sobre a vivência de psicólogos-residentes em relação aos serviços de saúde. Conforme a autora, ao mesmo tempo que havia a identificação dos profissionais com o ambiente de trabalho e as atividades realizadas na comunidade (plano fundo), estes contrastavam com a insegurança frente às precárias condições de trabalho, política de assistencialismo, etc. (plano de frente).

Em Feitosa (2014), a Insegurança nos profissionais decorria, dentre outros fatores, da percepção da conjuntura social e política relacionada aos ambientes de trabalho. Do mesmo modo, os moradores da Vila enxergam que as suas relações com a comunidade e com a vizinhança estão sendo afetadas em decorrência da instabilidade na comunidade, ocasionada por “terceiros” que almejam o afastamento dos moradores de sua casa, tal como expressa o Mapa Afetivo de Filho:

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Filho	<b>Sexo:</b> M	<b>Idade:</b> 37 anos.	
<b>Escolaridade:</b> Pós-graduação.	<b>Tempo de residência:</b> 37 anos.		
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
<p>O desenho significa a Vila Vicentina, onde existe diversos corações que são as pessoas que amam a Vila Vicentina. Do outro lado, as pessoas que amam o dinheiro. No meio, a justiça que observa os acontecimentos e nada faz. Estão do lado da balança, existe os que amam a Vila, de outro os que querem destruir a Vila.</p>	<p>Que a Vila Vicentina seria um paraíso aqui na terra, não conheço lugar melhor para morar.</p>	<p>Segurança ao saber que moro na Vila Vicentina, inseguro ao saber que existe força oculta agindo contra a tranquilidade de nossa moradia. Existência, coragem, luta, acolhimento, amizade, proteção.</p>	<p>A Vila Vicentina se resume numa casa grande, onde existe a união de várias famílias num lugar só, que se compara a um lugar feliz.</p>
			<b>SENTIDO:</b>

	<p>A Vila “Casa grande” tem sido cenário de disputas <b>contrastantes</b>, onde são encontradas pessoas que buscam romper as relações amorosas entre os moradores a fim de destruir a comunidade, causando inseguranças que culminam em uma estima <b>de lugar depotencializadora</b>. Porém, há outras pessoas corajosas na luta de resistência, almejando preservar a Vila como um lugar de acolhimento e proteção que se revela nas relações de amizade.</p>
<p>Estrutura: <i>Metafórico</i></p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EEL): -11</p>	<p>Imagem: Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>

Corroborando com os resultados de Bomfim (2010), o Mapa Afetivo de Filho apresenta em seus contrastes a caracterização das “[...] duas faces da globalização: de um lado, a expressão de sociedades informacionais e de tecnologia de ponta; de outro, a exclusão configurada na segregação socioespacial e na polarização social” (BOMFIM, 2010, p.210). Essa polarização também foi salientada no Mapa Afetivo de Marília, quando a moradora afirma que “Aqui [Bairro Dionísio Torres] era um deserto e agora só tem barão, e eles não querem a Vila aqui. Rico não gosta de pobre, só quer ficar perto de rico”.

É importante apontar que dentro da própria comunidade é possível observar conflitos e contradições. Atualmente, na Vila Vicentina, muitas dessas contradições e conflitos originam-se da divisão da comunidade entre os moradores que resistem ao processo de remoção e os moradores que buscam negociar a venda de suas casas com as imobiliárias. Essa polarização assinala uma das grandes mudanças no cotidiano da Vila, expressa por muitos moradores quando perguntados nos itens componentes do IGMA 5.2 (Na Vila Vicentina, o que te entristece?) e 5.4 (Como a ameaça de desapropriação afetou o seu dia a dia?). No quadro 7, podemos ter uma visão geral de como moradores da Resistência se sentem em relação aos demais moradores que desejam sair da comunidade:

#### Quadro 7 - Relações contrastantes de vizinhança em contexto de remoção

<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Me entristece a divisão de alguns querendo sair e outros querendo ficar, gerando conflito” (Mapa Afetivo de Cida).</li> <li>- “Me deixa triste é que meus dois vizinhos que são paredes junto da minha são do outro lado. Uma que era minha amiga fica soltando piada, aí me deixa triste” (Mapa Afetivo de Cláudia).</li> <li>- “Me entristece essas pessoas pedindo para morar aqui e agora querem sair, negociar, ganhar dinheiro” (Mapa Afetivo de Gordinha).</li> <li>- “Me deixa triste a derrubada das casas, a desunião do pessoal que quer sair. Era pra tudo estar unido” (Mapa Afetivo de Margarida).</li> </ul>
---

- “Me entristece uma parte que é da resistência e uma parte que não é da resistência. Melhor seria que a gente fosse tudo unido” (Mapa Afetivo de Vêi).
- “Me entristece essas confusões, desuniões. Podia ser muito melhor se fosse todo mundo unido, na paz” (Mapa Afetivo de Eunice).
- “Me deixa triste essas ameaças, desavenças, essas intrigas por parte deles. Antes todos se falavam, agora não, ficam soltando piadas. [...] Antes eu falava com todo mundo, agora só com a metade. As amizades não são mais a mesma coisa que antes” (Mapa Afetivo de Aline).
- “Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. Tem medo de dar um ‘bom dia’. E isso é chato” (Mapa Afetivo de Zezé)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Bomfim, Feitosa e Farias (2018) apontam que a imagem de Insegurança também reflete os laços sociais que os indivíduos constroem no ambiente. Conforme as autoras, essa imagem, assim como a imagem de Destruição, expressa o adoecimento das relações de convivência, podendo gerar as sensações de sufoco, solidão e desamparo, que caracterizam, principalmente, as grandes cidades.

Os mapas afetivos anteriores e o Quadro 7 revelam que os moradores percebem que a Vila, anteriormente, proporcionava relações marcadas pela identificação entre os membros e a própria comunidade e pelos laços de amizade e familiares – características da imagem de Pertencimento que aparece como plano de fundo –, potencializando-os enquanto comunidade. No entanto, a instabilidade, a insegurança e a dúvida quanto à permanência na Vila – características da imagem de Insegurança que atua como plano de frente - têm gerado nas relações comunitárias intriga, desunião e até ruptura de laços afetivos.

## **b) Agradabilidade x Destruição**

A partir da análise das 14 imagens de Contrastes, observei que, em cinco (05) mapas, as vivências contrastantes se constituíam transversalmente às imagens de Agradabilidade e Destruição. A Agradabilidade, como já abordado anteriormente, tem relação aos aspectos atrativos e os consequentes afetos prazerosos que os lugares despertam nas pessoas, seja por suas belezas naturais ou construídas ou pelas ofertas de oportunidades que atendam às necessidades (BOMFIM, 2010). Inversamente, a imagem de Destruição evidencia experiências despotencializadoras, pela qual as pessoas relatam percepções e vivências sobre um ambiente desagradável, degradado, malcuidado, destruído, cujas relações também são conflitantes e desgastadas. Expressões das duas imagens nos mapas afetivos dos moradores da Vila são identificadas no Quadro 8:

### Quadro 8 - Expressões dos Contrastes de Agradabilidade x Destruição

<p>“Eu diria que aqui é um lugar muito bom, tranquilo, não existe agressão física, só é mesmo de boca. [...] queria que todos fossem amigos, mas estão divididos, que não houvesse fofoca. Representa uma alegria, se estivesse tudo mais organizado”. (Mapa Afetivo de Cláudia)</p>
<p>“Na Vila Vicentina é tudo de bom, calmo. Não tem nada de violência, aqui é o céu. [...] A tristeza caso venha acontecer o pior. O medo das casas serem destruídas. Tristeza, saudade, convivência, abandono, dor, amizade”. (Mapa Afetivo de Margarida)</p>
<p>“Este desenho é a realidade atual de uma casa destruída por pessoas que querem lucrar em consequência de uma ação brutal e egoísta que se acha dono sem ter documentos. [...] Penso que vamos conseguir reconstruir e voltar à normalidade”. (Mapa Afetivo de J.)</p>
<p>“Com tudo isso os verdes da natureza, a cada dia ao amanhecer, é uma dádiva de Deus. Em relação às pessoas, a tristeza estampada no rosto. E pra finalizar, essas destruições das casas. [...] Alegria porque a Vila vive. Tristeza pelo ocorrido dessas destruições, parece abandonado” (Mapa Afetivo de Zil)</p>

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

O Quadro 8 apresenta, como plano de fundo dos Contrastes, os afetos relacionados à imagem de Agradabilidade, expressos pelos moradores por meio da percepção de uma comunidade tranquila, de boa moradia e com boas relações de vizinhança. Tais características são abordadas por Patrícia em seu Mapa Afetivo: “É uma moradia maravilhosa. Você pode dormir tranquila, não tem briga, não tem mal querência com os vizinhos”. Por outro lado, as experiências agradáveis, no atual contexto, encontram-se ameaçadas, principalmente, pela efetivação da demolição de 08 casas da Vila. O acontecimento do dia 28 de outubro de 2016 é recorrentemente lembrado pelos moradores da comunidade, os quais passaram a ver a Vila como um lugar “Feio”, “Terrível”, “Abandonado”, “Desmoronando”, configurando como plano de frente a imagem de Destruição, como ser observado a partir do Mapa Afetivo de J.:

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> J.		<b>Sexo:</b> M.	
<b>Escolaridade:</b> Fundamental incompleto		<b>Idade:</b> 67 anos.	
		<b>Tempo de residência:</b> 22 anos.	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Este desenho é a realidade atual de uma casa destruída por pessoas que querem lucrar em consequência de uma ação brutal e egoísta que se acha dono sem ter documentos.	Penso que vamos conseguir reconstruir e voltar à normalidade.	Terrivelmente feio. Destruído, destelhado, desmoronada, horrível, terrível.	A Vila Vicentina é uma comunidade antiga, uma família porque somos todos amigos.

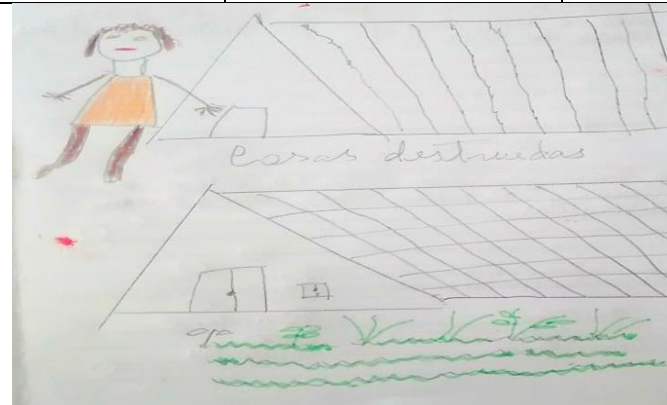
	<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>Em decorrência das ações egoístas e brutais orientadas para a demolição da Vila “<b>Comunidade antiga</b>”, esta tem parecido desagradável, ocasionando no morador de sensação de que ela está feia, terrível e demoranda. No entanto, essa vivência despotencializadora <b>contrasta</b> com as relações familiares de amizade entre os moradores que repercutem em uma <b>estima de lugar potencializadora</b> que os mobiliza na luta pela reconstrução da comunidade e retomada das boas relações cotidianas.</p>
<p><b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Agradabilidade x Destruição)</p>
<p><b>Escala Estima de Lugar (EEL): 22</b></p>	

Ainda no Mapa Afetivo de J., observamos que a atribuição de significado ao seu desenho corresponde a uma percepção de que, assim como apareceu no Mapa Afetivo de Filho, há pessoas na sociedade “[...] que querem lucrar em consequência de uma ação brutal e egoísta, que se acha dono sem ter documentos”. Neste ponto, fica evidente que os moradores buscam apontar como um dos principais fatores dos problemas de remoção que vivem a existência de “pessoas” e/ou “entidades” dispostas a adquirir bens independentemente das consequências que possam causar a outras pessoas. Tal percepção, dentro da imagem de Destruição, denota a “[...] inclusão e exclusão social, gerida pelas contradições dos agentes de urbanização e de utilização do solo, fruto do modo de produção capitalista, que se renova para destruir (BOMFIM, 2010, p.212)”.

A construção da imagem de Destruição, com base na avaliação estrutural do lugar, também leva em consideração a sujeira dos espaços, estruturas quebradas, recursos insuficientes para as necessidades básicas. Tais percepções podem despertar nojo, raiva, indignação, vergonha, sentimento de humilhação, etc. (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018), como também podem ser observadas no Mapa Afetivo de Maria: “[...] comecei a me sentir constrangida, porque quando chega uma pessoa dizendo que você vai sair, com ameaças de que não vai levar nada, de uma hora pra outra, sem direito, me sinto muito ameaçada”.

Outro aspecto importante de pontuar dessa configuração de Contrastes diz respeito à percepção dos aspectos atrativos da Vila. Como já abordado anteriormente, quando discutíamos a respeito dos Mapas Afetivos puramente de imagens de Agradabilidade, os moradores também percebem a comunidade como um lugar que possibilita que as suas necessidades sejam satisfeitas, sendo essa avaliação positiva um dos processos que fortalece seu apego ao mesmo (GIULIANI, 2004). No caso da Vila Vicentina, a sua localização possibilita que os moradores tenham maiores oportunidades de acesso quanto aos serviços de

saúde, educação, mobilidade e lazer, como fica evidente como plano de fundo do Mapa Afetivo de Patrícia:

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Patrícia		Sexo: F	Idade: 67 anos.
Escolaridade: Fundamental completo.		Tempo de residência: 38 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Representa a angústia que foi para nós o dia em que foi destruída essas casas da Vila.	É uma moradia maravilhosa. Você pode dormir tranquila, não tem briga, não tem mal querência com os vizinhos. Somos todos uma família.	A tristeza caso venha acontecer o pior. O medo das casas serem destruídas. Tristeza, saudade, convivência, abandono, dor, amizade.	Com o coração da Aldeota, porque estamos perto de tudo, de médicos, farmácia, hapvida, mercantil, shoppings e dos nossos trabalhos.
		<b>SENTIDO:</b>	
Estrutura: <i>Cognitivo.</i>		A Vila “Coração da Aldeota” é um lugar que possibilita acesso a muitos outros locais (trabalho, supermercado, médicos, etc.), proporcionando a livre circulação na cidade. Nesta comunidade, os moradores vivem como em uma família de boa convivência, no entanto a ameaça de remoção tem gerado sentimentos <b>contrastantes</b> de dor, tristeza, medo, abandono e saudade podendo diminuir a <b>estima de lugar potencializadora</b> .	
Escala Estima de Lugar (EEL): 21		Imagem: Contrastes (Agradabilidade x Destruição).	

Os Mapas Afetivos dessa combinação indicam que as ameaças de remoção tendem a construir como plano de frente expressão de sentimentos e emoções de “tristeza”, “abandono”, “dor”, “saudade”, características também da imagem de Destruição. Neste ponto, os moradores percebem que a remoção pode destruir as oportunidades que eles têm quanto à aquisição de bens materiais –“É a minha casa que eu não tenho, porque essa casa não é da gente ainda” (Mapa Afetivo de Margarida) – e acessos a equipamentos/serviços (saúde, educação, lazer, etc.), como também pode destruir as relações de vizinhança, aspectos que ficaram evidentes no Quadro 7.

Até a presente parte, apresentei os principais indicadores afetivos qualificadores do encontro entre os moradores e a Vila Vicentina em um contexto de ameaça de remoção. Inicialmente, foram apresentadas as imagens que apareceram com menos frequência, Pertencimento e Agradabilidade. Nenhuma imagem de Destruição e Insegurança apareceu entre os resultados.

Quando realizamos a análise do IGMA, levamos também em consideração os aspectos que podem estar ausentes, principalmente quando o contexto social, histórico e físico



aponta para indícios relacionados à determinada imagem. No caso da Vila Vicentina, por já terem ocorrido algumas demolições, era esperando, por exemplo, que indicadores de Destruição fossem mais comuns.

Quando minha orientadora e eu observamos esse dado, perguntamo-nos se essas ausências não estavam relacionadas ao fato de que, por conta do aumento dos indicadores de Pertencimento e de Agradabilidade, houvesse uma rejeição por parte dos moradores em aceitar a iminência da destruição. Em pesquisas anteriores desenvolvida no Locus, foi observado que um elevado sentimento de apego ao lugar parece “distorcer” a percepção das pessoas quanto aos aspectos negativos do lugar. Na pesquisa do Vida no Campus, por exemplo, professores, alunos e funcionários relacionados ao curso de Psicologia da UFC pareceram desconsiderar os aspectos estruturais destruídos do lugar porque havia um forte apego pelo Campus do Benfica e não desejavam sair dele (BOMFIM, 2008).

No caso da Vila Vicentina, pensamos que, em resultado da organização dos moradores em um movimento de resistência, realizando atividade de mobilização e enfrentamento, para que a comunidade não seja destruída, a possibilidade do aparecimento da imagem de Destruição pudesse representar algo que iria contradizer às motivações dos moradores. No entanto, também é possível apontar que, mesmo que as imagens puramente de Destruição e Insegurança não tenham aparecido nos resultados, indicadores afetivos delas foram encontrados nas imagens de Contrastes, expressas por ameaças, medos, incertezas ou mesmo referências às casas que já foram demolidas. Outro ponto a se pensar também, diz respeito aos moradores, de modo geral, não considerarem a Vila em si como um espaço de Insegurança ou de Destruição, aparecendo os indicadores afetivos dessas imagens somente em decorrência da configuração do atual momento, o que justificou a decomposição das imagens de Contrastes em seus planos de frente e de fundo, resultando em combinações de Pertencimento-Insegurança; e Agradabilidade-Destruição.

Por sua vez, a imagem de Contrastes esteve presente em cerca de 82% dos mapas. Com o aprofundamento teórico dessa imagem (BOMFIM *et al.*, 2014; BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018, por exemplo), notou-se que ela não apenas denotava afetos ambíguos no encontro do indivíduo com o lugar, qualificando-se em uma estima despotencializadora, mas seus indicadores afetivos configuravam-se transversalmente às demais imagens afetivas, podendo os contrastes, portanto, qualificar-se como uma estima tanto despotencializadora como potencializadora.

Tendo isso em vista, essa seção voltou-se, principalmente, para a análise das imagens de Contrastes na comunidade estudada. Com base em sua transversalidade, esses

indicadores afetivos foram decompostos a fim de que fosse possível compreender as ambiguidades de suas polaridades. A decomposição apresentou que os Contrastes, na comunidade estudada, são formados pelas combinações das imagens de Pertencimento x Insegurança e Agradabilidade x Destruição, resultados que corroboram com pesquisas anteriores que apontaram que há uma relação inversamente proporcional entre essas imagens (BOMFIM, 2010; BOMFIM, FEITOSA; FARIAS, 2018).

Sabemos que as imagens de Agradabilidade e Pertencimento estão relacionadas a uma estima de lugar potencializadora, enquanto as imagens de Destruição e Insegurança apontam para uma estima de lugar despotencializadora. No entanto, quando pensamos na categoria Contrastes, a estima não pode ser definida sem antes uma análise minuciosa, justamente por, como já apontamos, essa imagem apresentar diversos indicadores contraditórios. Nesse estudo, somente foi possível compreender para qual direção a estima de lugar dos moradores apontava a partir da análise dos Contrastes como processos constituídos por planos de frente e de fundo, fundamentando-se na teoria dos sentimentos de Heller (2004).

Observei que poucos eram os sentimentos e as emoções despotencializadores referentes propriamente às relações dos moradores com a comunidade em si. De modo geral, os moradores abordaram o quanto a comunidade proporciona uma vivência agradável, construindo parte de suas histórias e atendendo as suas necessidades (imagens de Pertencimento e Agradabilidade). As contradições surgiram em cima da instabilidade quanto à permanência no lugar, uma vez que qualquer coisa poderia acontecer sem que eles estivessem esperando, como a demolição de suas casas, sendo essa vivência desencadeadora de afetos despotencializadores (imagem de Insegurança e Destruição).

Embora não houvessem imagens puramente de Destruição e Insegurança, seus indicadores afetivos apareceram nos Contrastes. Todas essas expressões se remetiam ao acontecimento do dia 28 de outubro de 2016, quando algumas casas da comunidade foram demolidas parcial ou totalmente. Esse dia, conforme aparece nos mapas dos moradores, “Representa a angústia que foi para nós o dia em que foi destruída essas casas da Vila” (Mapa Afetivo de Patrícia).

A partir desse dia, os moradores passaram a enxergar parte da comunidade como um cenário “Destruído, destelhado, desmoronada, horrível, terrível” (Mapa Afetivo de J.). Com a demolição, as casas vizinhas foram afetadas, uma vez todas elas foram construídas de modo conjugado. Com efeito, os moradores relatam medo em ver a sua “Casa desmoronando a qualquer momento, suspeita de cair” (Mapa Afetivo de Vêi). Essa percepção da comunidade, na maioria das vezes, entristece os moradores ou os torna apáticos por não poder ainda reverter

essa situação, como fala Marília: “Nada me alegra. Feliz por que, com a casa solta que pode cair? Tenho medo da casa desabar porque está frágil, sozinha. O que segura uma casa é outra. Eu sem nenhum vizinho, aí corre o risco. Nem sou triste nem alegre” (Mapa Afetivo de Marília).

Apesar dos indicadores despotencializadores presente nas imagens de Contrastes, esta aponta para uma estima de lugar potencializadora. Assentada em um plano de fundo marcado por experiências potencializadores, os indicadores afetivos despotencializadores são transformadores em ações de resistência por parte dos moradores. Essas ações direcionam-se para a preservação da comunidade, para a reconstrução dos lugares individuais (casas) e coletivos (quintal comunitário, capela, etc.) afetados pela destruição e para o fortalecimento das relações comunitárias, uma vez que os moradores acreditam “[...] que ela [Vila] não vai ser vendida, que vai ficar aqui para nós” (Mapa Afetivo de Zezé) e que “[...] vamos conseguir reconstruir e voltar à normalidade” (Mapa Afetivo de J.). No quadro 9, vemos os sentidos dos 14 mapas afetivos de imagens contrastantes, com os indicadores que podem despotencializar as ações dos moradores, bem como os indicadores voltados para o fortalecimento da estima potencializadora:

#### Quadro 9 - Sentidos contrastantes construídos a partir dos Mapas Afetivos

- A Vila **“Incomparável I”** é uma comunidade de **contrastes**, onde, de um lado, a moradora vive momentos de medo, insegurança e tristeza ocasionados pelo receio de que a comunidade seja removida. Por outro lado, a felicidade e a confiança presentes nas relações com os vizinhos **potencializam sua estima de lugar**, fortalecendo sua implicação positiva para com a resistência. (Mapa Afetivo de Cida)

- A Vila **“Família I”** costumava ser um lugar agradável, com pessoas educadas e unidas, no entanto vem passando por situações **contrastantes**, em que as boas relações de vizinhança estão enfraquecidas pelas intrigas e desunião presentes no contexto de ameaça de remoção, sendo necessário que a **estima de lugar busque se manter potencializadora** a fim de que os moradores possam perserverar na conservação da comunidade. (Mapa Afetivo de Cláudia)

- A Vila **“Casa grande”** tem sido cenário de disputas **contrastantes**, onde são encontradas pessoas que buscam romper as relações amorosas entre os moradores a fim de destruir a comunidade, causando inseguranças que culminam em uma estima **de lugar despotencializadora**. Porém, há outras pessoas corajosas na luta de resistência, almejando preservar a Vila como um lugar de acolhimento e proteção que se revela nas relações de amizade. (Mapa Afetivo de Filho)

- Os atuais momentos de **contrastes** na Vila **“Boa Viagem”** têm afetado a percepção de agrabilidade do lugar, ocasionando sentimentos de aflição. No entanto, a união e o fortalecimento das relações fraternas entre os moradores possibilitam a **potencialização da estima de lugar**, contribuindo para a orientação de ações de enfrentamento que buscam o retorno da tranquilidade da comunidade. (Mapa Afetivo de Gordinha)

- A Vila **“Paraíso II”** é um lugar que desperta sentimentos de calma, amor e bem-estar no convívio entre os moradores, implicando em uma **estima de lugar potencializadora**. No entanto, a vivência **contrasta** com a ameaça de remoção que gera insegurança e medo que caracterizam a instabilidade na percepção de posse da casa por parte do moradora. (Mapa Afetivo de Margarida)

- A Vila **“Céu”** é um lugar raro na terra, onde os moradores estabelecem relações de amizade, caracterizando-se por sentimentos de paz, união, compreensão e alegria, gerando uma **estima de lugar potencializadora** que

**contrasta** com o medo, a insegurança e a tristeza que seria sair da comunidade. (Mapa Afetivo de Maria)

- A Vila “**Coração da Aldeota**” é um lugar que possibilita acesso a muitos outros locais (trabalho, supermercado, médicos, etc.), proporcionando a livre circulação na cidade. Nesta comunidade, os moradores vivem como em uma família de boa convivência, no entanto a ameaça de remoção tem gerado sentimentos **contrastantes** de dor, tristeza, medo, abandono e saudade podendo diminuir a **estima de lugar potencializadora**. (Mapa Afetivo de Patrícia)

- Em decorrência das ações egoístas e brutais orientadas para a demolição da Vila “**Comunidade antiga**”, esta tem parecido desagradável, ocasionando no morador de sensação de que ela está feia, terrível e demorando. No entanto, essa vivência despotencializadora **contrasta** com as relações familiares de amizade entre os moradores que repercutem em uma **estima de lugar potencializadora** que os mobiliza na luta pela reconstrução da comunidade e retomada das boas relações cotidianas. (Mapa Afetivo de J.)

- A Vila “**Incomparável II**” é um lugar maravilhoso, onde os moradores estabelecem relações de amizade, vivendo sentimentos de paz e segurança. No entanto, essa vivência tem sido **contrastada** com a ameaça de remoção que afloram sentimentos de tristeza, raiva e incerteza quanto ao futuro, levando a uma **estima de lugar despotencializadora**. (Mapa Afetivo de Sorrisão)

- A Vila “**Comunidade**” é um lugar ameaçado de venda, cuja boa moradia e relações de amizade estão **contrastadas** pelo sentimento de insatisfação com atual situação, medo de demoramento e insegurança quanto à permanência na comunidade, podendo diminuir a **estima de lugar potencializadora** do morador. (Mapa Afetivo de Véi)

- Na Vila “**Pedacinho do céu I**”, a moradora **contrasta** as costumeiras vivências agradáveis de um lugar de moradia amorosa e alegre junto as pessoas e a natureza, com as ameaças de desapropriação que tem gerado insegurança e tristeza, podendo ter implicação na diminuição da **estima de lugar potencializadora**. (Mapa Afetivo de Zil)

- A Vila “**Incomparável III**” é um lugar bom, construído com muito amor, onde abriga pessoas humildes. Este sentimento de pertencimento é **contrastado** pela insegurança e incerteza quanto ao futuro, configurando uma **estima de lugar despotencializadora**, advindas dos interesses dos ricos e poderosos que desejam os moradores da Vila distantes do lugar. (Mapa Afetivo de Marília)

- A Vila “**Paraíso III**” costumava ser um lugar amoroso, onde os moradores viviam em paz e com saúde. No entanto, com as mudanças organizacionais que almejam a venda do lugar, os bons sentimentos passaram a ser **contrastados** com a sensação de insegurança, necessitando de maior harmonia e compreensão para que a **estima de lugar potencializadora** não diminua. (Mapa Afetivo de Eunice)

- A Vila “**Família II**” configura-se como um lugar de existência e razão de viver para a moradora, proporcionando sentimentos de felicidade nos momentos de partilha com os demais. No entanto, essa vivência **contrasta** com as atuais percepções de ameaça, desproteção e desavenças, sendo necessário que a **estima de lugar mantenha-se potencializadora** para que a moradora alcance o objetivo de lutar, resistir e vencer. (Mapa Afetivo de Aline)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

De modo geral, os indicadores presentes nos sentidos demonstram a estima de lugar dos moradores orienta-se para uma direção potencializadora<sup>63</sup>. Essa estima tanto diminui a sensação de insegurança como também contribui para o desenvolvimento de atividades comunitárias voltadas para o processo conscientização dos moradores frente à necessidade de

<sup>63</sup> Com exceção dos mapas de Filho, Sorrisão e Marília, cujos elementos qualitativos relacionados aos resultados da Escala de Estima de Lugar apontam para um possível direcionamento de despotencialização. As análises estatísticas serão apresentadas mais à frente.

organização da resistência – esses aspectos serão discutidos posteriormente nesse trabalho.

Em síntese, esses resultados qualitativos parecem indicar que as ações realizadas pelos moradores da Vila, em emergência da ameaça de remoção, afloram novos sentimentos e emoções como plano de frente, sendo este o modo de compreender e lidar com as adversidades. Isso decorre do fato de que, quando se trata da resolução de problemas, por exemplo, a implicação pode voltar-se para o plano de fundo da consciência, uma vez que o objeto de problema ganha foco para a sua resolução (HELLER, 2004). No entanto, as boas vivências relacionadas à comunidade permanecem como fundo, sendo este mesmo fundo um dos aspectos que potencializa as ações de superação dos indicadores despotencializadores presentes no plano de frente. Com efeito, é esse plano de fundo que potencializa e ajuda a construir a figura de contrastes (o plano de frente) dos afetos vividos pelos moradores na atual situação. Os processos de apropriação, apego e de identidade construídos pelos moradores para com a Vila possibilitam que estes atuem em atividade contra às ameaças vividas. Tais aspectos ainda serão discutidos posteriormente nesse estudo. Para complementar a análise qualitativa dos mapas afetivos, é necessário apresentar os principais resultados obtidos a partir da análise da Escala de Estima de Lugar (EEL).

No estudo de validação psicométrica da Escala de Estima de Lugar (EEL) (BOMFIM *et al.*, 2014), os indicadores afetivos das imagens de Agradabilidade e Pertencimento convergiram para um fator sugestivo de uma estima potencializadora; e a integração dos indicadores afetivos das imagens de Destruição e Insegurança, por sua vez, passaram a configurar um fator de estima despotencializadora. Após os cálculos estatísticos, se o número resultante estiver acima de zero, a estima pode ser considerada potencializadora; por outro lado, se o resultado for um número abaixo de zero, a estima configurava-se como despotencializadora. A imagem Contrastes foi constatada como transversal, sendo expressa pelos resultados numéricos aproximados de zero (BOMFIM *et al.*, 2014).

Os dados obtidos pela EEL apontaram que, dos 17 mapas afetivos, 14 têm seus indicadores afetivos direcionados para uma estima de lugar potencializadora, já nos outros três mapas os indicadores apontam para uma estima que pode vir a ser despotencializadora. Tais resultados podem ser visualizados no Quadro 10, o qual mostra a imagem afetiva resultante da análise qualitativa e a estima de lugar obtida pela EEL:

Quadro 10 - Estima de Lugar a partir das análises qualitativa e quantitativa

Mapa Afetivo (Identificação)	Idade	Imagem Afetiva (Qualitativa)	EEL (Quantitativa)	Estima de Lugar
Capitã	59	Pertencimento	45	Potencializadora
Zezé	81	Pertencimento	43	Potencializadora
Gordinha	62	Contrastes	39	Potencializadora
Luciana	55	Agradabilidade	32	Potencializadora
Margarida	58	Contrastes	30	Potencializadora
Cláudia	62	Contrastes	29	Potencializadora
Aline	25	Contrastes	19	Potencializadora
Patrícia	67	Contrastes	21	Potencializadora
J.	67	Contrastes	22	Potencializadora
Vêi	68	Contrastes	18	Potencializadora
Eunice	81	Contrastes	18	Potencializadora
Cida	44	Contrastes	15	Potencializadora
Maria	57	Contrastes	14	Potencializadora
Zil	49	Contrastes	06	Potencializadora
Marília	75	Contrastes	-08	Despotencializando
Sorrisão	37	Contrastes	-09	Despotencializando
Filho	37	Contrastes	-11	Despotencializando

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como mostra o Quadro, as imagens de Agradabilidade e Pertencimento estão relacionadas a uma estima de lugar potencializadora. De modo geral, quanto mais o indivíduo sente que pertence ao lugar, considera-o como parte de sua identidade e o enxerga como capaz de prover a satisfação de suas necessidades, maior é sua estima potencializadora (BOMFIM, 2010).

Ainda com base no Quadro 10, novamente precisamos realizar uma análise mais atenciosa quanto às especificidades da imagem de Contrastes. Qualitativamente, pelo IGMA, é possível identificar uma imagem afetiva de Contrastes a partir da observação de polaridades, palavras contraditórias e ambíguas, tais como aparecem no Mapa Afetivo de Cida: “Alegria porque continuamos, tristeza pelas casas derrubadas, medo pelas remoções, insegurança porque não está muito segura, forte pela ajuda das pessoas, receio” (Mapa Afetivo de Cida). Já quantitativamente, pela EEL, os contrastes são identificados, normalmente, quando o score final obtido é igual a zero ou próximo a ele (BOMFIM et al., 2014).

No Quadro 10, muitas das imagens consideradas como Contrastes, na análise qualitativa, apresentam números muito superiores a zero na EEL (Mapas Afetivos de Gordinha, Margarida e Cláudia, por exemplo), o que deveria, portanto, relacionar-se com imagens afetivas de Agradabilidade e Pertencimento (potencializadoras). Esses resultados quantitativos divergem dos qualitativos?

O que observei, fundamentando-me nos supracitados estudos, é que o número elevado na escala indica uma tendência a potencialização, a ser confirmada com base nos indicativos qualitativos do mapa afetivo. No estudo de validação, embora os contrastes se expressassem por números próximos ao zero (0), não foi possível estabelecer com precisão qual seria o intervalo numérico para a identificação dessa imagem (BOMFIM *et al.*, 2014).

Neste caso, é de fundamental importância compreender que ambas as análises atuam de modo complementar (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014). Quando na análise qualitativa aparece a imagem de Contrastes, no entanto ainda não é possível saber o direcionamento da estima, a EEL contribui na definição, uma vez que o número obtido pela escala representa níveis de concordância quanto aos indicativos de um fator potencializador ou de um fator despotencializador. Do mesmo modo, quando obtemos qualquer um número na EEL, elevado ou não, é necessário recorrer aos indicadores afetivos da análise qualitativa, pois são eles que identificam quais são os aspectos que contribuíram para o resultado. Ou seja, a análise qualitativa apresenta mais claramente como as pessoas constroem, cognitivamente e afetivamente, os aspectos relacionados às condições do lugar (como é percebida a infraestrutura), à apropriação com ambiente (*a priori* ou *a posteriori*), à identificação com o lugar (apego ao lugar, construção da identidade pessoal e coletiva), ao atendimento das necessidades, aos atrativos e oportunidades no lugar, etc.

Tendo isso em vista, os elevados números obtidos em 11 dos 14 mapas afetivos não podem ser compreendidos puramente como uma estima de lugar potencializadora, como ocorre nas imagens de Agradabilidade e Pertencimento. Se somente o número final da EEL fosse levado em consideração para a definição da estima, deixaríamos de lado a análise das vivências fragilizadas – que formam os contrastes – dos moradores no atual contexto, pois não perceberíamos quais os indicadores afetivos despotencializadores que estão atuando. Com essa percepção limitada à EEL, poderíamos tender a apontar que os moradores “não sofrem impactos com as ameaças de remoção” ou que “não há aspectos que podem ser alvo de intervenções, neste momento, para promover um melhor encontro do morador com a comunidade”.

Com essa perspectiva, compreendi que esse número elevado na EEL ajuda a qualificar as 11 imagens de Contrastes como potencializadoras. Com isso, ao preservar o caráter polarizado e ambíguo da imagem de Contrastes, retornei aos itens da escala a fim de observar quais eram aqueles que mais tinham maior grau de concordância por parte dos moradores. No Quadro 11, mostro todos os itens da escala, divididos nos fatores I (Indicadores de Estima de Lugar Potencializadora) e II (Indicadores de Estima de Lugar Despotencializadora), seguidos pelo total de score brutos, a média e o desvio padrão:

Quadro 11 - Itens indicadores de Contrastes com base na EEL

Fatores	Itens (Score bruto; Média; Desvio Padrão)
<p>Fator I (Estima Potencializadora)</p>	<p><b>20. Me sinto identificado com ele. (85; 5; 0)</b>  <b>26. Tenho prazer. (84; 4,9; 0,2)</b>  <b>32. Amo. (83; 4,88; 0,4)</b>  <b>35. Tem tudo a ver comigo. (83; 4,8; 0,3)</b>  <b>39. Defenderia se necessário. (83; 4,8; 0,3)</b>  <b>41. Me sinto apegado. (83; 4,8; 0,3)</b></p> <p>29. Me deixa orgulhoso. (82; 4,8; 0,3)  27. É atraente para mim. (81; 4,7; 0,5)  6. Considero parte da minha história. (80; 4,7; 0,7)  23. Sinto que faço parte. (80; 4,7; 0)  25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim. (80; 4,7; 0,5)  16. Tenho oportunidades. (75; 4,4; 0,7)  19. Se não estou nele, quero voltar. (75; 4,4; 1,5)  21. Admiro por sua beleza. (75; 4,4; 1,1)  5. Não trocaria por nada. (74; 4,3; 1,4)  34. Me divirto. (74; 4,3; 0,9)  1. Considero como algo meu. (72; 4,2; 0,9)</p>
<p>Fator II (Estima Despotencializadora)</p>	<p><b>33. Devo estar alerta. (75; 4,4; 1,3)</b>  <b>40. Tudo pode acontecer. (68; 4; 1,4)</b>  <b>37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer. (62; 3,6; 1,4)</b>  <b>36. Está destruído. (56; 3,2; 0,8)</b>  <b>38. Há sujeira. (54; 3,1; 1,3)</b></p> <p>18. Com estruturas precárias. (51; 3; 1,4)  10. Há riscos. (50; 2,9; 1,6)  3. Tenho a sensação de que estou desamparado. (48; 2,8; 1,4)  28. Sinto que estou desprotegido. (47; 2,7; 1,6)  30. Me sinto inseguro. (47; 2,7; 1,3)  11. Sinto medo. (44; 2,5; 1,5)  7. Parece abandonado. (43; 2,5; 1)  8. Desconfio das pessoas. (42; 2,4; 1,6)  24. Me sinto sufocado. (41; 2,4; 1,7)  4. Me sinto sossegado. (40; 2,3; 1,3)*  13. O perigo é constante. (38; 2,2; 1,4)  2. Está poluído. (37; 2,1; 1,6)  22. Me deixa com raiva. (37; 2,1; 1,6)  15. Me indigna. (32; 1,8; 1,5)  14. Acho feio. (30; 1,7; 0,9)  17. Me sinto tranquilo. (28; 1,6; 0,9)*  9. Me envergonha. (19; 1,1; 0,6)  12. É ruim. (19; 1,1; 0,7)  31. É desprezível. (18; 1,05; 0,2)</p>

\*Originalmente, os itens 4 (Me sinto sossegado) e 17 (Me sinto tranquilo) pertenciam ao fator correspondente à estima de lugar potencializadora. No entanto, conforme a análise fatorial, os itens obtiveram saturação negativa no fator correspondente à estima de lugar despotencializadora.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Dentre os seis (06) itens mais pontuados na escala, relacionados à estima potencializadora, quatro (04) correspondem à imagem de Pertencimento. Estes indicadores



apontam para uma forte vinculação e identificação dos moradores com o lugar, o qual pode ser considerado como parte integrante da identidade pessoal. Quanto os indicadores da estima despotencializadora, três (03) dos cinco (05) itens de maior pontuação estão relacionados à imagem de Insegurança. Estes indicadores apontam para a incerteza quanto à permanência dos moradores no lugar e o medo de que outras ações de remoção venham acontecer, novamente, de modo inesperado.

Acho importante salientar que os moradores, enquanto respondiam a escala, tendiam a explicar a atribuição dos pontos em cada item<sup>64</sup>. Com isso, quando eu lia os itens indicadores de potencialização, os moradores não só atribuíam um valor como também contavam parte de sua história com a comunidade, relatando quanto tempo estavam ali, porque a amavam, porque se identificavam com ela, as transformações em suas vidas por conta do lugar, etc. Do mesmo modo, os moradores relatavam os motivos da insegurança e de medo que vivem no momento, quando atribuíam pontos aos indicadores despotencializadores, contando sobre o dia da demolição e as mudanças nas relações comunitárias advindas das ameaças. A elevada atribuição de valor aos itens 36 (Está destruído) e 38 (Há sujeira) decorreu, principalmente, porque os entulhos das casas demolidas ainda estão na comunidade e, por questões judiciais, não podem ser retirados.

Retornando ao Quadro 10, vemos que três (03) mapas afetivos (Marília, Sorrisão e Filho) qualificados com imagens de Contrastes apresentaram resultados negativos na EEL. Inicialmente, considerei que esses resultados se direcionavam para uma estima de lugar despotencializadora. No entanto, percebi que seria mais adequado qualificar como uma estima que está se despotencializando, pois ainda há indicadores afetivos que denotam muita identificação e prazer com a comunidade, que ainda os motivam a resistir. Porém, esses indicadores parecem perder a força.

Penso que esse processo de despotencialização, no caso de Marília, decorre das consequências do dia 28 de outubro de 2016 que, além das lembranças, deixou rachaduras e infiltrações na casa da moradora. Durante a aplicação do instrumento, Marília constantemente falou do temor de que sua casa caia, pois, para ela, “o que segura uma casa é outra casa”, e a casa conjugada a dela fora demolida<sup>65</sup>. No caso de Sorrisão, por morar sozinha, tanto receia por

---

<sup>64</sup> Isso foi possível porque todas as aplicações dos mapas afetivos foram acompanhadas. De modo geral, eu – outro participante-colaborador da oficina – lia os itens para os moradores e solicitava que eles atribuísem uma nota de 1 a 5 com base no quanto eles concordavam com o item. Então os moradores atribuíam o valor e explicavam o porquê.

<sup>65</sup> Após a aplicação do IGMA, a moradora quis mostrar as rachaduras e infiltrações em sua casa e relatou seus medos e inseguranças quanto à possibilidade da casa desabar.

sua segurança como pela possibilidade de que, quando estiver trabalhando, sua casa seja derrubada. Os fortes indicadores de despotencialização de Filho dizem respeito à crença de que “existe força oculta agindo contra a tranquilidade de nossa moradia”, sentindo-se, também, inseguro quanto ao apoio das instituições públicas de justiça.

De modo geral, com essa análise da escala, é possível reforçar os resultados encontrados na parte qualitativa do instrumento. Tal como apareceram nas imagens de Contrastes, os indicadores que mais se sobressaíram na escala configuram uma combinação de Pertencimento x Insegurança quanto à vivência dos moradores no atual contexto de ameaça de remoção.

Nesse capítulo, enfatizei a descrição das imagens afetivas dos encontros dos moradores com a Vila Vicentina. A análise da formação dos mapas afetivos, com base em seus planos de frente (figura) e de fundo, foram de fundamental importância para compreender o modo como se configuram os afetos e quais as possíveis implicações (HELLER, 2004) psicossociais dos moradores, processos sobre os quais me deterei a abordar nas seções do capítulo seguinte. A partir dos mapas afetivos e dos dados levantados pelas entrevistas, pelo grupo e pelas minhas observações registradas em diário de campo, discutirei questões relacionadas à construção socioafetiva da comunidade, à memória e à história dos moradores e aos processos de participação e resistência em contexto de ameaça de remoção.

## **6 A COMUNIDADE AMEAÇADA DE DESAPROPRIAÇÃO: AFETOS E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS**

Este capítulo busca responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa de analisar as implicações psicossociais decorrentes dos conflitos advindos do processo de desapropriação/remoção. Para atendê-lo, busquei a integração entre as informações levantadas nos mapas afetivos, círculo de cultura e da minha própria vivência com a comunidade, registrada em diário de campo.

O capítulo é subdividido em três seções, que discorrem sobre I) o processo de construção e apropriação de uma comunidade; II) a relação entre a memória dos moradores e os aspectos histórico da comunidade; e, por fim, III) a construção de (ident)idades marcadas pela participação, conscientização e resistência. Todo o capítulo busca analisar os afetos e as suas implicações psicossociais vividas por moradores não só em relação à comunidade, mas também ao contexto de ameaças de desapropriação/remoção que circunda a mesma.

### **6.1 Comunidade e (des)apropriação: implicações afetivas e psicossociais**

Nesta seção, busco apresentar como apreendi a constante construção da Vila Vicentina como uma comunidade, destacando os processos de apropriação afetiva e simbólica dos moradores com o lugar. Com as vivências no campo, fui observando a processualidade histórica de (re)formulações da relação dos moradores com a comunidade, apreendendo como as relações se estabelecem, como são as partilhas de alegrias e tristezas e quais as mudanças quando a comunidade está em risco de remoção. Discuto, então, a construção da comunidade a partir da história de vida compartilhada dos moradores, que estabelecem relações comunitárias, coletivas, horizontais, afetivas e simbólicas. Essas relações, mesmo – e principalmente - no contexto de remoção, fortalecem os sentimentos de comunhão e intimidade, os quais repercutem na participação direta na apropriação do espaço e da defesa dele, quando ameaçado.

Pol e Valera (1999) pontam que uma das primeiras perguntas que fazemos, quando estamos conhecendo alguém, é “onde você mora?”, cuja resposta, por meio da relação com o espaço geográfico, apresenta características da pessoa. Conforme os autores, com a resposta que recebemos, começamos a conhecer e classificar a pessoa, utilizando os atributos simbólicos sobre determinado lugar, projetados em seus habitantes, que nos dão informações com base em estereótipos e características físicas e sociais.

No caso da Vila Vicentina, localizada no Dionísio Torres e nos arredores de bairros

ditos nobres de Fortaleza, como a Aldeota, supõe-se que os moradores tenham elevada condição financeira. No entanto, a configuração socioeconômica dos moradores da Vila é outra, o que faz com que, preconceituosamente, as pessoas digam “onde já se viu morar na Aldeota pagando 60 reais de aluguel?!”, como apontou Roberto Figueiredo, 1º secretário do Conselho Central de Fortaleza e da Sociedade São Vicente de Paula, na audiência pública na Assembleia Legislativa - (09 de dezembro de 2016). Embora haja moradores com nível superior de formação, os dados socioeconômicos apontam que a maioria dos moradores recebem uma renda *per capita* inferior a um salário mínimo (Ver Quadros 1 e 12). Cabe ressaltar, ainda, que a grande maioria chegou à Vila por não ter condições financeiras para morar em outro lugar e não tinham apoio de outros familiares - tal evidência reafirma a função social que foi atribuída à Vila desde a doação do terreno.

Quadro 12 – Informações sobre escolaridade, profissão e renda dos moradores de Vila

Escolaridade	Profissão	Renda
Fundamental Incompleto – 05 Fundamental Completo – 04 Médio Incompleto – 01 Médio completo – 04 Superior Incompleto – 01 Superior Completo – 02	Aposentada – 02 Dona de Casa – 06 Vendedora de Cosméticos – 02 Outros – 07	Até um salário mínimo - 08  De um a três salários mínimos – 09**

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

\*Para informações mais detalhadas, ver Quadro 1, na seção de procedimentos metodológicos.

\*\*Embora mais da metade dos moradores recebam entre um a três salários mínimos, quando o valor total é distribuído pela quantidade de moradores da família, esse valor diminui até, no máximo, um salário mínimo.

Os primeiros moradores da Vila Vicentina chegaram à comunidade por meio das caridades realizadas pela Sociedade São Vicente de Paulo. Conta a história da Vila Cinzenta que os confrades de São Vicente transformaram as terras doadas por Dionísio Torres em uma Vila que pudesse abrigar os “inúmeros velhinhos sem teto, sem comida e sem lar” (ALBUQUERQUE, 1970). Inicialmente, as casas eram disponibilizadas para viúvas pobres que não tivessem aonde morar. Parte dos moradores que ainda hoje reside na comunidade compartilha essa origem de chegada à comunidade, por serem filhos(as) ou netos(as) das primeiras moradoras.

A partir do relato dos moradores, observei que as histórias dos atuais moradores com Vila podem ter três origens<sup>66</sup>. A primeira está relacionada às primeiras moradoras da Vila,

<sup>66</sup> Mais informações históricas sobre a chegada dos moradores à comunidade e como esta se organizava serão abordadas na seção seguinte deste capítulo.

ou seja, alguns dos atuais moradores(as) são filhos e/ou netos das viúvas. Neste caso, esses atuais moradores vieram juntamente com as viúvas e permaneceram nas casas após falecimento destas. A segunda origem da história dos moradores com a comunidade diz respeito à procura das pessoas por uma casa na Vila ou às indicações de antigos moradores ou amigos. Em ambos os casos, os atuais moradores dialogaram com os administradores a fim de conseguir uma casinha. Neste ponto, as casas já não eram somente para as viúvas, pois alguns destes moradores vieram morar na Vila com toda a família, como mostra do relato de Zezé, que chegou há 43 anos:

Nós morávamos lá no Parque Dois Irmãos, o XXXX trabalhava aqui no Canal 5. Demorava muito para chegar aqui. Ele viu essas casas e ficou curiando, aí descobriu um ex-governador, falou com a filha dele e a filha dele arranhou. Falou [marido de Zezé] com o Coronel Adacto. Naquela época, tinha que assistir as reuniões, e um dia entregaram as chaves para ele. No outro dia, eu e ele viemos olhar. Vim aqui numa quinta-feira, a primeira casa que vi foi essa. Vimos outras, mas eu preferi essa daqui. Piso de tijolo branco, não tinha luz, não tinha água, tinha nada. O XXXX disse que íamos nos mudar só depois de reformar, mas eu disse “nós vamos é amanhã”, eu com 7 meses de grávida (Entrevista em Mapa Afetivo de Zezé).

Ainda sobre essa origem da história, observei que, embora nem todos os moradores tenham explicitado como era a sua situação anterior à Vila, a maioria não tinha boas condições financeiras nem suporte familiar que pudessem auxiliar na questão da moradia. Eram, portanto, moradores pobres e desabrigados, como podemos observar em alguns relatos presentes no Quadro 13. Tais aspectos apontam que, mesmo por indicação ou pedido, a moradia na Vila ainda estava relacionada à caridade.

#### Quadro 13 - Segunda origem da história dos moradores com a Vila

<b>Chegada à Vila por meio de indicações</b>
<p>Cheguei indicado por uma pessoa que me colocou aqui. Não estava em uma situação boa na vida, não, porque eu estava atrás de casa (Entrevista em Mapa Afetivo de Véi, na Vila há 43 anos).</p>
<p>Tem 25 anos que moro aqui. Estava sem moradia e a gente conseguiu vir morar aqui. Foi um amigo do meu marido que saiu e cedeu a casa pra gente. O presidente tentou tirar a gente, mas não conseguiu. (Entrevista em Mapa Afetivo de Luciana, na Vila há 25 anos).</p>
<p>Vinda de um despejo de uma moradia de 37 anos, em dezembro de 1995. Minha mãe, ao casar, morava em um bairro aqui vizinho, em aluguel e, quando o proprietário faleceu, a minha família não teve condições de comprar a casa. Fomos para a justiça, o advogado que nos representava provocou a revelia na causa, nós perdemos e fomos despejados (Entrevista em Mapa Afetivo de Capitã, na Vila há 22 anos).</p>
<p>Eu cheguei aqui através de uma senhora que conhecia a minha mãe. E ela era amiga do coronel Adacto, que era administrador. Aí ela falou com ele e ele arranhou uma casa pra gente aqui. A minha situação não era boa, o meu irmão que era arrimo de família casou e a esposa dele não queria a gente lá. Eu tive meu filho aqui. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia, na Vila há 38 anos).</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A terceira origem da história dos moradores com a Vila está relacionada a vinculação com algum familiar. Neste caso, o(a) morador(a) não pertencia à Vila, mas tinha um parente que morava na comunidade e veio morar junto, ou casou com alguém da comunidade, ou, ainda, nasceu na Vila, como apontam alguns relatos no Quadro 14. Com maior frequência, aparece nos relatos que esses moradores vinham morar com alguma tia ou avó. Nessa categoria de origem, é possível também perceber que esses moradores, antes de chegar à Vila, não apresentavam boas condições socioeconômicas.

Quadro 14 - Terceira origem da história dos moradores com a Vila

<b>Chegada à Vila por meio de vínculos familiares</b>
Eu e minhas irmãs ficamos sem mãe, então nossa avó criou a gente aqui (Entrevista e Mapa Afetivo de Marília, na Vila há +40 anos).
Cheguei com meus avós e bisavós. Comecei a morar aqui ia completar 12 anos. Hoje meus bisavós faleceram e estou casada (Entrevista em Mapa Afetivo de Zil, na Vila há 42 anos).
Cheguei aqui pela minha tia. Vim para ajudar ela a cuidar da minha vovó e o esposo dela, há mais de 15 anos atrás (Entrevista em Mapa Afetivo de Sorrisão, na Vila há 18 anos).
Eu cheguei através da minha tia que hoje é falecida. Vim pra passar um ano e ainda hoje estou aqui. Cheguei com uns 16 ou 17 anos e hoje já tenho mais de 50. (Entrevista em Mapa Afetivo de Maria, na Vila há 40 anos).
Comecei a morar desde novo, ainda bebê. Sempre residi aqui (Entrevista em Mapa Afetivo de Filho, na Vila há 37 anos).
Cheguei por causa de uma namorada que já morava na Vila, me casei e moro há 22 anos (Entrevista em Mapa Afetivo de J., na Vila há 22 anos).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Também com base na memória dos moradores, observei que as regras para conseguir moradia na comunidade foram se alterando ao longo dos anos. Inicialmente, essas casas eram cedidas às viúvas pobres, posteriormente, as casas passaram a ser cedidas considerando as condições socioeconômicas como mais importantes do que o estado civil. As origens das relações dos moradores com a comunidade e as decorrentes transformações nesta reafirmam que “[...] a significação do espaço é marcada pela cultura e pela história, e que as significações subjetivas que lhe emprestam seus ocupantes têm a ver com a biografia e a história de seu grupo” (JODELET, 2002, p.32).

Os espaços são transformados mediante as ações das pessoas e da coletividade sobre o meio, processo em que as pessoas imprimem suas marcas, ao mesmo tempo em que também os incorporam em seus processos cognitivos e afetivos. Desse modo, as pessoas dotam

os espaços de significado individual e coletivo por meio da interação, reconhecendo-os, atribuindo qualidades que passam também a definir as suas identidades (POL, 1996). A apropriação do espaço passa a ter um papel de referência fundamental nos processos cognitivos (organização, orientação, etc.) e afetivos (apego ao lugar, autoestima, etc.) na vida das pessoas. Essa apropriação traz uma explicação que extrapola a compreensão funcional e comportamental da relação das pessoas com os espaços, pois também contribui para compreensão dos processos sociais urbanos (POL, 1996).

Os espaços coletivos são criados, cotidianamente, com base em dois processos, I) a partir de interações espontâneas em novos espaços ou II) por ação intencionalmente planejada em relação ao espaço. No primeiro processo, há uma atribuição de *simbolismo a posteriori*, quando os espaços ou objetos são dotados de sentidos, individual e coletivo, conforme vão ocorrendo interações, com tempo e uso dos mesmos, transformando-os em lugares carregados de significados que estruturam a comunidade. No segundo processo, *simbolismo a priori*, há um movimento, por parte de uma instância social, de criar espaços já dotados de significados, valores, memória coletiva, etc., previamente estabelecidos antes das interações sociais das pessoas com os mesmos. Neste processo, os simbolismos atribuídos podem ou não ser integrados pelos indivíduos como elemento identitário e organizador da comunidade.

Na Vila, vemos um processo concomitante, em que os primeiros idosos chegam à comunidade já sabendo sobre seu caráter de caridade, devendo, inclusive, participar das ações da comunidade vicentina<sup>67</sup>. Com o tempo, além do caráter da caridade, aparecem também outros modos de vida comunitária, por meio dos quais os espaços adquirem novas significações.

No processo de apropriação e conseqüente transformações dos espaços, há dois processos, ação-transformação e identificação ou componente simbólico (POL; VALERA, 1999). Na *ação-transformação*, as pessoas agem ativamente no território, transformando-o de modo que suas necessidades sejam atendidas. Já no processo de *identificação* (componente simbólico), as pessoas desenvolvem uma interação cognitiva e afetiva com o lugar que repercute na produção de uma identificação com este, diminuindo, em parte, a necessidade de modificações no território. Com base nisso, Pol (1996) afirma que, durante desenvolvimento humano, das primeiras etapas até a vida idosa, há uma primazia das ações sobre os processos de identificação, em que as pessoas buscam mais ativamente transformar os espaços para adaptá-los às suas necessidades. Na velhice, por outro lado, se sobressaem os componentes simbólicos do lugar, agindo de modo a preservá-los como se também estivessem preservando

---

<sup>67</sup> Esse aspecto será mais desenvolvido na terceira seção desse capítulo.

as suas identidades.

Tomando os modos como as moradoras foram chegando à comunidade, apropriando-se desses espaços, vou compreendendo, nesse estudo, como um quarteirão do bairro Dionísio Torres foi se constituindo como uma comunidade, um lugar de permanência, de moradia. Essa compreensão pauta-se, principalmente, no âmbito vivencial cotidiano, com uma demarcação mais afetiva do que geográfica.

Montero (2004) aponta que a comunidade é o conceito chave, a noção centro, autora e receptora de transformações, sujeito e objeto da psicologia comunitária, marcando a presença constante na vida social. Para a autora, o conceito de comunidade é polissêmico, complexo e confuso. Na Psicologia Social, a introdução do conceito de comunidade constituiu-se como um importante aspecto epistemológico, representando um posicionamento crítico com o qual se pretende interpretar o mundo com a finalidade de transformá-lo (SAWAIA, 2007).

Sawaia (2007) aponta que o conceito de comunidade era ausente na história da psicologia até a década de 1970, quando um ramo da psicologia social passou a se chamar de psicologia comunitária. O termo só aparecia, raramente, para referenciar um lugar intermediário entre o homem e a sociedade ou mesmo como sinônimo de sociedade. Nem mesmo dentro da Psicologia Social, o termo tinha destaque, sendo privilegiada a discussão sobre grupo e interação social nos estudos sobre os fenômenos coletivos (SAWAIA, 2007). A autora salienta, no entanto, que a noção de comunidade não surge dentro da psicologia, mas como um movimento mais amplo de crítica em relação ao papel social das ciências e do paradigma da neutralidade científica. Neste ponto, com seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980, a noção de comunidade invadiu o discurso das ciências humanas e sociais.

Desde o século passado, o termo comunidade tem gerado controvérsias. Conforme Góis (2008), a intrínseca relação com a complexidade da vida social reforça a dificuldade de apropriação de um denominador comum, sendo as diversas definições atribuídas por diversos teóricos. Inicialmente comunidade poderia ser compreendida a partir de uma delimitação espacial/geográfica, entendida como um lugar de unidade consensual homogeneizado, no qual poderia ser gerenciado conflitos e mudanças de atitudes (SAWAIA, 2007). Guareschi (2007) aponta que uma das mais interessantes definições de é dada por Karl Marx, compreendendo a partir de um tipo de vida onde as pessoas se chamam pelo nome, que significa uma vivência onde as pessoas, além de singulares, participam ativamente e expressam seus pensamentos. Sawaia (2007) aponta que a comunidade aparece intermitentemente na história, refletindo sobre a relação do homem com a sociedade em consonância com o contexto histórico. Para a autora, sua aparição explícita as dimensões políticas do conceito, forjado no embate entre os valores



coletivistas e individualistas. Para a autora,

O que quis ressaltar é que comunidade mais do que uma categoria científico-analítica, é categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate milenar sobre exclusão e ética do bem viver (SAWAIA, 2007, p. 50).

No âmbito da Psicologia Comunitária, as distintas noções sobre o conceito de comunidade apresentam elementos comuns, a saber, o território, história e valores compartilhados e modo de vida social, bem como o compartilhamento de um sistema de representação social, sentimento de pertença e identidade social (GÓIS, 2005, 2008). Isso aponta para a relevância de se compreender uma comunidade não somente com o enfoque na delimitação espacial, mas também por meio de outros aspectos que interferem na dinâmica social, cultural, psicológica, econômica e política.

Para compreender a Vila como uma comunidade, tomo como base os elementos de I) constituição do território, II) o compartilhamento de histórias, crenças e valores e, por fim, III) a vivência afetiva dos moradores, enfatizando como esses elementos foram se configurando na vida comunitária. Primeiramente, temos a questão da **delimitação territorial** da comunidade, apontando qual o lugar socioespacial que a Vila ocupa dentro da cidade. Busco apresentar, também, a construção dos espaços internos e como eles interferem no modo de vida dos moradores:

11	12	13
Nesta vila tudo humilde e simples	Enfermaria e leitos com precisão	Tudo bem dividido
Porém tudo existe nela	Gabinete do administrador	Cada coisa em seu lugar
Ambulatório médico	Tesouraria, secretaria	Procurando a melhor maneira
Gabinete dentário	E salão de recreação.	Do mais bem-estar.
E uma pequena capela.		

Fonte: Albuquerque (1980).

Como se observa pelas estrofes do cordel de Albuquerque (1980), inicialmente a Vila possuía espaços comuns a todos os moradores, nos quais podiam-se contar com auxílio médico, assistência administrativa e recreação. Atualmente, em decorrência das transformações dos espaços, realizadas pelos administradores da Vila e pelos próprios moradores, o lugar conta apenas com as casas, o grande quintal comunitário, a capela e o quintal na frente da capela.

Montero (2004) aponta que, para o trabalho comunitário, a ênfase não deve ser dado ao espaço em que a comunidade está localizada, mas os processos psicossociais em torno dela,

tais como de opressão, de transformação e de libertação que decorrem da interação dos moradores com seu determinado contexto. No meio urbano, como é Fortaleza, a mesma extensão territorial pode ter pobres e ricos morando lado a lado, o que não implica numa vivência comunitária. Góis (2005) aponta que viver do mesmo espaço físico não implica, necessariamente, que todos compartilhem identificações entre si, pois podem não da mesma história coletiva. Não havendo o compartilhamento de uma história coletiva, constrói-se um grande abismo ideológico, social e psicológico.

É importante ressaltar, no entanto, que a localização da comunidade, a partir da visão socioambiental, resguarda forte implicações psicossociais, porque a construção dos espaços, lugares e não-lugares resguardam marcas ideológicas (PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009). No caso da Vila Vicentina, situada em uma área de grande valorização imobiliária, a opressão se dá justamente pelo valor econômico e simbólico do espaço físico. Espaço que, pela representação da desigualdade social, não deve pertencer aos pobres. A possibilidade de reassentamento da comunidade em outro espaço também denota um processo de exclusão, uma vez que os locais para os quais as comunidades removidas de Fortaleza são realocadas são distantes do centro, em bairros periféricos ou região metropolitana. São espaços físicos que denotam a construção psicossocial da exclusão.

No que tange à construção histórica<sup>68</sup>, observamos que a Vila surge como símbolo de caridade e de beneficência social. Salienta-se que a doação do terreno, por parte do farmacêutico Dionísio Torres:

2	3	4
Era de um homem bastante rico Cheio de vida e fulgor Era amigo da pobreza Pois assim o demonstrou	Doando êle êste recanto Para um grande senhor Passando por tinta e papel Com todo carinho e amor.	Aquí, vou descrever Os frutos da mais bela ação Tomando curioso a todos Causando admiração

Fonte: Albuquerque (1980).

Como último elemento, temos a vivência afetiva, caracterizado, principalmente, pelo sentido de comunidade e apego ao lugar. Montero (2004) enxerga uma intrínseca relação entre comunidade e sentido de comunidade. Para a autora, é fácil perceber que há um sentido de comunidade, no entanto, quando se trata de sua definição e explicação, a tarefa se mostra tão complicado quanto a definição de comunidade. Em decorrência da ênfase aspectos afetivos e

<sup>68</sup> A seção seguinte desse trabalho se direciona para a construção histórica da comunidade.

simbólicos desse trabalho, abordo com mais detalhes esses aspectos, compreendendo-os a partir das características principais do sentido de comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986) e do apego ao lugar (GIULIANI, 2004).

O sentido comunidade pode ser definido do modo como moradores se sentem pertencentes ao lugar, fazendo parte de um grupo de pessoas, onde todos têm importância uns para os outros, compartilham crenças, costumes e hábitos e, em consequência dessa convivência, sentem-se protegidos e consideram que suas necessidades são atendidas (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Conforme os autores, este sentido de comunidade apresenta quatro importantes componentes, com os quais é possível compreender a dinâmica da comunidade, a saber, filiação como membro, influência, integração e satisfação das necessidades e conexão emocional compartilhada.

Giuliani (2004) aponta que todos sentimentos algum laço afetivo, seja ele positivo ou negativo, em relação a determinado lugar. Essa experiência pode ter ocorrido com base no passado (os lugares que deixamos, lugares da infância, etc.), no presente (onde moramos) ou mesmo no futuro (onde vamos viver, para onde retornarmos). Conforme a autora, não só reconhecemos a existência dos afetos relacionados aos lugares como também damos importância ao modo como esses mesmos afetos qualificam nossa existência, positiva ou negativa, quanto ao lugar – uma experiência que pode ser tanto individual como também coletiva. Com base nessas observações, a autora define apego ao lugar como um laço afetivo estabelecido entre a pessoa e o seu ambiente, promovendo no primeiro o desejo de estar próximo a esse local. Os laços afetivos dessa relação podem ser desenvolvidos a partir de três processos diferentes – não excludentes entre si, pois a diferença entre os três pode não ser tão precisa –, a saber, apego funcional, simbólico e emocional. Nos parágrafos seguintes, relaciono as características do sentido de comunidade com os processos de apego ao lugar a fim de que, a partir deles, possa compreender a vivência emocional das moradoras com a Vila.

O primeiro elemento do sentido de comunidade, *filiação como membro*, diz respeito ao indivíduo se sentir pertencente ou de compartilhar um sentimento pessoal com um grupo (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Os membros apresentam identificação uns com os outros e compartilham um sistema simbólico com quem pertencente ou não à comunidade, como podemos ver nas falas de Gordinha e Cláudia, respectivamente: “O que me alegra é morar aqui e continuar a vida aqui, as pessoas que conhecemos (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha); “Me alegra quando tem brincadeira, tem momentos unidos, aí é alegria. Todo mundo junto” (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia). Sentir-se parte do cotidiano da comunidade, atribuindo significações às atividades contribuem no processo de apego ao lugar, onde este

lugar passa a ter relação com a identidade da pessoa ao mesmo passo e o próprio lugar também passa a carregar valores simbólicos de identidade pessoal e coletiva (GIULLIANI, 2004).

Na *influência*, os moradores percebem são importantes no grupo, de que fazem diferença no contexto comunitário e pode influenciar nas decisões do grupo (MCMILLAN CHAVIS, 1976). Nesse caso, sentem-se também capazes de interferir na dinâmica da comunidade, como aponta Cida, falando de sua participação na Resistência da comunidade: “Depois de tudo que aconteceu, a gente se reuniu e fez o grupo da resistência, os moradores que querem ficar. O grupo se localiza na Vila Vicentina e tudo que acontece eu participo e é muito bom (Entrevista em Mapa Afetivo de Cida). Na última seção desse capítulo, discutirei mais a respeito da participação dos moradores na comunidade.

O terceiro elemento, *integração e satisfação de necessidades*, diz respeito ao fato de que, na comunidade, os moradores podem sentir que suas necessidades são atendidas, a partir da integração, reconhecimento e articulação entre os moradores (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Giuliani (2004) aponta que o apego ao lugar também pode ser resultado de um processo e que há uma consideração positiva da qualidade do local ante às necessidades do indivíduo. Nesse ponto, importa se o ambiente é capaz de dar oportunidades de satisfação e realização aos indivíduos. Tais aspectos foram discutidos na seção a respeito da construção afetiva da Vila, em que apontei, com base nos resultados da imagem afetiva de Agradabilidade (Ver quadro 4), as possibilidades e oportunidades que a comunidade oferece aos moradores no que tange ao acesso a bens e serviços (educação, saúde, trabalho, mobilidade, lazer, etc.)

Por fim, o sentido de comunidade também se constitui por meio de um *compartilhamento de conexão emocional* entre os moradores. Este elemento se caracteriza pela partilha de compromissos, crenças e costumes, e lembranças coletivas, pelas quais “[...] os membros compartilharão a história da comunidade, tempos juntos e experiências semelhantes”<sup>69</sup> (MCMILLAN; CHAVIS, 1976, p.9, tradução nossa). Relacionado a este elemento, é possível observar o terceiro processo pelo qual as pessoas sentem apego ao lugar, em que um longo período de residência e familiaridade com o lugar potencializa uma vivência mais emocional do que funcional com o lugar, ou seja, os laços não se devem somente às qualidades do local, mas aos sentimentos de segurança e bem-estar proporcionado por ele (GIULLIANI, 2004), como na fala de Capitã ao relatar a integração dos moradores entre os moradores para enfrentar as dificuldades do contexto atual: “[...] eu acho que provocou [ameaça de remoção] a união entre nós e eu acho que a cada dia que passa, eu me sinto mais incentivada

---

<sup>69</sup> “[...] members have shared and will share history, common places, time together, and similar experiences” (MCMILLAN; CHAVIS, 1976, p.9).

a procurar apoiadores, meios, todas as formas de a gente ir em frente e chegar a vitória” (Capitã em Círculo de Cultura).

Tais elementos funcionam de modo integrado, sendo possível observar todos eles no cotidiano dos moradores da Vila Vicentina. Essa comunidade apresenta-se, portanto, como um lugar constituinte da dinâmica psicossocial da vivência dos moradores, atendendo suas demandas de habitação, convivência e construção de identidade. Elvas e Moniz (2010) apontam que o sentimento de comunidade traz benefício tanto a nível individual como coletivo. Conforme as autoras, quanto maior é esse sentimento, maior será a participação dos membros em questões relacionadas à comunidade, resultando em maior suporte social, maior satisfação e qualidade de vida, por exemplo. Ou seja, o sentimento de comunidade aparece como um recurso positivo que auxilia na proteção da saúde biopsicossocial.

Com base no abordado até aqui, podemos compreender a Vila como lugar dinâmico que reflete as instâncias da sociedade e o modo de vida de um povo (GÓIS, 2005), um “[...] lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de orientação e de proteção da individualidade ante a natureza e a sociedade [...]” (GÓIS, 2008, p.85). Cabe, porém pontuar, que a comunidade não é um lugar homogêneo e estático, uma vez que, nela, há também fortes contradições, conflitos, resistência, bem como ações solidárias e organização de mobilização por seus interesses (GÓIS, 2005), apresentando “[...] um processo sociopsicológico próprio, cheio de contradições e antagonismos e interesses comuns, que servem de construção e orientação das ações dos moradores em relação ao próprio lugar e à sua inserção no conjunto da sociedade” (GÓIS, 2008, p.85). Sobre esses processos conflitivos, contraditórios e transformadores, busco compreender como os moradores vêm vivenciando a comunidade a partir das ameaças de remoção, observando as dinâmicas das relações comunitárias, os afetos decorrentes das ameaças de desapropriação dos moradores de suas casas e as alterações no cotidiano da comunidade.

Compreendo dois sentidos para o processo de desapropriação aqui neste trabalho, ambos com especificidades, mas inter-relacionados. O primeiro diz respeito à desapropriação simbólica dos moradores, quando estes passam por processos de alienação quanto aos espaços e lugares. O segundo diz respeito à desapropriação física do espaço, cujos moradores podem ser removidos da comunidade onde moram.

Com base na Psicologia Ambiental, a desapropriação pode ser compreendida como um processo ou meio de fazer com que os moradores não mais sintam que esses espaços lhes são pertencentes, agindo alheios a eles (POL, 1996). Para o autor, a estrutura social atual busca, por meio das relações de poder, fazer com que poucos espaços sejam apropriados por parte de

todos, diminuindo as implicações e mobilizações de defesas pelos espaços. Se as pessoas não se apropriam dos espaços, não os transforma em lugares significativos, elas não se mobilizam em sua defesa – neste caso, esses espaços podem ser utilizados para o que os poderosos querem.

A esse respeito, os moradores começaram a observar esse processo de desapropriação a partir das transformações dos espaços simbólicos da comunidade, quando os administradores começaram a ir reformulando os espaços, tirando os símbolos significativos, e descaracterizando a Vila. Muitos dos moradores apontam que veio ocorrendo um processo descaracterização da Vila, como uma forma de aviso para que os moradores se preparassem para sair da comunidade:

Eles faziam ameaças, mostravam uns papeis, umas coisas, mas ninguém acreditava. Ai ia passando o tempo. Teve uma época que a gente andou correndo atrás, tipo assim, ameaçando procurar a imprensa, a rádio, essas coisas tudo. Ai o negócio acalmou. Só que do jeito que veio agora foi a pior fase. Quando a Dejanira começou foi que o negócio piorou. Que fez um contrato por debaixo dos panos, de gaveta. Ela mandou derrubar a caixa d'água, ela alugou isso aqui [aera frente da igreja] pra estacionamento da Uniodonto. Ela era administradora. Ela levou o altar, levou até são Vicente. Que era pra acabar com a capela. Para descaracterizar (Capitã em Círculo de Cultura)

Quanto à segunda forma de desapropriação, vemos as medidas de efetivação da retirada das pessoas dos seus lugares, ou grandes modificações estruturais nos lugares que podem efetivar a retirada de alguns moradores, ou apenas transformações nos lugares – em ambos os casos, há implicações simbólicas e afetivas. A este respeito, Pol (1996) aponta que, quando se está por fazer uma intervenção urbana, deve-se compreender que a transformação do espaço pode apresentar diversas implicações, podendo ou não ser integrada aos referentes compartilhados pelas pessoas. Quando a intervenção é integrada, os moradores tendem a reformular suas identidades e englobam as transformações dos lugares aos significados individuais e coletivos compartilhados. Por outro lado, quando as transformações não são integradas pelos moradores, podem desembocar em conflitos. Neste último caso, ainda é possível observar três situações: I) as pessoas podem se sentir agredidas pelas intervenções, agindo de modo a rechaçá-la; II) a população se sente alheia às transformações, dificultando a integração dos referentes simbólicos produzidos; ou III) há uma ruptura nas relações estáveis dos moradores com os lugares, no entanto, há uma integração desses novos valores e significados de forma positiva (POL, 1996).

Na Vila Vicentina, observo que o movimento de retirada dos moradores da comunidade desencadeou, inicialmente, um movimento de contraposição à medida. No entanto, boa parte dos moradores acabou por integrar as transformações às possibilidades de uma nova

vida, negociando “pacificamente” com as instituições por trás das medidas de desapropriação; e outros moradores continuam a rechaçar as medidas, sentindo-se agredidos e se mobilizando contra as medidas a fim de que possam permanecer na comunidade. Nesse estudo, somente tive acesso diretamente aos moradores que resistem à remoção.

Para desenvolver as discussões sobre as repercussões das ameaças de desapropriação, achei importante mapear o que alega e entristece os moradores no atual contexto. A iniciativa buscou apreender os fatores que poderiam potencializar as ações dos moradores e encontrar os indicativos despotencializadores de suas ações, afim de construir intervenções junto aos moradores para transformar, principalmente, estes últimos indicativos. Os Quadros 15 e 16 apresentam os elementos e os afetivos:

Quadro 15 - Síntese dos elementos observados como alegres e tristes no atual contexto

Elementos Potencializadores (O que alega)	Elementos Despotencializadores (O que entristece)
Vizinhança/ União entre os moradores: 9 Própria moradia (permanência): 5 Diversão entre os moradores: 3 Segurança: 2 Família: 2	Desunião entre os moradores: 7 Venda da Vila (Desapropriação): 6 Demolição das casas: 5 Insegurança: 1 Morte: 1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

\*Os números estão relacionados à quantidade de vezes que esses elementos foram citados, não a quantidade de pessoas que os apontaram.

Quadro 16 - Síntese das emoções e sentimentos no atual contexto

Afetos Potencializadores	Afetos Despotencializadores
Segurança e tranquilidade: 4 Esperança e fé: 5 <sup>70</sup> Bem: 4 Força (fortalecimento): 3 Felicidade: 2	Medo: 1 Insegurança e ameaça: 5 Angústia: 1 Desconforto: 1 Preocupação: 1 Ansiedade: 1 Aflição: 1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

\*Os números estão relacionados à quantidade de vezes que esses elementos foram citados, não a quantidade de pessoas que os apontaram.

Com base nos quadros, os elementos que mais se destacam como aqueles que

<sup>70</sup>Na literatura espinosana, a fé e a esperança aparecem como afetos passivos, que contribuem para a permanência da escravidão (ESPINOSA, 2010; SAWAIA, 2009). Do mesmo modo, Martin-Baró (1996) apontam que, muitas vezes, as pessoas pobres vivenciam esses sentimentos como características de um sentimento fatalista. Neste quadro, esses afetos aparecem como potencializadores por terem sido apontados pelos moradores como sentimentos e emoções que os alega e mobiliza para a luta.

deixam os moradores felizes estão relacionados à união e à própria casa. Quanto ao primeiro elemento, a integração entre eles tem implicações positivas diretamente relacionadas ao movimento de resistência, expressando-se pelos sentimentos de apoio mútuo e construção de atividades de mobilização e enfrentamento; já o segundo elemento dá a sensação de estabilidade e segurança, caracterizando-se como um espaço de proteção. Mais explicitamente, vemos esses indicadores exemplificados em algumas falas presentes no Quadro 17:

#### Quadro 17 - O que na Vila Alegre

O que me alegra é a segurança, a proteção que sinto quando saio e volto para a minha casa. (Entrevista em Mapa Afetivo de Capitã)

Me alegra a união dos moradores que querem ficar na Vila. (Entrevista em Mapa Afetivo de Filho)

O que me alegra é morar aqui e continuar a vida aqui, as pessoas que conhecemos. (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha)

Há tanta coisa que me alegra, meus filhos, tudo alegra, porque tive meus filhos tudo aqui. (Entrevista em Mapa Afetivo de Margarida)

Me alegra as brincadeiras que a gente faz, os jogos de baralho. (Entrevista em Mapa Afetivo de Vêi)

Me deixa alegre minhas plantas, meu aconchego aqui. (Entrevista em Mapa Afetivo de Eunice)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em relação aos elementos que mais entristecem os moradores, há a desunião entre os moradores e a possibilidade de que a comunidade seja vendida/demolida, gerando sentimentos de insegurança, preocupações, desconforto, angústia, medo, etc. Quanto ao primeiro elemento, essa desunião está relacionada a divisão da comunidade entre aqueles que resistem à desapropriação e aqueles que buscam negociar suas casas. Estes últimos parecem culpabilizar as moradoras da Resistência pela insegurança em que se encontram na comunidade, uma vez que podem acabar saindo da comunidade sem garantia alguma de que terão um outro lugar para morar. Os moradores da Resistência Vila Vicentina relatam que muitos dos moradores que aceitaram negociar suas casas ainda permanecem na comunidade porque a imobiliária só conclui a negociação se os demais moradores, os resistentes, também saírem da comunidade. Desse modo, os que querem sair da comunidade tentam pressionar os moradores da resistência, gerando conflito entre eles.

A possibilidade de ver a comunidade vendida/demolida aparece como outro elemento que entristece os moradores, principalmente porque, concretamente, pode apontar para a perda de um lugar de proteção e segurança, pelas oportunidades que as moradoras têm de acesso à cidade, pelas incertezas quanto a um novo lugar para morar, etc. Ademais, a



demolição da vila também está fortemente vinculada à deterioração de parte da identidade, pessoal e coletiva, dos moradores, juntamente com suas memórias e histórias, denotando que “[...] estar emocionalmente apegado a um lugar faz com que seja mais difícil apegar-se a outro” (GIULIANI, 2004, p.95). No Quadro 18, apresento algumas falas que revelam como os moradores sentem esses indicativos despotencializadores:

#### Quadro 18 - O que na Vila Entristece

Me entristece a divisão de alguns querendo sair e outros querendo ficar, gerando conflito. A derrubada das casas também deixou feio, atrai coisa ruim para cá (Entrevista em Mapa Afetivo de Cida)

Me deixa triste é que meus dois vizinhos que são paredes junto da minha são do outro lado. Uma que era minha amiga fica soltando piada, aí me deixa triste. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia)

Me deixa triste a derrubada das casas, a desunião do pessoal que quer sair. Era pra tudo estar unido. (Entrevista em Mapa Afetivo de Margarida)

Me entristece uma parte que é da resistência e uma parte que não é da resistência. Melhor seria que a gente fosse tudo unido. (Entrevista em Mapa Afetivo de Vêi)

Me deixa triste essas ameaças, desavenças, essas intrigas por parte deles. Antes todos se falavam, agora não, ficam soltando piadas. (Entrevista em Mapa Afetivo de Aline)

Me entristece certas besteiras de gente que gosta de abrir a boca e dizer besteira. Mas eu não ligo. (Entrevista em Mapa Afetivo de Zezé)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Pelos quadros anteriores, fica evidente que um dos principais elementos na Vila Vicentina que tanto os alegra como entristece diz respeito as configurações das relações comunitárias. A esse respeito, Guareschi (2007) afirma que, para compreender as relações comunitárias, devemos enxergar a “relação” como um direcionamento de uma coisa à outra coisa, uma fazendo parte da outra de modo a se completarem. Ou seja, uma relação é estabelecida quando uma coisa não pode existir sem outra coisa que possa completá-la. Geralmente, as pessoas tendem a acreditar que relação é somente aquilo que une, que liga uma coisa à outra positivamente. No entanto, conforme o autor, as relações também podem ser conflituosas, de exclusão e rejeição:

Relação existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência, de seu ser. O conflito, a exclusão, são relações, pois ninguém pode brigar sozinho, e se há exclusão, há alguém que exclui, e alguém que é excluído. A percepção da relação é, pois, uma percepção dialética, percepção de que algumas coisas “necessitam” de outras para serem elas mesmas (GUARESCHI, 2007, p.83).

As relações entre os moradores da Vila nesse atual contexto têm sido marcadas tanto pela integração quanto pela desunião entre eles, como mostra mais detalhadamente o Quadro

19. Acredito que a compreensão dessas relações auxilia no desenvolvimento de processos de intervenções/facilitações no contexto comunitário que podem tanto podem fortalecer a resistência e enfretamento das ameaças como também auxiliar na diminuição dos conflitos – e, inclusive, proporcionar aceitação que os moradores podem sentir e desejar sair comunidade, quando há uma maior reflexão sobre essa questão.

Quadro 19 - Relações comunitárias atuais na Vila

União	Desunião
- Me alegra que somos unidos, todos se conhecemos. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cida)	Me entristece a divisão de alguns querendo sair e outros querendo ficar, gerando conflito. A derrubada das casas também deixou feio, atrai coisa ruim para cá (Entrevista em Mapa Afetivo de Cida)
- Me alegra quando tem brincadeira, tem momentos unidos, aí é alegria. Todo mundo junto ((Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia)	Me deixa triste é que meus dois vizinhos que são paredes junto da minha são do outro lado. Uma que era minha amiga fica soltando piada, aí me deixa triste. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia)
Me alegra a união dos moradores que querem ficar na Vila (Entrevista em Mapa Afetivo de Filho)	Me entristece essas pessoas pedindo para morar aqui e agora querem sair, negociar, ganhar dinheiro. (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha)
O que me alegra é morar aqui e continuar a vida aqui, as pessoas que conhecemos (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha)	Me deixa triste a derrubada das casas, a desunião do pessoal que quer sair. Era pra tudo estar unido. (Entrevista em Mapa Afetivo de Margarida)
Alegra as pessoas, as festinhas (Entrevista em Mapa Afetivo de Maria)	- Me entristece essas confusões, desuniões. Podia ser muito melhor se fosse todo mundo unido, na paz. (Entrevista em Mapa Afetivo de Eunice)
Me alegra o modo e a convivência de alguns moradores (Entrevista em Mapa Afetivo de Zil)	Me deixa triste essas ameaças, desavenças, essas intrigas por parte deles. Antes todos se falavam, agora não, ficam soltando piadas. (Entrevista em Mapa Afetivo de Aline)
- O que me alegra são os amigos que tenho uma boa vizinhança (Entrevista em Mapa Afetivo de J.)	Me entristece certas besteiras de gente que gosta de abrir a boca e dizer besteira. Mas eu não ligo (Entrevista em Mapa Afetivo de Zezé)
- Me alegra as brincadeiras que a gente faz, os jogos de baralho. (Entrevista em Mapa Afetivo de Vêi)	
- Me alegra a minha família, os vizinhos que tenho são muito bons, graças a Deus. Só faço é rezar por tudinho (Entrevista em Mapa Afetivo de Zezé)	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No primeiro caso, o próprio fato de pertencer à comunidade fortalece os vínculos entre os moradores, uma vez que a convivência diária ao longo os anos (com momentos de jogos, festividades, apoio, etc.) reforça as características relacionadas ao sentido de comunidade. O desenvolvimento de atividades comunitárias também contribui para a potencialização das relações, uma vez que permitem maior aproximação entre os moradores, responsabilizando-os pelos problemas da comunidade ao passo que também proporciona o sentimento de que são importantes e influentes na transformação da comunidade. Cabe ressaltar, no entanto, que é necessário cuidar dessas relações para que, dentro do movimento de

resistência, não ocorra uma fragilização dos vínculos em decorrência das pressões, papéis de liderança enrijecidos, sobrecarga de atividades, etc.

Quanto às relações das moradoras que querem sair da comunidade, penso que o trabalho inicial seja compreender quais os fatores envolvidos na decisão da negociação. Assim como os moradores que pretendem ficar, é possível que eles tenham medos e inseguranças quanto a permanência no lugar de moradia e aceitem a negociação em decorrência da possibilidade de ficar desamparado. Se esse for o caso, penso que é possível pensar estratégias que possam, concretamente, apresentar as possibilidades de permanência na comunidade, como explicação sobre a ZEIS, a proteção com o processo de tombamento, a possibilidade de aquisição da casa a partir da usucapião, etc.

No entanto, também é possível que esses moradores desejem, mesmo com as possibilidades de permanência, sair da comunidade porque não mais se sentem pertencentes a ela e procuram outros modos de vida. Nesse caso, as intervenções deveriam se direcionar para a reflexão a respeito do direito, de ambas as partes, de permanência ou saída da comunidade, sem que um coloque em risco a moradia do outro. Acontece, porém, que as imobiliárias colocam como condicionalidade para a negociação a saída de todos os moradores, acirrando, estrategicamente, os conflitos que resultam em desrespeito e rompimento dos vínculos comunitários, enfraquecendo a comunidade. Penso ser bastante difícil trabalhar nesse ponto, quando os moradores já parecem estar conscientes das possibilidades de permanência na comunidade, mas ainda assim desejam ir embora, exigindo que os demais também aceitem as negociações. Bem parcialmente, só enxergo esse ato como a caracterização de uma ação egoísta, um mau encontro, uma busca pela realização pessoal a partir do domínio e da opressão de outros.

Para encerrar a discussão a respeito dos afetos implicados na comunidade ameaçada de remoção, destaco as principais transformações que ocorreram no cotidiano das moradoras. Quando perguntadas quais mudanças observavam depois que passaram a ser mais intensamente ameaçadas, apontaram a elementos relacionados à insegurança em deixar a casa sozinha, o medo da efetivação da demolição da comunidade, receio de não saber para onde ir, a desunião entre os moradores e as situações de vergonha e constrangimento por se estarem nessa situação. Tais elementos podem ser observados no Quadro 20, divididos – didaticamente, pois há uma interrelação entre todos – em percepções voltadas para situações mais particulares e situações coletivas da comunidade.

### Quadro 20 – Percepções de mudanças no cotidiano em decorrência das ameaças de desapropriação

Afetou muito, a gente vai trabalhar e fica pensando na Vila, o psicológico da gente fica ruim. Quando passa caminhão ou um trator desde o dia da demolição, todos os moradores já ficam angustiados e correm para ver o que é. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cida)

Mexeu muito com a minha tranquilidade, meu emocional. Fiquei muito apreensiva quando toda essa situação começou. Pensei comigo mesma “meu Deus, onde eu vou morar?”. (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha)

O que mudou foi que comecei a me sentir constrangida, porque quando chega uma pessoa dizendo que você vai sair, com ameaças de que não vai levar nada, de uma hora pra outra, sem direito, me sinto muito ameaçada. (Entrevista em Mapa Afetivo de Maria)

O que mudou foi que a gente consegue o apoio do Frei Tito, foi através deles que a gente sentiu menos preocupação. (Entrevista em Mapa Afetivo de Margarida)

Bastante angústia e um ar de preocupação no desenrolar dos problemas. (Entrevista em Mapa Afetivo de Zil)

De forma drástica. Como já perdi pai, mãe, todos os meus irmãos, já sou idosa e solteira, sem filhos, assalariada, como eu mesma me manteria pagando aluguel em um lugar da igual qualidade da Vila Vicentina? (Entrevista em Mapa Afetivo de Capitã)

As vezes a gente fica pensando no que vai acontecer. Pra onde é que a gente vai? A gente fica pensando. (Entrevista em Mapa Afetivo de Patrícia)

Muita preocupação com a moradia, pois sei que não encontrarei lugar melhor em Fortaleza. (Entrevista em Mapa Afetivo de J)

Totalmente. A minha vida sempre residi aqui na Vila, não imagino morar em outro local a não ser a Vila. (Entrevista em Mapa Afetivo de Filho)

Só o que eu acho diferente é que as casas foram destruídas, aí a Vila ficou feia, desorganizada. Eu queria que fosse resolvido logo isso: ou fica ou não fica. (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia)

Tudo. Medo, me sinto triste em ver algumas casas destruídas pelas pessoas que querem sair por micharia. (Entrevista em Mapa Afetivo de Luciana)

Mudou porque a gente anda preocupado. Uns dizem que tá vendida e outros não. (Entrevista em Mapa Afetivo de Vêi)

Perigoso e frágil. Medo. Mudou a insegurança... eu ainda mais, estou solta [casa]. Quando vou dormir de noite, coloco uma toalha nas persianas da porta para ninguém ver. (Entrevista em Mapa Afetivo de Marília)

Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. Tem medo de dar um “bom dia”. E isso é chato. O resto a gente entrega a Deus. Aqui fiz minha vida, me criei. (Entrevista em Mapa Afetivo de Zézé)

Não é que tenha me afetado... Antes eu falava com todo mundo, agora só com a metade. As amizades não são mais a mesma coisa que antes. (Entrevista em Mapa Afetivo de Aline).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Nas percepções de mudanças na comunidade relacionadas a aspectos particulares, as moradoras pontam que as ameaças têm lhes causado mudanças no “emocional” e no

“psicológico”, como diz “Mexeu muito com a minha tranquilidade, meu emocional. Fiquei muito apreensiva quando toda essa situação começou. Pensei comigo mesma “meu Deus, onde eu vou morar?” (Entrevista em Mapa Afetivo de Gordinha). Nas falas das moradoras aparecem referências a sentimentos e emoções de insegurança, preocupação, angústia, constrangimento, que apontam para como elas são, individualmente, afetadas.

Relacionado às percepções particulares, os moradores também observam como as ameaças altera a dinâmica de toda a comunidade. Nesse caso, as percepções coletivas trazem elementos que se relaciona ao contexto comunitário, quando as angústias, as preocupações, os medos e as inseguranças particulares também se relacionam com a destruição da casa do vizinho, com a quebra dos vínculos, com desorganização e insegurança dos espaços da comunidade, etc., como nos diz de Zezé e Cláudia, respectivamente: “Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. Tem medo de dar um “bom dia”. E isso é chato. O resto a gente entrega a Deus. Aqui fiz minha vida, me criei” (Entrevista em Mapa Afetivo de Zézé); “Só o que eu acho diferente é que as casas foram destruídas, aí a Vila ficou feia, desorganizada. Eu queria que fosse resolvido logo isso: ou fica ou não fica” (Entrevista em Mapa Afetivo de Cláudia).

Nesses últimos parágrafos, apontei somente as percepções despotencializadoras na comunidade. Inicialmente, nas primeiras versões do meu projeto de pesquisa, eu acreditava que viver no contexto de remoção/desapropriação somente poderia resultar impactos negativos para a vida dos moradores, dentre eles a ruptura dos vínculos comunitários, impactos na dinâmica psicológica (identidade, por exemplo), etc. No entanto, a vivência em campo foi me levando para um outro caminho, mostrando-me que o contexto também contribui, ao inverso, no fortalecimento dos vínculos, na transformação da comunidade a partir do resgate dos espaços “inativados”, na reconstrução histórica da vida coletiva das moradoras, no processo de conscientização a respeito dos problemas particulares, da comunidade e de toda a cidade, vendo que, muitas vezes, esse sofrimento que vivenciam tem raízes mais profundas e dialogam com as raízes de outros sofrimentos sociais.

Desse modo, vi que não se tratava apenas de transformações negativas, de direcionar o estudo para a compreensão dos impactos psicossociais, mas estar aberto a compreender todas as implicações psicossociais decorrentes do processo, podendo estas serem tão mais potencializadoras que despotencializadoras. Espero abordar mais as implicações afetivas e psicossociais potencializadoras nas subseções seguintes, quando discorro mais sobre o processo de resgate histórico da comunidade e a participação das moradoras na Resistência.

## 6.2 Memória e História: preservações socioespaciais

“O que pode significar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. Eu sou mais do que aquilo definido pelo presente fugaz” (TUAN, 1983, p.206).

Neste ponto da pesquisa, considere como extremamente necessário abordar como vem ocorrendo a construção da história dos moradores com a Vila Vicentina; como esta comunidade constrói sua história com o bairro Dionísio Torres e, conseqüentemente, com a história da cidade. Agnes Heller (1989, p.2) afirma que “a história é a *substância* da sociedade”, sendo que esta não tem outra substância que não seja o homem. Para a autora, o homem é o portador da objetividade social e, também, o responsável pela construção e transmissão de cada estrutura social. Tendo isso em vista, busquei reconstruir as origens históricas dos moradores com a Vila, a partir do relato da memória de como estes moradores chegaram à comunidade.

Bosi (2004) nos aponta que o relato das memórias, por parte dos idosos, é um importante instrumento para termos acesso a uma outra versão da história, uma história não formal, como vemos em jornais e livros. A autora, nos adverte, ainda, que é importante que não nos “[...] esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção ‘é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais’” (BOSI, 2004, p.20). Neste sentido, tento esboçar algumas considerações como foram se constituindo as relações, as histórias e o patrimônio cultural da comunidade, considerando que as diversas dimensões de habitar e nas relações colocam em jogo a identidade e a história, construindo os significados dos espaços a partir da memória dos grupos (JODELET, 2002), compreendo que é também do “vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade” (BOSI, 2004, p.16).

O estudo da memória se torna importante para o estabelecimento de novas formas de vida sem rupturas brutais, unindo dialeticamente o presente, o passado e o futuro, compreendendo esse presente a partir de sua fundamentação no passado (JODELET, 2002). Estudar essa questão torna-se relevante, principalmente, conforme a autora (2002, p.31), para o “[...] estudo do modo como os indivíduos e os grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles - aqui, a cidade”.

É importante salientar que o tempo de experiência com o lugar tem importância na compreensão da memória, principalmente quando consideramos que a memória também é

expressão do acúmulo cultural e histórico das sociedades. Em relação aos lugares, vemos que senti-lo “[...] leva [...] tempo: se faz de experiências, [...], repetidas dia após dia e através dos anos.” (TUAN, 1983, p.203). Porém, como observa Tuan, não basta somente a exposição de tempo aos lugares, também é necessária a intensidade da experiência com a qual sentimos esses lugares. O autor aponta que é na infância que mais depositamos intensidade em nossas relações com os espaços. Porém, quando crianças, não temos um vasto passado, nem ainda temos nos apropriado do passado anterior a nós mesmos, e é nestes passados, construídos com base nas experiências dotadas de carga cultural e histórica ao longa da vida, que nós atribuímos significados aos elementos e construímos lugares (TUAN, 1983).

O estudo das lembranças dos idosos que consiste em uma verdadeira forma de compreensão psicossocial da memória (BOSI, 1994). A partir das lembranças dos idosos, é possível ter acesso a um tipo de história social constituída ao longo do tempo, refletindo quadros de referências familiares, culturais e características da forma de funcionamento da sociedade bem marcadas e conhecida. Consequentemente, por meio da lembrança dos idosos, conhecemos também as lembranças e histórias dos lugares.

Bosi (1994, p. 18) nos apresenta a função social do idoso como um elo em que se pode “[...] unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir”. Desse modo, o idoso se torna uma fonte viva de comunicação e transmissão de conhecimento entre as gerações. Ou seja, a memória dos idosos serve como mediador entre a nossa geração e o passado. Para a autora, essa memória “é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) [...]” (BOSI, 2004, p.15).

A memória do idoso tem como base um fundo mais delimitado do que a memória de um jovem ou adulto (BOSI, 1994). Conforme a autora, o adulto ativo, de modo geral, não se ocupa com o passado, pois, “para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação” (BOSI, 1994, p.60). Por outro lado, as lembranças do passado, por parte do idoso, não consistem em uma forma de descanso momentâneos para lidar com o cotidiano, mas, ao contrário, o idoso está se ocupando “consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (BOSI, 1994, p.60).

A memória aparece como função social, constituindo-se com um mundo cheio de riquezas e diversidades que não teríamos acesso se não fosse pela memória dos idosos (BOSI, 1994). Conforme a autora, a fala do idoso sempre evoca uma experiência profunda, transpassada pela nostalgia, revolta, ressignificação pelo desfiguramento dos lugares, pela perda dos vínculos. Neste estudo, as ameaças de remoção têm representado a inquietude, revolta

e mobilização frente à possibilidade de rupturas no processo de construção histórica dos idosos, simbolicamente concretizada pela comunidade.

Considerando os apontamentos anteriores, busco apresentar uma construção histórica da Vila Vicentina a partir das memórias relatadas pelos moradores. A apresentação escrita da história, conforme apresentada no capítulo metodológico, tem como inspiração o método da Narrativa Socioafetiva Urbana (BERTINI, 2014). Originalmente, este método consiste em transformar as falas de moradores, em primeira pessoa do singular, em uma história coletiva, compilando-as em um cenário narrativo na terceira pessoa. Com isso, é possível observar os afetos do fenômeno estudado em sua totalidade, sem que o relato seja particularizado. O método criado por Bertini (2014) busca explicitar os afetos, fundamentando-se em Walter Benjamin para a construção narrativa.

Na minha pesquisa, eu tomo como base a ideia da integração das falas dos moradores para a construção de uma narrativa una, no entanto, crio o cenário de um modo diferenciado, uma vez que o texto narrativo elaborado por mim enfatizou as memórias e o caráter histórico da comunidade, além de recorrer teoricamente as formulações de Lev Vigotski. Desse modo, acredito na importância de preservar a singularidade na fala, pois, por mais que as palavras em primeira pessoa verbal sejam carregadas de sentidos pessoais, ainda assim apresentam as significações coletivas, uma vez que o processo de significação das palavras é dialético (VYGOTSKI, 2001).

Com isso, organizo a história a partir de partes literais dos relatos dos moradores, estes identificados por cores correspondentes aos nomes fictícios que eles se atribuíram na oficina de Mapas Afetivos (Ver Quadro 21). A primeira pessoa verbal sinaliza um autor que vivencia a história, reafirmando a existência de alguém por trás de cada palavra anunciada. Desse modo, também identifico quem verbalizou cada frase da construção histórica, de onde veio cada memória, atribuindo identidade individual e coletiva no processo. Assim, a construção da narrativa se iniciou com inspiração no método Narrativa Socioafetiva Urbana (BERTINI, 2014), mas voltou-se para a análise da construção histórica da comunidade a partir das memórias relatadas pelos moradores, tendo como base teórica de análise o processo de atribuição de significado e sentido às palavras (VYGOTSKY, 2001), configurando uma Narrativa Histórico-Comunitária<sup>71</sup>. Então vamos à história.

---

<sup>71</sup> Sugestão de nomenclatura dada por Dr<sup>a</sup>. Karla Patrícia Martins Ferreira, membro da banca de defesa da Dissertação.



Quadro 21- Identificação dos autores das memórias-histórias por cor

Cláudia – Cor rosa
Gordinha – Cor vermelha
Luciana – Cor azul
Filho – Cor amarela
Margarida – Cor roxa
Capitã – Cor dourada
Zil – Cor vinho
J - Cor verde
Eu – Cor preta [escritos entre colchetes para acrescentar alguma informação que complete a história com base no que é relatado]

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Um dia desses eu tava na frente lá de casa, aí passou um senhor [e perguntou]: Quanto é pra alugar uma casinha aqui? [Eu respondi]: Meu senhor, tão é querendo tirar a gente daqui. Viram as casas derrubadas e perguntaram se estavam alugando.

[Minha mãe] adquiriu [a casa] através do Coronel Adacto [um dos antigos administradores da Vila]. [...] Pra gente conseguir uma casa aqui, a gente tinha que vir todo domingo pra reunião. Todo domingo até sair a casa! Tinha ata, aí todo mundo assinava. Era como se eles quisessem aumentar o número de pessoas da reunião, porque quando eu vim morar aqui, foi a primeira coisa que disseram. Tinha que participar das reuniões. Tanto que eu virei Vicentina também. [...] Era tão difícil conseguir a casa aqui, que era quase como ganhar na loto, né? Porque era difícil que desocupasse. Morria a pessoa, mas a pessoa as vezes tinha família, já passava de um pro outro. Ou pra outra velhinha. Por exemplo, se tua mãe morre... os parentes que vêm.

Ele [Adacto] não falava dos critérios [para a aquisição] da casa, não, isso era particular. Ele dizia que essas casas foram construídas para poder as idosas viúvas morarem com seus filhos, mas que foram alugando por uma taxa simbólica para poder ajudar as outras conferências. Porque na Sociedade São Vicente de Paulo [SSVP] existe essa história de conferência, né? Que eu não sei explicar muito bem.

[Quando cheguei à Vila], eu morei em outra casa, pequeninha [e aí, depois, mudei para uma maior]. Antes a gente podia fazer isso: se sua casa era pequena e sua família ia crescendo, você podia pedir ao administrador, na época, como era chamado, para trocar de casa. Que era no caso de uma pessoa sair, aí a gente trocava de casa.

Tem um detalhe que ninguém falou ainda: essas casas o cupim comeu toda a madeira, e a telha foi toda estoirada, então todo mundo fez alguma coisa, comprou uma madeira, trocou a telha. Tava caindo tudo. [Quando a gente chegava nas casas], se a gente não ajeitasse,

ninguém ajeitava. Lembrei que cheguei na casa e era tudo horrível. Era tudo esculhambado. Lá em casa, eu troquei tudo. Eu troquei a fiação e o telhado todinho. As portas troquei. Cheguei não tinha energia, não tinha água, não tinha nada. Não tinha nem aparelho sanitário. [Só] aqueles aparelhos que faz de tijolo, que é só o buraco. [...] Também porque era só pra senhora de idade, né? Então tinha que ser assim, até para elas sentarem. Quando eu cheguei, ainda tinha fogão de barro<sup>72</sup>.

E era só mato aqui, não tinha planta não. Porque diziam que não podia plantar, nem podia fazer cercadinho, para não haver divisão, porque era quintal comunitário. Sempre existiu isso aí. Também não tinha esse muro da frente, da Antônio Sales, não tinha. Nem na Antônio Sales, nem na Tibúrcio. Era só a calçada.

[Aqui era chamado de Vila Cinzenta], porque era o padrão de ser pintada de cinza, até hoje. De primeiro, era uma exigência fundamental do Conselho Metropolitano [São Vicente de Paulo] de ser cinza, não podia ser outra cor. Cinza era o padrão da Vila, mas dentro, se você pintasse rosa choque, verde limão... ele [administrador Adacto] chegava e dizia: Dona Maria José [outra administradora que ajuda o Coronel], eu dou tantas horas pra passar água, porque não pode. Ele olhava todos os cômodos dentro de casa para ter que ser do jeito que ele queria. Aí, depois que deixaram de pagar, que ficou entrando todo mundo pra morar, começaram a pintar de toda cor. Por fora tudo cinza, por dentro podia ser de qualquer cor. Mas ainda tá toda cinza. Só depois de a gente adquirir a propriedade [é que talvez poderemos mudar a cor]. Aqui eu sei que é cinza, não sei as outras [Vilas administradas pela SSVP].

[A Vila Vicentina era administrada pela] Sociedade São Vicente de Paulo [que] é uma instituição filantrópica que vem da França e outros cantos, aí. [Ser vicentino] é ser um servidor ao pé da letra, fazer a caridade. Aí de 10 a 15 pessoas se reuniam e vão discutir o que tá se passando naquela conferência que acompanha a comunidade. Porque no ramo vicentino existe as conferências, existe a Conferência São José, que era a nossa, existe a Conferência São João Gabriel Perboyre, e várias conferências, Santa Gorete. Aí a conferência era toda semana, uma vez na semana, aí você lia uma parte do evangelho e dali você tirava o que você iria aplicar. Aí você tinha as assistidas, que podiam ser daqui ou de outro local. Aí a gente fazia uma coleta e toda semana levava o valor “x” para a assistida. E às vezes levava também uma cestinha.

<sup>72</sup> Os moradores constroem simbolismo do espaço independentemente da relevância estrutural ou arquitetônica que o lugar apresenta. Sobre estes espaços, torna-se importante a identidade social e a identidade de lugar (POL; VALERA, 1999). Esta última está relacionada aos processos de identificação que as pessoas e os grupos estabelecem com o ambiente urbano, podendo ser um bairro, uma área específica ou toda a cidade (POL, VALERA, 1999). A identidade social urbana revela características similares e diferenças entre essas pessoas e grupos que compartilham o mesmo ambiente, diferenciados em relação aos demais grupos e pessoas de outros lugares.

No início, até que eu achei legal, mas depois, não sei se porque a São José foi empobrecendo, não existia mais benfeitores, não sei se os benfeitores foram desacreditando da Sociedade São Vicente de Paulo [...] Mas depois foi enfraquecendo, os benfeitores foram sumindo, e ficava só a gente. Mas só ficava na conversa, eu não via ação. Aí acabei desistindo de permanecer. Antigamente, os administradores, eram aqueles filantrópicos. Eles tinham uma profissão e no seu tempo de folga ele ia [fazer as benfeitorias com os mais pobres]... Hoje em dia, não.

[Esses que hoje dizem administrar a Vila são leigos]. Só o nome que é de São Vicente. [A Sociedade São Vicente de Paulo] é um ramo de leigo de São Vicente, leigos. As coisas que eles administram lá, os vicentinos administram pra si. Para benefício de si. Teve uma Vila que foi vendida na Parangaba, há tempos atrás, que tipo assim, foi a mesma causa que usaram daqui, né? Tem outras Vilas administradas pelos Vicentinos que, se você for lá, não tem administração de nada. Não tem essa, né? Que eles estão alegando, que é pra ajudar o povo. Não existe mais isso.

Eu não entendo como é que existe a Família Vicentina. [...] [Atualmente], dentro da igreja, para as reuniões e tudo que existe, nós somos um ramo [da SSVP]. [Mas] quando é pra falar disso [das ameaças de remoção], não. A igreja [diz] “nós não temos parte”. Quando é pra falar de dinheiro [que tá envolvido nas ameaças de remoção, eles dizem que essa SSVP] “não tem ligação com a igreja”.

[A Vila teve vários administradores, como o Coronel Adacto, a dona Maria José, a Irmã Maria e a Dejanira]. [Na época do Coronel Adacto], ele obrigava todos os moradores irem para a reunião da semana, todos os domingos tinham reunião. O Coronel, ele era um homem bom, com suas qualidades e seus defeitos. Ele era uma pessoa muito legal. Eu gostava dele. Fazia festa, dava presente a gente. Eu gostava do jeito dele, era atencioso. Mas tinha respeito, tinha moral, porque ele era do exército, né? Mas ele também arrumava muitas doações pra Vila.

Tinha essa dona Maria José, que ela tinha mão de ferro e organizava tudo isso aqui, e ninguém fazia o que queria aqui não. Maria José era moradora e ajudante do administrador Coronel Adacto. Depois que ela morreu, aí foi que a desorganização começou.

A Irmã Maria era uma freira que morava aqui e tomava conta... Eu não sei como ela conseguiu essa casa. [Mas] era uma Freira aposentada, e talvez por ela ter sido freira, deve ter sido muito fácil de ela conseguir a casa. Ela se preocupava muito com a limpeza. Todo dia ela limpava isso aqui tudo. Sempre tinha uma menina para ajudar ela em casa. Ela que organizava as missas que tinha aqui. Essa irmã, ela ajudou muito. Aqui era tudo bonitinho. Capela, calçada.

[Por fim, teve a Dejanira] que era presidente do Conselho Metropolitano. Foi na época dela que [muitas coisas ruins começaram acontecerem mais intensamente com a Vila]. [Dejanira] se juntou com outros administradores e disse: “eu tô preparando uma coisa boa pra vocês”. Aí destruiu a caixa d’água e destruiu a cacimba. Na época, ela era presidente do Conselho Metropolitano, então ela tinha esse poder.

Quando eu cheguei aqui, ainda tinham as muitas pessoas que eram chamadas assistidas, inclusive moravam de duas em duas. Ser assistido tinha que fazer o que o administrador quisesse, dormir tal hora. Não era democracia. Era na ditadura. Se sua mãe ou avó morasse aqui na vila e fosse assistida, e você viesse visitar, tinha hora de ir embora. Porque você não estava pagando a taxa, vocês estavam morando de graça<sup>73</sup>. Tinham poucas casas alugadas, eram mais as senhoras, velhinhas mesmo. Eu mesma fui pra uma depois que ela faleceu.

Ele [Adacto] fazia um contrato com a gente de um ano, no caso foi feito no nome do meu marido. Desde que eu cheguei aqui, eu soube que esse aluguel simbólico que eles cobravam, simbólico porque era pouco demais, né? Aí eu digo um valor simbólico porque na época, vamos supor, 100 reais tinha o valor de 10 reais hoje. Pouco, né? Realmente pra uma casinha aqui... ainda não era esse bairro conhecido como agora, não. Que hoje as empresas estão tudo atrás de. Setor imobiliário tudo atrás, né? De pegar essa fatia aqui.

Antes era tudo das assistidas, mas aí os administradores foram chegando, inclusive esse coronel Adacto, e: “vamos alugar, metade dessas casas, pra gente angariar alguma coisa para fazer alguma benfeitoria pra essas assistidas. [No início, até] não era nem no intuito de adquirir verba, era uma taxa para cuidar dos assistidos. Umas seis ou oito senhoras assistidas, mais velhas. Só que as vezes, não era assim que funcionava. Aqui eles não faziam essas benfeitorias. [...] Nunca chegou um administrador na porta dessas senhoras para dizer “tá aqui um pacotinho de café”. Como é que é uma pessoa assistida e ninguém visita ela? Se não fosse os próprios vizinhos que cuidassem quando estavam precisando, ninguém queria saber. Aí quem ia visitar era a gente.

Agora, todo dia 10, vinha aqui receber o cachê. Todo mês vinha um são Vicente aqui. Era dona Maria José que pegava [os alugueis]. Aí depois foi ficando tudo desorganizado. Aí foi que o povo percebeu que as assistidas não estavam sendo assistidas, aí deixaram de pagar.

---

<sup>73</sup> É interessante pontuar que o estabelecimento de significado e sentidos, individuais e coletivos, relacionados aos lugares de vida, não se baseiam somente nas vivências diretas e na prática funcional ou subversiva que se desdobra. Há também o valor simbólico que essas pessoas e grupos atribuem ao lugar, “[...] construído pela cultura, pelas relações sociais, pelo jogo do poder” (JODELET, 2002, p.34).

Aí eles [administradores] foram se modificando também, achando que a gente era inadimplente. Mas não éramos, foram eles que não deram assistência a essas pessoas que eles deveriam dar. Eles estavam só levando [taxas] e não tinha retorno, pra cuidar da Vila e das assistidas. [E também] porque assim, já tinham pessoas que já não pagavam antes. [Principalmente depois] da descoberta que essas casinhas não têm registro, não tem matrícula. Tem um morador aqui, que a mãe dele morreu, ele ficou na casa, mas nunca pagou nada. Os filhos das assistidas que morreram, eles ficaram e não pagaram aluguel. E [os administradores] viviam ameaçando de colocarem eles para fora, mas nunca colocaram. A gente não entendia porque. Depois a gente foi entender porque não existia documento para legalizar a saída deles. E a gente era enganado, pensando que isso aqui realmente era deles [da SSVV]. Depois foi que a gente foi descobrir. A gente sabia que tinha sido uma doação. Mas pensava que tinha sido registrado, mas não foi. [Aí mais ou menos] em 2010 [deixamos de pagar os alugueis].

Quando chegamos aqui, tinha ainda a sala de reuniões, [...] que depois foi uma escola, mas era o salão de reuniões. [...] Tinha reunião todo domingo, aí nesse salão. [A escolinha também] era ali onde era o salão das reuniões. Que depois que os administradores foram se acabando, foi ficando mais lá pro prédio oficial, vicentino. Aí dona Maria José morreu e pronto. Esse salão ficou desocupado por um bom tempo. Aí a Irmã Maria, justamente depois que ela chegou, teve conhecimento, conseguiu funcionar, fazer aí como uma escolinha. E durante muito tempo serviu. Era só à noite. Era pra quem quisesse.

Tinha o gabinete dentário também, que é justamente onde é a casa da \*\*\*\*\*. Tinha uma tesouraria também, na casa onde a \*\*\*\*\* morou com o pai dela. Aqui tinha posto médico. E aqui tinha atendimento médico. E também, na casa da \*\*\*\*\* , tinha o gabinete dentário e tinha uma enfermaria. Posteriormente, depois que o Coronel Adacto saiu daqui, a dona Maria José passou a cobrar somente a anestesia do dente. Vinham muitas pessoas para arrancar dente. Tratar não, só distrair.

Aqui tinha um telefone público também. Aí nessa caixa d'água. Nessa época, ninguém tinha telefone em casa, né? Aí todo mundo chamava os outros para ir atender telefone. Aí depois colocaram bem aqui, dentro da Vila, mesmo. Aí ficou melhor. A gente ouvia chamar, corria e atendia. [Era um telefone] só pra Vila. Aí depois colocaram ele na esquina; quando ele foi pra lá não tinha mais quem fosse chamar ninguém, aí pronto, foi tirado.

Tinha, quando eu cheguei aqui, esse chafariz. Já estava praticamente deteriorado. Só existia as torneiras e ele tava sem telha. Tinha caixa d'água, mas não tinha telha. A caixa d'água que abrangia a todos os moradores dos arredores, porque [tinha] a dificuldade da água, e tinha uma bomba. Vinha gente dessas casas que não eram prédios lavar roupa aqui na

lavanderia, que era da caixa d'água, tinha várias pias. Então vinham de fora para lavar roupa aqui na Vila, as domésticas. [Depois de um tempo], nem água [tinha, porque] tinha sido cortada. Aí [depois], a água era ali, que vinha da Cagece numa torneirinha. Depois cortaram a água da Cagece e foi pra bomba. A água era difícil mesmo.

[Na Vila], tinha um cacimbão, enterraram o cacimbão. Água boa, a gente dava água pra todo mundo na época da falta d'água. Aí mandaram entupir o cacimbão. O Cacimbão mais de 25 metros. Jogava uma pedra e demorava era muito para ouvir o fundo, era bastante fundo. Foi Dejanira quem mandou entupir esse cacimbão. [Mas] eu tô tentando [cavar o cacimbão de novo], porque é uma maneira de garantir água que a gente vinha com medo de sofrer um colapso esse ano. Ainda bem que a chuva chegou. Então a gente vem se preparando pra ou furar um poço ou ativar o que já tem aí. Então eu achei que a maneira mais fácil seria ativar o que já foi feito. Seria mais barato. [Também] por conta do tombamento, [...] seja melhor no canto que já existe pra que não mexa em outro local, pra não prejudicar a gente. É melhor que seja no mesmo local<sup>74</sup>.

[Bem antigamente], toda sexta-feira, a padaria Napolitana, que hoje é a [loja] Macavi, o Moura [que era o dono da padaria] doava pães para os idosos da Vila. E o coronel [...] arranjava no exército carne, leite. Aí toda sexta-feira, à tarde, chegava um caminhão, entrava por esse portão. Aí ficava na fila [feita pela] Dona Maria José, [que também era] administradora da Vila, e ficava todos os idosos com a bacia pra receber [...] pão que o Moura doava e carne que o exército doava.

Eu era pequeno, eu ia buscar bolacha lá na Fábrica Fortaleza, que a Irmã Maria pedia. Eu lembro que, quando era pequeno, esse pessoal rico fazia todo natal, dia das crianças, fazia distribuição de brinquedos. Então, antigamente era muito organizado. O caminhão chegava aí, inclusive com essa dona Maria José, e era distribuído também até aquelas asinhas

---

<sup>74</sup> A partir desse momento da história, já podemos observar os aspectos relacionados à construção da da identidade social urbana. Esta é marcada por seis principais dimensões, que constituem, em processo dinâmico, como fatores fundamentais para forjar a identidade social urbana, configurando-se como uma subestrutura da identidade social (POL; VALERA, 1999). Na Vila, vemos a dimensão I) *territorial*, referente aos limites geográficos e as suas características, ao delimitá-la dentro do bairro Dionísio Torres; a II) *comportamental*, referente às práticas sociais compartilhadas pelas pessoas e/ou grupos, expressa-se na história dos moradores, inicialmente, pelas participações das reuniões, pelos deveres enquanto vicentinos, etc. Na dimensão III) *social*, referente às estruturas e configurações sociais; vemos, inicialmente, que inclusive o modo de ingresso dos moradores dentro da comunidade poderia ser diferenciado, por exemplo, como assistido ou pagando uma taxa. No âmbito IV) *ideológico*, constituindo-se por meio dos valores, crenças e culturas compartilhadas, vemos arraigados os valores da caridade e da benfeitoria aos pobres como norte para as ações, que foram se modificando com o tempo. No V) psicossocial, consistindo nas características típicas e estilos de vida dos moradores, há o hábito de conversar uns com os outros, a confiança estabelecida, ajuda mútua, a receptividade dos moradores, etc. Por fim, na dimensão VI) *temporal*, configurando-se a partir do sentimento de compartilhar uma história em comum, como vemos na própria história aqui relatada, que se construiu por múltiplas vozes com unidade.

de frango. Também vinha os sopões. [...] depois que a dona Maria José morreu, acabou praticamente as benfeitorias que existia.

[Os últimos administradores não faziam mais nada], não pintavam nem o muro. [Isso] depois que dona Maria José morreu, mas antes existia. Os outros administradores faziam mutirão. Eles pediam às pessoas, os que faziam benfeitorias, e era pintada toda a Vila de Cinza. Porque tinham as pessoas que doavam. Existia um tempo, realmente, que a sociedade funcionava. Prestava, realmente. Mas todo final de ano tudo era pintado. Tanto as paredes como as portas das casas, por fora. Cinza.

[Depois de um tempo, foram aparecendo mais conflitos na Vila]. Desde que eu cheguei aqui que a conversa é essa: “tá vendida”. Como eu estou aqui há vinte anos, quando eu entrei, assim que eu me integrei na comunidade, eu já soube que já tava com a espada na cabeça. Já existia aquelas conversinhas: “a vila parece que vai ser vendida”. A gente tinha medo, mas não era uma coisa tão concreta. Eles [últimos administradores da SSVP] faziam ameaças, mostravam uns papéis, umas coisas, mas ninguém acreditava. Aí ia passando o tempo. Teve uma época que a gente andou correndo atrás, tipo assim, ameaçando procurar a imprensa, a rádio, essas coisas tudo. Aí o negócio acalmou. Só que do jeito que veio agora foi a pior fase.

Quando a Dejanira começou foi que o negócio piorou. [Ela] fez um contrato por debaixo dos panos, de gaveta. Ela mandou derrubar a caixa d’água, ela alugou isso aqui [quintal na frente da capela] pra estacionamento da Uniodonto. Ela levou o altar, levou até [a escultura de] São Vicente. Que era pra acabar com a capela. Para descaracterizar.

[Além dos administradores, passamos a ter uma associação também contra a gente], uma associação corrupta que tem aqui dentro ainda. Tem uma associação de moradores [...] que tem outros moradores aqui também que fazem parte. E a gente não reconhece mais desde que descobrimos, no ano passado, essas falcatruas deles, que são eles que querem negociar, se juntaram ao Conselho Metropolitano e tão dando tudo facada na gente. A gente não reconhece mais essa associação. E eles ainda estão com um pedido na Defensoria para que o defensor ajude na negociação. O defensor chamou a gente pra explicar quem estão com essa ação lá. E ele não pode dizer “não” porque o dever dele é atender a todos. Mas eu achei que ele tá mais pro lado de lá. A Resistência tá perdida nesse caso. A associação está mais influente lá pro defensor.

[Depois que alguns moradores negociaram as casas], nós recebemos uma coisa de reintegração de posse. Só que foi numa quinta e a agente achava que ia ser lá pra segunda. Aí quando foi na sexta [28 de outubro de 2016], já vieram mesmo derrubando tudo. Um monte de advogado tudo pedindo que não podia, não podia, não podia, mas ele [representante com ordem

judicial, disse]: “pode derrubar. Tá dizendo aí que o cara é o dono e pode fazer o que ele quiser. Ele mandou derrubar, derruba”. Foi desse jeito. Foi um dia de desespero. Todas as mídias aqui presentes, pedindo que não, gritando, mas mesmo que nada. Muito triste.

A pior foi a minha [Casa de Margarida]. Que a minha estava no meio da demolição, eles colocaram a minha casa como se tivesse invadida. O outro pessoal que colocou, o do contra, colocaram eu como se tivesse invadido. Eu disse não vou sair daqui, não. Mas meu menino disse: “mas mãe tem que sair, quando eles vêm com ordem da justiça, eles colocam tudo pra fora e lacram a casa”. E eu disse: “e eu vou ficar no meio da rua?” [Meu filho disse]: “Não, mas se é a justiça, tem que fazer isso mesmo”. Minha pressão subiu, eu disse: “eu morro aqui dentro, mas não saio”. E uma bichinha [moradora que negociou a casa] ainda disse pra mim: “tua casa tá no meio por causa do seu filho”. Mas só que depois ela veio me pedir desculpa.

Desde 28 de outubro, quando ocorreram aquelas demolições, [a relação entre os moradores] tá horrível, tá tudo intrigado, vira a cara. São tão otários que perderam as amizades só por causa disso. A maioria ficou de mal, mal mesmo. Dá nem mais “bom dia”. Mas de todo nosso relacionamento com eles, a gente não nega de dar “bom dia”, “oi”. Os que querem sair se intrigaram com os que querem ficar, porque acham que nós estamos prejudicando eles, atrapalhando a negociação deles, né? Estão pensando em dinheiro, mas pra quem é inteligente, dá pra saber que não sai dinheiro. Até agora estão [os administradores da SVVP e a imobiliária] só enrolando [os moradores que querem sair]. Nós não queremos ir. Nós queremos morar aqui. Nós queremos a moradia, ficar aqui. Eu não quero dinheiro, eu quero é sossego. Dinheiro não me interessa não, eu quero é ficar aqui. Quero é paz. Mas a maioria tá intrigada mesmo, de dar piada.

Aí eles começaram a jogar piada para a Resistência: “pode esperar que vocês vão ver o que vai acontecer com vocês”. Já sabiam que iam ser demolidas, mas nós não sabíamos. O negócio foi tão programado que eles incluíram a casa da Margarida, exatamente, por causa da divergência e represália, porque eles tão contra nosso grupo. Como o filho dela é um dos mais ativos do grupo, então eles, por represália colocaram, a casa dela.

[Antigamente, antes das casas demolidas], não entrava ninguém desconhecido aqui. A não ser que fosse na casa da gente, um parente, e não podia nem ficar. E agora não, já entra. Antes deixava o portão aberto, estendia roupa aí. Agora não, o portão é fechado todo o tempo. Eu tenho muito medo de sair daqui, né? De ir pra um canto que eu não conheça. Aqui eu chego qualquer hora. Não tenho medo de dormir só. [...] se fosse em outro canto, eu teria. Mas aqui eu não tenho, me sinto segura. Pensar em mudar pra outro canto eu já fico “meu Deus, como é



que vai ser?”. Será que vai ser seguro, se não vai ter perigo<sup>75</sup>. [Porque aqui eu só] não confio deixar minha porta da frente aberta, mas a de trás [pode ficar]. Apesar de no início, de eu ter chegado aqui, você chega e encontra as pessoas estranhas, né? Desconhecidas. E eu achei estranho o quintal ser comunitário, mas depois eu fui me habituando. E agora, praticamente é minha casa, o quintal também. [Mas agora] a gente só tá com mais medo agora por conta das demolições. Porque antes, aqui, a gente nem se lembrava que existia ladrão. Fechando a porta da frente, você viajava, voltava e estava tudo no canto, tudo direitinho. O perigo ficou maior. Depois das demolições, o perigo foi por conta das casas destelhadas, que facilitou a entrada dos ladrões.

[Por exemplo], ali na outra casa, ele [um ladrão] viu que não tava em casa. A casa estava destelhada ele subiu pela janela e destelhou, ainda quebrou o forro que tinha lá, pra descer, pegou umas coisas e voltou pelo menos canto. Por isso, por causa das casas destelhadas. [Teve outro acontecimento ruim quando] a \*\*\*\*\* foi para um mercantil, quando chegou a porta estava arrombada. Ela me chamou, a gente colocou lá umas travas, ela foi ver o que tinham levado, levaram só dois ventiladores. Mexeram em muita coisa, mas não levaram. Na casa da \*\*\*\*\*, a Cláudia passou e viu um sujeito amarrando um pacote, né? Aí ele perguntou pra ela “tá com medo, dona?” Ela disse: “não, tô não”. Aí passou, né? Aí quando ela chegou em casa e me contou, então eu disse: “vou ver se buliram na casa da \*\*\*\*\*”. Eu fui por fora, tudo beleza. Quando foi à noite, a gente notou a luz acesa: “não tem ninguém aqui, como a luz tá acesa?” Aí foi quando a gente foi ver por trás, tava a porta arrombada. Tava uma maior bagunça.

Somente depois do que aconteceu, essas demolições, a gente tem um grupo [a Resistência Vila Vicentina], se uniu mais. Quem quer ficar se uniu mais. Agora quem quer sair, a gente deixou pra lá. Eu acho que provocou a união entre nós e eu acho que a cada dia que passa, eu me sinto mais incentivada a procurar apoiadores, meios, todas as formas de a gente ir em frente e chegar à vitória. Eu me sinto cada dia mais entusiasmada pela luta. [...] Eu temo, porque eu sei que influência política e poder são coisas contra as quais não queremos lutar. Nós não poderemos prever os resultados. Mas assim, incentivo pra luta, primeiro de Deus, depois da nossa união e, depois, com a ajuda dos nossos apoiadores.

Tem sido complicado, difícil. Difícil, primeiro, porque a gente sabe que tem muita

---

<sup>75</sup>As transformações urbanísticas tanto podem ser processos drásticos e rápidos (decorrentes de fatores econômicos, por exemplo), porém as transformações, ou a reconstrução de uma identidade social – que possibilite a coesão entre os membros e o estabelecimento de vínculos fortes, é um processo demorado e um até mesmo doloso para as pessoas que, neste ambiente, estabelecem relações capazes de atender suas necessidades pessoais, redes de apoio social (POL; VALERA, 1999). Dentre as consequências da perda dos referentes simbólicos das relações das pessoas com seus espaços e de suas relações sociais, podem ser citados a marginalização, o individualismo, a falta de solidariedade, o mal-estar pessoal e social, etc. (POL; VALERA, 1999).

coisa rolando aí, mas a gente tem muita esperança, mas a gente não sabe o que pode acontecer. A gente tem muita espera de que dê tudo certo. Mas a gente também tem muitas dúvidas, porque a gente sabe que influência política, poder, muita coisa pode rolar no meio dessa história e a gente tem que tá preparado pra isso. Estamos torcendo pelo melhor. **A gente tá lidando, de alguma forma, com os órgãos públicos. E eu vou dizer, viu? Eu não tenho totalmente credibilidade nesses órgãos públicos, não. A prefeitura até hoje não se manifestou, né? Com esses entulhos [das casas demolidas] que tem aí. Em relação às ZEIS, que as comunidades até hoje estão sofrendo, por causa que não foi regulamentado. Ainda inventaram uma tal de LUOS<sup>76</sup>? Pra que? Pra beneficiar quem? Aos ricos. A nós é que não é. A LUOS, que me parece, ela extingue as ZEIS e renova uma outra lei que favorece o comércio. Favorece às construções. É os outros que tem grana! [Mas] a gente tá colocando muita fé no [escritório] Frei Tito. Eu acredito muito no trabalho deles.**

No meu modo de entender, a única esperança nossa é o tombamento. Se não tombarem, com certeza comprarão tudo. [E tem que ser tombado porque tem muitos motivos], eu acho que pelo tempo de existência dela, pelo padrão de construção dela, pelo sentido filantrópico que ela teve no passado. Eu acho que é muita coisa. Eu tive observando, muita gente passa aí e diz: eu tinha tanta vontade de entrar nessa Vila para saber como é por dentro. Porque é uma coisa tão antiga. Aí eu fiquei imaginando: deve ser tombada porque é antiga, se torna um patrimônio histórico, porque é muito arborizado. Ela tem vários sentidos do tombamento.

Primeiro, se torna um patrimônio histórico, foi o primeiro conjunto da Aldeota<sup>77</sup> feito de mutirão. Segundo, porque ela iniciou a Aldeota. Só dizer que aqui nosso bairro, denominado agora de Dionísio Torres, Dionísio Torres por que?<sup>78</sup> Porque foi justamente esse senhor que fez várias doações. Que tudo aqui, praticamente, foi doado por ele.

Quando o Dionísio fez a Vila aqui [...], então o pessoal viu a vila e foram se aproximando. Quer dizer, a Vila valorizou a Aldeota. Antigamente, ninguém queria um terreno aqui, porque era longe do Centro. Mas depois que a Vila foi situada, aí a cidade foi crescendo pro lado nascente. **Inclusive, aquele terreno pra colocar a primeira torre de televisão, foi ele que**

---

<sup>76</sup> Em 12 de dezembro de 2016, foi publicado um documento que propõe emendas na Lei de Uso e Ocupação (LUOS), feita pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Esse documento gerou diversos questionamentos, principalmente em decorrência sobre a inserção de novas áreas voltadas para as Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS) – que dá ênfases aos interesses do mercado, enquanto questões relacionadas à habitação social e a preservação ambiental e patrimonial não receberam destaque, gerando descontentamento por parte de especialistas, pesquisadores e militantes.

<sup>77</sup> Por estar em uma região próxima à Aldeota, muitos moradores fazem referência a esse bairro, bem como ao bairro em que estão, oficialmente, localizados.

<sup>78</sup> Jodelet (2002, p.38) aponta que a relação entre a memória e a cidade é atravessada pela identidade, seja por meio da identificação com o lugar ou seja pelas “[...] afirmações identitária que são estabelecidas como respostas às imposições dos espaços coletivos pelos planos de urbanização”.

também doou. A praça da imprensa também foi doada por ele. Essa caixa d'água ali. E esse terreno aqui que tá a nossa Vila. Quer dizer, era tudo mato. Só mato. E ele foi, construiu em benefício das pessoas mais necessitadas essa vilinha, e faz 71 anos que existe essa vilinha aqui. Então pelo histórico de 71 anos, pelas benfeitorias que essa vila está proporcionando a essas pessoas que moram aqui até hoje. O bairro cresceu em torno dessa vilazinha aqui mesmo.

Outro aspecto importante: a forma horizontal dela é muito saudável, o clima. Porque se colocarem aqui duas torres, lógico que vai prejudicar o clima. Vai abafar. Outra coisa: a gente passa aqui, conversa com morador na porta, com outro na outra porta, se colocarem um condomínio aqui, vai levantar aquele muro. Quem passa não sabe quem tá ali dentro. Porque um condomínio de torna um lugar completamente isolado. Só vê o murão por fora. Quer dizer, uma coisa estranha pro sentido populoso da região.

Eu acho que uma cidade, uma cidade significa comunicação, população e comunicação. No próprio instante que colocam umas torres e cerca de muros altos, acabou-se a comunicação<sup>79</sup>. Acabou-se o sentido de cidade. Essas são umas das razões que eu acho que deve ser tombada. [...] Não só por nós precisar da moradia, mas pelo símbolo, porque se acabar essa Vila, acabou-se o símbolo do progresso da aldeota, do bairro, porque só tem arranha-céu. Nós somos cercados, se você olhar, nós somos cercados de arranha-céu.

\*\*\*\*

As lembranças que findam a história dizem respeito aos eventos mais recentes da comunidade, principalmente dos últimos três anos. Como vemos, os moradores vêm apostando na possibilidade de tombamento da comunidade como um passo à frente para conquista, não só pela permanência, mas também pela valorização das dimensões físicas, históricas e sociais da comunidade. Tendo isso em vista, busco discutir um pouco mais sobre o processo de tombamento da Vila, antes de encerrar essa seção. Falar sobre esse processo me é bastante caro porque, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, senti-o como uma das vivências mais potencializadoras nesse percurso de aprendizado de pesquisador. Pude fortalecer meus laços com a comunidade, compreendi-a melhor a partir do atendimento aos que a comunidade apontava como mais importante, senti que poderia ajudar e, conseqüentemente, enxergo com um de meus momentos mais ativos na pesquisa.

Tomando como partida todas as memórias históricas até aqui relatadas, vemos que

---

<sup>79</sup> Bernal, Bomfim e Mudo (2009) apontam que o aumento da verticalização nas cidades vem mudando as formas de vida das pessoas, repercutindo nas relações familiares e de vizinhança e as relações com o solo e natureza. Para as autoras, há uma intensa valorização da vida privada, diminuindo a relação indivíduo-sociedade. Nos lugares mais verticalizados, há uma “[...] substituição da ‘cultura das calçadas’ pela cultura do elevador” (p.264), que acaba por desagregar “o cidadão do resto da sua vizinhança, da rua, e muitas vezes da própria cidade (p.265).

o simbolismo que o espaço tem para a vida das pessoas não deve entendido somente como um conceito teórico e abstrato necessário para a compreensão e explicação dos processos psicológicos (POL; VALERA, 1999). Com base nessa compreensão, os autores apontam que, por meio do simbolismo do espaço, é possível também a explicação e a intervenção na gestão, criação e manutenção do espaço urbano, tanto a nível pessoal como coletivo. Com as análises sobre os simbolismos atribuídos pelos moradores à comunidade, vemos que a possibilidade de tombamento da Vila Vicentina da Estância apresenta-se como um instrumento efetivo na luta por permanência dos moradores. Tem-se o tombamento como síntese da preservação de memória-histórias sobre modos de relações, modos de comunidades, modos de ser de Fortaleza; ou seja, uma síntese simbólica que reafirmar a necessidade, no âmbito individual e coletivo, da

[...] valorização dos fenômenos da memória como mecanismo de defesa das identidades, mas também que existe aí uma grandeza que se abre para favorecer um desenvolvimento durável e que não seria apenas a memória dos lugares, mas também a memória dos costumes, a memória do modo de vida, memória das técnicas, que poderiam fazer o papel de algo que reforça e estabiliza, no sentido da duração e da proteção, a evolução social e material (JODELET, 2002, p.42)

O tombamento é uma medida de proteção do patrimônio, consistindo num processo administrativo do Poder Público com o objetivo de preservar o patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, concebe como patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988/2018, p.160). Tais bens podem constituir-se de I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O processo de tombamento na Vila começou pouco tempo depois da demolição, completa e parcial, das oito casas. Ainda no mês de outubro, a prefeitura de Fortaleza recebeu, concomitantemente, três pedidos de tombamentos da comunidade, solicitados pelos vereadores Guilherme Sampaio (Partido dos Trabalhadores) e João Alfredo (Partido Socialismo e Liberdade) e pelo professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC Romeu Duarte Júnior, tendo sido atendida esta última solicitação. A iniciativa, garantiu, provisoriamente, que a comunidade fosse tombada, evitando mais demolições, para que estudos sobre o valor cultural do patrimônio fosse avaliado. Para os moradores, o tombamento

provisório de seis meses também significou poder “respirar mais tranquilamente” diante das ameaças, e um tempo a mais para encontrar outros meios para defender a permanência, uma vez que o bem tombado, mesmo que provisoriamente, “[...] não pode ser demolido, destruído ou mutilado, podendo unicamente, se necessário for, ser reparado ou restaurado” (FORTALEZA, 2008, p.6).

Obviamente, o tombamento de casas em zonas privilegiadas da cidade não consiste em um bom negócio para seus donos. Conforme Lemos (2013, p.94), “[...] o proprietário se sente prejudicado com a distinção muito honrosa para os outros, mas altamente danosa para si, já que seu patrimônio material viu-se repentinamente alcançado devido à inevitável desvalorização” (LEMOS, 2013, p.94). O autor aponta que todo imóvel com muitas restrições nada vale. É o que se percebe pelas investidas a favor da retirada dos moradores da Vila Vicentina.

Em março de 2017, a Secultfor recebeu do Conselho Central de Fortaleza da Sociedade de São Vicente de Paula e o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paula um pedido de impugnação da abertura do processo de tombamento provisório. Nesse processo, os advogados dos conselhos apontaram que “[...] não possui aspectos estéticos, artísticos, científicos, arquitetônicos, paisagístico, ou quaisquer outros a serem preservados” (FORTALEZA, 2017, p.11).

Os advogados afirmaram que seria um absurdo o tombamento em decorrência de uma relação tênue da comunidade com os fatos históricos relacionados à imagem de Dionísio Torres. Nas palavras dos impugnantes,

[...] admitir que o bem imóvel em questão deva ou possa ser tombado simplesmente por ter uma tênue relação com estes fatos históricos parece nos parece absurdo!!! Pois se assim fosse, seria incalculável o número de bens, materiais e imateriais, móveis e imóveis propícios a sofrer esse tipo de inferência por parte do Poder Público, o que certamente **inviabilizaria o progresso, mumificaria a infraestrutura das cidades e engessaria o desenvolvimento urbano e social do país** [FORTALEZA, 2017, p, 11, grifo no original).

Como fica bem evidente, os conselhos, por meio do processo, buscam desvalorizar os aspectos arquitetônicos, históricos, sociais e afetivos da comunidade. Fica evidente também uma visão de que o que é velho é ultrapassado, acaba por impedir o progresso e desenvolvimento urbano, mumificando a cidade. Felizmente, a solicitação de impugnação não foi aceita para a análise, pois foi enviada após o prazo de 30 dias dado para o pedido de impugnação, após a notificação (FORTALEZA, 2008).

Quanto ao processo de levantamento de informações para a elaboração do relatório,

o professor Romeu Duarte Junior mobilizou vários alunos do curso de Arquitetura para contribuir nesse caso. Essa comissão organizada foi denominada pelos alunos de Ateliê de Tombamento da Vila Vicentina. Por conta do meu processo de vinculação com a comunidade, acabei por participar também levantamento de dados, como já foi já foi relatado, anteriormente, no percurso metodológico dessa pesquisa. À equipe se uniu também Aline Matos Rocha, doutoranda em Sociologia na UFC. Aline e eu contribuimos com o levantamento de informações, além de históricas, relacionadas aos aspectos socioafetivos e psicossociais da Vila, que culminou em uma das seções do relatório *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE* (DUARTE Jr. et al., 2017).

Dentre as justificativas elencadas para o tombamento da Vila Vicentina da Estância, tem-se a relevância sociohistórica que o imóvel tem ao demarcar o processo de ocupação do setor Leste da cidade de Fortaleza. Nesse aspecto, a história da Vila se entrelaça à história de crescimento do bairro Dionísio Torres e da própria cidade. Tais informações foram colhidas em diversos registros, dentre eles no cordel A História da Vila Cinzenta (ALBUQUERQUE, 1970), no qual é descrito que

1	2
Num recanto de minha cidade	Era de um homem bastante rico
Num bairro pouco além	Cheio de vida e fulgor
Quase desconhecido por todos	Era amigo da pobreza
Porém pertencia a alguém.	Pois assim o demonstrou.

Fonte: Albuquerque (1980).

A comunidade apresenta uma organização estrutural horizontal que, juntamente com os aspectos paisagísticos (arborização das áreas internas e externas), atribuem valor ambiental ao bairro Dionísio Torres, marcado pela crescente verticalização. Esses aspecto tem grande valor simbólico quando pensamos nas palavras de J., quando apresentou como um dos motivos para se tombar a Vila seria em decorrência da horizontalidade da Vila, que proporcionava, além da ventilação, relações saudável, de proximidade entre os moradores, as quais deveriam caracterizar o modo de vida nas cidades, pois “uma cidade significa comunicação, população e comunicação” (J. em Círculo de Cultura).

Estruturalmente, com todas as casas com os fundos de frente uma para outra, circundando um grande quintal coletivo, os vizinhos podem estabelecer contatos face a face. Diferentemente de uma relação vertical, como se pode observar nos grandes prédios, onde, muitas vezes, aqueles que moram em andares superiores são qualificados como os mais ricos –

Nossa senhora, que homem é aquele que mora na cobertura. O encontro, ou as relações, é potencializadora porque é um encontro horizontal, onde ambas as partes saem em crescimento. Aqui, não há necessidade de subjugar o outro aos interesses individuais. Não se trata de “potência” enquanto sinônimo de poderio. Esta, ao contrário, caracteriza as relações de dominações que contaminam o indivíduo com a potência de padecimento. A potência de ação de que falamos é coletiva, orienta-se para a emancipação humana. Pensando na horizontalidade, vejo que a Vila, em sua organização física horizontal, também se esforça pela busca de relações horizontais.

Destaca-se, também, que os moradores, em sua maioria idosos, pertencem aos setores de baixa e média-baixa renda. Neste ponto, salienta-se que a sua permanência na comunidade ajuda a diminuir as segregações socioespaciais e enriquece a convivências de classes sociais diferentes no mesmo bairro (DUARTE Jr. *et al.*, 2017). Em síntese, o pedido de tombamento para a Vila Vicentina da Estância se ampara

[...] nos marcos do direito à cidade, considerando a importância da cidade como patrimônio ambiental que a todos pertence; a relevância sócio-histórica do bem imóvel em comento; sua pitoresca implantação em bairro alvo de intensa verticalização; a amenização ambiental que promove com sua presença verde e horizontal; e até mesmo a cada vez mais rara ocorrência de sua tipologia arquitetônica em Fortaleza. (DUARTE Jr. *et al.*, 2017, p.50).

A contribuição à instrução de tombamento foi entregue à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) no dia 23 de maio de 2017. O intuito consistiu em construir uma fonte complementar de pesquisa para os estudos a serem realizados pela referida secretaria. Após a elaboração final do relatório de tombamento, a decisão definitiva deverá ser votada no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza. O prazo era de seis meses, mas até hoje, maio de 2018, ainda não ocorreu a votação.

### 6.3 (Ident)idades: participação, conscientização e resistência

“A Vila “Paraíso I” é um lugar **agradável** que dispõe de uma localidade que facilita o acesso a tantos outros de locais (supermercado, trabalho, escola, etc.). Nesta comunidade, os moradores estabelecem relações de amizade que repercutem em uma sensação de paz, tranquilidade e segurança, sentimento que aumentam uma **estima de lugar potencializadora** capaz de enfrentar as situações que ocasionam o medo de sair da Vila” (Mapa Afetivo de Luciana).

A ocupação da casa pela primeira vez leva os moradores a realizarem modificações em suas estruturas de modo que a casa possa se adaptar aos seus desejos e ao seu próprio modo de atividade, ocorrendo processos de adaptação, investimento e projeção por parte do morador no espaço (POL, 1996). Depois de organizado e apropriado, torna-se mais difícil de realizar modificações nesse lugar, pois possíveis transformações resultarão mudanças na própria vida do morador.

Na infância, os indivíduos tendem transformar mais os espaços, buscando maior adaptação, no mesmo sentido esses espaços são dotados de significação, pessoal e coletiva. Esse componente comportamental é chamado por Pol (1996) de ação-transformação. Em idades mais avançadas, o processo de apropriação segue por outra via, a partir do componente simbólico (identificação). Neste caso, as pessoas tendem a identificar-se com a significação já atribuída aos espaços, querendo preservá-la; assim, há maior resistência à transformação.

Com as visitas frequentes à comunidade e a participação nas atividades da Resistência Vila Vicentina, percebi que a mobilização era maior por parte dos moradores idosos. Mesmo havendo crianças, adolescentes e adultos, o número de representantes idosos nas atividades dentro da Vila e em outros eventos relacionados às questões de moradia (assembleias populares, por exemplo) é superior, ou mesmo total. Outro ponto de destaque diz respeito à participação das mulheres, também em maior quantidade, seja comparado com o quantitativo de todos os moradores (crianças, adolescentes, adultos e idosos), seja dentro do grupo de idosos.

A grande participação dos idosos, principalmente mulheres, decorre da própria origem da comunidade (Ver as estrofes abaixo do cordel A História da Vila Cinzenta). Inicialmente, a moradia na Vila era oferecida para mulheres viúvas pobres que não tinham onde morar nem condições para se manterem na cidade. Com o passar dos anos, algumas idosas casaram novamente; outras morreram, mas seus filhos permaneceram na Vila; outras mulheres (nem idosas nem viúvas, mas pobres) foram chegando à Vila, trazendo marido e filhos:

7

Com muito esforço e coragem  
Com carinho e humildade  
Aqui vemos os frutos  
Da mais perfeita caridade.

8

Abrigando inúmeros velhinhos  
Sem teto, sem comida e sem lar  
Construíram muitas casinhas  
Para os velhinhos morar.

Fonte: Albuquerque (1980).

Essas transformações foram alterando as configurações dentro da comunidade, mas

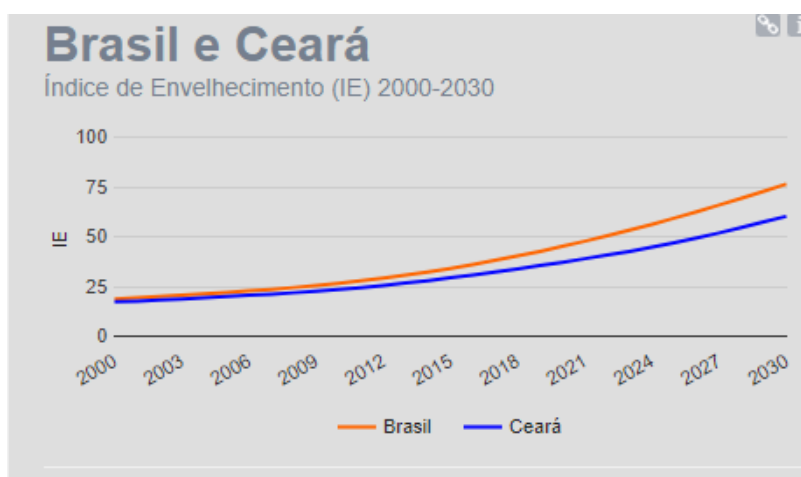


ainda assim, são os mais velhos, em especial as mulheres, aqueles que mais têm papel representativo de liderança e que defendem a permanência. Por tal configuração, a audiência pública na Assembleia Legislativa, realizada no dia 09 de dezembro de 2016 pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Fortaleza, contou com a presença de Cíntia Grazielle Farias, representante do Conselho Estadual do Idoso.

Nessa audiência, a representante salientou a importância de considerar o “ser idoso” dentro da problemática. Desse modo, além das violações jurídicas no que tange à posse e ao direito à moradia, deve-se também considerar às relacionadas aos direitos dos idosos, sendo necessário maior aprofundamento na análise do caso da Vila pelo Poder Público.

Refletindo sobre a relação dos idosos com a Vila, outros questionamentos acerca da estruturação da cidade foram surgindo. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Fortaleza, em 2010, era de 2.452.185 habitantes - estimativa de 2.627.482 em 2017. Dentro deste número, 237.76 são pessoas de 60 anos em diante (130.239 entre 60 a 69; e 106.837 de 70 anos em diante) (IBGE, 2010). Ademais, o Índice de Envelhecimento (Ver Figura 6) tem aumentado progressivamente no decorrer nos anos, trazendo a reflexão de que as intervenções urbanas, quando planejadas, devem levar em consideração os possíveis ganhos e/ou prejuízos para a população idosa.

Figura 6 - Índice de Envelhecimento 2000-2030



Fonte: IBGE (2010).

Conforme Piletti, Rossato e Rossato (2011) a velhice é compreendida na sociedade por modos antagônicos, onde de um lado é concebida como um momento de acúmulo de conhecimentos e de sabedoria e, de outro, como um momento de perdas e improdutividade. Em

uma perspectiva histórico-cultural, os apontam que a velhice não deve ser entendida somente com base nas transformações físicas e psicológicas, mas a partir das interações desses fatores com as transformações sociais, históricas e culturais. Nesse sentido, por exemplo, é possível ver que o idoso na sociedade capitalista é representado, muitas vezes, como uma ameaça ao sistema, por não mais ter seu “valor de uso”, sem capacidade para o trabalho. Quando valorizado, decorre de uma alteração no próprio sistema em olhar esse idoso como útil ao lucro, uma vez que se torna um consumidor potencial das produções capitalistas (PILETTI, ROSSATO; ROSSATO, 2011.).

É sabido que a Psicologia Ambiental já realizou diversos estudos acerca dos processos psicossociais (apropriação do espaço, identidade de lugar, apego a lugar, etc.) em torno da relação dos idosos com o lugar, seja a cidade, a comunidade ou a própria casa. Em alguns estudos (BERTINI, 2014; SIEBRA; BOMFIM, MATOS, 2006; POL, 1996; POL; VALERA, 1999), observa-se que a retirada (ou a brusca alteração) de moradores mais velhos de seus lugares de convívio ocasiona maiores impactos do que aqueles sofridos pelos mais jovens. No idoso, toda a sua dinâmica biopsicossocial é impactada, seja no que tange a construção da identidade (individual e coletiva), às relações de vizinhança, à construção histórico-cultural de vida, ou mesmo às condições biológicas de saúde, de modo a ser difícil que ele se aproprie, apegue-se, identifique-se e, conseqüentemente, sinta-se bem em outro lugar.

Nos idosos, mais fortemente, os lugares não carregam consigo apenas uma relevância funcional, mas resumem uma história marcada de experiências íntimas e públicas (POL; VALERA, 1999). Essa história dos moradores com o lugar, contínua e dinâmica ao longo do tempo, é o que permite uma certa estabilidade em sua identidade pessoal. Neste grupo, os traços psicológicos se enrijecem e se exacerbam, perdendo parte da flexibilidade, levando uma tendência a resistir às mudanças. Nesse sentido, a desvinculação dos moradores de seus lugares pode ser extremamente prejudicial (POL; VALERA, 1999).

As alterações nos lugares apropriados pelos sujeitos podem afetar, diretamente, a autoimagem do indivíduo (POL, 1996). Conforme Pol (1996), esse aspecto se sobressai nas pessoas mais idosas, uma vez que há, nestes, uma necessidade mais fixa, familiares e constantes em seus pontos de referência, os quais possibilitam que possam viver de modo a conservar seus valores e costumes. Para Giuliani (2004, p.100-101),

O forte apego que os idosos exibem em relação ao lar poderia, assim, ser visto como a re-emergência da necessidade dominante de segurança e proteção. Recursos físicos debilitados e capacidade diminuída de adaptar os padrões espaciais de comportamento a mudanças no ambiente imediato contribuem para que os idosos afastem-se do novo e procurem segurança.

Com intuito de permanecer, os moradores da comunidade que decidiram por organizar um movimento, denominado Resistência Vila Vicentina. As lideranças procuraram auxílio no Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, cujos advogados observaram diversas irregularidades no processo judicial e na venda da área, uma vez que a própria SSVP não tem a escritura do terreno onde a Vila está localizada.

De novembro de 2016 até agora, participei de diversas atividades desenvolvidas pelos moradores. Muitas dessas atividades vem apresentando o caráter proporcionar maior visibilidade da comunidade bem como atrair um maior número de apoiadores para o movimento de resistência dos moradores. Nesses momentos, comecei a observar como esses moradores participavam; e tais observações me levaram a me questionar sobre os modos de participação nas atividades e as suas implicações no processo de conscientização do que ocorria com a comunidade, observando as posturas de engajamento frente à resistência. A vivência e a análise das atividades comunitárias são fundamentais para a compreensão e transformação dos indivíduos e da comunidade (GÓIS, 2005).

O conceito de atividade comunitária surge com base na Teoria da Atividade de Alexis Leontiev e na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vigotski (GÓIS, 2005). Tais teorias apontam para a compreensão do psiquismo humano como materialidade histórica forjado a partir da atividade exercida pelos homens sobre o meio, num processo de transformação dialético. Ou seja, a partir da atividade, o homem passa a modificar, conscientemente, a natureza, sendo por ela também modificado. Com essa perspectiva, Góis (2005, p.89), define atividade comunitária como

A atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária.

A atividade comunitária, por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, atua como mediadora no desenvolvimento da consciência dos moradores (GÓIS, 2005). Na dimensão instrumental, há a elaboração e o uso de ferramentas necessárias à transformação objetiva e funcionamento da comunidade; já na dimensão comunicativa, observa-se o diálogo, a expressão de sentimentos e a cooperação entre os moradores, almejando alcançar os objetivos

da atividade comunitária e favorecer o desenvolvimento das relações sociais da comunidade. A atividade, ao vincular-se em nível instrumental e comunicativo, tal como o instrumento e o signo (VIGOTSKY, 2007), cumpre uma função mediadora, proporcionando o desenvolvimento de funções psicológicas superiores (GÓIS, 2005).

Além dessas funções, a atividade comunitária carrega consigo uma função orientadora, ao possibilitar uma melhor leitura sobre a situação. Ao desenvolver atividades comunitárias, os moradores direcionam-se para a concretização prática de objetivos comunitários compartilhados coletivamente, podendo, também, obter a satisfação de interesses pessoais. Com efeito, há “[...] o fortalecimento da autonomia, da criticidade, da identidade social e do sentimento de pertença à comunidade” (XIMENES; MOURA JUNIOR, 2013, p.465).

Na Vila, por exemplo, foram organizados mutirões de limpeza da comunidade. Em reunião, os moradores se organizaram para que no final de semana, aqueles que não trabalhavam no dia, pudessem levar seus utensílios (enxada, foice, pá, vassoura, etc.) para limpar os espaços internos e externos da comunidade (Ver Figuras 7 e 8). Nessa atividade, é possível observar a interdependência das dimensões comunicativas e instrumentais, a partir da organização dos moradores por meio do diálogo, que levaram ao desenvolvimento de uma atividade cooperativa de transformação do espaço da comunidade.



Figura 7 – Mutirão de limpeza da Vila (Foto II)  
Fonte: Página Resistência Vila Vicentina



Figura 8 – Mutirão de limpeza da Vila (Foto II)  
Fonte: Página Resistência Vila Vicentina

Góis (2005) aponta que o ato de participar das atividades comunitárias não está relacionado às variáveis como escolaridade, ocupação laboral, gênero, idade ou estado civil, mas é consequência de fatores materiais, sociais e afetivos. Conforme o autor, muitas vezes,

os moradores participam das atividades em decorrência de identificações com a problemática, a partir das relações de amizade, pelos convites do vizinho, etc. Quando relacionado ao processo de transformação da consciência, somente o papel exercido que o morador ocupa na atividade e o seu modo de participar têm implicações.

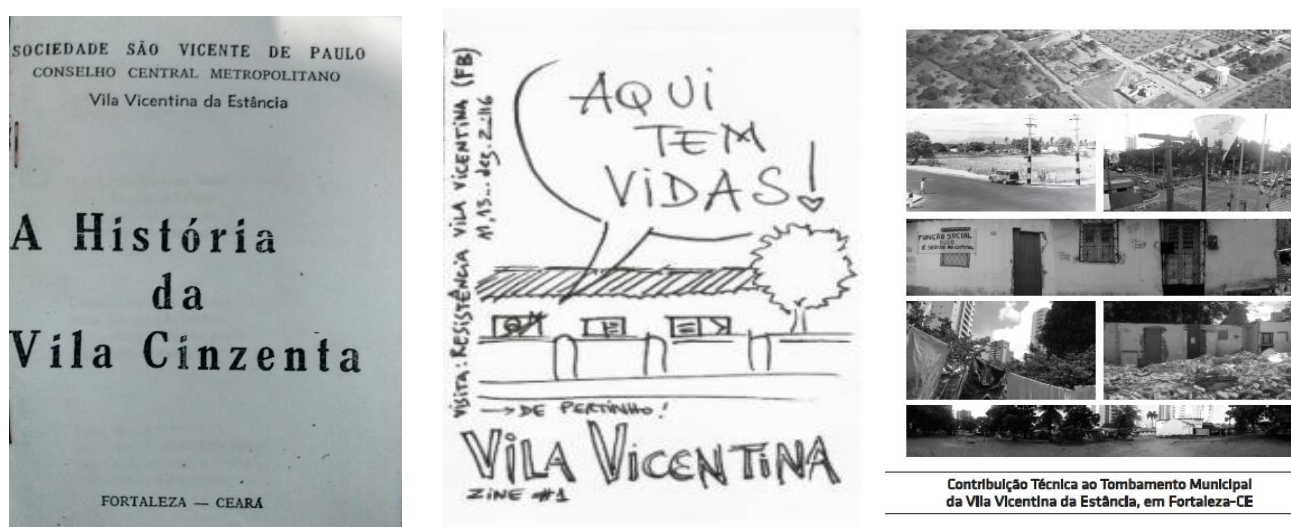
É interessante pontuar que, inicialmente, os eventos de lazer e ajuda (manifestações artísticas, recreações, jogos, grupos de terapêuticos) por não apresentarem, aparentemente, um caráter político, eram denominados de atividades comunitárias de manutenção. Já as atividades de transformações (reivindicações, desenvolvimento de projetos sociais, participações em movimentos sociais, etc.) deveriam ser consideradas como atividades comunitárias, pois estavam diretamente relacionadas ao desenvolvimento do morador e da própria comunidade. Com o resultado de estudos (GÓIS, 2005, p.193), observou-se que o tipo de atividade não exerce influência na transformação na consciência, pois “[...] qualquer tipo de atividade comunitária pode levar ao desenvolvimento da consciência dos moradores, bastando para isso que sejam realizadas levando-se em conta certos aspectos intrínsecos a elas [...]”.

São muitas as atividades comunitárias que vêm acontecendo na Vila desde 2016. Dentre as atividades das quais participei, posso citar as oficinas de bordado, oficina de fanzines, oficina de dança, exibição de filmes, apresentação de peças teatrais, reuniões de frente de luta por moradia, festividades (confraternização Natal, festa junina, etc.), oficina de fotografia, reunião com entidades e representantes públicos. Nesse estudo, organizo essas atividades comunitárias em quatro categorias principais, a saber, atividades de resgate, preservação e construção histórica da comunidade; atividades de recreação; atividades de discussão e mobilização; e atividades de diálogo com representações da sociedade civil. A partir de tais categorias, pode-se observar como é possível o fortalecimento dos vínculos comunitários ser fomentado a partir da realização de oficinas grupais, formação de lideranças, organização de eventos culturais e desenvolvimentos de projetos e atividades relacionados às comunidades, trabalhadas em grupo (XIMENES; MOURA JUNIOR, 2013).

Considero como atividades de resgate, construção e preservação histórica os momentos nos quais os moradores buscam memórias, histórias, objetos, lugares e símbolos característicos do desenvolvimento da Vila, que são importantes no processo de enfrentamento das opressões (MARTIN-BARÓ, 2011). Como exemplos dessas atividades, podem ser citadas as oficinas de fotografia, em que os moradores andaram por toda a Vila registrando aquelas imagens mais significativas do lugar; as oficinas de fanzines, por meio das quais se pôde resgatar história dos moradores com a comunidade; reapropriação dos lugares simbólicos da Vila, como a utilização do quintal comunitário e da capela para a realização de atividades

compartilhadas (jogos, confraternizações, missas, etc.) (Ver Figura 9). Nessa categoria, também destaque como síntese o processo de levantamento de informações arquitetônicas, históricas, sociais e afetivas que deu origem ao documento Contribuição à elaboração da instrução de tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância (DUARTE Jr. *et al.*, 2017), do qual participei e relatei anteriormente a experiência. Não se trata apenas de resgatar aspectos do passado, mas também compreender a processualidade de transformação dos espaços da comunidade, bem como ver as possibilidades futuras para o lugar.

Figura 9 – Capas de materiais com registros das histórias da Vila



Fontes: Albuquerque (1980), Meireles *et. al* (2016) e Duarte Jr. *et al* (2017), respectivamente.

Nas atividades de recreação, aponto os eventos desenvolvidos pelos moradores mais ativos da Resistência com o intuito de integrar todos os demais moradores, bem como atrair outros apoiadores para a comunidade. São atividades de descontração, lazer, celebração e partilha, por meio das quais os moradores interagem uns com os outros, compartilham suas histórias, atualizam suas lutas e visibilizam a Resistência. Dentre elas, cito as oficinas de bordado; a exibição de filmes, como os Narradores de Javé; a apresentação de peças teatrais, como Eu a Cadeira de Sílvia Moura; a organização de festa junina; as confraternizações de Fim de Ano, etc. (Figuras 10 e 11). Nesses momentos, os moradores se organizam de modo que alguns ficam responsáveis pela comunicação com “as atrações”, os convites e a divulgação; outros estruturam os espaços (limpam, pintam, organizam as cadeiras, etc.); e outros organizam os lanches.

Figura 10 – Festa Junina na Vila



Figura 11 - Folder de Divulgação Oficina de Bordado



Nas atividades de discussão e mobilização, a dimensão comunicativa da atividade comunitária se destaca, uma vez os moradores discutem o andamento do caso da comunidade, fazendo o levantamento de suas conquistas e projeção dos próximos passos na Resistência. Nessa mesma perspectiva, Vieira e Ximenes (2008) apontam a importância do diálogo como ferramenta do processo de conscientização. Para os autores, ao reconhecer a importância do direito à palavra, por parte do outro, há uma interação que proporciona a participação de todos, dando a possibilidade de que todos possam construir a história coletivamente.

Há o envolvimento dos moradores em reuniões internas, onde dialogam entre si sobre a comunidade; e reuniões externas com os apoiadores, com o intuito de organizar novas atividades para a comunidade a fim de contribuir para as mobilizações. Dentre as atividades que participei, destaco as Assembleias Populares da Cidade (Figura 12). Nessas assembleias, moradores de diversas comunidades se organizam para discutir situações de descaso e opressão em seus contextos (remoção de comunidades, falta de saneamento, violência, destruição de lugares simbólicos, questões ambientais, etc.), buscando construir alternativas para transformá-las; e criar mobilizações (como atos, participações em audiências públicas e no planejamento do Plano Diretor, por exemplo) a fim de pressionar as entidades públicas por mudanças.

Figura 12 - Folder de Divulgação da VI Assembleia Popular



Por fim, as atividades de diálogo com representações da sociedade civil e jurídica. Essas atividades voltam-se para o contato direto com as entidades públicas, exigindo posicionamento das mesmas frente ao caso da Vila. Dentre as temáticas, discute-se a regulamentação e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social; a regulamentação de posse das casas por parte dos moradores; a efetivação do processo de tombamento, buscando diálogo com o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) e a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor). Dentre as atividades, destaco as audiências públicas sobre a demolição das casas da comunidade Vila Vicentina da Estância, realizada em conjunto pelas Comissões de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa e de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza (09 de dezembro de 2016) e sobre as remoções no Município de Fortaleza, realizada em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza e Assembleia Legislativa (01 de dezembro de 2017). É importante salientar que as audiências públicas têm servido como importante instrumento de luta e efetivação de direitos, principalmente por buscar constituir-se como uma prática participativa e democrática entre os diversos atores sociais, almejando um debate crítico e reflexivo sobre os problemas de interesse social (CÉSAR, 2011).

Como já abordado anteriormente, há também o acompanhamento jurídico da comunidade pelo Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, que tem dado mais segurança aos moradores quanto ao andamento do processo. Além disso, a Vila Vicentina tem dialogado com diversos laboratórios e núcleos (LEAHAB, Locus, Caju, Canto, etc.) de universidades (UECE, UFC, UNIFOR, etc.), cujos alunos e professores



dão suporte e desenvolvem atividades de pesquisa e extensão na comunidade (por exemplo, a minha própria pesquisa de mestrado). Conforme Ximenes, Cidade e Silva (2016, p.180), a aproximação da universidade com a sociedade representa um direcionamento de uma para uma atuação mais “crítica, reflexiva e eticamente pautada no compromisso social e na desnaturalização dos fenômenos psicossociais, sobretudo aqueles relacionados à opressão e à estigmatização das populações”.

Todas essas atividades vêm proporcionando a visibilidade da comunidade na cidade. Rocha (2017) aponta que, com o suporte dos apoiadores externos (representantes de movimentos sociais, estudantes e pesquisadores de diversas universidades) e o alcance dos movimentos da internet – principalmente a partir das publicações da página Resistência Vila Vicentina no Facebook -, os moradores da Vila Vicentina têm conseguido resistir, reivindicar e ganhar ânimo para continuar a luta por permanência.

Com base em atividades comunitárias, Gois (2005) apresenta um estudo em que realizou diversas correlações entre o tipo de consciência e outros aspectos pessoais e sociais, tais como estado civil, a participação ou não em atividades comunitárias, escolaridade, modo de participação, ocupação laboral, sexo, etc. O autor não encontrou resultados significativos relacionados ao gênero, idade, ocupação, escolaridade e estado civil com o ato de participar ou não de atividades comunitárias. No entanto, foi observado um elevado número de participação das mulheres em relação aos homens. Na vila vicentina, a participação é, majoritariamente, de mulheres e de idosas. Como veremos mais adiante, também a estima de lugar potencializadora é mais elevada nas mulheres.

Góis (2005) também discute a relação entre o desenvolvimento e a participação em atividades comunitárias e o processo de conscientização pessoal. O autor buscou verificar como a atividade comunitária contribui para a mudança de uma consciência semi-intransitiva para uma consciência transitiva, almejando compreender as nuances relacionadas nesse processo de transformação. Dentre os resultados encontrados tem-se que “[...] quanto mais ativa é a participação nas atividades comunitárias, mais se evidencia a consciência transitiva (ingênuo e crítica). Por outro lado, quando a participação é menos ativa, onde há pouco diálogo, predomina a consciência mágica” (GÓIS, 2005, p.170).

Os sujeitos que participam ativamente adotam uma postura mais debatedora, propondo atividades coletiva aos demais membros da comunidade; por outro lado, aqueles membros que participam mais passivamente das atividades comunitárias são pessoas mais caladas e dificilmente tecem questionamentos nos espaços de discussão (GÓIS, 2005). Bomfim (2010) e Cabral (2015) também encontraram resultados semelhantes quanto a participação ativa

em processos comunitários e o processo de conscientização. Conforme os autores, aqueles sujeitos que participam mais ativamente das discussões relacionadas ao contexto em que vivem, apropriando-se de sua comunidade, têm maior abertura à conscientização, expressando-se por meio de uma postura ativa potencializadora.

Com base nos dados do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, foi possível levantar informações sobre o modo de participação dos moradores e consequentes implicações na estima de lugar. O Quadro 22 apresenta algumas características relacionadas a participação na comunidade e estima de lugar:

Quadro 22 - Participação na Resistência e Estima de Lugar

Nome	Sexo	Idade	Tempo de moradia (anos)	Participação na Resistência	EEL
<b>Capitã</b>	F	59	22	Sim, da Resistência Vila Vicentina. Ele se localiza dentro da própria Vila.. Estou encabeçando esse movimento participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Participando do movimento Frente de Luta por Moradia Digna. Participando de Assembleias populares pelo Direito à Cidade. Promovendo atividades que possam proporcionar visibilidade a nossa causa.	45
<b>Zezé</b>	F	81	43	Eu só não vou pra essas assembleias, audiências porque não posso por conta das minhas pernas.	43
<b>Gordinha</b>	F	62	39	Participo do grupo da resistência, aqui mesmo na Vila. A gente frequenta reuniões, eventos e audiências públicas.	39
<b>Luciana</b>	F	55	25	No grupo da Resistência, na capela. Participo das reuniões.	32
<b>Margarida</b>	F	58	40	Quando tem um evento, a gente ajuda. Tem uma taxa que a gente ajuda também	30
<b>Cláudia</b>	F	62	38	Eu vou para as reuniões. No começo eu ia para todas, mas agora o J. deixou de ir por causa do trabalho, aí vou menos, mas pretendo continuar indo.	29
<b>Aline</b>	F	25	1	Reuniões e tudo que tem na Vila.	19
<b>Patrícia</b>	F	67	38	O grupo da Vila. Minha participação é regular, porque não vou todas as coisas.	21
<b>J. Vêi</b>	M	67	22	Grupo de Resistência, se localiza aqui na Vila.	22
	M	68	43	Sim. Todo movimento da Vila, nas reuniões, na hora que a Capitã da Vila chama, eu vou. Ela é a capitã da aqui na Vila.	18
<b>Eunice</b>	F	81	44	Eu vou para poucas coisas que tem. Sou da resistência, mas não tenho muito tempo e não sou mesmo dessas coisas.	18
<b>Cida</b>	F	44	17	Depois de tudo que aconteceu, a gente se reuniu e fez o grupo da resistência, os moradores que querem ficar. O grupo se localiza na Vila Vicentina e tudo que acontece eu participo e é muito bom.	15
<b>Maria</b>	F	57	40	Participo, mas não muito frequente. Às vezes, estou trabalhando e não dá pra participar.	14
<b>Zil</b>	F	49	42	Grupo vicentino aqui na vila da Estância	06

<b>Marília</b>	F	75	+40	Quase não vou pra reunião.	-08
<b>Sorrisão</b>	F	37	18	Não muito, porque trabalho e fico sem tempo para participar do movimento.	-09
<b>Filho</b>	M	37	37	Participo do grupo Resistência Vila Vicentina que luta por moradia. Minha participação é permanente as movimentações do grupo	-11

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como mostra no Quadro, dentre as dez estimas de lugar mais elevadas, oito (08) são de mulheres, sendo, inclusive, as mais elevadas. Outro ponto a salientar, diz respeito que dentre os 17 moradores que participaram da pesquisa com o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, 13 têm mais de 50 anos, sendo estes também, prevalentemente, os de estima mais elevada.

Góis (2005) salienta que a participação, independentemente de como ela seja, está relacionada ao processo de conscientização da pessoa. Aqui, infere-se que o aumento da estima de lugar está relacionado também ao aumento da compreensão das questões sobre a comunidade, a níveis de conscientização mais elevados. Outro destaque diz respeito a essa inferência também dialogar com a base teórica adotada neste estudo, em que quanto mais paixões alegres o indivíduo sente, mais autônomo se torna.

Aprofundando um pouco mais sobre as relações entre a estima de lugar e a participação em atividades comunitárias, podemos destacar o caráter de transformação da consciência dos moradores, por meio do processo de conscientização. Este processo, conforme Paulo Freire, consiste em “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p.29). Implicitamente, tem-se que o processo de conscientização traz em si não apenas implicações na dimensão cognitiva, mas também implicações políticas relacionados ao modo de conhecer a realidade em que o sujeito vive (VIEIRA; XIMENES, 2008).

No processo de transição/transformação da consciência, Freire (1984) relaciona três tipos de consciência à três tipos de organização da sociedade, a saber: sociedades fechadas com indivíduos de consciência semi-intransitiva; sociedades em transição, caracterizadas por indivíduos com consciência transitiva ingênua; e sociedades abertas, cujos indivíduos apresentam uma consciência transitiva-crítica. Ao falar sobre a transitividade da consciência, deve-se destacar que Freire (1980) não acredita em uma consciência puramente intransitiva, pois, para ele, o homem é um sempre ser aberto. Desse modo, a intransitividade representa um quase descompromisso do homem com a existência.

As sociedades fechadas se caracterizam por uma construção social em que há a sobreposição da classe dominante sobre as maiorias pobres, cujas necessidades são subjugadas aos interesses da classe mais rica. Nessas sociedades, há o predomínio da consciência semi-intransitiva, configurando-se de modo rígido e estático. Agindo conforme essa consciência, o indivíduo apreende a realidade de maneira cristalizada e terminada. Em suas análises, os fenômenos do mundo têm a sua responsabilidade atribuída a uma instância superior, não sendo eles, os indivíduos, capazes de promover a transformação social.

É possível fazer um paralelo da consciência semi-intransitiva com as estimas de lugar de Marília (EEL -08) e Sorrisão (EEL -09). As moradoras participam de poucas atividades da Resistência, como fica evidente na fala de Marília: “Quase não vou pra reunião”. Sorrisão, embora afirme que não participe das atividades, justifica-se por conta do trabalho, assim como outros moradores de estima de lugar baixa (Zil EEL 06, por exemplo). Quando perguntada sobre como se sente no atual momento da Vila, Marília responde que “Fico calada, não sou de brigar. E eu vou brigar com os outros por isso? Devemos rezar e pedir pra ficar” (Entrevista em Mapa Afetivo de Marília), denotando certa passividade e crença de que um ente superior poderá resolver seu problema.

Nas sociedades em transição, inicia-se um processo de contestação da organização social, gerando conflitos entre o velho e o novo, com base em ideias movidas pela impulsividade particularizada das emoções em detrimentos de uma maior compreensão dos fenômenos sociais. A consciência marcante dessa sociedade é a transitiva ingênua, caracterizada pela simplicidade na interpretação dos problemas, cujos debates sobre a sociedade são marcados por uma compreensão parcial, muitas vezes com base em modelos descontextualizados e posturas assistencialistas. Dentre seus modos de expressão, o indivíduo julga o passado como melhor que o presente, prefere explicações fabulosas, denotando fragilidade na argumentação. Essa consciência transitiva ingênua propicia condições para que seja implantado qualquer tipo de tirania contra os seres humanos.

Em alguns casos, já há uma maior participação nas atividades desenvolvidas na Vila. No entanto, de modo geral, a participação ocorre por meio da observação, pois poucos moradores se expressam durante as atividades. Embora a estima apareça mais elevada do que nos moradores anteriores, a compreensão das problemáticas da Vila ainda ocorre de modo parcial, frágil e com expressões fabulosas. Tais aspectos podem ser observados, por exemplo, nas falas de Véi (EEL 18), que embora busque participar dos eventos para obter informações e fortalecer a resistência, ainda atribui maior responsabilidade pela luta à Capitã. Ainda, o morador, quando perguntado como se sente na comunidade, apontou que procura “[...] ficar

tranquilo, porque ameaça é muito ruim. Quem quer ser ameaçado por imobiliária? Imobiliária tem seu dinheiro e quer ser dona da lei. [...]” e que seu dia a dia na Vila “Mudou porque a gente anda preocupado. Uns dizem que tá vendida e outros não” (Entrevista no Mapa Afetivo de Vêi), denotando pouca apropriação do que está acontecendo na comunidade. Eunice (EEL 18) também apresenta características semelhantes. A moradora participa de poucas atividades, embora se considere do movimento de Resistência, e afirma que “[...] não sou mesmo dessas coisas [resistência, mobilização]. Quando perguntada sobre o que mudou com a ameaça de remoção, a moradora responde: “Eu sei lá. Eu tomei foi um susto quando vi essa esculhambação. Eu sou muito de ficar dentro de casa. Eu sou assim, sou muito por fora de tudo. Eu confio no pessoal que tá na luta” (Entrevista em Mapa Afetivo de Eunice).

Por fim, as sociedades abertas apregoam uma relação mais dialógica, direta e participativa entre os setores e as classes sociais, numa direção de construção de ações mais efetivas no processo de transformação social. Nessas sociedades, a consciência transitiva-crítica se expressa pela profundidade na análise dos problemas, substituindo as explicações mágicas por princípios causais. Os indivíduos testam os “achados”, dispondo-se sempre a revisões, despendo-se de preconceitos a fim de evitar deformações. Por meio dessa consciência, o indivíduo apresenta-se de forma ativa, questionadora, marcada pelo diálogo.

Na Vila, as maiores estimas de lugar de lugar são das moradoras Capitã (EEL 45), Zezé (EEL 43) e Gordinha (EEL 39). Quanto ao desenvolvimento e participação das atividades, observo que Capitã e Gordinha estão sempre presentes, tanto na Vila como em eventos externos. Esse dado relaciona a outros achados que indicam que a participação em movimentos de modo ativo aumenta a estima de lugar (BOMFIM, 2010; CABRAL, 2015). A primeira moradora descreve sua participação como se estivesse

[...] encabeçando esse movimento participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Participando do movimento Frente de Luta por Moradia Digna. Participando de Assembleias populares pelo Direito à Cidade. Promovendo atividades que possam proporcionar visibilidade a nossa causa (Mapa Afetivo da Capitã).

Zezé e Gordinha também apontam um caráter bastante participativo nas movimentações da comunidade. Gordinha, por exemplo, diz participar de todas as atividades, sejam dentro ou fora da comunidade. Do mesmo modo Zezé, embora não possa participar de atividades externas, como no caso das audiências públicas, por conta das limitações de locomoção. Interessante pontuar somente essas três moradoras relatam conhecimento sobre as audiências públicas, podendo denotar maior compreensão acerca da importância deste

instrumento de participação social. Ainda, dentre as três, somente Capitã e Gordinha participam das atividades categorizadas como de diálogo com representações da sociedade civil e jurídica.

Embora isso demonstre maior implicação por parte do morador com a comunidade, foi observado que nem todas as três tem uma consciência mais crítica e reflexiva sobre os acontecimentos da comunidade. A partir de minhas observações, acredito que Capitã e Gordinha são as que mais se aproximam de uma consciência-crítica, por expressarem de modo mais explícito as causas e as possíveis consequências da remoção, como aborda Capitã quando perguntada como mudou seu dia a dia com as ameaças: “De forma drástica. Como já perdi pai, mãe, todos os meus irmãos, já sou idosa e solteira, sem filhos, assalariada, como eu mesma me manteria pagando aluguel em um lugar da igual qualidade da Vila Vicentina?” (Entrevista em Mapa Afetivo de Capitã).

Por outro lado, mesmo buscando participar das atividades e tendo a segunda maior estima de lugar, Zezé apresenta uma leitura fantasiosa e fatalista da realidade da Vila. Quando perguntada sobre as mudanças na comunidade, a moradora relatou que “Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. [...] O resto a gente entrega a Deus” e que, embora esteja em um contexto de ameaças de remoção, sente-se “Bem, só esperando a vitória. Rezando. Maria [santa] tá ali na frente” (Entrevista em Mapa Afetivo de Zezé).

Outro aspecto que chamou atenção nos dados diz respeito à participação de Filho (EEL -11). Dentre os moradores presentes na oficina de mapas afetivos, Filho é o segundo mais jovem, com 37 anos de idade, e a sua “participação é permanente nas movimentações do grupo”, aparecendo em praticamente todas as atividades ocorridas na comunidade. No entanto, pouco participa das movimentações externas em decorrência do trabalho. Em seu Mapa Afetivo, Filho faz uma representação da Vila como um lugar “[...] onde existe diversos corações que são as pessoas que amam a Vila Vicentina. Do outro lado, as pessoas que amam o dinheiro. No meio, a justiça que observa os acontecimentos e nada faz. Estão do lado da balança, existe os que amam a Vila, de outro os que querem destruir a Vila”. Observa-se determinada abertura no processo de conscientização do morador, mas suas análises ainda apresentam argumentação frágil. Quando perguntado sobre como se sentia no atual momento de ameaças, Filho afirmou sentir-se “Bem, mas muito inseguro pela as instituições. Mas estou fortalecido pelo apoio da Resistência e apoiadores” (Entrevista em Mapa Afetivo de Filho).

Essas características do processo de conscientização, principalmente de Zezé e Filho, fazem-me lembrar que Góis (2005) afirma que não é porque o morador participa de todas as atividades que ele apresenta elevada consciência. No entanto, esse movimento de

participação e de busca por informações e transformação da comunidade são bons indicadores da transitividade no processo de conscientização. Ademais, deve-se salientar que a conscientização não deve ser compreendida em uma dimensão moral (VIEIRA; XIMENES, 2008). Neste sentido, a conscientização não diz respeito ao processo de convencimento dos sujeitos sobre o modo como estes deveriam compreender algo, pois no processo de conscientização, inclusive, não cabe concepções moralistas e cristalizadas sobre os melhores ou piores modos de sentir, pensar e atuar. A conscientização, na verdade, conserva uma característica de constante mudanças que acompanha o movimento das transformações culturais coletivas e individuais (VIEIRA; XIMENES, 2008).

Até aqui, discutimos como o desenvolvimento e a participação dos moradores em atividades comunitárias têm implicações na estima de lugar. Entrelaçado a isso, discutimos também as relações entre participação, estima de lugar e conscientização. Agora, para encerrar essa seção, gostaria de discutir um pouco sobre a (ident)idade dos moradores da Resistência. De modo geral, a maior parte dos moradores que costumam a participar da Resistência tem idade superior a cinquenta anos (13 de 17 na oficina de mapas afetivos), e a sua maioria é composta por mulheres (14 na oficina de mapas afetivos). Tendo isso em base, podemos afirmar que a resistência é idosa e é feminina!

Chauí (1994) afirma que devemos lutar pelos idosos porque estes são fontes de onde jorram a cultura, lugares em que se preserva o passado e se prepara o presente. A filósofa aponta que essa luta só se faz necessária porque nós mesmos – especialmente os jovens – desarmamos esses guardiões do passado, oprimindo a velhice e banindo-a de nossa cultura. A sociedade capitalista tem desarmado o idoso a partir da construção de mecanismos que oprimem a velhice, destruindo a memória e a substituindo por histórias oficiais celebrativas. Como afirma Chauí (1994, p.18), “destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”. Desse modo, compreende-se que, nossa sociedade, ser idoso “é lutar para continuar sendo homem” (BOSI, 1994).

Na vila Vicentina, ao que parece, o movimento é diferente. São os idosos que constroem a resistência, estão a rente da luta, e os mais jovens seguem aprendendo como se faz. Inclusive, como visto pelo Quadro 22, duas das três estimas de lugar despotencializadoras eram dos participantes mais novos, menos de 40 anos. A única estima despotencializadora em alguém mais velho foi observado em uma moradora cuja casa estava em péssimas condições estruturais e ela pouco participa das atividades da resistência, podendo estes serem fortes indicativos da despotencialização da estima.

A Psicologia Ambiental aponta que as pessoas mais velhas são mais resistentes às mudanças de lugares, mesmo quando estes apresentam aspectos objetivamente mais favoráveis, tais como infraestrutura, saneamento básico, etc. (POL; VALERA, 1999; SIEBRA; BOMFIM; MATOS, 2006). Essa resistência decorre, em parte, da permanência duradoura dos moradores nesses lugares, cujas vivências de história pessoal e coletiva são permeadas por cargas simbólicas. Neste sentido, a construção da identidade dos moradores parece constituir-se com base numa relação funcional entre os referentes funcionais e simbólicos do encontro pessoa-lugar, que são difíceis de serem reconstruídos em idosos, tornando estes mais resistentes às mudanças de vizinhança, bairro, cidade, etc. (POL, 1996; POL; VALERA, 1999).

A resistência que aqui abordei não diz respeito somente à recusa por sair da comunidade, mas também a resistência como busca pela autoafirmação enquanto morador, resistência como luta pela preservação de sua identidade (pessoal e coletiva), resistência como respostas aos modos de segregação na construção do espaço urbano, resistência como movimento de continuar existindo como idoso-guardião da memória cultural e social, resistência como implicação psicossocial do empoderamento do cidadão. Todos esses processos de resistir trazem uma perspectiva ativa e transformadora, movida, além dos aspectos estruturais, econômicos, sociais, culturais, por aspectos psicológicos, que estão presentes “queiramos ou não, nas práticas sociais [...]”, devendo ser levados em consideração “[...] dentro do âmbito da participação social e da interdisciplinaridade da intervenção social [...]” (GÓIS, 2005, p.195), aparecendo a afetividade como base do pensar, expressar e atuar.

As repercussões dessa resistência, por meio da participação, têm vários ganhos, que não se restringem às questões jurídicas e estruturais da comunidade. Como apontam Elvas e Moniz (2010), quando os moradores participam ativamente da vida coletiva da comunidade, envolvem-se em questões políticas e mobilizações comunitárias, há uma diminuição nos níveis de baixos de satisfação de vida, tais como depressão, rejeição, solidão, agressividade, uso de drogas, etc. Ou seja, ao fortalecer o sentimento de comunidade, esses auxiliam no aumento de satisfação e qualidade de vida dos indivíduos, funcionando como recursos potencializadores para a proteção da saúde biopsicossocial (ELVAS; MONIZ, 2010).

Por tudo que já comentei, sem receio de cair numa visão romantizada, acredito que não é de se admirar as implicações psicossociais positivas dos moradores idosos da Vila dentro do movimento de resistência. Acredito que a participação das moradoras da Vila não denota somente uma luta por deixar de pé as paredes de suas casas, mas representa, também, uma luta pela visibilidade do lugar de idosa na cidade, resgatando seus papéis sociais pautados na autonomia e no respeito aos seus conhecimentos históricos, culturais e sociais. Ao que parece,



diferentemente do que costumamos ouvir, ser revolucionário não é um jeito de ser somente para os jovens.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lá estava ela em frente ao altar da capela<sup>80</sup>, rodando uma pequena cadeira vermelha no ar, fazendo um círculo no sentido horário. Vestidinho preto, botas pretas com cadarços vermelhos, cabelos entrançados de pontas presas numa fitinha também vermelha. Os cabelos são brancos, mas ela era uma criança que girava a cadeira no ar, formando um grande relógio. E o tempo passava e passava, e cadeira ia girando até a cadeira deixava de ser uma cadeira. Era então um carrinho no qual uma menina dirigia apressada por entre os bancos da igreja, fazendo “bibi” com a boca soar como se fosse uma buzina. A cadeira-carrinho foi jogada no chão e então virou uma brincadeira de amarelinha. Um, dois, três e depois do quarto pulo cadeira-amarelinha foi erguida do chão e virou uma bola, que foi jogada para uma moradora da Vila, dona Fátima do seu José, que jogou novamente para a menina Sílvia.

A menina cansou da cadeira que era bola e colocou frente ao altar da capela, como se cadeira enfim fosse uma cadeira. E era uma cadeira, mas o que fazer? Eu sento ou eu subo na cadeira, pareceu pensar a menina. “Eu subo, gente?”, perguntou a já pré-adolescente Sílvia para os moradores da Vila. “Sobe”, “sobe”, “sobe”, respondeu o coro de moradores de olhos atentos e sorrisos berrantes. E a pré-adolescente subiu, com medo, mas subiu na cadeira como se lá de cima, mesmo que tremendo, pudesse ver atrás da linha dos horizontes do lado esquerdo, do lado direito e à frente de seu corpo. E então, “pá”, a mocinha caiu. Que cadeira malvada, Sílvia ficou inicialmente chateada com tanta má criação de uma cadeira, até rompeu a amizade com ela. Mas só por alguns minutinhos, pois logo fez as pazes e a cadeira deixou de ser cadeira e virou um espelho.

Parecia que Sílvia estava crescendo: soltava os cabelos das tranças que cultivava de quando ainda era criança, pintou os lábios de batom vermelho, tão vermelho quanto o sangue que, assustada, percebeu estar escorrendo por baixo do vestido. “Que é isso? É sangue! É sangue!”, perguntou alarmada com a cara pasma de susto. Já era mais que mocinha aquela menina Sílvia, e a cadeira deixou de ser uma penteadeira para ser o seu amante. Escondida atrás de um dos bancos da capela, a adolescente pediu para que não contassem para ninguém que ela estava amando, despojando com sua cadeira-paquera.

---

<sup>80</sup> Escrevi as páginas seguintes com base no que senti no espetáculo “A Cadeirinha e Eu” de Sílvia Moura, realizado na Vila Vicentina no dia 19 de março de 2017, registrado no meu Diário de Campo. As partes finais, a respeito do “processo de construção de um pesquisador” foi alterada recentemente conforme nas mudanças que foram ocorrendo após a experiência do espetáculo.

Mas depois a cadeira-paquera sumiu, transformando a cadeira numa barriga de uma jovem grávida. “É pesada, né?” disse Sílvia com a barriga já em seu nono mês. Sentindo as contrações, perguntou se tinha algum médico na Vila, alguma enfermeira, ou mesmo alguma parteira. Apareceu não só uma parteira, mas duas: dona Judith e Aparecida, que fazem o parto de Sílvia, transformando a cadeira que era uma barriga, em uma cadeira-bebê. “E agora eu preciso casar”, disse Sílvia se aproximando de mim. Eu timidamente lhe entreguei a minha mão, enquanto alguns moradores a aconselhavam dizendo que eu não seria um bom marido, que ela fosse casar com outro.

Eu levantei e caminhamos juntos ao som dos tan nam nam, tan nam nam nam. Ajoelhados no chão da capela, dona Judith deixou de ser parteira e virou padre para celebrar minha união com Sílvia. Disse “sim, eu aceito” e coloquei uma aliança de ar no dedo de Sílvia; “sim, eu também aceito” e Sílvia colocou uma aliança de ar no meu dedo. “E agora tem a melhor parte: a parte do beijo”, anunciou a Sílvia aos moradores. Então me aproximei, timidamente-envergonhado e dei-lhe um beijo no rosto. “Ah, não é esse o beijo que eu quero!”, retrucou Sílvia, fazendo um biquinho com a boca para que eu preenchesse seus lábios com os meus lábios também em biquinho. Muác!, e os moradores começaram a rir do beijo. Havia muitas testemunhas de nosso casamento.

Agora que estávamos casados, Sílvia colocou-me para cuidar da cadeira-filha enquanto saía de casa para trabalhar. Eu, sem jeito, peguei a cadeira-filha no colo e a balancei. “Cuidado, ela ainda é pequenininha”, advertiu-me e só então percebi que ali também não era uma cadeira para mim, era também minha criança. Dei comida para a cadeirinha-menininha, dei-lhe banho e depois a coloquei para dormir. A mãe Sílvia chegou do trabalho e mandou-me agora trabalhar. E eu fui sumindo da vida da mulher Sílvia ao sentar novamente no meu banquinho da capela junto as demais moradores. Fiquei ali, olhando Sílvia dizer para a cadeira-filha que se tornava agora uma cadeira-filha-adolescente: “volta cedo, filha”, “Avisa quando chegar lá”, “Não desligue o celular!”.

Com a cadeira-filha-adolescente já distante, a cadeirinha virou uma grade da prisão. Sílvia se via presa em casa, sem poder sair e com medo de quem pudesse entrar. Pouco se sente segura em casa, mais medo tem de sair. E o tempo vai passando, os cabelos longos e brancos de Sílvia são arrumados em um coque. E o caminhar da mulher Sílvia, ainda com botas pretas e cadarços vermelhos, já não era mais saltitante, impreciso e impulsivo. Não, Sílvia caminhava devagar, arrastando a cadeira com dificuldade. Parecendo cansada, transformou a cadeira em somente uma cadeira para poder sentar e descansar enquanto o tempo continuava a passar e a passar e a passar; e Sílvia envelhecendo.

Até que se levantou, pegou a cadeira com todo o seu apego e saiu arrastando-a com passos cambaleantes até o altar da Vila. De costas para os moradores, novamente girou a cadeira no ar, lentamente como se já não tivesse forças em seus braços. Talvez a senhorinha Sílvia, muito velha, já não se importasse com o passar do tempo, não olhasse mais para o relógio e sequer se importasse que a cadeira novamente marcasse o tempo que, apesar de parecer lento, ainda continuava a passar. Com olhos bem atentos, os moradores viram a cadeira muito pequena e vermelha desbotada pelo tempo despencar das mãos de Sílvia; e esta despencou também no chão, fertilizando a terra, ali mesmo onde caiu, ao voltar para a eternidade de onde veio.

A cadeira fora um relógio, fora um carro, fora uma bola, fora uma amarelinha, fora uma penteadeira, fora um amante, fora uma barriga, fora um bebê, fora uma adolescente, fora uma prisão, fora uma cadeira de descanso, fora o tempo de morrer. Fora o tempo carregando toda a história de uma menina a uma mulher.

Durante o espetáculo, sentado no banquinho da capela, vez ou outra eu olhava para os moradores. Estavam atentos à história, respondiam às indagações de Sílvia com risos, enrugavam as testas pensando no que a cadeira se transformaria a seguir e pensavam coisas que jamais terei como adivinhar. Eu até tentava por captar algum sinal, mas eu mesmo mergulhava em minha imaginação, pensando que aquela cadeirinha vermelha era também a Vila.

A Vila que dona Helenita, quando criança e estudava em uma antiga escolinha na esquina da própria Vila, achava bonitinha e desejava morar. Até que conseguiu! A Vila que tinha um cacimbão, um chafariz e uma caixa d'água que serviam tanto para os moradores das casinhas como para aqueles que moravam nas adjacências - e que depois foram destruídos, como se assim as memórias sobre a Vila fossem apagadas – mas nem foram! A Vila onde seu Jota conheceu uma das donas Fátimas, que já morava há anos no local, com quem casou. A Vila onde Thiago joga bola no quintal com os amigos quase todos os dias. Era na Vila que havia uma árvore em que Jadson subiu e, fazendo encenca com os amigos em cima dos galhos, acabou caindo. É na Vila que ainda há uma vendinha de frutas e verduras de seu Antero, esposo de Zilda que chegou na Vila ainda criancinha acompanhada por sua avó e bisavós. A Vila que tem um papagaio chamado Amor e que não gosta da outra dona Fátima. A Vila que a metrópole do rico quer engolir o pobre com seus tratores, arrancando as árvores para plantar prédios. A mesma Vila onde tem gente que não mais gosta e quer sair, mas onde também tem gente que gosta e resiste pra ficar.

A Vila onde Emília vinha fazer penteados com a falecida dona Beth, comprar quentinha com outra moradora e fazer tantas outras coisas que, de muitas, nem lembra mais. Emília nem mora na Vila, mas acha que faz parte da casa dela desde que tinha três anos. Hoje

Emília vem de vez em quando para visitar seus amigos moradores e fazer parte da Resistência Vila Vicentina.

É nessa mesma Vila, na capela, no quintal e no estacionamento onde muita gente passou a fazer bordados, dançar samba de salão e forró, aprendeu a fotografar, rezou e fez outras coisas mais. Toda essa gente levou, além dos aprendizados e diversão, aquela sensação de que estavam ajudando os moradores, uns velhinhos e uns até bem novinhos, a permanecerem na Vilinha pequena que já fora tanta coisa para tanta gente desde 1938, quando sequer era uma Vila, assim como a cadeira sequer era uma cadeira, mas uma árvore.

Nessa mesma Vila, cheguei tímido, receoso de qual seria meu papel, como poderia contribuir - se é que eu poderia contribuir com alguma coisa. Fui me aproximando, cheio de vergonha e indignação com o que estavam fazendo com a Vila e com seus moradores. Fui aparecendo cada vez mais e mais na Vila e a Vila foi virando cada vez mais e mais um espaço de bons encontros, de luta e de transformação e de pesquisa.

Na vila, eu comecei a imaginar, criar e desenvolver minhas habilidades de pesquisador: fazer a inserção comunitária, traçar meus objetivos de pesquisa, fazer diário de campo, participar das atividades junto aos moradores, criar perguntas-problema, pensar em possíveis métodos de enriquecimento do *corpus*...Umas coisas assim que nem aconteceram bem assim, porque o que eu achava que faria, a Vila acabou me mostrando como fazer diferente.

De tantas vezes que fui a Vila, comecei a pensar que não conseguia somente observar: eu estava participando, eu estava agindo e, aos chamados dos moradores, eu estava vivendo, muitas vezes, a luta com eles. De muitas vezes que eu fui visitá-la, eu ouvi outros anseios que não os meus, e os meus anseios de pesquisador não eram anseios dos moradores naqueles momentos. E depois, quando eu ia de novo, também não podia ser o que eu queria, nem depois, nem depois. Talvez depois de um ano de acompanhar a comunidade? Até que depois de um certo depois eu usei meus métodos e consegui um *corpus* bem gordinho para olhá-lo com as tais lentes e posturas que não só da vivência, fazer o trabalho científico de pesquisador. E até acredito que alcancei meus objetivos:

O objetivo principal da pesquisa consistiu em analisar quais os afetos e as suas implicações psicossociais envolvidas no processo de desapropriação/remoção de uma comunidade. Como foi apontando no decorrer da dissertação, não se tratava de estudar o fenômeno após a remoção, mas durante o conflito, a partir de como os moradores eram afetados no contexto emergente das ameaças. A partir da vivência em campo e, conseqüentemente, da construção do *corpus*, pude observar que, *a priori*, tendemos a achar que os moradores apenas serão impactados negativamente com as ameaças de perder suas casas, seus vizinhos, os lugares

simbólicos, os acessos aos bens e serviços da cidade, os lugares de lazer. De fato, estes impactos despotencializadores apareceram nos instrumentos utilizados na pesquisa.

No entanto, a vida comunitária apresenta uma dinâmica plural, marcada por teses e antíteses que denotam um processo contínuo de transformação e reorganização das relações sociopsicológicas para a satisfação das necessidades dos moradores. Nesse sentido, vi que, além dos impactos, também pulsava na Vila um movimento potencializador capaz de integrar os moradores em uma resistência orientada para proteção de seus lares, suas histórias, suas memórias, seus laços e suas identidades, implicada no enfrentamento das ameaças da metrópole para rico viver.

O primeiro objetivo específico desse trabalho buscou discorrer sobre o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza, a partir do caso da Vila Vicentina. Apresentei a insuficiência das políticas públicas de habitação, demarcando, inclusive, que estas, muitas vezes, corroboraram com os processos de segregação socioespacial da cidade ao efetivar suas ações, como a construção de conjuntos habitacionais, distantes das regiões centrais da cidade. Também apresentei como o mercado imobiliário vem tomando posse da cidade, construindo os espaços a serem habitados e transitados pelos moradores conforme a renda que possuem.

A partir do caso da Vila, apresentei como até mesmo os lugares que deveriam ser protegidos por leis, por conta de seus aspectos de relevância histórica para a cidade, não estão fora dos interesses do mercado imobiliário. Na biografia da comunidade em questão, ainda há um outro fator que agrava ainda mais esse ataque a ela: a Vila Vicentina da Estância está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social! A remoção da comunidade, além de uma destruição da história de Fortaleza, também representaria um ataque direto às políticas sociais que visam à diminuição das segregações socioespaciais na cidade. Como disse o professor Renato Pequeno, em audiência pública, a possibilidade de remoção da Vila Vicentina é a ponta de um *iceberg*. Por baixo, ao permitir que uma comunidade ZEIS seja removida, todas as demais zonas espalhadas pela cidade passam também a ser alvo do mercado imobiliário.

O segundo objetivo específico dessa pesquisa almejou compreender a afetividade (sentimentos e emoções) presente na relação pessoa-comunidade. Neste ponto, busquei apresentar, além de como se manifestam os tradicionais conceitos da psicologia comunitária e ambiental, tais como apego ao lugar e sentido de comunidade, os sentimentos e as emoções vividas pelos moradores sob ameaças de remoção. Com o auxílio do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, verifiquei que, neste contexto, os moradores apresentam, principalmente, vivências contrastantes quanto à comunidade.

Observei que os moradores, em todos os mapas com a imagem de Contrastes, apresentavam indicadores de Pertencimento e de Agradabilidade. As vivências na comunidade revelaram fortes relações de identificação, laços entre os moradores, compartilhamento de histórias e apreciação dos aspectos físicos e naturais da comunidade, bem como o atendimento de suas necessidades a partir das oportunidades de acessos aos bens e serviços da cidade que a comunidade oferece em decorrência de sua localização. Essas vivências foram contrastadas com indicadores de Insegurança e de Pertencimento gerados pelas ameaças de remoção, levando os moradores a sentir de medo, incerteza e achar alguns espaços da comunidade destruídos. Essas peculiaridades me mostraram que é possível pensar a construção da imagem de Contrastes a partir dos sentimentos e emoções presentes em um plano de frente e um plano de fundo.

No caso da Vila, o plano de frente da imagem de Contrastes apresentava os indicativos despotencializadores que emergiram em decorrência do atual contexto de ameaça remoção, mas não no que tange à relação do morador com a comunidade em si; por outro lado, o plano de fundo apresentava as vivências mais duradouras, todas expressando aspectos potencializadores referentes à comunidade e às relações comunitárias. Desse modo, vemos que os indicadores despotencializadores dos Contrastes dizem respeito à relação morador-ameaça de remoção, mas não morador-comunidade.

O terceiro objetivo da pesquisa analisou as implicações psicossociais decorrentes dos conflitos advindos do processo de desapropriação. Para esse ponto, busquei integrar as discussões alcançadas pelos objetivos anteriores – a construção socioespacial da cidade a partir do caso da Vila e a relação afetiva pessoa-comunidade –, juntamente com as informações produzidas com os instrumentos de pesquisa (principalmente pelo IGMA, Círculo de Cultura e pelas Entrevistas).

Dentre os resultados, observei que os moradores se organizaram em um movimento de enfrentamento às ameaças. A Resistência Vila Vicentina desenvolveu/desenvolve diversas atividades comunitárias que repercutiram/repercutem, a partir dos modos de participação, nos processos de conscientização sobre os problemas que os afligem e afligem outras comunidades de Fortaleza. Com as atividades, os moradores também resgataram importantes aspectos históricos da comunidade, fortaleceram os vínculos entre aqueles que lutam pela permanência e se integraram na luta de outras comunidades que também sofrem com as desigualdades na construção do espaço urbano de Fortaleza. Neste ponto, a Escala de Estima de Lugar apontou para uma estima potencializadora maior naqueles moradores que mais participavam ativamente da Resistência, corroborando com achados de outras pesquisas.

Outro ponto de destaque da pesquisa diz respeito ao fato de que ela, majoritariamente, foi desenvolvida com mulheres acima de cinquenta anos. Tal aspecto mostrou que a Resistência pode ser considerada idosa e feminina. Contrariando os que pensam que revolução é coisa para os mais jovens, vi as moradoras mais velhas da Vila como as que mais constroem as atividades da Resistência, mais tomam a frente das discussões sobre a comunidade e mais demonstram uma ampla compreensão sobre as questões sociais e políticas em torno da temática de desigualdade socioespacial na cidade.

Embora acredite que alcancei os objetivos propostos, enxergo que outros caminhos poderiam ter sido percorridos. Destaco, dentre os pontos que vejo como em aberto, a compreensão dos afetos e as suas implicações vividas pelos moradores que desejam sair da comunidade. As informações sobre estes, no decorrer desse estudo, foram levantadas com os relatos dos moradores que desejam permanecer na Vila, portanto, relatos marcados pelas implicações de quem anseia, fortemente, defender seu lugar de repouso, convivência e identidade. Como a comunidade se organiza também como um lugar de conflitos e contradições, seria importante ouvir os anseios do outro lado – com posicionamento que agora tenho *a priori*, buscar compreender quais as artimanhas utilizadas pelas imobiliárias, por exemplo, para que os moradores não mais se identifiquem com a comunidade a ponto de desejar partir.

Essa foi minha história com a Vila, de como fui aprendendo a me tornar também um pesquisador a partir da disponibilidade de conviver com a comunidade, de respeitar, primeiramente, seu movimento de organização para atender às suas necessidades antes de buscar atender meus anseios de cientista. Nos diálogos entre comunidade e academia, percebi que esta última, ainda que enrijecida pelo conhecimento positivista, pode, sim, se colocar à disposição, com as suas leituras de mundo e seus instrumentais, àqueles que acreditam na transformação social – mesmo que, de início, seja necessário falar o trava-línguas científico para se ganhar alguma credibilidade. Depois, quando se está lá dentro, podemos até tenta falar de outro jeito menos cientista e mais gente. Por fim, nem sei se aprendi mesmo a ser pesquisador, mas como vim dizendo ao longo do trabalho: nós vamos nos encontrando e nos transformando conforme somos afetados – então estou saindo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia com alguma coisa a mais em minha identidade rumo a novos encontros.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Onira de. **A História da Vila Cinzenta**. Fortaleza, 1980.
- ALENCAR, Helenira Fonseca da. **Participação social e Estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos Mapas Afetivos**. 2010. 239f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alícia. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.
- APÓS mais de um ano da tentativa de remoção, a Vila Vicentina resiste na batalha para regulamentação das ZEIS. Observatório das remoções, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/apos-mais-de-um-ano-da-tentativa-de-remocao-vila-vicentina-resiste-na-batalha-para-regulamentacao-das-zeis/>, Acesso em 10 de julho de 2018.
- ARAGAKI, Sérgio Seiji et. al. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de Realidade. . In: SPINK, Mary Jane et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Cap. 3. p. 57-72
- ARAGONÉS, Juan Ignacio; AMÉRIGO, María. Psicología Ambiental: aspectos conceptuales y metodologicos. In: \_\_\_\_\_. **Psicología Ambiental**. Espanha: Ediciones Pirámide, 2010.
- ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [s.l.], v. 25, p.38-63, 6 jul. 2012. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v25i0.28003>.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados Qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 2. p. 37-63. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi.
- BERNAL, Cleide; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; MUDO, Eloise. Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, Maria Cleide Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- BERTINI, Fátima Maria Araújo. **Mudanças Urbanas e Afetos:: Estudo de uma cidade planejada**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia Social, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade e Ambiente Urbano: uma proposta metodológica pelos Mapas Afetivos. In: PINHEIRO, J.Q; GUNTHER, H. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; NOBRE, Bruno Halysom Lemos; FERREIRA, Thais Leite Moraes; ARAÚJO, Lívio Marcio Albuquerque; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza, MARTINS, Ana Kristian Silva. et al.. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, A. (Eds.), **Urban Sustainability**: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoan Vicente Viqueira. 2014. p.131-148.

BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; FEITOSA, Maria Zelfa de Sousa; FARIAS, Nazka Fernandes. Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental. In: LIMA, Aluísio Ferreira de; GERMANO, Idilva Maria Pires; FREIRE, José Célio (Orgs.). **Sujeito e subjetividades contemporâneas**: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e transformação social**: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

BRASIL, Amíria Bezerra. **A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social?** O caso de Fortaleza. 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CABRAL, Daniel Welton Arruda. **Relação afetiva pessoa-ambiente na Praia do Canto Verde**:: Processo de participação comunitária. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CASAS de vila na Aldeota são demolidas e moradores protestam. **O Povo**, Fortaleza, 28 outubro 2016. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/casas-de-vila-na-aldeota-sao-demolidas-moradores-protestam.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**.

Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

CEARÁ (Estado). **Decreto nº 30.263, de 14 de julho de 2010. Declara de Utilidade Pública, Para Fins de Desapropriação**, A área Que Indica no Município de Fortaleza.

CÉSAR, João Batista Martins. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **RVMD**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 356-384, Jul-Dez, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza Chauí. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A. (org). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

CASAS são demolidas na Vila Estância Vicentina após Justiça autorizar reintegração de posse. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p. 0-0. 28 out. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/aDw2eU>>. Acesso em: 16 set. 2017.

DIAS, Sharon Darling de Araújo. A produção do espaço urbano e a questão habitacional em Fortaleza – CE: o caso das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba. In: **Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros - Porto Alegre Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas**, 2010. v. 1. p. 1-2378.

DUARTE JUNIOR, Romeu et al. **Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE**. Fortaleza: ---, 2017. 57 p.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 3, p. 451-464, set. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312010000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 maio 2018.

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Edição Bilíngue Latim-Português. Tradução de Tomaz Tadeu. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FAMÍLIAS são despejadas de terreno na Serrinha; moradores entram em confronto com PM. **O Povo**, Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/GimRCe>>. Acesso em: 06 set. 2017.

FARR, Robert. **As Raízes da Psicologia Social Moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FEITOSA, Maria Zelfa de Sousa. **Afetividade na residência integrada em saúde: o psicólogo no território de form"ação"**. 2014. 206f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FERNANDES, Danielle. **Por um trilho: memórias de resistência**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Fortaleza** (*Lei 062/2009*), 2009.

FORTALEZA. Secretaria De Cultura De Fortaleza. Pedido de impugnação da abertura do processo de tombamento da Vila Vicentina da Estância (Processo nº P430950/2016). Fortaleza, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, José Célio.; VIEIRA, Emanuel Meireles. Uma escuta ética de psicologia ambiental. **Psicologia & Sociedade**. v.18, n.2: 32-37, mai./ago. 2006.

FREITAS, Clarissa Sampaio; PEQUENO, Luís Renato Bezerra. Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza da década de 2000: avanços e retrocessos. **Estudos Urbanos e Regionais**. V.17, n.1, p.45-59, abril. 2015.

FREITAS, Maria de Fatima Freitas Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 1, p.0-0, 1998.

FREITAS, Maria de Fatima Freitas Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas de psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90 no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p.54-80.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 3. p. 64-89. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi.

GLEIZER, Marcos André. **Espinosa & a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Clínico-Comunitário**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GÓIS, Rodolfo Anderson Damasceno. **A metrópole e os mega-eventos: implicações socioespaciais da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GIULLIANI, GIULLIANI, Maria Vitória. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, Eda T. de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo. **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

GUARESCHI, Pedrinho. Relações comunitárias: relações de dominação. In: CAMPOS,

- Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: 2007.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E.; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. Cap. 3. p. 27-34.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HELLER, Agnes. **Teoria de Los sentimientos**. Barcelona, Espanha: Editorial Fontamara, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IPECE. **Informe Nº 42**. Perfil Municipal de Fortaleza - Tema VII: Distribuição Espacial da Renda Pessoal. Fortaleza: CE, 2012.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa (Orgs.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- JODELET, Denise. A cidade e a memória. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P.A. (Orgs.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contracapa/PROARQ, 2002.
- JUSTA, Mayara Moreira. **As violações ao direito fundamental à moradia adequada em assentamentos de baixa renda da cidade de Fortaleza no contexto da Copa do Mundo de 2014**. 2012. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- LANE, Tatiana Maurer Sílvia. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Tatiana Maurer Sílvia; CODO, Wanderley. (Org.). **Psicologia Social: o Homem Em Movimento**. 8ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989. Cap.1, p.10-19.
- LANE, Tatiana Maurer Sílvia. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, Sílvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan. **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006.
- LANE, Tatiana Maurer Sílvia. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2. p. 17-34.
- LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Os fundamentos teóricos. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; ARAÚJO, Yara (Org.). **Arqueologia das Emoções**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Cap. 1. p. 11-34.
- LANE, Tatiana Maurer Sílvia; CODO, Wanderley. (Org.). **Psicologia Social: o Homem Em Movimento**. 8ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989. Cap.1, p.10-19.
- LANE, Tatiana Maurer Sílvia; CAMARGO, Denise de. Contribuições de Vigotski para o

estudo das emoções. In: LANE, Silvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan. **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006.

LANE, Silvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan. **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; ARAÚJO, Yara (Org.). **Arqueologia das Emoções**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Cap. 1. p. 11-34.

LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

MAIS de 1.440 famílias removidas em Fortaleza só este ano. **LEHAB**. 08 dezembro de 2017.

Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/?p=646> Acesso em 18 de maio de 2018.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. *Revista de Psicología Social*, p.31-50, 1985.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 1, n. 2, p.7-27, 1996.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, Sp: Alínea, 2011. p. 199-220.

MCMILLAN, D.W.; CHAVIS, D.M.. Sense of community: A definition and theory. **American Journal of Community Psychology**, n.14, v.1, p. 6-23, 1986.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Cap. 13. p. 273-294.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRA, R.G. Aportación de la psicología ambiental. In: \_\_\_\_\_. **La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña**. Universidad da Coruña, 1997.

MORANTA, Tomeu Vidal; POL, Enric. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Universidad de Barcelona. Facultad de Psicología Anuario de Psicología**. v. 36, n.3, p. 281-297, 2005.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y**

procesos. Paidós: Buenos Aires, Argentina, 2004.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3, n.1, p.121-130, 1998.

MOSER, Gabriel. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. **Psicologia USP**, v.16, v.1, p.279-294, 2005.

OBSERVATÓRIO das Remoções de Fortaleza: conflitos fundiários urbanos e a luta pela moradia. **Observatório das Metrôpoles**, Fortaleza, 2016. Disponível em: <  
<https://goo.gl/eJyfbk>> Acesso em: 23 mar. 2017.

OLIVEIRA, Elaine Gouveia. **A Copa do Mundo FIFA 2014 e o direito à moradia adequada: um estudo das remoções forçadas na execução do projeto do VLT Parangaba-Mucuripe em Fortaleza-Ce..** 2013. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. Implicações ético-políticas de estudantes universitários em movimento de defesa do direito à cidade. In: VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, 2017, Fortaleza. **Anais do VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira**, 2017a.

PACHECO, Fabio Pinheiro.; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz . Os caminhos da pesquisa a partir da vivência em campo. In: Encontros Universitários da UFC, 2017, Fortaleza. **Revista dos Encontros Universitários da UFC**, 2017b. v. 2. p. 2089-2089.

PACHECO, Fábio Pinheiro; GOMES, Lílían Mendonça ; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz . Impactos psicossociais em moradores de comunidades em processo de desapropriação. In: IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, 2016, Natal. **Anais do IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política**, 2016.

PINHEIRO, Valéria; LESSA, Lucas Golignac; VERAS, Francisco Fábio Montenegro. Encontro de Comunidade e Observatório das Remoções: experimentações de uma práxis educativa em Fortaleza. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais do XVII ENANPUR**, 2017.

PONTE, Alexandre Quintela.; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; PASCUAL, Jesus Garcia. Considerações Teóricas Sobre Identidade de Lugar à Luz da Abordagem Histórico-Cultural, **Psicol. Argum.** Curitiba, 27, 59. out./dez., 2009. p.345-354.

POL, Enric; VALERA, Sergi. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Villes em Parallele**, v. 28 n. 29, p.13-33, 1999.

POL, Enric. (1996). La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, Enric (Orgs.), **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p.42-62.

PROSHANSKY, H. M.. The City and the self-identity. **Environment and Behavior**, v.1, n.2, p.147-169, 1978.

ROCHA, Aline Maria Matos. Direito à cidade, patrimônio e redes de mobilização: o caso do movimento Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE. In: XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017, Salvador. **Anais do XV Simpurb**, 2017.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucvan. **Manual de investigações em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Gradiva, 2005.

SIEBRA, Lucia. M. G.; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. C.; MATOS, T. G. R. El Proceso de Traslado de una Ciudad: aportaciones desde la Psicología Ambiental. In: **IX Congreso de Psicología Ambiental**, 2006, Madrid. Medio Ambiente, Bienestar Humano y Responsabilidad Ecológica. Madrid: Editorial UAM, 2006. v. 1. p. 259-263.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 35-53.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicol. Soc.* v. 21, n.3, p.364-372, 2009.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis: Vozes, 2011, Cap. 6. p. 97-118.

SAWAIA, Bader Burihan. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.2, p. 45-78, 1995.

SAWAIA, Bader Buriham. A emoção como locus da produção do conhecimento: uma análise centrada em Espinosa e Vygotsky. In :**Anais da III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural**, 2000. Acesso em 05 de agosto, 2017, em <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>.

SCRUTON, Roger. **Espinosa**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VARELA, Sergi. Psicología Ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In: IÑIGUEZ, L.; POL, Enric (Orgs.), **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996, p.1-14.

VARELA, Sergi; POL, Enric.. El Concepto de Identidad Social Urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. **Anuario de Psicología. Universitat de Barcelona**, v.62, p.5-24, 1994.

VIEIRA, Emanuel Meireles.; XIMENES, Verônica Morais. Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? **Psicologia Argumento**. v. 26, n. 52, 2008a, p. 23-33.



- VIGOTSKI, Lev. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.
- VIGOTSKI, Lev. La imaginación y el arte em la infância: ensayo psicológico. Madrid: Akal, 2006.
- VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- VYGOTSKY, Lev. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- VYGOTSKY, Lev. **Teoría de las emociones**. Madrid: Akal, 2004.
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- XIMENES, Verônica Moraes; GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: LACERDA Jr., Fernando; GUZZO, Raquel de Souza Lobo (orgs.). **Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Alínea, 2011.
- XIMENES, Verônica Moraes; CIDADE, Elívia Camurça; SILVA, Gisely Roberta Gomes. Pesquisas em Psicologia nos contextos de pobreza: Para que e para quem? In XIMENES, Verônica Moraes; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JR.; James Ferreira. **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.165-186.
- XIMENES, Veronica Moraes; MOURA Jr., James Ferreira. Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: Leite, J. F. & Dimenstein, M. (Org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: EDUFRN, 2013.
- WIESENFELD, Esther. A Psicologia Ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, v.16, n.1/2, p.53-69, 2005.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Perspectivas da Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**. v.8, n.2, p.339-340, 2003.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ –UFC**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Convidamos você, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, a participar da pesquisa **afetos e implicações psicossociais vividas por moradores ameaçados de processo de desapropriação**, desenvolvida na comunidade **Vila Vicentina da Estância**. Os dados obtidos nesta investigação servirão à construção da dissertação de mestrado do pesquisador Fábio Pinheiro Pacheco, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da professora Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim. A pesquisa não dá direito a qualquer retorno financeiro ao participante, no entanto oferecemos como benefício os resultados obtidos de modo a contribuir com reflexões sobre a temática abordada.

Caso aceite, você participará de duas atividades. Na primeira, você preencherá o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos, no qual é solicitado que você elabore um desenho e, em seguida, responda algumas questões relacionadas a ele. Na segunda atividade, será realizada uma roda de discussão, no formato de círculo de cultura, para discutir os dados obtidos na primeira atividade com a participação de todos os moradores que aceitarem participar da pesquisa, com duração aproximada de 01 (uma) hora. Com a sua permissão, a entrevista será gravada com um gravador portátil para que as informações sejam melhores registradas e analisadas posteriormente para a pesquisa. Ressaltamos que seu nome não será identificado em nenhuma das atividades, bem como não serão fornecidas informações a terceiros que possam lhe identificar. Assim, seu nome não será citado na dissertação, artigos, relatórios ou qualquer outro meio de divulgação da pesquisa.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física dos participantes, no entanto poderá gerar desconforto ao responder perguntas sobre a afetividade com relação ao lugar, que não são prejudiciais aos participantes nem impedem o andamento da pesquisa.

A aceitação ou recusa em participar desta pesquisa não acarretará qualquer contratempo, desconforto ou prejuízo físico, mental ou material a você. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, solicitando que suas informações sejam retiradas, sem que isto implique qualquer prejuízo para você. Além disso, você terá acesso, a qualquer momento, às informações relacionadas à pesquisa. Em caso de dúvidas e desistência, você poderá entrar em contato com o pesquisador por meio do e-mail [pfabiopinheiro@gmail.com](mailto:pfabiopinheiro@gmail.com), pelo telefone (85) 9.97931321 ou pela Coordenação do Mestrado Acadêmico em Psicologia da UFC, situada à Avenida da Universidade, 2762 –Benfica, CEP: 60.020-180, telefone: (85) 3366-7661 ou (85) 3366-7651.

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 -Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Caso aceite participar, solicitamos que assine esse documento, que será expedido em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

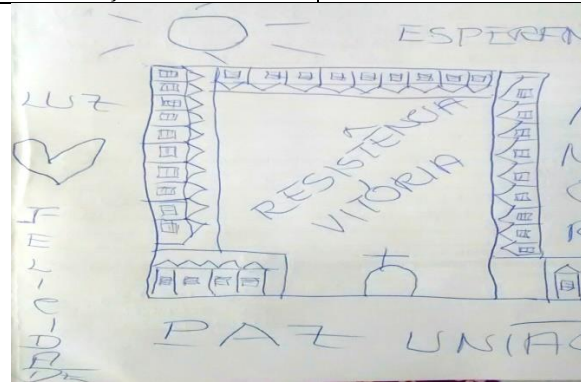
---

Assinatura do participante da pesquisa


---


Fábio Pinheiro Pacheco  
Assinatura do pesquisador


## APÊNDICE B - MAPAS AFETIVOS DA VILA VICENTINA

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Capitã da Vila		Sexo: F	Idade: 59 anos.
Escolaridade: Médio completo.		Tempo de residência: 22 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Esse desenho que fiz representa todo o meu sentido de pertencimento a este local, expressando todas as formas de sentimento que possuo em relação a ele.	Eu moro no céu aqui na terra. Morar na Vila, para mim, é o mesmo que ter ganho na Mega Sena sem que eu tenha recebido nenhum valor em dinheiro.	Força, fé, resistência, esperança, união, paz. Luz, vitória, céu, proteção, segurança, amizade.	Com a vila na qual nasci e morei durante 37 anos e da qual só saí dela pela força das circunstâncias. Lá eu me sentia muito feliz, protegida, amparada.
		SENTIDO:	
		<p><b>A Vila de “Infância”</b> é um pedaço do céu na terra ao qual a moradora <b>pertence</b>, que proporciona sentimentos de união, paz e proteção. Apartir da configuração de uma <b>estima de lugar potencializadora</b>, <b>tem-se</b> a implicação engajada da moradora na construção de uma resistência a fim de alcançar a vitória pela permanência na comunidade.</p>	
Estrutura: <i>Cognitivo</i> .			
Escala Estima de Lugar (EDL): 45		Imagem: Pertencimento	

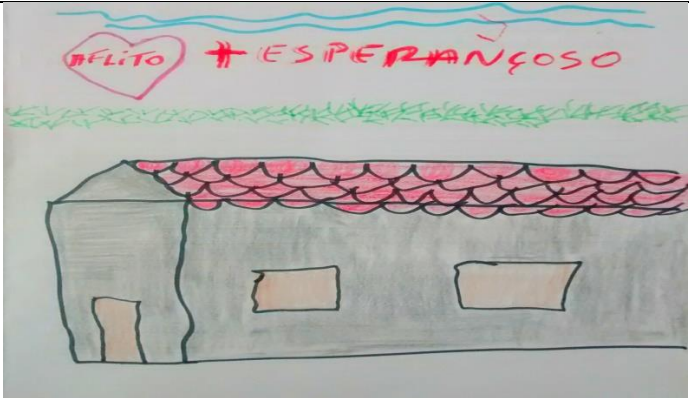
IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Cida		Sexo: F	Idade: 44 anos.
Escolaridade: Fundamental completo.		Tempo de residência: 17 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
Este desenho significa a minha moradia, nele representei toda a comunidade.	Penso que é um lugar muito bom para morar, seguro, todo mundo se conhece. Saio para trabalhar e passo deixar os meninos e não temos nenhum problema. É o melhor lugar do mundo.	Alegria porque continuamos, tristeza pelas casas derrubadas, medo pelas remoções, insegurança porque não está muito segura, forte pela ajuda das pessoas, receio. Felicidade, contente, esperança, medo.	Acho que não comparo essa vila não. Acho que não tem comparação com outro lugar, mesmo que me oferecessem para ir morar na Beira-Mar eu continuaria aqui.


	<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “Incomparável I” é uma comunidade de <b>contrastes</b>, onde, de um lado, a moradora vive momentos de medo, insegurança e tristeza ocasionados pelo receio de que a comunidade seja removida. Por outro lado, a felicidade e a confiança presentes nas relações com os vizinhos <b>potencializam sua estima de lugar</b>, fortalecendo sua implicação positiva para com a resistência.</p>
<p><b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo.</i></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): 15</b></p>	

<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p>			
<p><b>Nome:</b> Cláudia      <b>Sexo:</b> F</p>		<p><b>Idade:</b> 62</p>	
<p><b>Escolaridade:</b> Médio incompleto</p>		<p><b>Tempo de residência:</b> 38 anos.</p>	
<p><b>SIGNIFICADO:</b></p>	<p><b>QUALIDADE:</b></p>	<p><b>SENTIMENTOS:</b></p>	<p><b>METÁFORA:</b></p>
<p>Significa que queria que as casas fossem bonitas, tudo pintadinho, todas iguais.</p>	<p>Eu diria que aqui é um lugar muito bom, tranquilo, não existe agressão física, só é mesmo de boca. Todos os rapazes são educados, estudiosos. É um lugar tranquilo, pode até ficar a noite inteira fora de casa.</p>	<p>Plantas verdes, bem cuidado, tristeza, queria que todos fossem amigos, mas estão divididos, que não houvesse fofoca. Representa uma alegria, se estivesse tudo mais organizado.</p>	<p>Eu sinto como se aqui era como uma família completa. Porque quando a gente vai fazer uma festa, está todo mundo ali. Agora não, porque a gente está separado, os da resistência e os outros.</p>
		<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “Família I” costumava ser um lugar agradável, com pessoas educadas e unidas, no entanto vem passando por situações <b>contrastantes</b>, em que as boas relações de vizinhança estão enfraquecidas pelas intrigas e desunião presentes no contexto de ameaça de remoção, sendo necessário que a <b>estima de lugar busque se manter potencializadora</b> a fim de que os moradores possam perserverar na conservação da comunidade.</p>	
<p><b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo.</i></p>		<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Agradabilidade x Destruição)</p>	
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): 29</b></p>			

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Filho		<b>Sexo:</b> M	
<b>Escolaridade:</b> Pós-graduação.		<b>Idade:</b> 37 anos.	
<b>Tempo de residência:</b> 37 anos.			
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
O desenho significa a Vila Vicentina, onde existe diversos corações que são as pessoas que amam a Vila Vicentina. Do outro lado, as pessoas que amam o dinheiro. No meio, a justiça que observa os acontecimentos e nada faz. Estão do lado da balança, existe os que amam a Vila, de outro os que querem destruir a Vila.	Que a Vila Vicentina seria um paraíso aqui na terra, não conheço lugar melhor para morar.	Segurança ao saber que moro na Vila Vicentina, Inseguro ao saber que existe força oculta agindo contra a tranquilidade de nossa moradia. Existência, coragem, luta, acolhimento, amizade, proteção.	A Vila Vicentina se resume numa casa grande, onde existe a união de várias famílias num lugar só, que se compara a um lugar feliz.
		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> <i>Metafórico</i>		A Vila “Casa grande” tem sido cenário de disputas <b>contrastantes</b> , onde são encontradas pessoas que buscam romper as relações amorosas entre os moradores a fim de destruir a comunidade, causando inseguranças que culminam em uma estíma <b>de lugar em depotencialização</b> . Porém, há outras pessoas corajosas na luta de resistência, almejando preservar a Vila como um lugar de acolhimento e proteção que se revela nas relações de amizade.	
<b>Escala Estíma de Lugar (EDL):</b> -11		<b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)	

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Gordinha da Vila		<b>Sexo:</b> F	
<b>Escolaridade:</b> Fundamental completo.		<b>Idade:</b> 62 anos.	
<b>Tempo de residência:</b> 39 anos.			
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
O coração está dividido entre aflição e esperança. Esse desenho verde é grama, pois verde pra mim representa esperança.	É minha moradia, um lugar muito bom e acolhedor.	Aflição, esperança, amizade, união, confraternização, fortaleza. tranquilidade.	A cidade Boa Viagem onde nasci. Essa cidade é bem tranquila, me transmite muita paz.


	<b>SENTIDO:</b>
<b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i>	<p>Os atuais momentos de <b>contrastes</b> na Vila “<b>Boa Viagem</b>” têm afetado a percepção de agrabilidade do lugar, ocasionando sentimentos de aflição. No entanto, a união e o fortalecimento das relações fraternas entre os moradores possibilitam a <b>potencialização da estima de lugar</b>, contribuindo para a orientação de ações de enfrentamento que buscam o retorno da tranquilidade da comunidade.</p>
<b>Escala Estima de Lugar (EDL): 39</b>	<b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança).

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Luciana		<b>Sexo:</b> F	
<b>Escolaridade:</b> Médio completo		<b>Idade:</b> 55 anos.	
<b>Tempo de residência:</b> 25 anos.			
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
A Vila.	Um bom lugar para se morar, não tem violência, as pessoas são amigas.	Paz, tranquilidade, me sinto bem aqui na vila, não sinto medo de morar aqui. Felicidade, segurança, medo de sair, gosto de morar, me sinto bem, amizade.	Paraíso, porque tem a localidade boa, perto de tudo, perto do meu trabalho, supermercado, o colégio em que estudo (Santo Inácio).
		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i>		<p>A Vila “<b>Paraíso I</b>” é um lugar <b>agradável</b> que dispõe de uma localidade que facilita o acesso a tantos outros de locais (supermercado, trabalho, escola, etc.). Nesta comunidade, os moradores estabelecem relações de amizade que repercutem em uma sensação de paz, tranquilidade e segurança, sentimento que aumentam uma <b>estima de lugar potencializadora</b> capaz de enfrentar as situações que ocasionam o medo de sair da Vila.</p>	
<b>Escala Estima de Lugar (EDL): 32</b>		<b>Imagem:</b> Agradabilidade	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Margarida		Sexo: F	Idade: 58 anos.
Escolaridade: Fundamental incompleto		Tempo de residência: 40 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
É a minha casa que eu não tenho, porque essa casa não é da gente ainda.	Na Vila Vicentina é tudo de bom, calmo. Não tem nada de violência, aqui é o céu.	Sentimento ruim da destruição do dia 28 de outubro do ano passado, minha casa no meio das que iam ser destruídas; amor, vida boa aqui na Vila, amigos. Sentimento muito bom.	Se torna o paraíso, porque é tudo de bom.
		SENTIDO:	
		A Vila “ <b>Paraíso II</b> ” é um lugar que desperta sentimentos de calma, amor e bem-estar no convívio entre os moradores, implicando em uma <b>estima de lugar potencializadora</b> . No entanto, a vivência <b>contrasta</b> com a ameaça de remoção que gera insegurança e medo que caracterizam a instabilidade na percepção de posse da casa por parte do moradora.	
Estrutura: <i>Cognitivo</i> .			
Escala Estima de Lugar (EDL): 30		Imagem: Contrastes (Agradabilidade x Destruição)	

IDENTIFICAÇÃO:			
Nome: Maria		Sexo: F	Idade: 57
Escolaridade: Fundamental incompleto		Tempo de residência: 40 anos.	
SIGNIFICADO:	QUALIDADE:	SENTIMENTOS:	METÁFORA:
O desenho da balança está entre o alto e o baixo, uma coisa que fica pelo meio. A gente tá aqui, a gente não sabe se vai ficar de verdade, como é que vai ser. Isso mexe muito com a cabeça da gente.	A gente pensa que se pudesse ficar nessa Vila, não sairia daqui por nada. A Vila Vicentina é muito abençoada. Um lugar desse jeito aqui não existe mais.	Alegria, união faz a força, medo de sair, amizade, paz, compreensão. Amor, tristeza.	Às vezes eu uso essa palavra que aqui a gente tá no céu. Que a gente vive no céu em relação aos outros lugares que a gente costuma ver.
		SENTIDO:	



	<p>A Vila “Céu” é um lugar raro na terra, onde os moradores estabelecem relações de amizade, caracterizando-se por sentimentos de paz, união, compreensão e alegria, gerando uma <b>estima de lugar potencializadora</b> que <b>contrasta</b> com o medo, a insegurança e a tristeza que seria sair da comunidade.</p>
<p><b>Estrutura:</b> <i>Metafórico.</i></p>	
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): 14</b></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança).</p>

### IDENTIFICAÇÃO:

**Nome:** Patrícia      **Sexo:** F      **Idade:** 67 anos.

**Escolaridade:** Fundamental completo.      **Tempo de residência:** 38 anos.

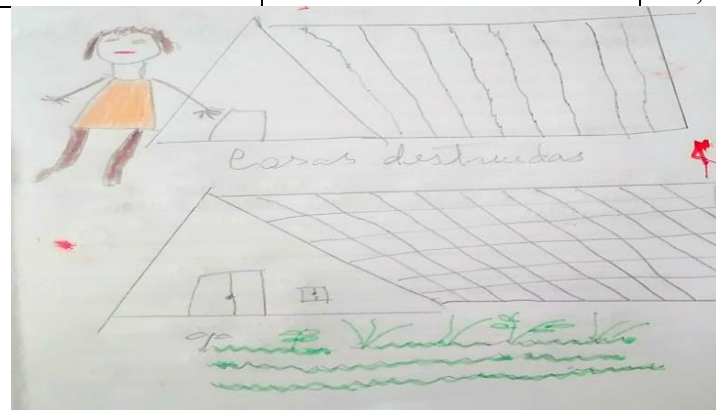
**SIGNIFICADO:**      **QUALIDADE:**      **SENTIMENTOS:**      **METÁFORA:**

Representa a angústia que foi para nós o dia em que foi destruída essas casas da Vila.

É uma moradia maravilhosa. Você pode dormir tranquila, não tem briga, não tem mal querência com os vizinhos. Somos todos uma família.

A tristeza caso venha acontecer o pior. O medo das casas serem destruídas. Tristeza, saudade, convivência, abandono, dor, amizade.

Com o coração da Aldeota, porque estamos perto de tudo, de médicos, farmácia, hapvida, mercantil, shoppings e dos nossos trabalhos.



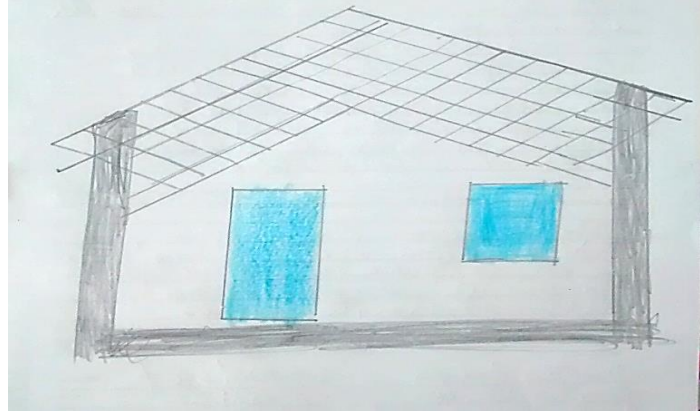
**Estrutura:** *Cognitivo.*

**Escala Estima de Lugar (EDL): 21**

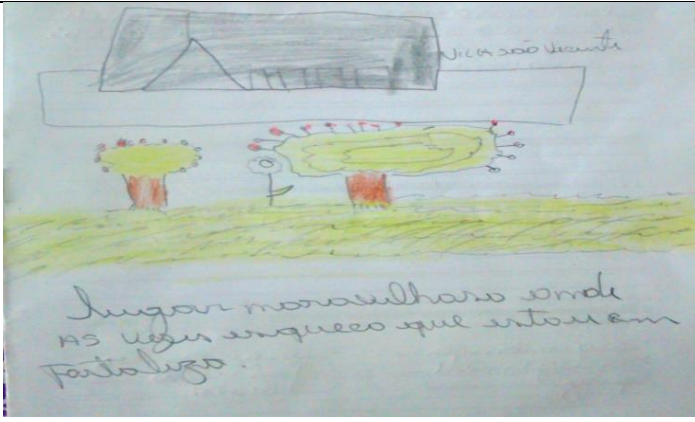
### SENTIDO:

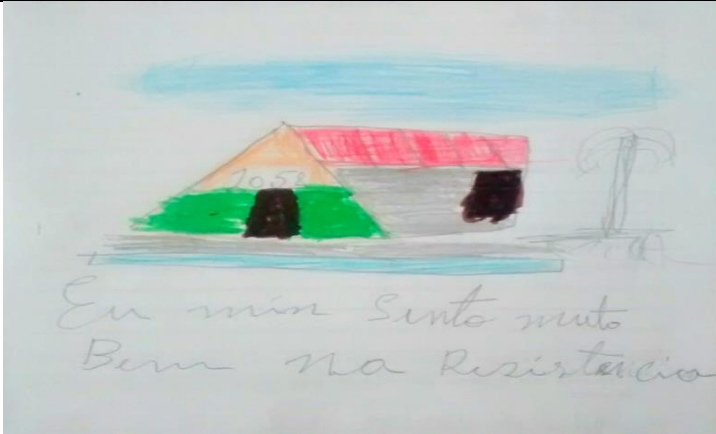
A Vila “Coração da Aldeota” é um lugar que possibilita acesso a muitos outros locais (trabalho, supermercado, médicos, etc.), proporcionando a livre circulação na cidade. Nesta comunidade, os moradores vivem como em uma família de boa convivência, no entanto a ameaça de remoção tem gerado sentimentos **contrastantes** de dor, tristeza, medo, abandono e saudade podendo diminuir a **estima de lugar potencializadora**.

**Imagem:** Contrastes (Agradabilidade x Destruição).

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> J.		<b>Sexo:</b> M.	
<b>Idade:</b> 67 anos.		<b>Escolaridade:</b> Fundamental incompleto	
<b>Tempo de residência:</b> 22 anos.			
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Este desenho é a realidade atual de uma casa destruída por pessoas que querem lucrar em consequência de uma ação brutal e egoísta que se acha dono sem ter documentos.	Penso que vamos conseguir reconstruir e voltar à normalidade.	Terrivelmente feio. Destruido, destelhado, desmoronada, horrível, terrível.	A Vila Vicentina é uma comunidade antiga, uma família porque somos todos amigos.
		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i>		Em decorrência das ações egoístas e brutais orientadas para a demolição da Vila “Comunidade antiga”, esta tem parecido desagradável, ocasionando no morador de sensação de que ela está feia, terrível e demoronando. No entanto, essa vivência despotencializadora <b>contrasta</b> com as relações familiares de amizade entre os moradores que repercutem em uma <b>estima de lugar potencializadora</b> que os mobiliza na luta pela reconstrução da comunidade e retomada das boas relações cotidianas.	
<b>Escala Estima de Lugar (EDL):</b> 22		<b>Imagem:</b> Contrastes (Agradabilidade x Destruição)	

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Sorrisão		<b>Sexo:</b> F	
<b>Idade:</b> 37 anos.		<b>Escolaridade:</b> Médio completo	
<b>Tempo de residência:</b> 18 anos.			
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Lugar mais maravilhoso onde as vezes sinto que estou no interior. Lugar onde me sinto em segurança.	Adoro morar nela, povo simples. Falta de me sentir segura morando sozinha.	Às vezes, sinto raiva porque alguns se separaram. Segurança, amizade, paz, esperança, futuro, triste.	Não temos com o que comparar, porque tenho certeza aqui em Fortaleza não existe outro lugar assim.

 <p><i>Lugar maravilhoso onde As vezes esqueço que estou em Porto Alegre.</i></p>	<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “<b>Incomparável II</b>” é m lugar maravilhoso, onde os moradores estabelecem relações de amizade, vivendo sentimentos de paz e segurança. No entanto, essa vivência tem sido <b>contrastada</b> com a ameaça de remoção que afloram sentimentos de tristeza, raiva e incerteza quanto ao futuro, levando a uma <b>estima de lugar despotencializadora</b>.</p>
<p><b>Estrutura:</b> <i>Metafórico.</i></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): -08</b></p>	

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Vêi	<b>Sexo:</b> M	<b>Idade:</b> 68 anos.	
<b>Escolaridade:</b> Fundamental completo		<b>Tempo de residência:</b> 43 anos.	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Uma casa que está em ameaça de venda.	Eu diria para que nunca ninguém ameaçasse os moradores.	Uma casa que eu moro há 43 anos. Sinto muito insatisfeito com essa situação de ameaça. Casa desmoronando a qualquer momento, suspeita de cair, boa moradia, amigos, inimigos, morar a vida toda.	Compara que a gente ia morar por tempo indeterminado, parece uma comunidade.
 <p><i>Eu sinto muito Bem na Resistência</i></p>		<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “<b>Comunidade</b>” é um lugar ameaçado de venda, cuja boa moradia e relações de amizade estão <b>contrastadas</b> pelo sentimento de insatisfação com atual situação, medo de demoramento e insegurança quanto à permanência na comunidade, podendo diminuir a <b>estima de lugar potencializadora</b> do morador.</p>	
<p><b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo.</i></p>		<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>	
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): 18</b></p>			

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** Zil      **Sexo:** F      **Idade:** 49 anos.

**Escolaridade:** Superior incompleto      **Tempo de residência:** 42 anos.

**SIGNIFICADO:**

Primeiramente, a vila, com fé em Deus e a justiça, está em pé. Com tudo isso os verdes da natureza, a cada dia ao amanhecer, é uma dádiva de Deus. Em relação às pessoas, a tristeza estampada no rosto. E pra finalizar, essas destruições das casas.

**QUALIDADE:**

A Vila é tudo de bom que qualquer ser humano poderia escolher um lugar para morar. É uma paz que dinheiro nenhum compra!

**SENTIMENTOS:**

Alegria, confiança, tristeza, insegurança, amor, saudade. Alegria porque a Vila vive. Tristeza pelo ocorrido dessas destruições, parece abandonado.

**METÁFORA:**

Vila com um pedacinho de céu, pois creio que todos nós almejamos ir um dia e então residir aqui é essa maravilha.



**Estrutura:** *Cognitivo.*

**Escala Estima de Lugar (EDL):** 06

**SENTIDO:**

Na Vila “**Pedacinho do céu I**”, a moradora **contrasta** as costumeiras vivências agradáveis de um lugar de moradia amorosa e alegre junto as pessoas e a natureza, com as ameaças de desapropriação que tem gerado insegurança e tristeza, podendo ter implicação na diminuição da **estima de lugar potencializadora**.

**Imagem:** Contrastes (Agradabilidade x Destruição)

**IDENTIFICAÇÃO:**

**Nome:** Marília      **Sexo:** F      **Idade:** 75

**Escolaridade:** Médio incompleto      **Tempo de residência:** 50

**SIGNIFICADO:**

É um coração, significa amor a Vila. Cheguei aqui há muitos anos.

**QUALIDADE:**


Aqui era um deserto e agora só tem barão, e eles não querem a Vila aqui. Rico não gosta de pobre, só quer ficar perto de rico.

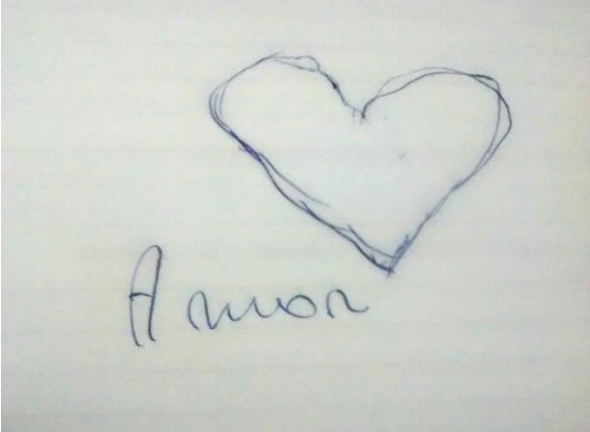
**SENTIMENTOS:**

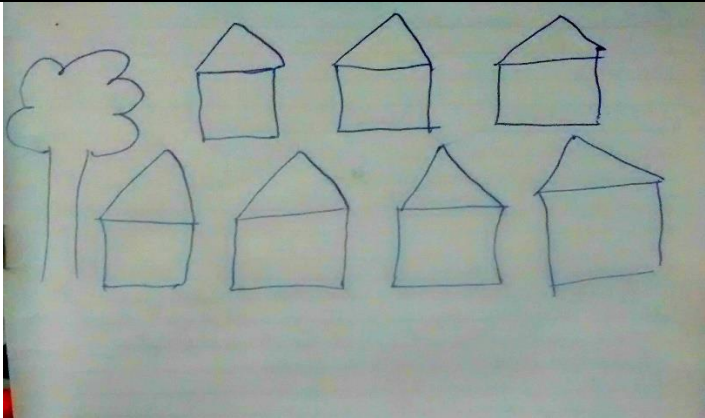
Muito amor. Deus tem poder no céu, e os grandes tem poder aqui na terra. Não sei do futuro, mas queria que fosse bom. Deus quem sabe.

**METÁFORA:**


Eu acho bom, não comparo com outro lugar porque é um lugar bom.

 <p><b>Estrutura:</b> <i>Metafórico</i></p>	<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “<b>Incomparável III</b>” é um lugar bom, construído com muito amor, onde abriga pessoas humildes. Este sentimento de pertencimento é <b>contrastado</b> pela insegurança e incerteza quanto ao futuro, configurando uma <b>estima de lugar despotencializadora</b>, advindas dos interesses dos ricos e poderosos que desejam os moradores da Vila distantes do lugar.</p>
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): -08</b></p>	<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>

<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p>			
<p><b>Nome:</b> Eunice      <b>Sexo:</b> F      <b>Idade:</b> 81</p>		<p><b>Escolaridade:</b> Fundamental incompleto      <b>Tempo de residência:</b> 44</p>	
<p><b>SIGNIFICADO:</b></p>	<p><b>QUALIDADE:</b></p>	<p><b>SENTIMENTOS:</b></p>	<p><b>METÁFORA:</b></p>
<p>É amor.</p>	<p>Eu penso que muita coisa era quando começou. Depois que começou a mudar de presidente, ficou essa desorganização de querer vender a Vila.</p>	<p>Paz, saúde. Deveria ter harmonia. Compreensão.</p>	<p>É um paraíso, porque eu gosto daqui. Cheguei aqui há 44 anos.</p>
 <p><b>Estrutura:</b> <i>Metafórico</i></p>		<p><b>SENTIDO:</b></p> <p>A Vila “<b>Paraíso III</b>” costumava ser um lugar amoroso, onde os moradores viviam em paz e com saúde. No entanto, com as mudanças organizacionais que almejam a venda do lugar, os bons sentimentos passaram a ser <b>contrastados</b> com a sensação de insegurança, necessitando de maior harmonia e compreensão para que a <b>estima de lugar potencializadora</b> não diminua.</p>	
<p><b>Escala Estima de Lugar (EDL): 18</b></p>		<p><b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)</p>	

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Aline		<b>Sexo:</b> F	<b>Idade:</b> 25
<b>Escolaridade:</b> Superior completo		<b>Tempo de residência:</b> 1 ano	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
É a nossa moradia aqui.	Que a Vila Vicentina é a minha razão de viver. É tudo na minha vida.	Ameaçada, desprotegida, resistir, fé, lutar e vitória. Apesar de não morar muito tempo, eu gosto muito daqui. Não quero sair por nada. Me sinto feliz, me sinto completa. A Vila é tudo, minha vida.	Compararia com uma família, porque todos nós aqui ajudamos uns aos outros. Somos todos unidos, apesar das desavenças, lutamos por um objetivo só.
		<b>SENTIDO:</b>	
<b>Estrutura:</b> <i>Cognitivo</i>		A Vila “ <b>Família II</b> ” configura-se como um lugar de existência e razão de viver para a moradora, proporcionando sentimentos de felicidade nos momentos de partilha com os demais. No entanto, essa vivência <b>contrasta</b> com as atuais percepções de ameaça, desproteção e desavenças, sendo necessário que a <b>estima de lugar mantenha-se potencializadora</b> para que a moradora alcance o objetivo de lutar, resistir e vencer.	
<b>Escala Estima de Lugar (EDL):</b> 19		<b>Imagem:</b> Contrastes (Pertencimento x Insegurança)	

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>			
<b>Nome:</b> Zezé		<b>Sexo:</b> F	<b>Idade:</b> 81
<b>Escolaridade:</b> Fundamental completo		<b>Tempo de residência:</b> 43 anos	
<b>SIGNIFICADO:</b>	<b>QUALIDADE:</b>	<b>SENTIMENTOS:</b>	<b>METÁFORA:</b>
Eu só penso em ficar aqui. Significa só coisa boa, o sol, a lua um coração. Coração partido de tristeza também pelo que passamos aqui, foi fogo.	Eu penso que ela não vai ser vendida, que vai ficar aqui para nós.	Eu só penso no que é bom, não penso no que é ruim, não. Só quero é ficar em paz e pronto. Seguro, não tem confusão. Todo mundo é amigo, tem confiança. Boa, melhor lugar pra morar, calmo. Tive minhas filhas aqui, minha vida aqui.	Um pedacinho do céu, porque é muito bom. Pode ser que aqui tenha gente que queira se livrar das casas, mas eu gosto. Amo morar aqui.

	<b>SENTIDO:</b>
<p>Na Vila “<b>Pedacionho do Céu II</b>”, a moradora pensa em tudo que é bom no lugar, a segurança, a calma, as amizades, a família, sentindo-se <b>pertencente</b> ao lugar. A sua elevada <b>estima de lugar potencializadora</b> combate as ocasionais lembranças de tristeza da derrubada de algumas casas.</p>	
<b>Imagem:</b> Pertencimento	

**Estrutura:** *Metafórico*

**Escala Estima de Lugar (EDL):** 43

**ANEXOS****ANEXO A – INSTRUMENTO GERADOR DE MAPAS AFETIVOS****(ADAPTADO)**

Primeiramente, agradecemos pela sua colaboração. Abaixo você deverá fazer um desenho que represente sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir a Vila Vicentina da Estância atualmente.



**1. As seguintes perguntas fazem referência ao desenho feito por você. Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas, sim, suas opiniões e impressões.**

1.1 Explique brevemente que significado o desenho tem para você:

---

---

---

---

---

1.2 Descreva que SENTIMENTOS o desenho lhe desperta:

---

---

---

---

1.3 Escreva seis palavras que resumam seus SENTIMENTOS em relação ao desenho:

1	_____	4	_____
2	_____	5	_____
3	_____	6	_____

**2. Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre a Vila Vicentina da Estância. Lembre-se que não existem respostas certas ou erradas, mas sim a sua opinião.**

2.1 Caso alguém lhe perguntasse o que pensa da Vila, o que você diria?

---

---

---

---

2.2 Se você tivesse que fazer uma comparação entre Vila Vicentina e algo, com o que você a compararia? Por que?

---

---

---

---

**3. Descreva dois lugares perto da Vila Vicentina que você vai com frequência (utilize nomes de lugares de origem e destino e detalhes que chamem a sua atenção durante o trajeto/ou no lugar em que vai) no seu dia-a-dia.**

Lugar 1

---



---



---

Lugar 2

---



---



---

#### 4. Escala de Estima de Lugar

As frases abaixo dizem respeito a avaliações, impressões e sentimentos que você pode ter acerca de diversos lugares. Pensando na VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA, onde você mora, leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Para tanto, considere a escala de resposta ao lado, Por favor, procure não deixar as sentenças em branco e, não sabendo que há respostas certas ou erradas, tente responder de forma mais sincera possível.

<b>A Vila Vicentina é um lugar QUE/ONDE:</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Nem concordo, nem discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
1. Considero como algo meu.	1	2	3	4	5
2. Está poluído.	1	2	3	4	5
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.	1	2	3	4	5
4. Me sinto sossegado.	1	2	3	4	5
5. Não trocaria por nada.	1	2	3	4	5
6. Considero parte da minha história.	1	2	3	4	5
7. Parece abandonado.	1	2	3	4	5
8. Desconfio das pessoas.	1	2	3	4	5
9. Me envergonha.	1	2	3	4	5
10. Há riscos.	1	2	3	4	5
11. Sinto medo.	1	2	3	4	5
12. É ruim.	1	2	3	4	5
13. O perigo é constante.	1	2	3	4	5
14. Acho feio.	1	2	3	4	5
15. Me indigna.	1	2	3	4	5
16. Tenho oportunidades.	1	2	3	4	5
17. Me sinto tranquilo.	1	2	3	4	5
18. Com estruturas precárias.	1	2	3	4	5
19. Se não estou nele, quero voltar.	1	2	3	4	5
20. Me sinto identificado com ele	1	2	3	4	5
21. Admiro por sua beleza.	1	2	3	4	5

<b>A Vila Vicentina é um lugar QUE/ONDE:</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Nem concordo, nem discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
22. Me deixa com raiva.	1	2	3	4	5
23. Sinto que faço parte.	1	2	3	4	5
24. Me sinto sufocado.	1	2	3	4	5
25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim.	1	2	3	4	5
26. Tenho prazer.	1	2	3	4	5
27. É atraente para mim.	1	2	3	4	5
28. Sinto que estou desprotegido.	1	2	3	4	5
29. Me deixa orgulhoso.	1	2	3	4	5
30. Me sinto inseguro.	1	2	3	4	5
31. É desprezível.	1	2	3	4	5
32. Amo.	1	2	3	4	5
33. Devo estar alerta.	1	2	3	4	5
34. Me divirto.	1	2	3	4	5
35. Tem tudo a ver comigo.	1	2	3	4	5
36. Está destruído.	1	2	3	4	5
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.	1	2	3	4	5
38. Há sujeira.	1	2	3	4	5
39. Defenderia se necessário.	1	2	3	4	5
40. Tudo pode acontecer.	1	2	3	4	5
41. Me sinto apegado.	1	2	3	4	5

### 5. Gostaríamos agora de fazer algumas perguntas sobre sua relação com a Vila Vicentina:

5.1 Como você chegou (período em que começou a morar) à Vila Vicentina?

---



---



---



---



---

5.2 Como você se sente no atual momento da Vila Vicentina?

---



---



---

5.3 Como a ameaça de desapropriação afetou o seu dia a dia?

---



---

5.5 Você faz parte a algum grupo ou movimento? **Sim** ( ) **Não** ( )

Caso sim, que tipo de grupo e onde ele se localiza? Como tem sido a sua participação no grupo ou movimento?

## 6. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

**Identificação (Como gostaria de ser chamado na pesquisa):**

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** \_\_\_\_\_

**Tempo de moradia:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Escolaridade:**

- ( ) Sem estudos
- ( ) Ensino fundamental incompleto
- ( ) Ensino fundamental completo
- ( ) Ensino médio incompleto
- ( ) Ensino médio completo
- ( ) Ensino superior incompleto
- ( ) Ensino superior completo
- ( ) Pós-graduação

**Valor aproximado da renda familiar:**

- ( ) Nenhuma renda.
- ( ) Até 1 salário mínimo
- ( ) De 1 a 3 salários mínimos
- ( ) De 3 a 6 salários mínimos
- ( ) De 6 a 9 salários mínimos
- ( ) De 9 a 12 salários mínimos
- ( ) De 12 a 15 salários mínimos
- ( ) Mais de 15 salários mínimos

## ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Afetos e implicações psicossociais vividas por moradores ameaçados de processo de desapropriação

**Pesquisador:** FABIO PINHEIRO PACHECO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 80786817.5.0000.5054

**Instituição Proponente:** Departamento de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.456.364

**Apresentação do Projeto:**

O projeto "Afetos e implicações psicossociais vividas por moradores ameaçados de processo de desapropriação" tem como tema o processo de segregação socioespacial enquanto expressão de desigualdades na cidade de Fortaleza.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Investigar os afetos envolvidos no processo de desapropriação/remoção de comunidades e as suas implicações psicossociais.

**Objetivo Secundário:**

I) Discorrer sobre o processo de segregação socioespacial enquanto expressão de desigualdades na cidade de Fortaleza, a partir do caso de uma comunidade de Fortaleza; II) compreender a afetividade presente na relação pessoa-comunidade; e III) identificar as implicações psicossociais decorrentes do conflito e as transformações ocorridas no cotidiano dos moradores.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa não apresenta riscos significativos e "beneficia os participantes ao possibilitar reflexões acerca de como a problemática das desapropriações impactam suas vidas. Ademais, os resultados, ao se pensar a dimensão subjetiva dos processos de desapropriação, podem auxiliar os gestores no desenvolvimento de políticas urbanas habitacionais que não considerem apenas a dimensão

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**CEP:** 60.430-275

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 2.456.364

física da habitação."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa será realizada com 20 pessoas ameaçadas de desapropriação, por meio do uso do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos e pelo círculo de cultura, que consiste em um conjunto de técnicas e/ou procedimentos sistemáticos de análise da comunicação.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão presentes e são adequados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Concluiu pela aprovação do projeto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1025204.pdf	05/12/2017 22:47:08		Aceito
Outros	TERMOCOMPROMISSOUTILIZACAODE ADADOS.pdf	05/12/2017 22:46:37	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	05/12/2017 22:45:57	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/12/2017 22:45:29	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CONCORDANCIA.pdf	05/12/2017 22:45:06	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Outros	AUTORIZACAO.pdf	05/12/2017 22:44:41	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/12/2017 22:43:56	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/12/2017 22:43:34	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	21/11/2017 12:09:48	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Outros	LATTES.pdf	21/11/2017 12:08:09	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito
Outros	CARTAAPRECIACAO.pdf	21/11/2017 12:07:32	FABIO PINHEIRO PACHECO	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.456.364

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 26 de Dezembro de 2017

---

**Assinado por:**

**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**CEP:** 60.430-275

**UF:** CE **Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br